



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CRISE DO TRABALHO NA CAFEICULTURA DE VITÓRIA DA
CONQUISTA - BAHIA**

João Pessoa – Paraíba
Agosto de 2016

AURELANE ALVES SANTANA

**A CRISE DO TRABALHO NA CAFEICULTURA DE VITÓRIA DA
CONQUISTA - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB) para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior.

João Pessoa – Paraíba
Agosto de 2016

Catálogo na publicação
Setor de Catalogação e Classificação

S231c Santana, Aurelane Alves.
A crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista - Bahia / Aurelane
Alves Santana. – João Pessoa, 2016.
218 f. : il.

Orientador: Marco Antonio Mitidiero Júnior.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN/PPGG

1. Geografia cultural. 2. Planalto da Conquista (BA) – configurações
socioeconômicas. 3. Cafeicultura - Vitória da Conquista (BA). 4. Conflito capital e
trabalho. 5. Desemprego e precarização – trabalho. I. Título.

UFPB/BC

CDU - 911.3:33(043)



“A Crise do Trabalho na Cafeicultura de Vitória da Conquista - Bahia”

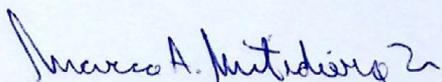
por

Aurelane Alves Santana

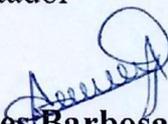
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

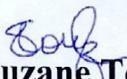
Aprovada por:



Prof. Dr. **Marco Antônio Mitidiero Júnior**
Orientador



Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**
Examinador interno



Prof^ª Dr^ª **Suzane Tosta Souza**
Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

*Um povo marcado
Um povo sofrido
Um povo maltratado
Um povo deprimido
As mãos mostram o seu sofrimento
Da sua família sente saudade
Não tem conhecimento
Não tem dignidade
Ainda na atualidade
Sofre sem liberdade
Com medo que seu coração pare de bater
Na sombra do medo, trabalha para viver
O que vale é a lei do mais forte
Todos querem escapar
Mas isso é sentença de morte
E o povo continua a sofrer, trabalhar e chorar...*

Vida de escravo. Ângelo Max. Poemas premiados no concurso “Educar para não escravizar”, 2009.

*Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivenciam a crise do trabalho na cafeicultura
do Planalto da Conquista.*

AGRADECIMENTOS

As linhas que se seguem são dedicadas àqueles que contribuíram direta ou indiretamente na conclusão de mais essa etapa da minha vida, seja ajudando, torcendo ou simplesmente existindo.

À minha mãe **Lícia**, pelo amor, carinho e anos de dedicação a mim e as minhas irmãs. A minha vontade de querer ser melhor todos os dias vem dela e para ela. Sonho em torna-me, pelo menos, metade da mulher forte que ela é. Obrigada por confiar e cuidar de mim. Te amo!

Às minhas **irmãs**, pelo companheirismo e carinho. Sei que elas torcem muito por mim e sei que posso contar com elas sempre. Meninas, saibam que esse sentimento é completamente recíproco. Felicidade, para mim, é poder ver vocês bem. Amo muito todas.

À **Jemeffer**, pelos quase dez anos de amizade e pelo carinho fraternal que cultivamos durante todo esse tempo. Desde a graduação dividimos as nossas histórias, alegrias e angústias, sempre uma ajudando a outra com muito carinho. Suportamos juntas todo o cansaço do que é fazer uma pesquisa, mas soubemos, também, aproveitar da melhor maneira possível tudo o que a vida nos proporcionou durante esses dois anos de mestrado. Que a nossa amizade atravesse os anos, minha amiga, e que consigamos realizar tudo aquilo que sonhamos.

À **Diogo**, meu amigo querido, lindo, inteligente e de coração bom. Estar ao lado dele ou simplesmente falar com ele no telefone é ter a certeza de risadas garantidas. Obrigada por você existir, amigo, e ter entrado na minha vida, me dando tanto carinho assim.

À **Diego**, meu amigo lindo, cabeludo e simpático. O primeiro amigo que fiz em João Pessoa. O primeiro que me ajudou a me “sentir à vontade” por aqui. Admiro tanto a sua simplicidade, o seu carinho, cuidado e paciência. A você não só agradeço como desejo o que há de melhor: “*arroz con vegetales*”.

À **Humberto**, que demorou, mas chegou, e eu espero que fique! Sem dúvidas, um verdadeiro presente de João Pessoa na minha vida. Companheiro e querido, ele não economiza carinhos e palavras do bem, e eu acho que é isso que eu mais gosto nele. Obrigada pelos momentos felizes, por ter permitido eu me aproximar de você e ter feito você perceber

que a Aurelane é muito mais do que aquilo que se vê. Obrigada, também, pelas tabelas e dados do IBGE. Você é o cara!

À **Luquinhas**, por ser fofo, gentil, justo e ter um coração bom. Obrigada pelas conversas e pelos mapas!

À gatinha **Soraia**, que me fez companhia nas madrugadas em que passei na UFPB escrevendo a dissertação.

À **CNPq** pelos dois anos de bolsa.

Ao **Prof. Anieres**, que desde o momento da seleção do mestrado foi bastante acolhedor e querido comigo. Obrigada por ter me ajudado me enviando bons textos e por fazer parte da minha banca, contribuindo para a composição da minha dissertação. Obrigada, também, pelo carinho e pelas conversas, que, embora rápidas, foram sempre muito boas.

À **Profª Suzane**, por ser uma profissional exemplar, por ter sido a minha orientadora durante a graduação e por, agora, compor a minha banca, me dando sempre bases teóricas e práticas necessárias e valiosíssimas para o desenvolvimento e compreensão do meu tema de pesquisa. Quando me vejo numa sala de aula, desejo que eu possa ser, pelo menos, metade do que és: mulher de força, garra e fibra!

Aos **trabalhadores e ex-trabalhadores** do café, que em meio às dificuldades da vida, contribuíram com muita simplicidade e humildade na realização da minha pesquisa. Sem dúvidas, aprendi muito com vocês. A vocês, toda a minha gratidão.

Ao **Prof. Ruy Medeiros**, que me concedeu entrevista sobre a história da cafeicultura em Vitória da Conquista.

Aos **Auditores Fiscais do Trabalho Giuliano Souza Cruz e Renato Cezar** por me concederem entrevistas, mesmo quando em férias. Agradeço muito pela compreensão de vocês sobre a importância de seus depoimentos para a composição da minha pesquisa.

Ao **Gerente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Fabiano Ferreira dos Anjos**, pela entrevista concedida.

À Promotora do Ministério Público do Trabalho (MPT) **Rachel Freire de Abreu Neta**, que nos concedeu as Ações Cíveis Públicas que relatavam os casos de trabalho análogo à escravidão na cafeicultura do Planalto da Conquista.

À administração das **Fazendas Casca e Monte Verde**, que nos recebeu e permitiu que realizássemos nossas pesquisas de campo dentro das propriedades, bem como ao **proprietário** desses cafezais que nos concedeu entrevista rica em detalhes sobre a introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista, na década de 1970.

Ao **Presidente** do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista.

Ao **Prof. Marco Antonio**, meu orientador, amigo, companheiro e principal incentivador da realização dessa pesquisa. A você, eu dedico o meu maior e mais puro agradecimento, que eu sequer consigo expressar em palavras. Que a nossa amizade continue atravessando os tempos e os espaços e que ela sempre exista em sua forma verdadeira: naquela conhecemos desde 2009.

RESUMO

Buscamos nessa pesquisa a compreensão da trajetória histórica dos trabalhadores do café e as transformações decorrentes do complexo de reestruturação produtiva do capital no campo, que, no Planalto da Conquista, se consolidou nesse início de século, representando uma grande dispensa de força de trabalho do processo produtivo cafeeiro. No contexto do desemprego estrutural, procuramos identificar os efeitos mais cruéis da reestruturação produtiva nas condições de vida atual dos trabalhadores, uma vez que se vivencia o crescimento desenfreado do trabalho precário, raro e temporário, que intensifica as dificuldades de reprodução social da classe trabalhadora. Nesse sentido, nos debruçamos sobre as discussões do emaranhado de complexidades que atingem o universo laboral da cafeicultura, tomando por base as recentes transformações na produção a partir da intensa utilização de máquinas nas lavouras, que tem provocado a eliminação de muitos postos de trabalho e criado uma massa de trabalhadores desempregados, imprescindível para a acumulação capitalista. Diante disso, o que se verifica no campo da região estudada é a formação de um contingente de trabalhadores supérfluos dispostos ao trabalho, mas que já não conseguem se inserir no trabalho nos cafezais ou em outras atividades laborais, vivenciando o desemprego crônico ou a submissão ao trabalho degradante e análogo ao escravo nas poucas fazendas que ainda empregam força de trabalho humana. Assim, estão contidas nesse texto discussões sobre as contradições que giram em torno da produção da riqueza no campo conquistense pela cafeicultura, que se sustentam, fundamentalmente, na exploração, precarização e desrealização dos trabalhadores.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva do capital. Precarização do trabalho. Desemprego. Cafeicultura.

ABSTRACT

We seek in this research to understand the historical background of the coffee workers and the changes that result from the complex production of capital restructuring in the field, which, in the Planalto da Conquista, was consolidated in this start of century, representing a large discard of work force of the coffee productive process. In the context of structural unemployment, we seek to identify the most cruel effects of the restructuring process in the conditions of present life of workers that experience the unbridled growth of precarious work, rare and temporary, which intensifies the difficulties of social reproduction of the working class. In this sense, we discussed about the complexities that affect the coffee labor universe, based on the recent changes in the production because of the intensive use of machines in the fields, which has led to the elimination of many jobs and created a mass of unemployed workers, essential for capitalist accumulation. Thus, what we see in the field of study area is the formation of a contingent of superfluous workers willing to work, but can no longer to enter in the work in coffee plantations or in other labor activities, experiencing chronic unemployment or submission to degrading labor and slave labor in the few farms that still employ human labor. In this text are discussions about the contradictions in the richness production that are based fundamentally on the exploration, precariousness and derealization of workers.

Keywords: Capital restructuring productive. Precarious work. Unemployment. Coffee.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do volume e receita cambial das exportações de café.....	100
Gráfico 2: Exportação de cafés diferenciados.	102
Gráfico 3: Evolução da produção de café Arábica, Conilon e total (em milhões de saca).	105
Gráfico 4: Evolução da cafeicultura brasileira a partir da criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, de 1997 a 2015.....	108
Gráfico 5: Concentração na produção de café Arábica na Bahia.	117
Gráfico 6: Concentração na produção de café Conilon na Bahia.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980.....	40
Tabela 2: Principais países produtores de café em 2015 – em milhões de sacas.	92
Tabela 3: Produção de café por estados brasileiros – safra 2015.	93
Tabela 4: Comparação entre os diferentes custos de produção para lavouras com colheita manual, semi-mecanizada e mecanizada, ano de 1999.....	95
Tabela 5: Exportações brasileiras de café – Safras 2007 a 2015.....	101
Tabela 6: Exportação do agronegócio brasileiro. Ranking por valores de 2016 e 2015.....	102
Tabela 7: Principais países importadores de café do Brasil em 2015.....	103
Tabela 8: Área cultivada e produção brasileira. Safra 2015/16 e 2016/17.	104
Tabela 9: Produção de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016.....	119
Tabela 10: Área cultivada de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016.....	119
Tabela 11: Produtividade de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016.....	120
Tabela 12: Produção anual de café - Municípios do Planalto de Conquista/BA (2014).....	121
Tabela 13: Evolução da produção do café em Vitória da Conquista (2006-2014)	123
Tabela 14: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias - Microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)	139
Tabela 15: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias - Vitória da Conquista (1970-2006)	140
Tabela 16: Número de tratores e colheitadeiras agrícolas segundo os estabelecimentos agropecuários - Microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)	142
Tabela 17: Número de tratores e colheitadeiras agrícolas segundo os estabelecimentos agropecuários - Vitória da Conquista (1970-2006)	142
Tabela 18: Ocorrências de trabalho análogo ao escravo na Bahia (2010-2015)	160

Tabela 19: Ocorrências de trabalho análogo ao escravo no Planalto da Conquista	163
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Viveiro de mudas de pés de café Catuaí e Mundo Novo, em Vitória da Conquista, no ano de 1973	31
Figura 2: Plantio moderno do café em curva de nível em Vitória da Conquista, ano de 1976.....	31
Figura 3: Terreiro de secagem de café no município de Anagé, a cerca de 50 km de distância de Vitória da Conquista.	35
Figura 4: Reunião do IBC, cooperativa, prefeitura e gerente do Banco do Brasil com os possíveis produtores de café de Vitória da Conquista, em 1971.	36
Figura 5: “Modernização do campo”. Chegada de trator para uma das mais novas fazendas de café de Vitória da Conquista, em 1972	41
Figura 6: Viveiro construído com os recursos do crédito rural em Vitória da Conquista, em 1972.....	42
Figura 7: Alojamentos dos trabalhadores do café na Fazenda Monte Verde em Vitória da Conquista	61
Figura 8: Interior dos alojamentos. Cama e fogão feitos de tijolos.	62
Figura 9: Espacialização da produção de café nas espécies Arábica e Conilon no Brasil	94
Figura 10: Colheita manual do café	96
Figura 11: Derrçadeira portátil elétrica.....	97
Figura 12: Colheitadeira de café em galpão de fazenda de Vitória da Conquista.....	97
Figura 13: Parte interna da colheitadeira de café.....	98
Figura 14: Processo de comercialização do café	99
Figura 15: Diferença dos grãos de café Arábica e Conilon.....	110
Figura 16: Regiões produtoras de café da Bahia.	114
Figura 17: Municípios produtores de café na região do Planalto da Conquista.....	122
Figura 18: Máquina colheitadeira sendo operada por trabalhadores em fazenda de Vitória da Conquista, em junho de 2015.....	128
Figura 19: Trator recolhendo o café colhido pela máquina colheitadeira em fazenda de Vitória da Conquista, em junho de 2015.....	128
Figura 20: Trabalhadora catando o café das plantas onde as máquinas ainda não conseguem ser operacionalizadas devido ao estreitamento das ruas/linhas da lavoura ...	129
Figura 21: Mulher separando as folhas dos frutos do café em parte da lavoura onde máquinas ainda não conseguem ser operacionalizadas devido ao estreitamento das	

ruas/linhas dos cafezais	130
Figura 22: Trabalho degradante na cafeicultura do Espírito Santo em 2014	146
Figura 23: Condições dos alojamentos dos trabalhadores do café no Espírito Santo, em 2014.....	147
Figura 24: Camas feitas de tábuas apoiadas com tijolos e fina espuma nos alojamentos onde dormiam os trabalhadores da Fazenda Água Fria	188
Figura 25: Armazenamento impróprio de água e utensílios guardados sobre tábuas nos alojamentos.....	188
Figura 26: Reunião sindical com trabalhadores rurais no povoado de Bate Pé em Vitória da Conquista, na década de 1970.....	195
Figura 27: Reunião sindical com os trabalhadores rurais no povoado de Bate Pé em Vitória da Conquista, na década de 1970.....	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul	19
Mapa 2: Mapeamento do café na Bahia	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Autos de Infração Lavrados em 2008.....	179
Quadro 2: Autos de Infração Lavrados em 2009.....	179
Quadro 3: Autos de Infração lavrados em 2010	180
Quadro 4: Autos de Infração lavrados em 2010	183

LISTA DE SIGLAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café;
ASSOCAFÉ - Associação dos Produtores de Café da Bahia;
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
CBP&D/Café - Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café;
CCQs - Círculos de Controle da Qualidade;
CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café do Brasil;
CEPLAB - Centro de Planejamento da Bahia;
CNA - Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;
COOPMAC - Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Limitada;
CPT - Comissão Pastoral da Terra;
CUT - Central Única dos Trabalhadores;
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola;
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais;
EPI's - Equipamentos de Proteção Individual;
FDPA-C - Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários – Café;
FDPE-C - Fundo de Defesa de Produtos de Exportação – Caf ;
FEMAGRI - Feira de Máquinas e Implementos Agrícolas;
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura;
FMI - Fundo Monetário Internacional;
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura;
IBC – Instituto Brasileiro do Café;
IAC - Instituto Agrônomo de Campinas;
IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná;
LAI - Lei de Acesso à Informação;
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
MPT - Ministério Público do Trabalho;

OIC - Organização Internacional do Café;
PIB - Produto Interno Bruto;
PLS - Projeto de Lei do Senado;
PMVC - Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista;
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
PRRC - Programa de Renovação e Revigoração da Cafeicultura;
SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
SEAGRI - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia;
SESTR - Serviço Especializado de Segurança e Saúde no Trabalho;
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural;
STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
UDR - União Democrática Ruralista;
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

SUMÁRIO

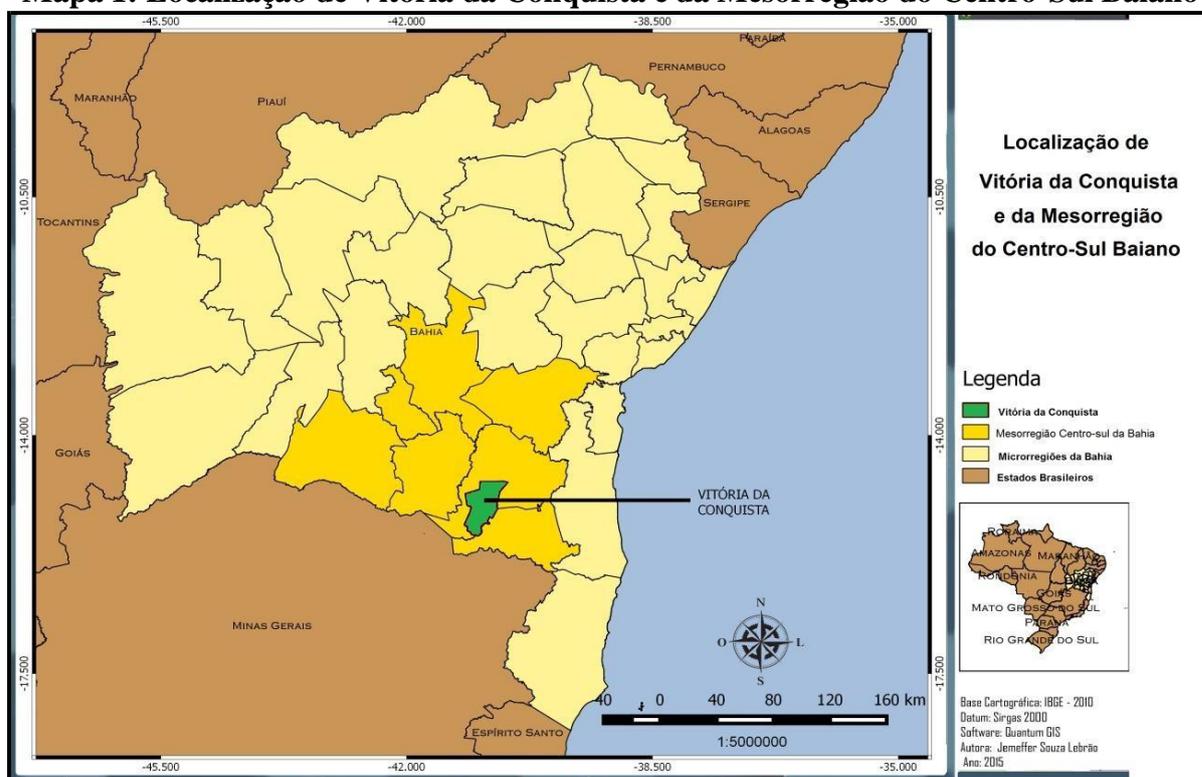
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. A CAFEICULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA: AS CONFIGURAÇÕES SOCIOECONOMICAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....	26
2.1 O cenário cafeeiro brasileiro entre 1960 e 1970.....	26
2.2 A “escolha” do Planalto da Conquista.....	34
2.3 O café chega a Vitória da Conquista e região	37
2.4 Modernização da agricultura brasileira.....	45
2.5 A formação e a composição do proletariado rural conquistense.....	49
2.6 O proletariado do café e a vida no trabalho	60
2.7 A greve de 1980	65
3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO E O CONFLITO CAPITAL X TRABALHO	72
3.1 Reestruturação produtiva do capital	72
3.2 Reestruturação produtiva do capital no Brasil	82
3.3 O agronegócio cafeeiro e as recentes transformações na cafeicultura.....	91
3.4 A cafeicultura baiana na atualidade: o café em Vitória da Conquista.....	113
3.5 O trabalho na cafeicultura a partir do processo de reestruturação produtiva.....	124
4. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CAFEICULTURA CONQUISTENSE.....	133
4.1 O fenômeno social do desemprego.....	133
4.2 Entre a mecanização e o desemprego	137
4.3 Reestruturação produtiva e desemprego na cafeicultura: analisando os dados.....	139
4.4 O desemprego na cafeicultura e as suas consequências	144
4.5 O desemprego na cafeicultura e as suas contradições	151
4.6 A precarização das relações de trabalho: exploração e miséria nas fazendas cafeeiras do Planalto da Conquista.....	155

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	192
REFERÊNCIAS	201

1. INTRODUÇÃO

As reflexões que compõem essa pesquisa referem-se a estudos realizados desde o ano de 2010, quando, durante o curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), surgiu o interesse pela pesquisa acerca das relações de trabalho no campo sob o manto analítico da “Geografia do Trabalho”. A partir daí, demos início aos nossos estudos sobre o trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista e Barra do Choça, dois municípios pertencentes à região do Planalto da Conquista, localizados na porção Centro-Sul do estado da Bahia.

Mapa 1: Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul Baiano



Elaboração: Lucas Araújo e Jemeffer Souza Lebrão (2015)

Desde o princípio, tal temática mostrou-se envolta de questões complexas que, a nosso ver, precisavam ser pensadas e discutidas de maneira crítica em nossos trabalhos acadêmicos. Foi nesse sentido, que, no final de 2011, apresentamos ao Departamento de Geografia da UESB, a monografia de conclusão de curso intitulada de “*Capital versus trabalho: as relações de trabalho nas fazendas de café dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, Bahia*”. Naquele momento, expusemos algumas considerações sobre o *conflito capital x trabalho no campo*, partindo da compreensão das relações de trabalho que se

estabeleceram na região a partir da introdução da cafeicultura como uma importante atividade econômica para o Planalto da Conquista.

Escolhemos esses dois municípios como recorte espacial para a pesquisa monográfica devido à importância dos mesmos para o setor, sendo Vitória da Conquista o polo do agronegócio cafeeiro regional, concentrando as funções de beneficiamento, comercialização e exportação do produto, e Barra do Choça na condição de maior produtor entre os municípios cafeicultores do Planalto da Conquista.

Os resultados desse estudo revelaram que havia na região um intenso movimento de reprodução de relações de trabalho precárias e relativa diminuição dos postos de trabalho nas fazendas. Tais fenômenos se justificaram devido à maior mecanização do ciclo produtivo, sobretudo da colheita, período da produção que mais se empregava força de trabalho. Contudo, essa inserção de máquinas nas lavouras restringia-se apenas a algumas das grandes fazendas dos municípios e tratava-se de um implemento novo na região, sendo a maioria desses aparatos alugados de outros estados, principalmente de Minas Gerais, pelos empresários agrícolas.

Em meio a essas constatações, resolvemos direcionar e aprofundar os nossos estudos para a compreensão dos reflexos desse trabalho precário na vida dos trabalhadores, ou seja, para a reprodução da vida desses sujeitos que vivenciam o achatamento do número de contratações na cafeicultura e a introdução de máquinas modernas nos ciclos produtivos, sobretudo na fase da colheita. Tendo em vista o histórico de precarização que esse contingente de força de trabalho foi submetido no decorrer de sua existência, assumindo expressão concreta na greve de 1980, em que milhares de homens e mulheres reivindicaram por melhores condições de vida e de trabalho, decidimos centrar as nossas discussões nas formas de reprodução da vida desses sujeitos na contemporaneidade. Isso porque, com a crise do capital e o consequente estabelecimento do complexo de reestruturação produtiva no final do século XX, o mundo do trabalho passou a sofrer drástico aumento dos níveis de exploração da força de trabalho, que impactaram, notadamente, na reprodução social da classe trabalhadora.

No Brasil, os impactos da reestruturação produtiva ocorreram de maneira mais acentuada a partir da década de 1990, quando os avanços nas bases técnicas da produção passaram a dispensar contingente incomensurável de força de trabalho dos processos de produção e a intensificar o crescimento de relações de trabalhos precárias, dos subempregos, da terceirização, da informalidade, do trabalho análogo à escravidão, dentre outras formas de trabalhos degradantes contemporâneos.

Perante essa conjuntura, determinamos para a presente pesquisa de mestrado discutir a reprodução da vida dos trabalhadores do café do Planalto da Conquista, elaborando um estudo mais aprofundado sobre os impactos da reestruturação produtiva na vida desses sujeitos. Para tanto, por questões práticas, estabelecemos como recorte espacial de nossa análise o município de Vitória da Conquista. Essa temática foi o nosso primeiro plano para a composição de nossa pesquisa dissertativa.

Porém, em julho de 2014, quando fomos novamente a campo para o reestabelecimento de contatos com as fazendas cafeeiras e com os trabalhadores (a última vez que fizemos pesquisa nessas áreas foi entre os anos de 2010 e 2011), fomos surpreendidos por um cenário completamente diferente daquele que tínhamos visto quando realizamos o nosso estudo monográfico: **as fazendas de maiores portes descartaram grande parte de seus empregados e, no período da colheita, já não contratavam mais trabalhadores para a execução da derriça; essas propriedades passaram a adquirir maquinários de ponta e a utilizar técnicas avançadas de produção que necessitavam de um número reduzido de trabalhadores para a sua operação; o quadro social instaurado nos povoados e vilas das zonas cafeeiras era de total desemprego e esvaziamento, diferente da paisagem que se apresentava nesse mesmo mês em anos anteriores, quando ônibus e caminhões traziam trabalhadores para o trabalho nos cafezais.**

Com o caráter veloz dessas transformações, procuramos, então, centrar os nossos esforços no desvendamento dessa nova realidade posta aos trabalhadores do café e, principalmente, compreender o impacto desse processo no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores. É importante ressaltar, que já não estávamos lidando somente com trabalhadores efetivamente empregados na cafeicultura, mas, também, com um contingente de ex-trabalhadores do café que estavam sentindo na pele o drama do desemprego e da dificuldade de se (re)inserirem no mercado de trabalho.

Não bastasse isso, nos deparamos, ainda, com outra realidade não menos perversa que a do desemprego. Casos de trabalho análogo à escravidão nas fazendas cafeeiras do Planalto da Conquista estavam sendo reportados com frequência pela mídia local, mostrando a intensificação da situação caótica posta aos trabalhadores rurais dessa região. Nesse sentido, a partir de leituras de teóricos sobre o tema da reestruturação produtiva do capital, compreendemos que teríamos que trazer à tona, também, as discussões acerca desse universo do trabalho precário, superexplorado e degradante na cafeicultura, uma vez que precarização e desemprego se relacionam de maneira tão incondicional que um passa a ser a condição de existência do outro.

Destacamos que no decorrer de nosso texto utilizamos o termo “e -trabalhador” para denominar todos aqueles sujeitos que trabalharam no café em algum momento de suas vidas, mas que já não consegue mais se inserir nesse tipo de serviço devido à intensificação dos reflexos da reestruturação produtiva no campo dessa região. Portanto, a nomenclatura “e -trabalhador” refere-se apenas à impossibilidade do trabalho na cafeicultura, não fazendo menção e muito menos sugerindo o fim do trabalho, como muitos teóricos vêm defendendo em seus estudos nos últimos anos.

Perante todas essas constatações, optamos por abordar não apenas a questão da reprodução da vida dos trabalhadores do café diante do complexo de reestruturação produtiva, mas, sim, compreender e discutir todos os fenômenos causados por esse novo complexo de produção imposto pelo sistema do capital na cafeicultura da região de Vitória da Conquista.

Posteriormente, com o amadurecimento das nossas leituras e acesso a informações sobre a agricultura cafeeira de maneira mais ampla, ou seja, no Planalto da Conquista como um todo, resolvemos expandir o nosso recorte espacial trazendo elementos de outros municípios produtores que estavam passando pelo mesmo processo de crise do trabalho e que nos ajudariam a melhor entender o complexo de relações que se estabeleceram na região nos últimos anos, sobretudo a partir de 2013, como ficou sobremodo evidenciado no decorrer de nossas pesquisas. Diante disso, no decorrer do texto, por vezes fazemos menção ao Planalto da Conquista e, por outras, ao município de Vitória da Conquista. Entretanto, salientamos que o campo empírico prático do nosso estudo fora realizado apenas neste último.

Para a melhor compreensão dessa nova realidade do desemprego e do trabalho na cafeicultura da região estudada, procuramos, na medida em que avançávamos em nossas pesquisas de campo, nos debruçar sobre leituras que possibilitassem o entendimento das complexidades sociais que nos deparávamos no decorrer de nosso percurso investigativo. A articulação do empírico com a teoria foi imprescindível para que pudéssemos construir textos claros e que explicitassem de forma objetiva a realidade por nós estudada.

Após o campo de julho de 2014, realizamos mais duas investigações empíricas entre os meses de janeiro a março e junho a julho de 2015. Nesses dois momentos, realizamos entrevistas com o professor e advogado Ruy Medeiros, importante conhecedor da história de vida e de luta dos trabalhadores do café, com Noeci Salgado, antigo trabalhador do café que participou ativamente da histórica greve dos trabalhadores rurais de 1980, atualmente Coordenador de infraestrutura e Serviços Rurais da Prefeitura de Vitória da Conquista, com os trabalhadores e ex-trabalhadores do café residentes do povoado de Abelhas e distrito de

Inhobim em Vitória da Conquista, e, ainda, com a administração de duas grandes fazendas desse município, Fazendas Casca e Monte Verde.

Em um primeiro momento, tivemos certa dificuldade de colher depoimentos dos trabalhadores e ex-trabalhadores do café. Isso porque, a maioria deles sentia-se receosos de dar entrevistas ou julgavam não serem aptos para falar conosco por não terem estudado. Depois de algumas idas a essas localidades, tivemos alguns avanços quanto a isso. Com o tempo, os trabalhadores começaram a ficar mais à vontade com a nossa presença e aos poucos passaram a relatar sobre dois momentos distintos de suas vidas: quando trabalhavam nas fazendas de café nas primeiras décadas da chegada da cafeicultura na região, e, agora, na atual situação de desemprego instaurada pela recente introdução de máquinas colheitadeiras nas lavouras. Para preservar esses sujeitos, os depoimentos concedidos são identificados ao longo do texto através de números. Por exemplo: Trabalhador 1, Trabalhador 2, etc. Ex-trabalhador 1, Ex-trabalhador 2... etc.

Como Abelhas e Inhobim são localidades próximas às fazendas cafeeiras, sempre quando íamos a campo dividíamos o nosso dia em dois momentos: entrevistas com os trabalhadores e ex-trabalhadores do café em um período, e, no outro, entrevistas com a administração das fazendas, que nos deram importantes informações acerca das máquinas adquiridas pelos cafeicultores e das transformações nas técnicas de produção implementadas nos últimos anos nos cafezais.

Quando analisamos as entrevistas obtidas com esses sujeitos, nos deparamos com depoimentos complexos e poucos esclarecedores sobre a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na fiscalização das propriedades cafeeiras da região. Diante disso, organizamos e executamos um novo campo no mês janeiro de 2016, no qual buscávamos entrevistas com o responsável pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Vitória da Conquista e Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para sanar as questões e dúvidas que surgiram. Foi difícil conseguirmos tais depoimentos, pois a maioria dos servidores estava em período de férias e não havia informações objetivas sobre quando aqueles que estavam em serviço iriam aparecer na sede do MTE. Além disso, a recepção do órgão não podia fornecer dados pessoais de seus servidores.

Diante de tal situação, resolvemos perguntar entre nossos amigos quem conhecia ou tinha o contato de algum Auditor Fiscal do Trabalho. Depois de muito procurarmos, conseguimos o número de celular de Giuliano Souza Cruz, Auditor Fiscal do Trabalho em Vitória da Conquista desde 2007, que aceitou nos conceder entrevista via *Whats App*. Em

busca de entrevista presencial, voltamos outras vezes ao MTE e, dessa vez, conseguimos colher depoimentos do Gerente Fabiano Ferreira dos Anjos.

As conversas com os servidores do MTE permitiram que mergulhássemos mais a fundo no universo do trabalho análogo ao escravo, verificado com maior veemência nas fazendas de café nos últimos seis anos. Desse modo, fomos também ao Ministério Público do Trabalho (MPT) onde a Promotora Rachel Freire de Abreu Neta nos concedeu as Ações Cíveis Públicas que relatavam os casos de escravidão moderna na cafeicultura da região.

Com as Ações Cíveis Públicas em mãos, tivemos acesso aos nomes e endereços dos trabalhadores resgatados pelo MTE nas ações de fiscalizações. Muitos deles residiam em bairros periféricos de Vitória da Conquista, o que nos permitiu ir às suas buscas para obtermos entrevistas sobre a situação de trabalho degradante a que foram submetidos na cafeicultura. Batemos em muitas casas e depois de muitas tentativas encontramos uma trabalhadora de 56 anos, que, juntamente com seus dois filhos, foram resgatados de uma fazenda de Barra do Choça. Essa senhora nos pôs em contato com mais quatro trabalhadores que também foram libertos nessa operação, dois homens e duas mulheres. Todos estavam desempregados e viviam em extrema pobreza, sobrevivendo de bicos ou da mendicância. A identificação desses sujeitos no texto também se encontra numerada. Exemplo: Trabalhador resgatado 1, Trabalhador resgatado 2, etc., Trabalhadora resgatada 1, Trabalhadora resgatada 2, etc.

A partir do depoimento das vítimas do trabalho análogo ao escravo, fomos na Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista para esclarecer algumas questões que apareceram sobre o processo de indenização determinado pelo MTE no momento da liberação desses trabalhadores das fazendas.

Nesse último campo, conseguimos, ainda, realizar entrevista com um grande empresário agrícola da região, que tem fazendas de café altamente mecanizadas em Vitória da Conquista e Barra do Choça. O mesmo nos contou sobre a sua história com a cafeicultura e nos deu detalhes sobre a inserção desse cultivo no Planalto da Conquista. Esse cafeicultor forneceu, também, informações relevantes sobre o processo produtivo do café e sobre a onda de tecnificação que vem atingido a produção para aumentar a produtividade e a competitividade do produto no mercado. Além disso, entramos em contato com o Engenheiro Agrônomo Aritana Corrêa que relatou sobre as técnicas agronômicas de produção que vem sendo utilizadas nos últimos anos, as minúcias sobre o processo produtivo do café e a introdução de máquinas nas fazendas cafeeiras, principalmente das colheitadeiras.

A partir desse conjunto de informações que foram obtidas em nossa pesquisa de campo e das leituras que realizamos, estruturamos esse estudo da seguinte forma:

2. *A cafeicultura no Planalto da Conquista: as configurações socioeconômicas de Vitória da Conquista a partir da década de 1970*, onde contem o contexto histórico da introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista na década de 1970 e o papel desempenhado pelo Estado nesse processo. Nele, são desenvolvidos análises sobre a composição do proletariado do café, sobre o trabalho nos cafezais nos anos que sucederam a sua instauração na região e sobre a greve de 1980, que reuniu milhares de homens e mulheres em busca de melhores condições de vida e de trabalho no campo. As principais referências utilizadas nesse capítulo foram Santos (1987), Medeiros (2002; 2015), Souza (2008), dentre outros.

3. *Reestruturação produtiva do capital no campo e o conflito capital x trabalho*, no qual discutimos o complexo de reestruturação produtiva do capital baseando-nos em autores que se fundamentam nas teorias marxistas de análise, como Thomaz Jr. (2002; 2004), Alves (2007; 2008), Antunes (1999; 2006) e Mészáros (2002; 2008). Além disso, apresentamos as recentes transformações no agronegócio cafeeiro brasileiro e os avanços nas bases técnicas da produção que visam aumentar a produtividade e a competitividade do produto no mercado. Para tanto, nos amparamos, principalmente, em dados do Censo Agropecuário (2006) e da Conab (2011 a 2016).

4. *Precarização do trabalho e desemprego na cafeicultura conquistense*, onde elencamos o conjunto de discussões sobre os fenômenos sociais do desemprego e da precarização do trabalho constatados em nossas pesquisas de campo. Nele, são apresentadas todas as contradições e as formas de explorações a que os trabalhadores e ex-trabalhadores do café vem sendo submetidos pelo complexo de reestruturação produtiva do capital e a realidade complexa que tem se projetado sobre o campo do Planalto da Conquista nos últimos anos.

Além desses três capítulos, esse texto conta ainda com as *Considerações Finais*, na qual buscamos tecer algumas reflexões sobre as contradições vividas pelos trabalhadores e ex-trabalhadores do café a partir desse processo de instauração do complexo de reestruturação produtiva do capital no campo da região.

2. A CAFEICULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA: AS CONFIGURAÇÕES SOCIOECONOMICAS DE VITÓRIA DA CONQUISTA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

2.1 O cenário cafeeiro brasileiro entre 1960 e 1970

As políticas estatais de modernização do campo brasileiro tornaram-se mais efetivas para a cafeicultura a partir da crise de superprodução do início da década de 1960. Essa crise, marcada por desequilíbrios no mercado e pelo excedente do produto nos estoques governamentais, levou o Estado a criar programas de erradicação dos cafezais e a articular medidas de incentivo para uma produção mais racional (ANDRADE, 1994).

Para tanto, no ano de 1961, o Senado Federal instituiu a criação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que tinha como objetivo os seguintes termos:

Art. 3 do decreto nº 79 de 26 de outubro de 1961:

- I - estudar e recomendar, tendo em vista as peculiaridades regionais, as medidas que os órgãos competentes, federais e estaduais devem tomar a fim de fortalecer e diversificar a estrutura econômica das zonas cafeeiras do país;
- II - adotar outras medidas de sua competência que visem especificamente a:
- a) concentrar a produção de café nas zonas ecológicas mais favoráveis;
 - b) incrementar os níveis de produtividade das lavouras cafeeiras;
 - c) adequar a produção de café às possibilidades de efetiva absorção pelo mercado externo e interno;
 - d) financiar ou complementar financiamentos para a diversificação da produção através de entidades de créditos, oficiais e privadas, mediante convênios em que se determinarão as condições gerais, o juro e os prazos máximos atendendo à finalidade específica de cada financiamento e a capacidade de pagamento dos beneficiários.
 - e) obter, através dos órgãos competentes, a assistência técnica necessária para realizar os fins previstos no inciso *d* acima;
 - f) criar os necessários incentivos para possibilitar uma distribuição mais equitativa da renda agrícola nas zonas cafeeiras e bem assim executar programas para melhorar as condições de vida dos assalariados, parceiros, colonos, arrendatários e demais dependentes da produção cafeeira;
 - g) promover a higienização e padronização dos cafés; melhorando seu aspecto e qualidade, estabelecendo sistema de distribuição e tipos certificados para exportação ou consumo interno, visando a colocação dos cafés dos centros produtores aos de consumo (BRASIL, 1961).

O GERCA, através de programas como o de Racionalização da Cafeicultura Brasileira e de Diversificação Econômica das Áreas Cafeeiras, erradicou, por meio de indenização, cerca de dois bilhões de pés de café em todas as regiões produtoras do país, substituindo os cafezais de baixo rendimento por lavouras cuja produção estivesse vinculada às políticas de

modernização do campo, já em vias de desenvolvimento no país desde a década de 1950 (CARVALHO, 1991).

Segundo Panagides (1969), a política de erradicação tinha como finalidade manter o consumo de café em nível com a sua produção, pois os preços não podiam suportar por muito tempo a constante superprodução que acometia o mercado. Nesse sentido, procurou-se eliminar os cafezais antieconômicos, que apresentavam produtividade média abaixo de seis sacas por 1.000 pés de café, no intuito de reduzir a produção média anual para 24 milhões de sacas, número considerado ideal para atender a demanda nacional e estrangeira e para a acumulação razoável de estoque que fizesse frente às flutuações sazonais.

Em meio às funções que competia ao GERCA, o principal consistia em articular novas bases técnicas para a produção e a criar estratégias que solucionassem os problemas que atingiam a cafeicultura do Sul e Sudeste do país, dentre os quais, estavam as fortes geadas e o baixo preço do café no mercado internacional que provocaram uma efetiva diminuição nos investimentos nesse ramo e a conseqüente redução do parque cafeeiro brasileiro (SAES, 1997). Além disso, o GERCA deu início às políticas de reordenamento territorial da produção, mais tarde desenvolvidas pelo Programa de Renovação e Revigoração da Cafeicultura (PRRC).

No Paraná, nos anos de 1960, as geadas provocaram grandes impactos negativos nos índices de produção do estado e na perda significativa de cafeeiros. Somente no ano de 1967, 500 milhões de pés de café foram danificados pelas baixíssimas temperaturas que pairavam sobre a região. Na década seguinte, em 18 de julho de 1975, a “Geadas Negras”¹, assim denominada devido ao seu grau de intensidade, foi responsável pelo estrago de mais de 300 mil hectares de lavouras, com a eliminação de 200 milhões de cafeeiros e mais de 700 milhões de pés deteriorados, zerando a safra estadual de 1976 (SCHWARTZ, 2011). De acordo com o IBC (1975), nessa época, as terras paranaenses respondiam por quase 50% de todo o café produzido no Brasil, chegando a contabilizar, na década de 1960, 1,8 milhão de hectares plantados, com uma média de 20 milhões de sacas colhidas.

Na *Revista Cafeicultura* (2010) consta que, na produção anterior à “Geadas Negras”, em 1974, a região produtora do Paraná colheu, aproximadamente, 10,2 milhões de sacas de café, o equivalente a 48% de toda a produção do país. Ainda segundo a revista, após a fatídica

¹ Geadas Negras é uma condição atmosférica que provoca o congelamento da parte interna das plantas (da seiva); devido ao frio intenso, as plantas ficaram escuras, queimadas e morreram. As condições para a formação deste fenômeno ocorrem quando o ar é extremamente frio e seco e o vento tem uma intensidade moderada a forte. A Geadas Negras acentuou o fim do ciclo do café no Norte do Paraná. Informação disponível em <https://pt.m.wikipedia.org>. Acesso: maio de 2016.

geada de 1975, a produção chegou a atingir 3,8 mil sacas, sendo que, nessa safra, nenhum grão de café foi exportado e a participação do estado na produção nacional foi de apenas 0,1%. Como resultado disso, houve, na região, a propagação de outros cultivos como o da soja, trigo, algodão e milho, que já despontavam na pauta das exportações do agronegócio brasileiro.

Em reportagem do *Diário do Paraná* de 20 de julho de 1975, agricultores, autoridades e técnicos do setor reconheceram que a Geada Negra² aconteceu no Brasil no exato momento em que a produção do café estava deficitária devido à política de erradicação e diversificação agrícola posta em prática na década anterior e, ainda, quando o mercado externo dispunha de uma oferta maior do que a procura, o que beneficiou de forma generosa os países concorrentes e acentuou, por sua vez, a crise paralela do consumo interno.

Além das geadas, a idade avançada dos cafeeiros, a doença da ferrugem (*Hemileia vastatrix*)³, a supervalorização das terras de cultivo e a pressão de agriculturas mais rentáveis, também contribuíram para que grande parte das atenções do Governo para o setor primário se voltasse para a cafeicultura, criando, assim, políticas que possibilitassem a minimização desses problemas (CEPLAB, 1979; SEAGRI, 2000).

No ano agrícola de 1969/70, o Instituto Brasileiro do Café (IBC)⁴, autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, com recursos do Tesouro Nacional, Banco do Brasil e outros agentes financeiros, instituiu e deu início, por meio do GERCA, ao PRRC com o intuito de minimizar os prejuízos causados pelas intempéries, incentivar e orientar a produção racional do café e promover uma produção média bienal de 28 a 30 milhões de sacas, que atendesse desde as demandas internas às externas de mercado (SAES, 1997).

A princípio, como aponta Gomes (1988, p. 277), o PRRC objetivava o plantio de 100 milhões de cafeeiros com recursos na ordem de Cr\$ 126 milhões e a juros de 17%. Em 1972, com o aumento da preocupação da escassez de café no país, o Governo estabeleceu meta de plantio de 600 milhões de pés de café nos três anos-safra que se seguiam (200 milhões para cada ano-safra), a qual Vitória da Conquista fez parte. Até 1981, quando foi extinto, o PRRC articulou também metas bienais e anuais de plantio que variavam de acordo com as necessidades do mercado (BACHA, 1988).

² Para mais informações sobre a Geada Negra, ver Anexo A.

³ Doença que provoca a queda precoce das folhas do cafeeiro e a consequente seca dos ramos produtivos antes da época de florescimento. Essa praga reflete negativamente no desenvolvimento dos botões florais, vingamento da florada e dos frutos, reduzindo a produtividade do ano agrícola seguinte (SOUZA, 2007).

⁴ O IBC, entre os anos de 1952 e 1989, definia as políticas agrícolas do café no país.

A recuperação do parque cafeeiro incorporada pelo PRRC baseou-se, sobretudo, na modernização das lavouras, isto é, no uso intensivo de tecnologias nos cafezais. Para tanto, o Estado disponibilizou créditos e assistência técnica aos produtores e realizou pesquisas regionalizadas que tiveram como resultado final a implantação de mais de 230 mil projetos assistidos e o plantio de 1,8 bilhão de pés de café em 1,1 milhões de hectares de novas lavouras. A maioria dos recursos que compuseram o PRRC era proveniente do Fundo de Defesa dos Produtos Agropecuários – Café (FDPA-C)⁵, que faziam concessões de créditos subsidiados para modernizar a produção. Outros créditos eram ainda advindos do crédito rural do setor bancário, como o Banco do Brasil, por exemplo (SAES, 1997).

Segundo Saes (1997, p. 88), os objetivos do PRRC eram:

orientar tecnicamente o plantio de lavouras direcionando-as para zonas ecologicamente aptas ao seu cultivo; melhorar a qualidade da bebida, facilitando os tratos culturais; incentivar o uso de fertilizantes; financiar a melhoria da infraestrutura nas propriedades; e custear a entressafra.

Segundo Andrade (1994, p. 21), o PRRC constituía-se de vários outros programas, que apresentavam finalidades específicas dentro do plano de modernização da cafeicultura. Dentre eles, destacavam-se:

- a) O Programa de Financiamento à Formação de Mudanças (de 1970/1971 a 1978/1979), cujo objetivo era o suprimento de mudas de boa qualidade que tivessem alto potencial produtivo;
- b) O Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais (de 1969/1970 a 1980/1981), que tinha como preocupação básica a orientação do plantio e a formação de lavouras com níveis mais altos de produtividade;
- c) O Programa de Financiamento para Recepa e Decote de Cafezais (de 1971/1972 a 1976/1977), que objetivava o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade da bebida e facilitar os tratos culturais e os tratamentos fitossanitários;
- d) O Programa de Incentivo ao uso de Fertilizantes (de 1970/1971 a 1980/1981), que buscava incentivar o uso mais intensivo de fertilizantes e corretivos para a elevação dos níveis da produtividade e recuperação dos cafezais;

⁵Posteriormente chamado de Fundo de Defesa de Produtos de Exportação - Café (FDPE-C).

- e) O Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura Cafeeira (1970/1971 a 1980/1981), que procurava combater as pragas e doenças, com ênfase no controle da ferrugem;
- f) O Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais (de 1972/1973 a 1980/1981);
- g) O Programa de Renovação Gradual de Cafezais (ano agrícola de 1975 1976 , que visava o plantio de novos cafezais, com o objetivo de contrabalançar os cafeeiros abandonados ou erradicados;
- h) O Programa de Melhoria da Infraestrutura nas Propriedades Cafeeiras de 1975 1976 e 198 1981 . Abriram-se linhas de crédito para a construção ou reforma de terreiros, secadores, lavadores, e, também, para a construção de estradas vicinais e eletrificação rural em áreas mais carentes;
- i) O Programa de Custeio da Entressafra de 1978 1979 a 198 1981 com financiamentos que propiciassem melhorias técnicas tanto para a colheita quanto para o preparo do café .

Com a implementação de tais programas, variedades mais produtivas de café, como o Catuí e o Mundo Novo (figura 1), começaram a ser plantadas com base em espaçamentos mais racionais e zoneamentos agroclimáticos. Ao mesmo tempo, foram desenvolvidas técnicas de clonagem de café Arábica, Conilon (Robusta) e híbridos superiores para garantir a variedade das espécies. Para a correção dos solos, foi utilizado pela primeira vez o calcário agrícola, e para a sua preservação, o plantio, que antes era feito morro abaixo, passou a ser feito em curva de nível (figura 2). De acordo com a Fundação Procafé (2016), a utilização do calcário foi novidade na cafeicultura na época, pois o café era predominantemente plantado em terras férteis de solo roxo ou de mata virgem, dispensando o uso desse tipo de trato agrícola na preparação do solo.

Para as terras esgotadas e de cerrado, pobres em nutrientes, para onde foi destinada boa parte das novas plantações de café, foram liberados recursos para estudos e técnicas de nutrição mineral, que permitissem, ao mesmo tempo, o bom desenvolvimento da planta como a inibição do aparecimento da doença da ferrugem, garantindo, assim, o sucesso das novas lavouras.



Figura 1: Viveiro de mudas de pés de café Catuaí e Mundo Novo, em Vitória da Conquista, no ano de 1973.
Fonte: Arquivo pessoal do proprietário da Fazenda Casca.



Figura 2: Plantio moderno do café em curva de nível em Vitória da Conquista, ano de 1976.
Fonte: Arquivo pessoal do proprietário da Fazenda Monte Verde.

Nesse período, a densidade de cafeeiros por área aumentou consideravelmente, passando, em sua primeira etapa, de 700-1000 para 1600-2500 plantas por hectare. Já em sua segunda fase, o número de cafeeiros subiu para 5000-10000 pés por hectare. Esse aumento

significativo da produtividade se deu pela intensificação do uso de tecnologias e técnicas agronômicas que permitiram adensar e reorganizar as linhas e/ou as ruas de plantio e a desenvolver sistemas adequados de controle da ferrugem e demais pragas que atingiam os cafezais.

Muitas das regiões que produziam cafés de qualidade inferior passaram a produzir bebidas mais suaves. A irrigação das lavouras passou a ser em alta escala e através de novos métodos, inclusive, com o de tecnologia de plantio circular que economizava mais água e energia (figura 2). Em períodos de estiagem, para evitar perdas na produção, eram realizadas irrigações suplementares.

A mecanização em todas as fases do processo produtivo do café também fez parte dos incentivos estatais para uma produção mais moderna e racional. As máquinas passaram a ser utilizadas em todo o ciclo da produção, o que possibilitou o desenvolvimento de uma cafeicultura altamente empresarial e competitiva nessas novas áreas em que foi instalada.

Segundo a Fundação Procafé (2016), o desenvolvimento e difusão das tecnologias para a cafeicultura ocorreu por meio de estudos realizados por campos experimentais regionalizados⁶ nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Paraná, Mato Grosso, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, com o apoio do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG). Esses campos experimentais faziam parte do programa de descentralização da produção cafeeira incorporado pelo PRRC, ficando responsáveis pela expansão da cafeicultura para além das regiões tradicionalmente produtoras de São Paulo e do Paraná, por terras dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rondônia. Essa expansão territorial integrou à produção

áreas de cerrado (MG, GO, MS. E SP), antes terras inativas e hoje abrigando a cafeicultura mais expressiva do país; a região do Jequitinhonha, do Norte e Noroeste de Minas Gerais; as da Chapada e Planalto na Bahia [...]; os micro-climas serranos do [...] Cear ; mais as zonas de altitudes elevadas, chamadas de cafeicultura de montanha, nos estados do Espírito Santo, Zona da Mata de Minas, Rio de Janeiro e parte do Sul de Minas, destacando-se que, anteriormente, o café era, principalmente, explorado em áreas de baixas altitudes nessas regiões (FUNDAÇÃO PROCAFE, 2016, não paginado).

⁶ De acordo com a Fundação Procafé, os campos experimentais estavam regionalizados nos seguintes estados: três em Minas Gerais, dois no Espírito Santo, dois na Bahia, um no Paraná, um no Mato Grosso, um no Ceará, um em Pernambuco e um no Rio de Janeiro.

Constata-se, portanto, o papel fundamental desempenhado pelo Estado nesse processo, que ao criar as condições para a modernização do campo, reconsolidou a cafeicultura brasileira como uma importante atividade geradora de divisas, facilitando desde a penetração direta do capital financeiro no campo como transformando regiões inteiras em verdadeiros vetores de acumulação capitalista com consequências sócio espaciais irreparáveis (SANTOS, 2014).

Com as políticas de recuperação do parque cafeeiro implementadas no decorrer dos anos de 1960, o café pôde, enfim, ampliar a sua representação no conjunto das exportações, conseguindo manter-se em primeiro lugar no *ranking* mundial de produção e exportação do produto. Com o momento do chamado “milagre econômico” pelo qual passava o país, em que o Produto Interno Bruto (PIB) alcançou taxa média anual de 11,1% (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008), o interesse do Governo brasileiro, segundo Ruy Medeiros (2015), era o de intensificar ainda mais a produção de grãos para vias de exportação. Para tanto, o reordenamento territorial da produção e, sobretudo, a sua expansão por novas áreas estavam na ordem do dia.

O outro aspecto ligado à política econômica do governo da época era o de produzir grãos para exportação. O governo brasileiro estava interessado em exportar grãos, sobretudo levando em conta que a década de 1960 foi marcada no Brasil por uma crise e a economia só voltou a ser retomada a partir de 1967 e 1968. Foi o período, como vocês sabem, do milagre que vai até 1971, mas alguns estendem até 1973. (Rui Medeiros. Entrevista concedida em março de 2015).

Na Bahia, a agricultura cafeeira tornou-se importante cultivo no início da década de 1970. A princípio, se concentrou nas regiões da Chapada Diamantina e do Planalto da Conquista, onde foram realizadas pesquisas pelo IBC para identificar as aptidões edafoclimáticas e topográficas de seus municípios, e verificar a disponibilidade de terras e mão de obra para a exploração. Nessa época, muitos recursos do PRRC foram destinados ao estado no intuito de consolidar polos cafeeiros que contribuíssem significativamente no conjunto da produção nacional do produto.

No próximo tópico desse texto, apresentaremos as primeiras ações realizadas pelo Estado na escolha de novos territórios para a reprodução ampliada do capital através da cafeicultura. No entanto, a partir de agora, centraremos as nossas discussões para o Planalto da Conquista, recorte espacial de análise dessa pesquisa.

2.2 A “escolha” do Planalto da Conquista

Em meio ao cenário conturbado em que se encontrava a produção cafeeira brasileira entre as décadas de 1960 e 1970, o Estado, visando reestabelecer os índices produtivos nacionais e a geração de divisas na balança comercial, deu início a um intenso processo de integração de novas áreas à dinâmica região produtora de café do país.

Entre essas áreas, o Planalto da Conquista destacou-se nos relatórios e projetos realizados pelo Estado por apresentar alto potencial para o desenvolvimento de uma cafeicultura empresarial, inerente aos preceitos da racionalidade produtiva que se afluía na época diante da situação crítica provocada pelas intempéries nas lavouras do Sul e pelos baixos preços do produto no mercado internacional, que afetavam negativamente no ritmo dos investimentos para o cultivo.

Os primeiros estudos do IBC na região aconteceram no município de Vitória da Conquista, no ano de 1970. Neles, os técnicos Ângelo Paes de Camargo (climatologista), Adolpho Chebabi (implantação de culturas) e Alfredo Kupper (solos) verificaram que as terras conquistenses estavam acima de 700 metros de altitude, o que impediria a proliferação da doença da ferrugem nos cafeeiros, e que apresentava temperaturas entre 15°C e 25°C, sem risco de geadas⁷.

Além disso, a topografia era composta, em sua maioria, de solos do tipo latossolo e podizólicos, planos e levemente ondulados, que permitiriam o fornecimento de alguns dos nutrientes necessários ao crescimento da planta e, conseqüentemente, a economia em tratamentos agrícolas especializados para a recuperação de solos.

Como o município de Vitória da Conquista estava localizado em área de transição vegetal de mata atlântica e caatinga, a sua posição geográfica permitiria o acesso a terras para plantio e terras para a secagem do produto, que poderia ser feita no município de Anagé (figura 3), pelo clima semiárido que apresenta e pela sua proximidade com Vitória da Conquista, cerca de 50 km de distância. Desse modo, o uso de equipamentos e de energia para secar o café poderia ser dispensado, reduzindo, assim, os custos finais da produção e propiciando a preservação da qualidade dos grãos através da secagem do produto por vias naturais.

⁷ Sobre a escolha do Planalto da Conquista pelo IBC, Ruy Medeiros relatou: “Os técnicos viram que a área era alta e viram que ela era propícia para o plantio do café na região. Aqui, em Vitória da Conquista, basicamente a região do Capinal e a região de Inhobim [...]. Vitória da Conquista tem uma altitude média entre 750 à 850m acima do nível do mar”. Entrevista concedida em março de 2015).



Figura 3: Terreiro de secagem de café no município de Anagé, a cerca de 50 km de distância de Vitória da Conquista.

Fonte: Arquivo pessoal do proprietário da Fazenda Monte Verde.

Para o escoamento da produção, o Planalto da Conquista contava com as rodovias BR-116, BR-415, BR-030 e BR-330, todas dando acesso aos portos de Salvador e Ilhéus. Posteriormente, já com a consolidação da cafeicultura, vias secundárias passaram a ser abertas para dar acesso às propriedades cafeeiras que cresciam vertiginosamente na região. A exemplo, tem-se a estrada do distrito de Inhobim, em Vitória da Conquista, e a estrada que liga Vitória da Conquista a Barra do Choça.

Outra constatação feita pelo IBC para a região referia-se à disponibilidade de insumos para o desenvolvimento das novas lavouras. Assim, foi verificada a capacidade de fornecimento de adubos nitrogenados pelo polo petroquímico de Camaçari, de calcário agrícola pelas jazidas de calcário dolomítico de Salvador e de adubos orgânicos, como as tortas oleaginosas à base de cacau e da mamona, que também eram produzidos no estado. Já o adubo fosfatado, seria proveniente do Pernambuco, onde se situava importante jazida de fosfato (COOPMAC, 1981).

Uma vez constatado o potencial produtivo do Planalto da Conquista para a plantação de café, vários incentivos do PRRC passaram a ser destinados para subsidiar a introdução da cafeicultura na região. Esses incentivos, verdadeiros subsídios à base de recursos públicos, mostravam os objetivos do Governo Federal na consolidação de uma cafeicultura industrial que fosse capaz de contribuir efetivamente para a manutenção dos índices nacionais de produção e exportação do produto.

Nesse sentido, foi firmada uma parceria entre a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Limitada (COOPMAC), a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) e a Secretaria da Agricultura (SEAGRE-BA) para o recebimento das primeiras linhas de crédito do PRRC, que custeariam, a princípio, a plantação de 50.000 hectares de lavouras, com uma infraestrutura básica para a produção de 50.000 sacas de café de 60 kg (DUTRA NETO, 2004). A união de tais entidades viabilizou toda a ação de pesquisa e permanência do IBC na região, dando o suporte necessário para a instauração de suas bases no município de Vitória da Conquista, e realização de reuniões e propaganda da cafeicultura como uma atividade vantajosa e altamente lucrativa na tentativa de atrair investidores para a região (figura 4), como mostra o depoimento de um cafeicultor:

Um dia Z Bigode chegou no meu bar e disse assim: “Um pessoal chegou aí. Vambora lá... [...] Bora lá comigo que vai ter gerente de banco, prefeito... Vai o pessoal todo lá para ver o negócio do café. [...] Quando a gente chegou lá, tinha um pessoal de Minas Gerais, o prefeito da época, Nilton Gonçalves [...], o presidente da cooperativa, Ubirajara Fernandes, e o gerente do Banco do Brasil. Foi essa turma toda.

(Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).



Figura 4: Reunião do IBC, cooperativa, prefeitura e gerente do Banco do Brasil com os possíveis produtores de café de Vitória da Conquista, em 1971.

Fonte: Arquivo pessoal do proprietário da Fazenda Monte Verde.

Além disso, os financiamentos disponibilizados pelo PRRC exigiam o desenvolvimento de uma cafeicultura pautada nos padrões técnicos estabelecidos pelas políticas de modernização da agricultura, isto é, no desenvolvimento de um cultivo dotado de técnicas produtivas mais avançadas, que fizesse o uso de fertilizantes químicos, defensivos, corretivos, máquinas e equipamentos modernos em quase todas as etapas de seu processo produtivo (SANTOS, 2013).

Ao longo da década de 1970, muitos outros incentivos e financiamentos do PRRC chegaram à Bahia com o intuito de ampliar o parque cafeeiro do estado. Como resultado, em 1981, somente o Planalto da Conquista já contabilizava cerca de 70 milhões de covas de café abertas, enquanto as outras regiões baianas apresentavam um total de 60 milhões, fazendo das terras conquistenses a principal área produtora de café da Bahia. Nesse mesmo ano, para todo o parque cafeeiro do estado, foi constatada uma produtividade superior a 20 sacas de 60 kg por mil covas, e a área total destinada para esse cultivo no território baiano atingiu os 1 milhão de hectares (COOPMAC, 1981).

2.3 O café chega a Vitória da Conquista e região

A partir das constatações feitas pelo IBC do potencial do Planalto da Conquista para a produção do café, o Estado, no ano de 1972, deu início a um intenso processo de expansão desse cultivo no município de Vitória da Conquista, inserindo a região no circuito produtivo do capital e na divisão social e territorial do trabalho.

Desse modo, pode-se dizer que, embora a expansão da cafeicultura pelo Planalto da Conquista tenha se efetivado, sobremaneira, diante das condições climáticas não muito favoráveis que atingiam as principais áreas produtoras do país, a análise sobre a sua integração à dinâmica região cafeeicultora nacional não deve se distanciar da compreensão das estratégias criadas pelo Estado para viabilizar a reprodução ampliada do capital “através da circulação de capital na agricultura” (SANTOS, 1987, p. 104).

Segundo Souza (2008), para além da visão naturalista dos fatos, em que as condições ambientais da região fizeram dela por si só importante polo cafeeiro, é preciso considerar como o Estado, através de mil formas, encaminhou esse processo e sobre quais bases o modelo de modernização da agricultura se efetivou. Para tanto, faz-se necessário levantar os elementos históricos que mostram a execução desse projeto de desenvolvimento no Planalto da Conquista, tendo em vista que beneficiou grande parte das elites locais, principalmente os

latifundiários e comerciantes, em detrimento dos homens e mulheres pobres do campo que foram expulsos de suas terras para em seguida serem transformados em proletários.

Composto pelos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça, Planalto, Poções, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Caatiba, Iguai, Cândido Sales e Boa Nova (SEI, 2015)⁸, o Planalto da Conquista, a partir da década de 1970, vivenciou, em decorrência da instauração da agricultura cafeeira, profundas transformações sócioespaciais que alteraram, sobretudo, a estrutura fundiária da região e as relações de vida e de trabalho no campo.

Inicialmente, os primeiros incentivos para a produção cafeeira pelo PRRC concentraram-se em Vitória da Conquista, pois, desde a década de 1960, esse município vinha apresentando forte influência regional, com grande fluxo de pessoas e mercadorias, impulsionado pela construção da BR-116 (SOARES, 2011).

Então, Conquista foi escolhida. O que era Conquista nessa época? Conquista já era uma cidade polo. Desde 1968, o primeiro estudo do IBGE sobre regiões funcionais urbanas, posteriormente áreas de influência das cidades, já detectava 46 municípios polarizados por Vitória da Conquista. Depois do café, Conquista fixa a sua situação de capital regional. (Ruy Medeiros. Entrevista concedida em março de 2015).

Antes da introdução da cafeicultura na região, parte significativa das terras conquistenses era destinada à exploração da pecuária. Numa pequena parcela delas, em áreas de propriedades já fracionadas por heranças e sem titulação, famílias camponesas, a maioria de posseiros, desenvolviam a produção agrícola em base familiar, plantando milho, feijão, abacaxi, mandioca, leguminosas e hortaliças para consumo próprio e para a venda do excedente nas feiras das cidades, vilas e povoados.

Com a consolidação da cafeicultura no Planalto da Conquista, as terras foram supervalorizadas e um alqueire⁹ de terra, que antes custava em torno de Cr\$ 500,00, passou a valer, em média, de Cr\$25 a Cr\$ 30 mil. Nessa época, foi forte o interesse de proprietários rurais de outras regiões pela compra de terras conquistenses e a inevitável venda de glebas pelos camponeses e posseiros aos especuladores imobiliários (SOARES, 2011). Ao mesmo tempo, muitos inventários foram retomados, muitas terras foram tituladas, e pretensos “proprietários” passaram a reclamar por terras de posseiros (MEDEIROS, 2002).

⁸ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

⁹ Um alqueire baiano equivale a 96.800m², o correspondente a 9,68 hectares.

Essa súbita procura de terras no Planalto da Conquista para a implantação da lavoura cafeeira pode ser verificado no depoimento do cafeicultor conquistense, que disse:

Eu me entusiasmei pela conversa dos caras do café (IBC), né? Aí eu falei assim: “Ô Zé Bigode, me arranja uma terra l”. Aí tinha seu Ioiô lá em Inhobim que tinha uma terra também, que disse assim: “Ah, moço, tem uma terra lá defronte a minha, eu vou te mostrar a terra lá para você ver. A terra l boa para você comprar e tal”. Aí eu falei que tava bom e que eu ia l ver. Aí eu fui olhar essa terra e eu já tava com o negócio fechado praticamente numa chapada... Para você ver como que Deus me ajuda, né? Daqui a pouco o Zé Bigode me chega e diz que tinha uma terra que era boa e que era para eu ir lá olhar. Eu já tava com o negócio praticamente fechado nessa de Ioiô. Aí eu fui olhar a de Zé... Quando eu entrei e olhei, eu saí cheio de carrapato. Aí lá tinha um brejo... Uma água lá embaixo assim... Aí, eu falei assim: “Ah, essa aqui melhor!”. (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Em decorrência do aumento no número de investidores na região em busca de maior renda da terra e geração de lucros por meio da cafeicultura, houve uma demanda muito grande pela compra e regularização de terras junto ao Estado, que facilitou a privatização das mesmas para aqueles que pretendiam produzir o café:

Começou-se a buscar títulos de terras, a sua documentação, porque grande parte dessas áreas eram terras públicas e os documentos eram frágeis. Você tinha áreas e mais áreas que quando você procurava a origem numa cadeia sucessora daquele imóvel, não encontrava nenhum título, nenhum documento sólido que demonstrasse que aquela propriedade era propriedade privada. Então, a busca de muitos desses documentos junto ao Estado, significava a compra de terras. As médias e grandes propriedades, o Estado vendia barato, demarcava e dava o título e a pessoa registrava como se faz o registro de imóvel privado; registrava o título do Estado junto ao registro do imóvel. (Ruy Medeiros. Entrevista concedida em março de 2015).

Medeiros salienta, ainda, que muitas das áreas que foram tituladas eram de pessoas que já tinham falecido ou que precisavam de regularização via inventário ou partilha. Para ele, esse período foi marcado por uma grande titulação de imóveis e uma grande transação imobiliária entre particulares, ou seja, muita compra e venda de terras. Sobre o processo de compra de terras na época da chegada da cafeicultura na região, o cafeicultor declara:

Eu comprei uma terra... Essa terra eu comprei assim... Na época era barata. Na época, eu dei uma entrada, vamos dizer... Uma hipótese, a terra foi oito mil... Eu dei dois mil de entrada, dois mil com três meses, dois mil com seis meses e dois mil com um ano de prazo. Essas terras eram tudo abandonada.

Isso aqui ó... Não tinha nada. Só plantava mandioca e gado solto por aí, criado, assim, no mato. Era tudo assim de capoeira, chamava larga, mata de larga. Já era largada aqui... Porque ninguém queria. (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Desse modo, a terra, que até então não possuía muito valor, tornou-se fonte de especulação por parte de proprietários e comerciantes da região, passando a ser vista como uma possibilidade concreta de ganhos econômicos. Sobre os verdadeiros beneficiados pelo plano estatal de expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista, Santos (1987, p. 106) constatou em suas pesquisas que

a implantação da cafeicultura no espaço rural de Vitória da Conquista [...] significou a criação de um produtor de novo tipo, oriundo da classe média urbana: comerciantes, profissionais e técnicos tendo acesso ao crédito e outras vantagens oferecidas pelo poder público e podendo adquirir terras de cultivo.

Segundo Bacha (2004), o crédito rural foi o instrumento primordial utilizado pelo Estado para promover a modernização da agricultura. Esse crédito consistia basicamente em uma espécie de financiamento da agropecuária com taxas de juros e condições de pagamentos diferenciados dos encontrados no mercado. Além disso, como aponta Alves (1992), apresentava regras que já eliminava grande parte dos produtores rurais, uma vez que seu real propósito era o beneficiamento de produtos voltados para a exportação.

Tabela 1: Crédito Rural Contratado no Brasil – 1970 a 1980

Ano	Total*	Taxa de juro real (em %)
1970	9.277	- 3,9
1971	10.729	- 4,0
1972	13.269	- 1,5
1973	18.762	- 1,4
1974	23.203	- 15,1
1975	33.827	- 11,5
1976	34.678	- 21,9
1977	30.944	- 16,7
1978	31.475	- 17,7
1979	39.205	- 34,4

1980	37.492	- 37,7
-------------	--------	--------

*Valores em milhões de reais.

Fonte: Santos (2013)

Os créditos voltados para a agropecuária correspondiam a recursos exorbitantes e durante toda a década de 1970 as taxas de juros cobradas eram negativas, mostrando-se vantajosa e favorável para os produtores. Em 1980, conforme tabela 1, a taxa de juros do crédito rural chegou a ser de $-37,7\%$, o que significava que, em termos monetários, se um agricultor solicitasse um financiamento agrícola no valor de CR\$100,00, pagaria somente CR\$ 62,30 (SANTOS, 2013).

Segundo Goldin e Rezende (1993), os principais cultivos financiados pelo crédito rural foram a soja, o trigo, o arroz, o milho, o café e a cana de açúcar, que receberam cerca de metade de todo o crédito disponibilizado pelo Estado nessa época.

De acordo com Souza (2008), no Planalto da Conquista, o acesso ao crédito limitou-se apenas aos grandes empreendedores, ficando os camponeses excluídos dos empréstimos. Aos comerciantes, técnicos e profissionais liberais, apontados por Santos (1987) como os verdadeiros favorecidos pelo crédito rural, foram destinados recursos bastante elevados, que foram capazes de integrar a agricultura cafeeira à indústria, com o uso intensivo de insumos, fertilizantes, tratores, máquinas e equipamentos modernos (figura 5).



Figura 5: “Modernização do campo”. Chegada de trator para uma das mais novas fazendas de café de Vitória da Conquista, em 1972.

Fonte: Arquivo pessoal do proprietário da Fazenda Casca.

Sobre a disponibilização dos créditos, o cafeicultor de Vitória da Conquista, relatou:

O gerente do Banco do Brasil vinha aqui para Inhobim e pra Barra do Choça reunir o pessoal e falava assim: “Vai l que o Banco do Brasil tem um dinheiro para financiar para vocês plantar, porque o caf bom”. O homem tinha uma visão que eu nunca vi um negócio daquele.

Quando eu cheguei no banco tava aqueles fazendeiros, aquele povo tudo cheio do dinheiro para conversar com ele e tal. Aí tava aquela fila e eu sentado assim... No banco. Quando foi a minha vez, ele (o gerente) perguntou o que eu queria. Aí eu disse: “Vim aqui vê o negócio do caf . Vi o senhor falando, o pessoal falando e o pessoal de Minas falando que a coisa é boa e tal. Eu comprei uma terra...”.

Só que ele disse assim: “Mas o caf só vai dar depois de ser plantado, com dois anos dá a primeira safrinha. Então, você vai fazer um negócio... Eu tô vendo que você é um menino novo, que você é trabalhador... Você vai fazer o viveiro pra fazer muda, que a muda você vai fazer e vai receber logo o dinheiro”. Aí eu falei: “Moço, como que fazer muda? Eu não sei”. Aí ele disse: “Não, você vai sair daqui e vai a Minas, vai ver como e vai fazer. V logo lá em cima e faça a sua proposta lá do viveiro e de plantar 50.000 pés de caf ”. Aí eu saí de l e pensei assim: “Esse homem doido”. Aí eu fui l no crédito rural fazer a proposta, né. Eu já tinha feito lá o cadastro da terra e tal, aí eu fiz a proposta: 50.000 pés de café e um milhão de mudas. Eu fiz essa proposta e ela foi aprovada (figura 6). (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).



Figura 6: Viveiro construído com os recursos do crédito rural em Vitória da Conquista, em 1972.

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016

Diante disso, torna-se evidente que o Estado criou todas as condições necessárias para o desenvolvimento da cafeicultura na região, atraindo empreendedores para o meio rural por meio de subsídios e pela manutenção da extração da renda da terra para esses sujeitos, os novos empresários agrícolas. Para tanto:

a) assumiu os gastos de manutenção de novos cultivos de café no período em que não produzem lucro; b) subsidiou as atividades que, por causas diversas, não representa taxa média de lucro; c) compensou os grandes produtores pela taxa menor de lucro por causa dos mecanismos de controle dos preços (SANTOS *apud* SOUZA, 2008, p. 439).

Assim, na medida em que a produção cafeeira foi se desenvolvendo e se apresentando como uma atividade vantajosa e lucrativa, novas terras do município de Vitória da Conquista e região foram sendo incorporadas à acumulação do capital. No entanto, Souza (2008) observa que essa apropriação da terra pela agricultura cafeeira não ocupou os espaços tradicionalmente explorados pela pecuária, mas, sim, as áreas de capoeira, onde viviam centenas de famílias camponesas com suas pequenas unidades de produção. Tal fato veio acompanhado de uma série de tentativas de grilagens, e provocou, conseqüentemente, o desencadeamento de vários conflitos no território¹⁰.

Como resultado, muitos dos sujeitos que reproduziam as suas vidas como produtores diretos, isto é, como possuidores da terra de trabalho, foram expulsos e/ou pressionados a venderem as suas glebas, restando-lhes apenas como alternativa de sobrevivência a venda de sua força de trabalho para as fazendas cafeeiras ou a migração para as cidades a fim de se inserirem no mercado de trabalho urbano, o que nem sempre acontecia devido à incipiência do mesmo e à escassez de mão de obra “qualificada”.

É importante ressaltar que a compra de áreas maiores pelos pretensos cafeicultores também acentuou o processo de proletarização e o deslocamento de trabalhadores em direção às zonas urbanas, uma vez que implicou na retirada de famílias agregadas da terra, que viviam e trabalhavam em fazendas de terceiros antes da chegada do café.

Com exceção das áreas destinadas à criação de gado, consolidada na região pelo “tropeirismo” ou “viajantes do Sertão da Ressaca”¹¹ (BARRETO, 1981), o campo de Vitória da Conquista, assim como grande parte do Planalto, possuía vastas e exuberantes reservas de

¹⁰ Sobre esses conflitos no território na região do Planalto da Conquista, ver Souza (2008).

¹¹ Segundo Barreto 1981 a própria ocupação de terras de Vitória da Conquista se deu através do “tropeirismo” e ou “viajantes do Sertão da Ressaca”, muito praticado nos séculos anteriores. A denominação “Sertão da Ressaca” foi dada à região do entorno desse município e consistia em um lugar de passagem de homens, que conduziam animais para a comercialização na Bahia ou em outras regiões do país.

matas que foram desaparecendo na medida em que a cafeicultura se expandia pelo território. Com a chegada do café, Ruy Medeiros afirma que se iniciou na região um processo de completa devastação de área amparada pelos preceitos da modernização da agricultura. Sobre esse processo, relata:

O modelo de plantio adotado pelas empresas e agências técnicas para incentivar a agricultura resultou numa verdadeira terra arrasada. Desmatavam tudo. Não ficava uma árvore sequer aonde iria se plantar o café. Ecologicamente, isso implicou na perda de espaços de sobrevivência dos animais e numa perda florística enorme. As fazendas eram implantadas em áreas que se tiravam toda a vegetação e, surpreendentemente, depois se dizia que era necessária uma vegetação para quebrar o vento nos cafezais. Aí se pensou na bananeira e na grevílea em torno das fazendas ou em torno das áreas plantadas. (Rui Medeiros. Entrevista concedida em março de 2015).

Além da destruição vegetal, o projeto de desenvolvimento para o campo implementado pelo Estado trouxe sérias consequências para os solos, que foram sendo gradualmente esgotados pelo uso intensivo de agrotóxicos, herbicidas e outros insumos industrializados.

Essa destruição da natureza aliada às formas de precarização de vida e de trabalho deixou claro que a modernização do campo atendeu primordialmente as necessidades de reprodução e acumulação do capital, pois se sustentou sobre aquilo que havia de mais atrasado, ou seja, na dupla agressão à vida humana, na degradação do meio ambiente e na ampliação da miséria através da expulsão de homens e mulheres da terra e do assalariamento sob condições precárias de trabalho.

Para Souza (2008), a expansão da cafeicultura no campo conquistense só pode ser explicado através do processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, que, ao selecionar áreas para a sua reprodução, aumenta as possibilidades de extração de mais-valia, que se transforma em lucro. Nesse sentido, o processo de instalação do polo cafeeiro no Planalto da Conquista deve ser entendido como mais uma das estratégias incorporada pelo capital em seu processo de acumulação histórica, que dei ou a “esmagadora maioria dos que labutam no campo marginalizadas do projeto de modernização da agricultura” SINGER, 1977, p. 6).

Para Singer 1977 , esse modelo de “desenvolvimento” pode ser concebido como um movimento às avessas que condiz única e exclusivamente com o modo de operação do sistema vigente:

Numa formação social em que o capitalismo é hegemônico, o progresso, a modernização tecnológica, o aumento da produtividade só podem decorrer da expansão do capitalismo em suas formas mais avançadas, ou seja, [...] do capitalismo monopolista. Desta maneira, se o Estado se propõe a promover o progresso da agricultura, ele só pode fazê-lo na estrutura vigente, apoiando as empresas mais capitalizadas” SINGER, 1977, p. 5 .

Como resultado, houve a subsunção real do trabalho ao capital, na qual, os camponeses, homens e mulheres pobres do campo, deram forma a uma grande massa de trabalhadores assalariados: os proletários do café. Esses sujeitos tiveram as suas vidas profundamente alteradas e marcadas pela precarização desenfreada do trabalho, materializada, sobretudo, nas formas de relações de trabalho temporárias na figura do boia-fria.

Diante do exposto e em busca de uma melhor compreensão sobre a modernização da agricultura proposta pelo Estado para o “desenvolvimento” do campo brasileiro, apresentaremos, no próximo tópico desse texto, algumas minúcias que perfizeram esse processo modernizador, principalmente no que se refere às mudanças na ordem produtiva. Ou seja, evidenciaremos os elementos técnicos e científicos “modernizantes” que, ao invés de incrementar a produção e melhorar as condições de trabalho e de vida, se materializam, na verdade, como formas perversas de aumento da produtividade do trabalho e da extração da mais-valia, gerando o desemprego estrutural, a degradação do trabalho humano e da natureza.

2.4 Modernização da agricultura brasileira

Após a Segunda Guerra Mundial, período em que o desenvolvimento da industrialização brasileira se intensificou, o capital financeiro e industrial passou a expandir-se gradativamente sobre a área rural do país. A partir daí, mudanças significativas começaram a atingir a base técnica da produção agrícola, transformando a agricultura em uma atividade industrializada e moderna, dotada de tecnologia. Para Kageyama (1990), essas transformações representaram a subordinação da natureza ao capital, uma vez que a produção agropecuária passou a ser determinada pelas necessidades da acumulação capitalista.

Com o objetivo de aumentar a produtividade do campo brasileiro, a introdução de técnicas mais avançadas na produção rural teve início a partir da década de 1950, quando insumos, equipamentos, fertilizantes e maquinarias passaram a ser produzidos por setores internos da economia. No entanto, foi somente a partir dos anos de 1960, que esse aparato técnico-científico começou a ser efetivamente incrementado em todas as etapas dos processos de produção do campo.

Graziano da Silva (1981) aponta que a modernização da agricultura no Brasil se desenvolveu calcada nas inovações implementadas e difundidas pelo Estado, que configuraram as práticas agrícolas com um padrão semelhante ao da indústria, sendo elas:

- 1) As *inovações mecânicas*, que modificaram o ritmo da jornada do trabalhador e a intensidade da mesma, reduzindo o tempo do trabalho e aumentando o tempo do não-trabalho;
- 2) As *inovações físico-químicas*, que aumentaram a produtividade do trabalho e reduziram o tempo de trabalho; sendo as inovações químicas responsáveis pelas transformações nas condições naturais do solo e as físicas as que permitem as práticas de melhoramento do uso do terreno por meio da variedade de combinações de espaçamentos, drenagem, rotação de cultivos, plantio em nível, irrigação, etc.
- 3) As *inovações biológicas*, que, através da diminuição do período de produção e da ampliação das inovações mecânicas e físico-químicas, determinaram a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo; com o avanço das inovações de caráter biológico, o capital interfere nas determinações das forças naturais, de modo a acelerá-las ou transformá-las a seu bel-prazer. Ou seja, a natureza fica a serviço do capital, o que possibilita a superação das barreiras naturais para o desenvolvimento de uma agricultura capitalizada e, conseqüentemente, a transformação da agricultura em um ramo da indústria.

Além disso, o que se verificou foi que as políticas de modernização do campo submeteram a produção agrícola a outros setores produtivos da economia, tornando-a cada vez mais dependente dos insumos industriais que tinham o propósito de aumentar a produtividade, como as máquinas, os defensivos agrícolas, as sementes, os fertilizantes, as embalagens, etc., essenciais para o funcionamento da lógica modernizante do capital no campo.

De acordo com Delgado (1985), o Estado agindo dentro das instâncias financeira-fiscal, produtiva e previdenciária, foi peça fundamental para a expansão do capitalismo no campo por meio de um modelo de desenvolvimento para o campo. Para esse autor, a instância normativa mais representativa no conjunto das políticas de modernização da agricultura foi a financeira-fiscal, uma vez que compreendeu os mecanismos-financeiros e, sobretudo, os

incentivos fiscais que estimularam, compensaram e financiaram a aplicação de capitais privados para as atividades rurais.

Com isso, a partir de meados da década de 1960, muitos créditos foram subsidiados pelo Governo e assegurados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que, juntamente com a Reforma do Sistema Financeiro articulada pelo Banco Central brasileiro, instituiu taxas de juros abaixo da inflação que garantiriam a canalização de parte dos recursos captados pelos bancos no país e no exterior para a agricultura (BINI; SILVA, 2012).

Através dos acordos selados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central para a venda no mercado financeiro internacional de papéis da dívida pública, o Estado brasileiro conseguiu grande parte do capital necessário para o “milagre econômico” no país. Com esse capital voltado quase que inteiramente para a modernização do campo, os incentivos estatais para esse processo:

[...] subsidiou a compra de máquinas e equipamentos, insumos químicos; sementes melhoradas; custeou a produção, garantiu os preços mínimos, promoveu a eletrificação rural; construiu armazéns e silos para estocar a produção; subsidiou a exportação; isentaram de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura moderna; promoveu o seguro agrícola, etc. (ELIAS, 1996, p. 29-30).

Nesse sentido, foram criadas linhas especiais de créditos e de financiamento, que foram direcionadas, em sua maioria, para os médios e grandes produtores. Segundo Gonçalves (1997), os maiores beneficiados com os créditos agrícolas foram a classe dos latifundiários, os cultivos de produtos voltados para a exportação e as regiões mais desenvolvidas do país, acarretando, assim, numa modernização “desigual e conservadora”.

Na década de 1970, houve grande disponibilidade de crédito oferecido pelo Governo Federal. Nesse período, o processo inflacionário era crescente, porém as taxas de juros cobradas pelos financiamentos eram muito baixas e, até mesmo, negativas. Araújo (1983) destaca que o segundo tipo de crédito mais requerido pelos produtores rurais até 1977 era o crédito de investimento, que se aplicava na compra de tratores e no melhoramento técnico da produção.

Para o ano de 1980, Martine (1987, p. 128) afirma que a participação no valor total dos financiamentos concedidos pelo Governo continuou favorecendo

as médias e grandes propriedades. Assim, por exemplo, os estabelecimentos de 100 a 1000 ha, que incluíam apenas 9,5% dos estabelecimentos [...] receberam 42,5% do valor dos financiamentos concedidos; enquanto isso, os de 1000 a 10000 ha, com 0,9% dos estabelecimentos receberam 20,3% do valor total.

Conforme Fischer (1992), no que concerne às pequenas propriedades, o acesso aos financiamentos, nesse mesmo ano, permaneceu bastante restrito, com apenas 10% dos estabelecimentos de até 10 hectares obtendo as linhas de crédito. Entre as propriedades de 10 e 99 hectares e de 100 a 1000 hectares, somente 32% e 35% delas, respectivamente, tiveram acesso a essa política. Esse fato, segundo Pinheiro (1980), evidenciou que o governo beneficiou os grandes proprietários agrícolas e não os reais produtores agrícolas, isto é, os pequenos proprietários.

Por isso, para Graziano da Silva (1994, p. 138), a modernização da agricultura foi

um processo profundamente desigual e, até mesmo parcial, seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade.

No início da década de 1970, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) intensificou a cientificação da agricultura e expandiu o meio técnico científico pelo território nacional, atuando proeminentemente na pesquisa e extensão para a criação, adaptação e propagação de tecnologias modernas para o campo, denominadas, por Elias (1996), de extraordinárias inovações científico-técnicas. Para Teixeira (2005), esse período foi marcado pela intensificação da subordinação da agricultura à indústria e, conseqüentemente, de uma maior subordinação da natureza ao capital.

As novas relações de trabalho que se estabeleceram no campo com a modernização da agricultura expulsou milhares de camponeses da terra e introduziu no processo produtivo trabalhadores assalariados com diferentes níveis de qualificação, que exercem atividades laborativas braçais e técnicas coletivamente. Desse modo, antigas relações de trabalho deu lugar a novas relações contratuais, sobretudo ao trabalho assalariado temporário. Grande parte dos homens e mulheres camponeses, que residiam no campo, passou a morar nos núcleos urbanos e a venderem a sua força de trabalho em determinadas épocas do ano na zona rural. O

trabalho assalariado temporário, conhecido também como trabalho volante, tornou-se predominante nos cultivos que se modernizaram no país.

Sobre essa transformação nas relações de trabalho no campo pelo processo de modernização da agricultura, Singer (1977, p. 1) faz as seguintes considerações:

O capital só pode se assenhorar de um ramo de atividade, separando o produtor direto dos seus meios de produção. [...] A penetração do capitalismo na agricultura brasileira despoja o camponês de seu acesso direto à terra, transformando-o de produtor independente em assalariado. [...] A relação de produção típica do capitalismo pressupõe não só uma força de trabalho “livre”, no duplo sentido de sem propriedade e sem peias à sua mobilidade, mas a sua venda sistemática e contínua por ponderáveis períodos de tempo a uma mesma unidade de produção. [...] A proletarização do trabalhador rural transformou a maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou “volantes” bóias-frias).

Diante disso e na tentativa de se evidenciar como a expansão do capitalismo no campo passou a determinar a vida dos trabalhadores rurais do Planalto da Conquista, teceremos, nos próximos tópicos desse texto, discussões acerca da formação desse proletariado nessa região, de modo a identificar a sua composição e analisar criticamente as formas de vida e de trabalho incorporadas por esses sujeitos diante da exclusão que sofreram com a imposição do modelo modernizador para a agricultura elaborado pelo Estado.

2.5 A formação e a composição do proletariado rural conquistense

Até o final da década de 1960 havia no Planalto da Conquista uma mão de obra formada por homens e mulheres pobres, que viviam na condição de agregados, moradores, arrendatários ou meeiros nas grandes fazendas. Nesse período, a pecuária era a principal atividade da região e absorvia um número reduzido de trabalhadores explorados sob relações paternalistas de trabalho, dependentes das concessões feitas pelos proprietários de terras.

A contratação dos trabalhadores do campo não era individual, mas familiar e, na maioria das vezes, mascarava-se em relações de compadrio ou em outros predicados do clientelismo. O contrato de trabalho não era formal e constituía-se de um acerto verbal que poderia ser desfeito a qualquer momento pelos fazendeiros (MARTINS, 2004). A remuneração, por sua vez, não era paga integralmente em dinheiro, sendo parte dela realizada em produtos, como sementes, equipamentos agrícolas e outras necessidades do trabalhador.

De acordo com Franco (1974), muitas das obrigações pessoais dos trabalhadores estavam associadas aos ajustes de trabalho, pois os vínculos firmados não consideravam a

expressão econômica da relação em sua totalidade, mas, sim, a junção de práticas laborativas e morais, em que lealdade, confiança, proteção e apadrinhamento eram predominantes. Por isso,

a dependência pessoal e a subjetividade do proprietário determinava a subjugação do trabalhador em todos os setores de sua vida. Os fazendeiros não só efetuavam a atração do cedente econômico, como também estabeleciam os critérios de comportamento político e também interferiam na vida privada do trabalhador (MARTINS, 1990 *apud* CRISTO, 2008, p. 35).

Para Ruy Medeiros (2002), esses pobres do campo estavam inteiramente dominados por um conjunto de mecanismos que impediam o desenvolvimento de sua consciência política. A estrutura social definida pelo conjunto de fazendas símiles entorpeceria qualquer pensamento crítico por parte desses sujeitos, que na condição de sem terra e sem trabalho, numa região onde o exército de reserva de mão de obra já era amplo, dependiam perversamente dos consentimentos feitos pelos fazendeiros no que consistia ao acesso a terra e ao trabalho. Esse autor acrescenta que, nesse período, o emprego era concebido como um “dom divino” e a agregação um favor que impunha fidelidade. O trabalho nada mais era, assim, do que o trabalho camponês em terras de outrem, onde a labuta dividia-se entre tanger o gado do patrão, proteger a propriedade e cuidar das pequenas roças de subsistência que mantinham.

É importante salientar que esse tipo de convenção de trabalho era muito frágil e instável, pois os fazendeiros tinham o livre arbítrio para romper sumariamente com os seus empregados, deixando-os sem terra e na mais completa miséria se essa fosse a sua vontade. Portanto, deve-se entender que “os moradores [...] ou agregados nunca foram tratados com mimo pelos fazendeiros. Por qualquer motivo, eles eram atirados à rua da amargura, uns virando quitandeiros, intrusos ou posseiros, outros forçados à vida de ociosos GUIMAR ES, 1982, p. 281).

Diante disso, é preciso considerar que a submissão desses trabalhadores a tais condições de trabalho e de vida estava intimamente ligada ao monopólio das terras, além das disparidades sociais e de um mercado de trabalho incipiente, que fizeram com que os fazendeiros impusessem seu domínio à essa legião de homens e mulheres pobres do campo, dominando as suas vidas dentro e fora do trabalho.

Junto a essa massa de trabalhadores agregados, moradores e meeiros, havia, ainda, os camponeses, os pequenos proprietários de terras, os ocupantes de terras devolutas e os

posseiros, que viviam da pequena agricultura e da venda do excedente da produção nas feiras da região, e que, mais tarde, com a instauração da agricultura cafeeira, seriam violentamente expulsos e expropriados de suas terras (MEDEIROS, 2002).

Com a vigência das políticas de espraiamento da cafeicultura pelo território brasileiro, e a sua conseqüente expansão pelo Planalto da Conquista na década de 1970, o capitalismo criou formas de apropriação e separação que facilitaram a sua expansão e territorialização na região. Para tanto, provocou uma rápida valorização das terras conquistenses e deu início a um processo maciço de retirada dos camponeses do campo, proletarizando-os (SANTOS, 1987).

Desse modo, pode-se dizer que a proletarização dos homens e mulheres pobres do campo dessa região, consistiu numa efetiva instauração de sujeitos livres para venderem a sua força de trabalho, isto é, para se transformarem em trabalhadores assalariados. Diante disso, é oportuno ressaltar que o trabalho assalariado é condição imprescindível para a acumulação capitalista, pois é em si obra do capital (MENEZES, 2007). Ou seja, é no modo de produção capitalista que o trabalhador torna-se livre para vender a sua força de trabalho como mercadoria, permitindo, assim, a extração da mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Nesse sentido, Alves (2007, p. 18) salienta:

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria através da instauração do trabalho livre, que dá-nos a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia. Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia.

De acordo com Medeiros (2002), como a cafeicultura no Planalto da Conquista se desenvolveu pautada nos preceitos de modernização da agricultura implementados pelo Estado a partir da década de 1950, a proeminente expansão do capitalismo no campo da região provocou a transformação de relações antigas de produção e de trabalho em relações de trabalho assalariado.

Para Martins (1986), a submissão do trabalho ao capital se dá por meio da apropriação da terra pelo capital. Corroborando com isso, Ianni (2004) aponta que, ao mesmo tempo em que as forças produtivas e as relações de produção se desenvolvem no campo, desenvolve-se também a classe operária rural. Nesse sentido,

o processo de capitalização da agricultura [...] leva à substituição de antigas relações de trabalho (parceria, colonato, pequenos proprietários, semi-assalariados) pelo trabalho assalariado, o que acarreta, em consequência, numa liberação de mão de obra despojada dos meios de produção (BASTOS; GONZALES, 1977, p. 38).

De acordo com Santos (1987, p. 101), essa liberação de mão de obra incorporada pelo capital agrário cafeeiro provocou profundas transformações sociais na região, que se evidenciaram nos processos de

fomentação, redirecionamento e ampliação dos fluxos migratórios; na expropriação dos pequenos proprietários retirando-lhes os seus meios de produção e proletarizando-os; e na fragilização dos pequenos produtores próximos da área cafeeira.

Faz-se necessário ressaltar, como afirma Souza (2008, p. 436), que o processo de assalariamento no campo conquistense veio acompanhado de formas ampliadas de exploração do trabalho, com o expressivo sufocamento dos direitos trabalhistas e o rebaixamento dos salários, devido, principalmente, ao incremento de maquinários na produção. Diante disso, houve, como resultado, o surgimento de uma gama de trabalhadores volantes e temporários na figura do boia-fria, “espelhando a degradação das condições objetivas de trabalho e da satisfação do mínimo aceitável à sobrevivência de qualquer ser humano”.

No texto „*O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia: relatório de pesquisa*”, de Vanda Sampaio de Sá Barreto (1982, p. 65), o depoimento de um trabalhador rural evidencia, empiricamente, as transformações sociais no que concerne ao acesso a terra e ao trabalho ocorridas no Planalto da Conquista, a partir da introdução da agricultura cafeeira na região:

Até os anos de 1970, quase todo mundo tinha seu pedaço de terra. Então, quase não se tinha assalariado do campo. Todo mundo trabalhava e era fácil você chegar aqui e arranjar seu pedaço de terra para trabalhar de meia. O fazendeiro te “dava”: “vá plantando capim, fazendo sua roça”. Antes do café, se plantava milho, feijão... Hoje, fazendeiro não deu a plantar. É só para eles.

Portanto, antes da formação do proletariado do café, o camponês, ainda que não fosse o proprietário direto da terra, desempenhando as funções de parceiros, arrendatários ou ocupantes, por meio de contrato civil, tinham o direito de plantar meses ou anos indefinidos na terra, fosse ela sua ou de outrem. Isso quer dizer que, para viver, reproduziam as suas vidas a partir daquilo que produziam na terra e que vendiam nas feiras das vilas, povoados e

idades, não precisando, assim, que ninguém lhes pagasse salários, sendo também os donos de seus instrumentos de trabalho (SOUZA, 2008).

Para Mosconi (2003), a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista foi uma agressão à economia camponesa familiar, porque foi a partir dela que se efetivaram as bases necessárias para que os pequenos proprietários vendessem os seus lotes e para que as famílias de posseiros e agregados fossem desalojadas de suas terras de trabalho, havendo grande desagregação e disputas pela terra, e a transformação desses sujeitos em trabalhadores assalariados do café.

Sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo agrário cafeeiro no campo e os seus rebatimentos nas relações de trabalho, Souza e Santos (2011, p. 6-7), observam:

O avanço das relações capitalistas no campo repercute nas relações de trabalho desenvolvidas até então, pois ao passo em que, em determinados locais, permite uma convivência com as relações de produção não-capitalistas (que predomina, sobretudo, nas áreas de caatinga, que tiveram de forma menos direta o processo de modernização vinculada à expansão cafeeira), no geral, o que se assiste é o crescimento das relações capitalistas de produção e a difusão do assalariamento, mediante a conversão do camponês em trabalhador assalariado.

Segundo Kautsky (1980), a proletarização da população agrícola e a concentração fundiária são premissas do avanço das forças produtivas no campo. Para parte significativa dos camponeses da região, esse processo se efetivou por meio da retirada de suas terras, restando-lhe apenas, para sobreviver, a venda de sua força de trabalho. Conforme afirma Barreto (1982), a ocupação das terras pela cafeicultura contribuiu para o efetivo desalojamento desses sujeitos dos meios de produção, liberando-os definitivamente para o mercado de trabalho.

De acordo com Martins (1981), a transformação de homens e mulheres do campo em trabalhadores livres, libertos de toda propriedade pelo capital faz-se necessária para que lhes reste, apenas, a venda da sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência. Além disso, esse contingente de proletários que se forma a partir do desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo cumpre a função de engrossar as fileiras do exército de reserva de mão de obra imprescindível para a manutenção do sistema do capital. Foi dentro dessa lógica perversa, que muitos trabalhadores rurais do Planalto da Conquista deixaram de produzir para si mesmos, para produzirem para os cafeicultores.

É por isso que, diante da implantação da cafeicultura na região, antigos pequenos proprietários, posseiros, agregados ou simples moradores, que antes se ocupavam da lavoura de subsistência no Planalto da Conquista, produzindo em regime familiar ou na pecuária, foram desalojados da terra pela compra das propriedades ou posses por expulsão para se tornarem trabalhadores assalariados na cafeicultura. Esse fato pode ser verificado em trecho de documento apresentado no III Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1988, que diz:

A introdução da lavoura cafeeira, em Vitória da Conquista, Barra do Choça, Encruzilhada, etc., trouxe sérias transformações: Antigos pequenos proprietários, posseiros e “agregados” ou simples “moradores” da fazenda), que antes se ocupava com lavoura de subsistência, produzindo em regime familiar, foram desalojados da terra: pela compra de suas propriedades ou posses, pela expulsão, pela exigência que o comprador fazia ao vendedor de uma “fazenda” tradicional de receber a propriedade “livre e desocupada de moradores, agregados ou trabalhadores”. A consequência que muitos trabalhadores deixaram de produzir para si mesmos, com as suas famílias, forma expulsos da terra, e passaram a trabalhar para o “fazendeiro do café”.

É importante salientar que essa exigência de terras “livres e desocupadas de moradores, agregados e trabalhadores” nas negociações de compra e venda de propriedades para a cafeicultura, se dava porque os novos produtores queriam se eximir do pagamento de possíveis encargos trabalhistas, uma vez que muitos deles residiam e trabalhavam nessas fazendas há anos. Desse modo, por desconhecerem os acordos de trabalho firmados entre patrões e empregados, optavam por uma terra sem ninguém, contribuindo efetivamente para a acentuação dos processos de expulsão. Além disso, como aponta Bastos e Gonzales (1977), relações de trabalho como a da parceria só fortalece e se reproduz em áreas onde os empresários agrícolas não dispõem de certo volume de capital, o que não era o caso da cafeicultura do Planalto da Conquista, uma vez que muitos empréstimos e créditos a juros baixíssimos foram facilitados pelo Estado aos novos cafeicultores.

Assim, os sujeitos sociais que outrora possuíam os meios de produção para subsistir, terra e força de trabalho, viram-se detentores apenas desta última, trabalhando no campo não mais como proprietários da terra, como reguladores da sua vida e do seu tempo de trabalho, mas, sim, como trabalhadores assalariados para os grandes fazendeiros.

Santos (1987), ao discutir sobre o processo de proletarização causado pela expansão da cafeicultura na região, identifica a massa de assalariados que o compõe em três categorias distintas. São elas:

- 1) Os trabalhadores assalariados, representados, em sua maioria, por aqueles pequenos proprietários que venderam as suas terras, e que, uma vez desapossados dos meios de produção, foram se alojar nas periferias das cidades de Vitória da Conquista e Barra do Choça;
- 2) Os pequenos produtores próximos à zona cafeeira, que, embora não se encontrem totalmente disponíveis para o trabalho nos cafezais, empregam-se em determinadas períodos do ano na cafeicultura.
- 3) E os migrantes sazonais, composto de homens e mulheres que chegam à região no período da colheita, originários de lugares mais distantes como a caatinga e, inclusive, de outros estados.

Já Medeiros (2002), em seu texto „*A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café*”, classifica esse proletariado rural em dois grandes grupos:

- 1) A dos trabalhadores permanentes, que vendiam a sua força de trabalho durante todo o ano e assumiam postos que exigiam tratos diários nas propriedades, como o de “tomar conta” das fazendas, os tratoristas, mecânicos, etc.;
- 2) E a dos trabalhadores temporários, que vendiam a sua força de trabalho em períodos específicos do ano, sobretudo na época da colheita, plantio ou limpa.

Entre os trabalhadores temporários, estavam:

- 1) Os boias-frias, que nada possuíam e se empregavam nas fazendas no período da colheita, vivendo, em geral, de “biscates”;
- 2) E os pequenos produtores e/ou posseiros, que trabalhavam na colheita do café no período em que não precisavam trabalhar na própria terra, a fim de complementar renda.

Nesse sentido, o proletariado do café englobou todo trabalhador móvel, desprovido dos meios e instrumentos de produção e disposto a vender „livremente” a sua força de trabalho em troca de um salário. Tratava-se, em geral, de homens, mulheres e crianças que recebiam salários calculados sobre a produção, ocupando postos permanentes ou temporários de trabalho, sem, no entanto, haver a concessão de proteção social ao trabalhador prevista no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 (CRISTO, 2008). O que houve, na verdade, foi a

instauração de condições de trabalho extremamente precárias, que, anos mais tarde, em 1980, desencadeou na histórica greve dos trabalhadores do café.

De acordo com Pereira (2011), nas primeiras décadas que se seguiram à introdução do café no Planalto da Conquista, a oferta de emprego nas fazendas era muito grande, atraindo, até mesmo, trabalhadores de outras regiões do estado e do país. Para essa autora, muita da força de trabalho utilizada pela cafeicultura sustentava a duplicidade entre assalariados do café e pequenos proprietários, principalmente aqueles oriundos das áreas da caatinga, e assalariados da cafeicultura e trabalhadores informais/subempregados nos centros urbanos.

Fora da atividade cafeeira, Barreto (1982) afirma que as possibilidades de emprego na região eram muito pequenas ou inexistentes para a maioria. Por isso, a opção era mesmo o café. Os poucos postos de trabalho e as esporádicas atividades na cidade, na pecuária e em outros tipos de cultivos no campo absorviam um número irrisório de trabalhadores, se comparado à grandiosidade do exército de reserva que se formou com a expansão da agricultura cafeeira. Além disso, a não qualificação desses sujeitos levou à reafirmação de um círculo vicioso de privações e falta de oportunidades, que contribuíram efetivamente para que a cafeicultura contasse, em tempo integral, com grande quantidade de mão de obra disponível para exploração, contratando e descartando os trabalhadores a qualquer momento.

Para Ruy Medeiros (2002), essa grande disponibilidade de força de trabalho na região estabeleceu as bases necessárias para a ampliação dos postos temporários de trabalho no campo, já expressivos no conjunto da força de trabalho rural do Brasil na época. Além de possibilitar a acentuação da eventualidade dos contratos de trabalho, essa massa sobrando provocou o deslocamento contínuo de homens e mulheres em busca da venda de sua força de trabalho.

Oliveira (2004, p. 21) ao se basear em Marx, define o assalariado temporário como todo “[...] trabalhador nu, desprovido dos instrumentos de produção, que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando, dessa venda, a garantia (ou não) da sua reprodução”. Nesse sentido, Singer (1977) salienta que as formas temporárias de trabalho contribuem para e somente para a reprodução precária da vida dos trabalhadores, pois uma relação de emprego que se (re)faz em intervalos curtos e irregulares de tempo não pode compor uma base adequada para a reprodução social, “normal” da classe trabalhadora.

Ao considerar o assalariamento temporário no campo como uma relação que permite aos empresários agrícolas valorizarem mais eficazmente seu capital, Bastos e Gonzales (1977) explica que a parceria, o colonato e o trabalho assalariado permanente tornaram-se formas antieconômicas diante das novas condições materiais, institucionais e legais da produção com

o trabalho temporário. Corroborando com isso Singer (1977), observa que é o salarido intermitente que vai permitir a maximização das taxas de exploração mostrando-se mais econômico do ponto de vista capitalista. Isso porque, quando a produção cessa, o capitalista já não precisa manter/pagar o trabalhador no período da entressafra (OLIVEIRA, 2004).

Para Harvey (2003), o uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado é tendência desenfreada do sistema do capital para deprimir o nível de remuneração e aumentar os vínculos de instabilidades, pois, dessa forma, o capital consegue obter vantagens diferenciais sobre as demais modalidades de relações de trabalho, sejam elas assalariadas ou semi-assalariadas.

Segundo Bastos e Gonzales (1977), em meio à precariedade das relações de trabalho que acompanharam o modelo modernizador estatal para a agricultura, tornou-se visível no campo brasileiro, a partir dos anos de 1960, o fenômeno chamado de “trabalho volante” ou “boia-fria”, composto, em geral, por homens e mulheres que residem nas periferias das cidades e vilas e que se deslocam continuamente para venderem a sua força de trabalho em regime de empreitada nas propriedades rurais. Com efeito, esse fenômeno contribuiu para a formação do proletariado do café, uma vez que, dos anos de 1970 em diante, verificou-se grande fluxo de operários agrícolas no Planalto da Conquista provenientes das periferias urbanas circunvizinhas ou longínquas, ou de outras regiões rurais, deslocando-se de uma fazenda a outra, num processo de migração contínua.

Nesse sentido, o boia-fria aparece, como apontado por Oliveira (2004), na condição de trabalhador nu, pois é também um trabalhador intermitente, ou seja, sujeitos que conseguem se empregar em determinadas épocas do ano e do ciclo produtivo, migrando de tempos em tempos para outras localidades, regiões, propriedades, cultivo, etc.

Esse surgimento do trabalhador boia-fria está intrinsecamente relacionado às consequências do avanço do capitalismo no campo, que, ao expulsar os trabalhadores da terra e subjugar-los aos seus interesses, o capital cria as condições necessárias para a reprodução de trabalhadores com baixíssimas capacidades de barganha da venda de sua força de trabalho e, conseqüentemente, com baixíssimos salários. Além disso, suprimiu desses sujeitos qualquer garantia dos direitos humanos e trabalhistas, submetendo-os a jornadas exaustivas e a péssimas condições de trabalho (D'INCAO, 1984).

Nas palavras de Silva (1999, p. 18), os boias-frias são trabalhadores “desprovidos das condições objetivas prévias e negados pela lei enquanto possuidores de direitos”. Essa categoria de trabalho, nas condições objetivas das relações de trabalho que se instauraram no Planalto da Conquista por meio da agricultura cafeeira, não foi, portanto, uma simples

“modalidade de trabalho”, mas uma forma concreta de relação social de produção que se instaurou na região na qual o trabalhador direto encontrava-se desprovido de qualquer meio de produção, exceto a sua própria força de trabalho. Diante da situação de despojamento das condições laborais, no processo real da produção, esses trabalhadores foram obrigados, para viver, a venderem a sua força de trabalho aos cafeicultores, aos detentores dos meios de produção, ou melhor, ao capital (BASTOS; GONZALES, 1977).

O fenômeno do trabalho volante na figura do boia-fria tornou-se peça fundamental na composição do proletariado do café, pois permitia aos cafeicultores uma maior valorização de seu capital nas condições dadas do processo de produção agrícola do país. Diante das novas condições materiais, institucionais e legais de produção que foram implementadas através do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, as relações de trabalho, que se realizavam por meio do colonato, parceria, arrendatário, etc., e, até mesmo, pelo trabalho assalariado permanente, mostravam-se como formas de trabalho antieconômicas para o capital. Devido a isso, houve uma tendência de ampliação da massa de trabalhadores volantes no campo, modalidade na qual os empresários agrícolas ficavam desobrigados dos encargos trabalhistas e do ônus do trabalho permanente.

Muito dos trabalhadores boias-frias que compunham esse proletariado do café, eram aqueles sujeitos que foram expulsos ou expropriados da terra e que passaram a ver nas cidades uma possibilidade de reprodução de suas vidas. Essa migração, no entanto, não ocorreu devido à procura por melhores condições de vida, mas, sim, porque, uma vez expulsos da terra, não tinham mais possibilidades concretas de reprodução de suas vidas no campo.

Assim, parte significativa do proletariado rural cafeeiro juntou-se à massa de trabalhadores das periferias das cidades, povoados e vilas, massa essa que já havia passado anteriormente pelo perverso processo de submissão de sua força de trabalho ao capital, mantendo ligações com o campo não mais como produtores diretos e possuidores dos meios de produção, mas como trabalhadores assalariados boias-frias. Com isso, acabaram por assumir dupla finalidade para o capital, alimentando continuamente os centros urbanos e a própria agricultura como fonte permanente de força de trabalho barata.

Nas vilas e nas cidades assentaram-se os ex-trabalhadores rurais (posseiros, parceiros, “ocupantes”, agregados, moradores, etc. que se transformaram ao mesmo tempo em trabalhadores *assalariados* urbanos e trabalhadores *assalariados* rurais (bóia-fria). Os trabalhadores *assalariados* rurais (sobretudo os temporários) ocuparam o mesmo espaço dos trabalhadores *assalariados* urbanos, enquanto muitos desses passaram a trabalhar também

na colheita do café. (SILVA; PIRES; SOUZA, 1987 *apud* FERRAZ, 2001p. 37, os grifos são nossos).

De acordo com Alves e Almeida (2014), essa transferência da população do campo para a cidade consistiu numa mobilidade forçada imposta pela acumulação capitalista, que não trouxe nenhuma melhoria para a qualidade de vida desses sujeitos. Ao chegarem aos centros urbanos, eram reservados aos proletários apenas os espaços periféricos e de miséria. Além disso, se depararam com a cruel realidade de um mercado de trabalho incipiente e excludente e com a dificuldade premente de venderem a sua força de trabalho. Essa realidade acentuou as formas de exploração do trabalho, provocando uma maior submissão dos trabalhadores a péssimas condições de vida e de trabalho tanto no campo, quanto na cidade.

Diante desse panorama de precariedade e miséria que se instaurou na região a partir da agricultura cafeeira, Souza (2008) ressalta que é preciso compreender o papel desempenhado pelo Estado nesse processo, uma vez que o projeto de modernização da agricultura, que tinha como lema o desenvolvimento do campo, trouxe, na verdade, expressivos ganhos para as classes dominantes em detrimento das condições de vida e de trabalho dos camponeses e do proletariado que se formou. Desse modo, deve-se

aceitar que a ação do Estado se fez não no sentido de promover o desenvolvimento pleno das pessoas no território, mas de criar as condições para a apropriação das classes dominantes dos meios de produção, os reais beneficiários do projeto de modernização, do desenvolvimento que [...] reproduz o atraso, uma vez que não representou melhoria para a maioria da população local, para aqueles que vivem do trabalho (SOUZA, 2008, p. 685-687).

Esse projeto de modernização, denominado por Silva 1999 de “modernização trágica”, fez com que milhares de camponeses e trabalhadores assalariados passassem a reproduzir as suas vidas atreladas a um intenso movimento de idas e vindas em busca da realização da venda de sua força de trabalho. Como assevera Martins (2002), tratou-se da composição de vidas completamente marcadas por formas de degradação e precarização do trabalho, o que ele denominou de “vidas entre parênteses”.

Nas cidades, as condições de vida para essa população migrante passou a ser representada sob as formas de trabalho precário, informalidade, marginalidade e “espaços de pobreza e miséria” CONCEIÇÃO, 2007, p. 79. Essas pessoas e perimentaram o lado

contraditório do projeto de desenvolvimento anunciado pela modernização do campo, sendo colocadas às margens do mundo do trabalho.

Com a introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista, o que se verificou foram profundas transformações sócioespaciais sob o respaldo do Estado, que não criaram as condições necessárias para a garantia da reprodução da vida das famílias camponesas, mas, sim, a inserção marginal desses sujeitos no projeto de modernização, como mera força de trabalho para o circuito de reprodução do capital.

Em outras palavras, o proletariado do café que se formou foi o resultado da penetração do capitalismo no campo (concentração de terras, acumulação de capital, exploração de mão-de-obra barata), representando o lado contraditório do discurso de desenvolvimento promovido pelo Estado, que impulsionou, dentre outras coisas, a expropriação e expulsão de homens e mulheres pobres do campo, transformando-os em trabalhadores assalariados.

Apresentaremos e analisaremos no próximo tópico desse texto, como o proletariado do café, já formado, passou a se reproduzir ao se empregar nas fazendas de café que despontavam em toda a região. A nossa intenção é fazer uma leitura do trabalho nos anos subsequentes ao plantio do café para compreendermos, a partir do que foi apresentado sobre a formação dessa massa de trabalhadores, como o trabalho na cafeicultura se estruturou em suas minúcias, isto é, na sua prática, nas suas formas de organização e nos processos de luta.

2.6 O proletariado do café e a vida no trabalho

Com a introdução da agricultura cafeeira no município de Vitória de Conquista, a população pobre dessa região passou a ter as suas vidas determinadas pela dinâmica produtiva desse cultivo. Isto é, tornaram-se majoritariamente dependentes do trabalho na cafeicultura, que empregava, durante todo o ano, e, sobretudo, no período da colheita, significativo contingente de força de trabalho.

Na zona rural ou nas periferias das cidades, o proletariado do café tinha no trabalho no campo uma forma de garantir, mesmo que de maneira precária, a sua sobrevivência e a da sua família. Por isso, submetiam-se à eventualidade e à precariedade do trabalho para salvaguardarem a própria existência.

Os pequenos produtores, que em determinados períodos do ano tornavam-se assalariados na cafeicultura, residiam, em sua maioria, na caatinga. Em menor quantidade, estavam aqueles camponeses que resistiram à expansão da cafeicultura e mantiveram-se nas

áreas de mata, podendo, assim, assalariar-se durante todo o ano sem que isso significasse o abandono temporário de sua propriedade ou um emprego permanente.

De acordo com Barreto (1982), os trabalhadores oriundos da caatinga tinham sérios problemas de adaptação ao clima tropical de altitude da Mata de Cipó. Acostumados com a baixa umidade e pouca chuva do semiárido, padeciam com as temperaturas mais amenas, a neblina e o frio¹².

Durante o período da colheita do café, a maioria dos trabalhadores ficavam alojados nas fazendas. Para receber a mão de obra migrante, os cafeicultores construíam pequenos aglomerados de casas, que serviam de dormitórios até o fim daquele ciclo de produção (figura 7). Quase sempre com infraestrutura precária, essas casas dispunham de um ou dois quartos onde dormiam, em média, de 6 a 8 trabalhadores. Nelas, não havia energia elétrica, água encanada e mobília, exceto camas e fogões feitos de tijolos e cimento (figura 8). Muitos trabalhadores levavam consigo redes, esteiras e colchonetes para diminuir o desconforto dos alojamentos e os fogões serviam para o preparo das refeições e para manterem-se aquecidos durante as noites frias.



Figura 7: Alojamentos dos trabalhadores do café na Fazenda Monte Verde em Vitória da Conquista¹³.

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

¹² Vitória da Conquista tem um clima tropical de altitude por causa da elevação da cidade, com média de 923m e mais de 1.100m nos bairros mais altos. Por isso, é um das cidades mais frias da região Norte e Nordeste do país, registrando, no inverno, temperaturas inferiores a 10°C. Disponível em <http://pt.m.wikipedia.org>. Acesso: agosto de 2016.

¹³ Devido à forte onda de desemprego na região pela introdução de máquinas na produção, esses alojamentos não são mais utilizados.



Figura 8: Interior dos alojamentos. Cama e fogão feitos de tijolos.

Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

Os trabalhadores do entorno, que residiam próximo às áreas cafeeiras, dificilmente alojavam-se nas fazendas. A grande maioria se deslocava diariamente amontoados em caçambas de caminhões ou tratores, sem qualquer segurança. Quando resolviam pernoitar nas fazendas, a estadia era semanal ou quinzenal, com a volta para casa nos finais de semana. Em distâncias muito curtas, alguns trabalhadores realizavam esse trajeto a pé, o que representava, segundo Santana Júnior (2012), um elemento essencial na dinâmica da mobilidade da força de trabalho determinada pela cafeicultura. Depois da colheita, quando caía consideravelmente a demanda de contratações, eram, principalmente, esses trabalhadores que residiam próximo às zonas cafeeiras que realizavam as práticas agrícolas de menor duração, que requeriam menor quantidade de mão de obra em sua execução.

Era comum uma parte significativa do salário dos trabalhadores acabar ali mesmo nas “vendas” das fazendas, onde eram comercializados alimentos e outros produtos. Segundo Matiello (1991), o comércio nas propriedades cafeeiras foi uma prática adotada pelos cafeicultores para diminuir os custos da produção com a venda de produtos a preços elevados, reduzindo sumariamente os gastos com a mão de obra.

A fim de evitar perdas no salário e a acumulação de dívidas nessas “vendas”, muitos trabalhadores traziam o feijão e a farinha que iriam consumir durante toda ou quase toda estadia nas fazendas. Às vezes, optavam por comprar nas feiras e mercearias das vilas e povoados circunvizinhos, onde os preços dos produtos não eram inflacionados como os das fazendas.

A migração sazonal para o trabalho nos cafezais tinha início no mês de abril. De todos os lados apontavam trabalhadores que chegavam com o mesmo propósito: vender a sua força de trabalho ao cafeicultor. Fosse em cima de caminhões ou de tratores, homens, mulheres e crianças misturavam-se para realizar o trajeto em direção às principais áreas produtoras de Vitória da Conquista: Inhobim, Capinal e Limeira.

A temporada da colheita durava, em média, seis meses e empregava trabalhadores da região de Iguá e José Gonçalves e de regiões de municípios vizinhos como Anagé (Uça, Lagoa de Água, Lage do Gavião, Coquinhos, Lagoa Nova, Lagoa da Anta, Furo de Roseira, etc.), Tremedal, Belo Campo, Piripá, Cordeiros, etc. (SANTANA JUNIOR, 2012).

Para trabalhar nas fazendas cafeeiras era preciso a negociação e o recrutamento pelos “gatos”, sujeitos que intermediavam o processo de contratação de mão de obra no campo. Os “gatos” eram responsáveis por reunir uma massa disposta a vender a sua força de trabalho sob as condições impostas pelos fazendeiros. Para tanto, iam até à caatinga e firmavam acordos, comunicando aos trabalhadores o dia e o local em que seriam transportados até os cafezais.

De acordo com Bastos e Gonzales (1977, p. 32), o ganho dos “gatos” era proveniente do salário dos próprios trabalhadores, “retirado da diferença entre o preço pago, pelo empresário, à força de trabalho materializada na tarefa e a parte desse mesmo preço recebida pelo trabalhador”.

Como o salário na cafeicultura era calculado por produção, os homens eram impulsionados a levar toda a sua família para a labuta, a fim de obter uma remuneração mínima necessária à sobrevivência (SANTANA JUNIOR, 2012).

Todo mundo na minha família catou café: eu, minha esposa e meus filhos. Meu primeiro filho, com 16 anos, dirigiu um trator. Todos trabalharam, tanto plantando quanto colhendo. (Ex-trabalhador do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Nos primeiros anos da agricultura cafeeira na região, a utilização da força de trabalho feminina e a do menor foi bastante significativa em todas as fases do processo produtivo do café, pois possibilitava maiores lucros aos patrões. Além das mulheres e das crianças se

submeterem às mesmas condições extenuantes de trabalho das dos homens, a remuneração também costumava ser inferior. Segundo Barreto (1982), em média, menos da metade dos que trabalhavam na colheita eram homens adultos.

Muitas das mulheres que trabalhavam nos cafezais e que moravam próximo às fazendas se dividiam entre as tarefas domésticas e a labuta na roça, exercendo dupla jornada de trabalho:

Eu levantava às 5h00 da manhã, fazia café, fazia almoço para deixar tudo pronto para o meio dia, porque às 7h00 a gente tinha que estar no trabalho. [...] Toda vida eu levantei primeiro que o meu marido. [...] Eu dava comida para as galinhas, buscava a água, fazia o café e acordava os meninos. (Ex-trabalhadora do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Quando as mulheres tinham filhos muito pequenos, incapazes ainda de ingressar no trabalho no café, deixavam o filho mais velho tomando conta dos menores para que, assim, pudesse ir trabalhar:

Eu nunca paguei ninguém para cuidar dos meus filhos. Saia para roça às 7h00 da manhã, batia um prego nas portas e deixava as meninas presas e ia trabalhar. [...] Eu tinha quatro meninas pequenas, aí as mais grandinha, de 5 anos em diante, eu levava para roça e deixava uma para cuidar dos pequenininhos. Aí eu fazia café, deixava café feito, deixava comida feita, deixava merenda e tinha banheiro dentro de casa. Aí eles ficavam trancadinhos. Meio dia eu vinha, dava almoço, dava banho nas pequenas, dava mamadeira, arrumava para dormir e voltava para roça e só saía de lá às 5h00 da tarde. (Ex-trabalhadora do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Como o pagamento nos cafezais era por produção, o trabalho era medido pela quantidade de produtos colhidos pelo trabalhador. Assim sendo, os trabalhadores intensificavam a sua jornada de trabalho de modo a obter maior produtividade e, conseqüentemente, aumentarem os seus salários. Vale enfatizar, que, sob essa condição de trabalhar mais para ganhar mais, o trabalhador tinha o interesse pessoal em executar as tarefas o mais rápido possível e, por isso, na maioria das vezes, agregava em suas tarefas os braços da mulher e dos filhos.

Segundo Bastos e Gonzales (1977) o assalariamento por produção permitia também a dedução de salários e fraudes de toda espécie. Para os cafeicultores, o trabalho em regime de produção por empreitada liberava-os dos encargos trabalhistas, proporcionando maiores

lucros. Isto ocorria, porque o Estatuto do Trabalhador Rural não considerava o trabalho temporário uma forma de trabalho assalariado, ficando sem proteção legal específica.

A maior absorção de trabalhadores pelas fazendas cafeeiras se concentrava entre os meses de abril e setembro, quando acontecia a colheita. O plantio e a limpa também requeriam quantidades significativas de mão de obra empregada, embora muito menos que a derrça¹⁴.

Ao final de cada ciclo de produção, a maioria dos trabalhadores eram dispensados. Os pequenos proprietários retomavam as atividades em suas propriedades, aqueles trabalhadores oriundos das periferias, dos povoados e das vilas, que não tinham uma atividade regular, voltavam a fazer biscates na construção civil e no comércio, muitas vezes migrando para outros centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida, as mulheres lavavam roupas ou trabalhavam como domésticas em casas da cidade e as crianças retornavam à escola (SANTANA JUNIOR, 2012).

2.7 A greve de 1980

Com as transformações na economia e na estrutura fundiária ocasionadas pelo desenvolvimento da cafeicultura no Planalto da Conquista, no início da década de 1970, Vitória da Conquista transformou-se em palco de um intenso movimento de luta dos trabalhadores rurais, que culminou numa greve de dez dias, com a participação de cerca de 14 mil trabalhadores conquistenses. Além dos trabalhadores, a greve mobilizou advogados, alguns setores da comunidade e Sindicatos, tendo como pauta reivindicatória o aumento da remuneração e questões que envolviam a melhoria das condições de trabalho nas fazendas cafeeiras.

As aspirações para a realização da greve dos assalariados da cafeicultura de Vitória da Conquista e, também, de Barra do Choça surgiram nas comunidades eclesiais de base, onde foram discutidas, primeiramente, a situação dos trabalhadores boias-frias e, depois, o debate mais genérico sobre o trabalho no campo, desde os problemas enfrentados pelos assalariados temporários como aqueles enfrentados pelos fixos. O papel das comunidades de base era o de assessorar os trabalhadores em prol de um movimento reivindicatório expressivo, que culminasse em um dissídio coletivo, uma greve ou outro movimento que concretizasse a luta por melhores condições de trabalho no campo.

¹⁴ Colheita manual do café.

Nas reuniões, conduzidas pelos trabalhadores e assessores convidados, eram discutidas as condições de trabalho e a elaboração de uma pauta reivindicatória. As articulações do movimento pretendia reunir o maior número possível de trabalhadores e fazer com que a luta durasse o tempo suficiente para que vitórias significativas fossem alcançadas. Ficou decidido que a deflagração da greve seria no “pique” da colheita, porque esse era o momento em que as fazendas cafeeicultoras mais precisavam e disputavam força de trabalho. Além disso, acreditava-se que, na fase da colheita, a pressão sobre a classe patronal seria maior e mais eficaz tendo em vista o risco de prejuízos na safra, obrigando-os, assim, a cederem às reivindicações. Para Medeiros (2002), a escolha pelo momento da colheita para a deflagração da greve foi uma tática incorporada pelos líderes do movimento para reunir um número significativo e mais heterogêneo de trabalhadores.

Entre as principais reivindicações da pauta da campanha, estavam:

- a) o pagamento mínimo de diária de Cr\$ 220,00;
- b) igualdade salarial entre homens e mulheres;
- c) pagamento de salário em caso de doença do trabalhador;
- d) pagamento da diária estabelecida para os trabalhadores empreiteiros ou sob o regime de produção;
- e) pagamento de adicional de insalubridade em serviços de pulverização;
- f) disponibilização por parte dos cafeeicultores dos instrumentos de trabalho;
- g) melhores condições das acomodações para pernoite nas fazendas;
- h) criação de escolas nas fazendas; e
- i) proteção ao trabalho do menor.

Apesar de o dissídio coletivo e a paralisação dos trabalhadores da cafeeicultura terem sido fortes ideais dos representantes dos trabalhadores e da assessoria desde o início das articulações do movimento, somente depois de uma pré-assembleia no dia 13 de abril de 1980, e sob a obediência da lei, que a opção da greve foi amplamente divulgada. A greve, além de contribuir na obtenção das conquistas por melhores condições de trabalho, serviu, também, para mostrar aos trabalhadores a importância que tinham no processo produtivo.

Nas primeiras discussões realizadas nas comunidades de base sobre a campanha reivindicatória dos trabalhadores rurais, ficou decidido a criação de uma coordenação, posteriormente transformada em “Comissão Salarial”, e a formação de uma assessoria técnica para debaterem com os trabalhadores pautas reivindicatórias para o movimento e estimularem

a consciência de classe social entre esses sujeitos. De início, a coordenação teve uma série de problemas quanto a sua organização, dificultando o processo de luta dos trabalhadores, que tinham que fazer alterações quanto a composição da coordenação, por que muitos dos seus componentes não compareciam às reuniões, e a cogitar a composição de núcleos de apoio e a “abertura” dos trabalhos de propaganda, ainda que de maneira tímida.

A abertura da propaganda e o contato da campanha com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) possibilitaram a realização de uma pré-assembleia, no dia 13 de abril de 1980, para que fosse avaliada a viabilidade do dissídio coletivo. Após essa pré-assembleia, onde ficou comprovada a viabilidade do movimento de acordo com a lei, a opção dos trabalhadores passou a ser a da greve, tomando como exemplo prático o movimento grevista dos trabalhadores da cana de açúcar no Pernambuco, que acontecia naquele mesmo ano.

Quando a greve foi escolhida como a melhor forma de se pressionar a classe patronal no atendimento das causas reivindicatórias dos trabalhadores rurais, procurou-se aumentar o assessoramento técnico para se realizar um movimento que obedecesse todos os requisitos presentes na Lei 4.330 de 1964.

O movimento grevista possibilitou, dentre outras coisas, a constante mobilização dos trabalhadores pela vanguarda, as reuniões, assembleias e ação dos comandos de greve para o esclarecimento das articulações e da importância do processo de luta por melhores condições de trabalho entre os trabalhadores e a ampla repercussão do movimento na mídia. Permitiu, ainda, que os trabalhadores conhecessem a greve como um mecanismo clássico de luta e que percebessem, também, a diferença existente entre Sindicato enquanto instrumento de luta e Sindicato como órgão assistencial.

As primeiras articulações da campanha reivindicatória dos assalariados da cafeicultura foram autônomas ao Sindicato. Essa prévia desfiliação se deu pela necessidade dos trabalhadores de preservar o movimento e de amadurecê-lo politicamente com antecedência. Tratou-se, na verdade, de uma estratégia pensada pela Comissão Salarial e assessoria para que quando a discussão e a propaganda fossem abertas à comunidade, o movimento demonstrasse força e preparação e compelsse o Sindicato e a sua diretoria a “assumir a luta”, isto é, legalizar a realização do movimento. Acreditava-se, que, se a propaganda fosse aberta desde as suas primeiras articulações, o Sindicato pudesse fazer uma contrapropaganda que prejudicasse o encaminhamento do movimento.

Medeiros (2002, não paginado), ao descrever o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (STTR) da época, diz que:

a diretoria [...] *era* nitidamente reacionária e *mantinha* o sindicato dentro das “atribuições” delegadas pelo regime; que o relacionamento entre a diretoria do Sindicato e as Comunidades de Base *era* marcado pela rivalidade; o Sindicato via na Comissão Salarial a continuidade da chapa oposicionista (Chapa 2) que concorreu às eleições anteriores; não era conveniente para o Sindicato indispor-se com os patrões e com as forças reacionárias, a quem *representou* no movimento dos trabalhadores.

Diante da postura contrária do Sindicato à campanha reivindicatória e de o contato do movimento com esse órgão, de acordo com a Lei 4.330 de 1964, ser indispensável na viabilização legal de dissídio coletivo ou de greve, o que restou aos trabalhadores foi forçar a participação do Sindicato por meio da pressão coletiva e através do auxílio de órgãos sindicais superiores como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Os trabalhadores passaram a exigir a convocação de assembleias para as discussões de suas reivindicações, dirigindo abaixo-assinados aos Sindicatos de Vitória da Conquista e Barra do Choça, à FETAG e à CONTAG, ficando esses de apoio ao movimento e aqueles divididos entre aderir ou não à campanha sob o risco de apoiar causas surgidas dentro do grupo rival, a Comissão Salarial, e desagradar os setores reacionários e de não apoiar e ficar comprovado para os trabalhadores o que a Comissão Salarial apontava sobre o descaso do Sindicato para com as causas trabalhistas.

Segundo Medeiros (2002), em meio a esse dilema enfrentado pelo Sindicato, ficou decidido, inicialmente:

- a) o apoio à luta dos trabalhadores apenas verbalmente, isto é, declarando como justas as reivindicações, mas sem tomar qualquer decisão concreta sobre elas;
- b) a não declaração de anistia sindical na intenção de que os associados inadimplentes com a tesouraria fossem impedidos de votarem quando o movimento estivesse em votação e fosse, assim, reprovado;
- c) e a prática de propagandas contra o movimento.

Como o Sindicato não pôde sustentar por muito tempo esses atos contrários e de omissão ao movimento, acabou cedendo às pressões da FETAG e da CONTAG e convocando uma assembleia para que fossem discutidas questões sobre a greve. Entretanto, esse fato não significou a mudança de posicionamento do Sindicato quanto às causas dos trabalhadores. Ao

contrário disso, no momento em que as reivindicações foram aprovadas em assembleia, o Sindicato elaborou um manifesto de conteúdo diversionista e de direita descreditando a organização do movimento e a sua composição, prejudicando as negociações entre empregadores e empregados até à mesa da Delegacia Regional do Trabalho.

É válido destacar, que quando a campanha reivindicatória foi aberta à comunidade, ela já estava bem próxima de sua concretização. Entretanto, a demora em anunciá-la publicamente ocasionou outras consequências, que interferiram na boa fluidez do movimento. Dentre elas, o desconhecimento dos termos exatos das reivindicações pelos demais setores da comunidade, dificultando o apoio desses à campanha e dando espaço para a contrapropaganda dos fazendeiros e reacionários.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na concretização do movimento reivindicatório, a greve foi deflagrada no dia 11 de maio de 1980 pelo Sindicato e pela FETAG e considerada legal pela Delegacia Regional do Trabalho.

No dia 12 de maio, dia seguinte ao da deflagração do movimento, os comandos de greve passaram a interceptar, nas estradas que davam acesso às fazendas, caminhões de trabalhadores que, até então, estavam alheios à campanha, convidando-os a aderirem ao movimento grevista. De acordo com Noeci Salgado (2015)¹⁵ muitos dos trabalhadores saltaram das carrocerias dos caminhões e abraçaram a causa reivindicatória. Em 13 de maio, o número de trabalhadores nas fazendas passou a ser menor. Entretanto, algumas propriedades não sofreram qualquer efeito dessa redução, por que mantiveram o número de trabalhadores que, geralmente, era necessário no trabalho nos cafezais.

Foram realizadas assembleias em Vitória da Conquista e Barra do Choça e pequenas assembleias nos povoados e distritos em que se discutiam os direitos dos trabalhadores, denunciavam questões sobre o trabalho nas fazendas e sobre o próprio movimento, eram escolhidos líderes para determinadas funções no movimento e foram articuladas mudanças para o Sindicato, de órgão assistencialista para instrumento de luta dos trabalhadores.

Entre altos e baixos, a greve sobreviveu em meio à atuação ilícita da polícia, que, dentre outras coisas, assegurou o transporte de trabalhadores que não faziam parte do movimento para trabalharem nas fazendas no período da paralisação, intimidou líderes e os setores da comunidade que apoiavam a luta dos trabalhadores rurais, desmobilizou comandos e impediu os aliciamentos tendo o apoio político local.

¹⁵ Entrevista concedida em julho de 2015.

Além disso, o fundo de greve irrisório e a falta de apoio político partidário e de outros setores afetaram diretamente na duração do movimento. A ação repressiva da polícia juntamente com as manobras da direita, o momento político em que se vivia e a fraqueza e omissão das lideranças sindicais impediram o movimento de conseguir apoio que garantisse a sua sustentação por um período de tempo que fosse significativo para o alcance da vitória das causas reivindicatórias.

Faltou articulação e recurso para a realização de propagandas e para a minimização da fome dos trabalhadores que persistiram com o trabalho paralisado. O Sindicato era inerte às necessidades do movimento, não fazendo o recolhimento de contribuições para o fundo de greve e nem propaganda junto a outros setores da comunidade e os trabalhadores mais ativos lideravam os comandos de greve, as assembleias e reuniões. Então, a falta de trato com as questões de arrecadação de recurso e de propaganda tornaram-se um problema para a continuação do movimento.

De acordo com Medeiros (2002), devido a esses problemas, a greve começou a perder forças e no dia 21 de maio de 1980, numa reunião entre trabalhadores ativistas e assessores, a discussão pautava-se no fim do movimento. No dia 22 de maio, com a realização de assembleias em Vitória da Conquista e Barra do Choça, a greve chegou ao fim com a avaliação dos trabalhadores das vantagens e desvantagens advindas do movimento reivindicatório.

Para Noeci Salgado (2015), não há dados que indiquem que as limitações e fracassos do movimento grevista tenham tido efeitos desanimador ou frustrante para os trabalhadores na época. Entretanto, ele afirma que os trabalhadores encararam a greve para além da possibilidade de mudança das condições de trabalho no campo, vendo-a como um movimento preparatório para outras lutas, embora não se tenha conhecimento de outro movimento no campo de Vitória da Conquista tão significativo quanto a greve dos trabalhadores do café de 1980.

Entre os saldos positivos da greve, Medeiros (2002) aponta como importantes:

- a) a conscientização de muitos trabalhadores e o conhecimento dos assalariados quanto aos seus direitos;
- b) a construção entre os trabalhadores da ideia de Sindicato com instrumento de luta e não como órgão “governamental” de assistência;
- c) o contato dos trabalhadores com o instrumento clássico de luta e o reconhecimento desses sujeitos enquanto classe social;

- d) aquisição, ainda que mínima, de certo conhecimento de organização para a luta por direitos;
- e) “educação” das lideranças;
- f) os trabalhadores assumiram papel central no movimento;
- g) os patrões foram obrigados a irem às mesas de negociações para discutirem diretamente com os trabalhadores sobre as causas reivindicatórias, sem represálias, contrariando a regra de hierarquia de classe;
- h) a proposta de um dos primeiros dissídios coletivos de trabalhadores rurais e o primeiro do estado.
- i) a criação e a aceitação de lideranças autênticas comprometidas com a luta dos trabalhadores, que pudessem disputar a direção dos sindicatos de Vitória da Conquista e Barra do Choça.

Esses saldos positivos, todavia, começaram a se desfazer a partir da década de 1990, quando a reestruturação produtiva do capital tornou-se muito mais emblemática para os trabalhadores do campo, submetendo esses sujeitos a condições de trabalho muito mais precárias do que aquelas evidenciadas na década de 1980.

3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO E O CONFLITO CAPITAL X TRABALHO

3.1 Reestruturação produtiva do capital

Muitos pensadores argumentam que após longo período de racionalização da produção, manipulação do trabalho vivo e de elevados níveis de acumulação, o modelo produtivo fordista/taylorista, incorporado pelo capital durante o século XX, vivenciou graves contradições que desembocaram, na década de 1970, numa crise de ordem estrutural. Esse momento, marcado essencialmente pelo decréscimo das taxas de lucro e de consumo global, levou o sistema produtor de mercadorias a uma longa e profunda recessão, que deu abertura a uma série de transformações sócio históricas e estabeleceu um novo padrão de acumulação flexível em escala mundial (ALVES, 2008).

A acumulação flexível, em resposta à crise, caracterizou-se como um novo modo de produzir, que se baseou em uma nova roupagem tecnológica, organizacional e sócio metabólica da exploração da força de trabalho. Isto é, entrou-se em vigência uma acumulação que reconstituiu as bases produtivas capitalista, que ampliou os níveis de exploração do trabalho e que alterou, ao mesmo tempo, todas as esferas objetivas e subjetivas da classe trabalhadora (MÉSZÁROS, 2002).

Segundo Petras (1995), uma das causalidades históricas que contribuiu para a constituição da acumulação flexível encontra-se no processo político de derrotas históricas da classe trabalhadora a partir dos anos de 1970. Já entre as décadas de 1980 e 1990, a reestruturação produtiva que acompanhou a acumulação flexível passou a ser considerada como um resultado sócio-histórico da luta de classes e das consecutivas derrotas das instituições defensivas do trabalho no âmbito econômico, político e ideológico. Conforme Alves (2008), esse momento foi marcado por forte desconcentração industrial, internacionalização do capital e nova divisão internacional do trabalho, que trouxe à tona um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala mundial.

Harvey (1992), em seu livro *Condição pós-moderna*, aponta que a acumulação flexível do capital vai à contramão da “rigidez” fordista, pois se apoia tanto na flexibilidade dos processos de trabalho, como nas dos mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo. Além disso, traz em seu bojo rápidas mutações nos padrões de desenvolvimento desigual entre setores e regiões geográficas, e

pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os

campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Segundo Alves (2008), é importante ressaltar que, embora a acumulação flexível e as suas transformações políticas e culturais sejam consideradas uma característica recente do modo de produção capitalista, instaurada a partir da crise da década de 1970, a flexibilização da produção é intrínseca à estrutura histórica do sistema produtor de mercadorias, que sempre procurou, ao longo de sua existência, flexibilizar seu complexo produtivo depreciando, principalmente, as condições de existência da força de trabalho. Esse autor observa que a produção sob o jugo do capital é em si acumulação flexível de valor e está enraizada e difundida socialmente desde os primórdios da imposição do trabalho assalariado pelo capital, da despossessão dos trabalhadores das condições de vida, da separação do trabalhador dos meios de produção, ou como afirma Marx (1996) em *O capital*, da separação entre o caracol e sua concha.

Portanto, Alves (2008, p. 4) se baseando nas discussões levantadas por Marx e Engels (1998), salienta que o trabalho assalariado está histórica e ininterruptamente condicionado a ser flexível para atender apenas às necessidades imperativas do capital em processo, pois

um dos traços ontológicos do capital tem sido a sua notável capacidade em “desmanchar tudo que sólido”; revolucionar, de modo constante, as condições de produção; pôr – e repor – novos patamares de mobilidade do processo de valorização nos seus vários aspectos.

Desse modo, ao tratarmos da acumulação flexível imposta pelo capital no final do século XX, é preciso levar em consideração o novo complexo de reestruturação produtiva que a acompanha e que vem sendo responsável pelo aparecimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Mais do que isso, torna-se imprescindível a compreensão dos reflexos desse processo sobre o mundo do trabalho, uma vez que ao desenvolver-se e ampliar-se, a reestruturação produtiva tende a precarizar, cada vez mais, a força de trabalho e a impor, contraditoriamente, a especialização de determinados segmentos da classe.

Quando se discute a acumulação flexível do capital, outro ponto que deve ser esclarecido refere-se à sua lógica de organização e espraiamento social, sobretudo quanto às formas de produção. Mesmo sob outra dimensão produtiva, principalmente no que concerne

às formas de exploração do trabalho, a flexibilidade assumida pelo processo de acumulação do capital, em seu momento de crise, não rompeu extraordinariamente com o padrão de desenvolvimento capitalista anterior, o fordismo. O que houve, na verdade, foi um movimento de “continuidades” e “descontinuidades” LEFEBVRE, 1971 , uma reposição de elementos essenciais da produção capitalista em novas condições de desenvolvimento do sistema e de sua crise estrutural, que deu lugar, segundo Harvey (1992), a um novo espaço-tempo cuja exploração da força de trabalho corresponde à nova fase da mundialização do capital.

Ou seja, segundo GOMES (2011, p. 55):

[...] Não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe à outra e a primeira deixa de existir. Ela possui resíduos, passando a coexistir elementos pertencentes a primeira e a segunda, formando um amálgama. No caso da reestruturação produtiva, pode-se dizer que o “novo” e o “velho” se misturam, **ou melhor**, do ponto de vista do processo de reestruturação, as empresas industriais apresentam características tradicionais (fordistas) e modernas (flexíveis/**toyotistas**).

Para Alves 2 7, p. 163 o que acontece uma “ruptura” no interior de uma continuidade plena. Ou seja, que “o aspecto original do toyotismo articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista”. Nesse sentido, Menezes 2 7, p. 51 afirma que “muda-se, então, o modelo acumulativo e mantêm-se o modo de produção que gera o lucro, mas que também deprecia os padrões acumulativos”.

Assim, a partir da gestão de produção toyotista, que tem a sua gênese histórica nos anos de 1950, no Japão, o capital pôde, então, encontrar um novo modelo produtivo que fosse capaz de expressar as necessidades imperativas de sua mundialização. Essa racionalidade produtiva, porém, só se efetivou, de fato, no decorrer da década de 1980, quando os parâmetros toyotistas do *lean production*, isto , da “produção en uta” de mercadorias, passaram a ser difundidos universalmente por meio de uma reestruturação produtiva.

Ressalta-se ainda que essa nova organização espaço-temporal mencionada por Harvey (1992) tem as suas bases intrínsecas à introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção pelo toyotismo. Essas tecnologias são incorporadas no processo produtivo com o intuito de promover, sobretudo, maiores níveis de flexibilidade para o capital e para a própria reprodução da vida social (CARNEIRO; MENDONÇA, 2012).

Embora a acumulação flexível do capital tenha se alicerçado na experiência japonesa e se transformado num valor universal, não pode ser considerada um “modelo puro” de organização da produção capitalista (HARVEY, 1993).

Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não predominantes do novo regime de acumulação flexível (ALVES, 2007, p. 161).

Por isso, o toyotismo, apontado por Alves 28 como o próprio “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva, implicou em:

Fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se **enquadrou** entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p.194, grifo nosso).

O sistema produtor de mercadorias, ao se apropriar do elevado padrão produtivo toyotista, intensificou a sua mundialização por meio da introdução de capitais na esfera financeira. Esse processo de financeirização veio acompanhado do desmonte de toda a estrutura de regulação do Estado e da economia (MENEZES, 2007). Além disso, houve um súbito e profundo processo de desregulamentação do trabalho, liberação do comércio e de tecnologias, que segundo Antunes 1999, p. 32, evidenciou nada mais do que uma “ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora”.

Nesse sentido, Alves (2007, p. 161) considera o toyotismo como:

[...] a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele um dispositivo organizacional e ideológico cuja “*intentio recta*” buscar debilitar e anular ou “negar” o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital.

A experiência toyotista provocou, portanto, inovações organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas que se articulam diretamente com a acumulação centrada no princípio da flexibilidade. Elas se traduzem em valores e regras de gestão do trabalho vivo e na desregulamentação sob forma de liberação de capital, de mercado e de flexibilização do trabalho, que se amplia a partir da inserção da técnica e da ciência na produção.

É por isso que a crise estrutural, de modo geral, consistiu num aprofundamento das contradições do capitalismo para limites insuperáveis de manutenção crescente do nível de apropriação da mais-valia e, conseqüentemente, do lucro. Para Mészáros (2002) ela é a própria ativação dos limites absolutos do capital e, por isso, se realiza nos mesmos moldes da incontrollabilidade da reprodução capitalista. Desse modo, as respostas da crise às instâncias sociais também são devastadoras, pois, assim como o próprio capital, ela busca incessantemente por estratégias de extração do lucro e de continuidade do processo de acumulação do sistema que está em crise. De acordo com Menezes (2007), para tanto, foi preciso introduzir novas tecnologias nos processos de produção que objetivassem, sobretudo, aumentar a produtividade do trabalho e a extração da mais-valia. Em contrapartida, essa injeção da técnica pela microeletrônica provocou forte degradação da natureza e do trabalho humano.

Assim, ao se apropriar de forte base técnica, a acumulação flexível do capital, vem assumindo, ao longo dos anos, novas proporções, intensidade e amplitude, que afeta não apenas a economia, mas também as demais esferas sociais (CARNEIRO; MENDONÇA, 2012).

Mais do que sob o fordismo, ela tornou-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, uma abstração geral posta pelo “sujeito” capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, deste modo, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações (ALVES, 2008, p. 8).

Logo, o que se tem é um processo de reestruturação capitalista que ultrapassa os limites em si da produção, sendo ainda política e ideológica e amparada pelos ideais neoliberais de privatização das funções sociais e produtivas do Estado, pela desregulamentação das leis trabalhistas, pela perda dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e pelo ne o essencial de “captura” da subjetividade do trabalho pelo toyotismo. Esse conjunto de fatores, segundo Menezes (2007), se intensifica na medida em que há a extração da mais-valia, a inserção de novas técnicas gerenciais na organização do trabalho e da lógica tecnocientífica na produção.

Nas acepções de Alves (2008, p. 38, grifo nosso):

O toyotismo é a **própria** “ideologia orgânica” do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que encontra nas novas tecnologias da informação e comunicação e no sócio-metabolismo da barbárie, a

materialidade sócio-técnica (e psicossocial) adequada à nova produção de mercadorias.

Diante disso, Harvey (1993) considera a acumulação flexível como um novo controle sócio metabólico do capital em meio às condições de sua crise. Em outras palavras, esse autor compreende o novo padrão de acumulação como uma ofensiva do sistema produtor de mercadorias às várias instâncias do ser social, que sabota o poder organizado do trabalho através das inovações técnicas, organizacionais e sócio metabólicas com uma única finalidade: o da continuidade da sua acumulação e de sua reprodução ampliada.

Em seu sentido político, Alves (2008) assevera que, essencialmente, a acumulação flexível tende a aumentar a taxa de exploração do capital por meio do solapamento do poder do trabalho organizado. É por isso que os níveis de desemprego que a acompanha são relativamente altos, pois servem para conter a capacidade sindical e política da classe trabalhadora diante das condições impostas pela lógica flexível de acumulação. Ademais, “implica em rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos quando há de salários reais e o retrocesso do poder sindical de confronto de classe (o que demonstra seu caráter de ofensiva do capital na produção)” ALVES, 2008, p. 9.

Pode-se dizer, então, que a acumulação flexível consiste numa forma material de “captura” da subjetividade do trabalho, isto é, da subsunção real do trabalho ao capital e dominação de classe. Ela vai de encontro às conquistas dos trabalhadores com um objetivo específico: o de deprimi-las, sufoca-las. Ela é a própria expressão concreta da necessidade pujante do capital de subsumir, submeter e subordinar o trabalho assalariado à lógica de valorização capitalista. Ela é concebida, portanto, como:

a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, caracterizando, assim, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. É por isso que o debate sobre a flexibilidade vinculado às características atribuídas ao chamado “modelo japonês” ou, mais precisamente, ao modo “toyotista” de organização do trabalho e gestão da produção (ibidem, p. 10).

Ao “capturar” a subjetividade do trabalho, o capital faz com que o trabalhador consiga operar com relativa eficácia os instrumentos técnico-organizacionais que sustentam a produção, pois a gestão de produção toyotista “exige um novo tipo de envolvimento operário e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital” idem, 2007, p. 160). Assim, o capital se utiliza de mecanismos que permitem uma maior exploração do

trabalho e a consequente apropriação da mais-valia. Esses mecanismos são disseminados através do processo de reestruturação produtiva e aparecem nas esferas sociais nas mais variadas formas: nos “círculos de qualidade total”, na produção *just in time*, na utilização do *kanban*, nas novas formas de pagamento e de remuneração flexível, na terceirização do trabalho, nas subcontratações, no *team work*, dentre outros (MENEZES, 2007; ALVES, 1999).

Diante disso, Alves (2007, p. 164) observa:

É a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, o espírito do toyotismo com a “captura” da subjetividade do trabalho sendo uma das pr -condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital.

A forma contemporânea de intensificação da produtividade do trabalho está intrinsecamente relacionada à inserção de novas tecnologias, maquinário e técnicas de organização do trabalho na produção. Elas, por sua vez, são constituídas a partir do desenvolvimento e expansão da robótica, da microeletrônica, da eletrônica computacional e do trabalho, presentes na gestão da produção toyotista do novo complexo de reestruturação produtiva que se estabeleceu a partir da crise do capital.

Segundo Menezes (2007), quando o capital aumenta os níveis de produtividade do trabalho, aumenta também, e numa proporção sempre maior, o consumo produtivo de matéria prima e instrumentos de trabalho. Dessa forma, com o desenvolvimento das forças produtivas sob a lógica da acumulação flexível, o capital amplia o capital constante (maquinário) em um ritmo relativamente maior que o de uso de capital variável (força de trabalho) nos processos produtivos.

Ou seja, na medida em que o trabalho é a única condição de geração de valores, o desenvolvimento das forças produtivas ordenadas pelo capital, através do crescente uso e consumo produtivo de maquinaria, capital fixo, matéria prima, instrumentos de trabalho (trabalho morto do capital constante), significa que uma quantidade cada vez maior de mercadorias é produzida com menos trabalho (ibidem, p. 55).

Embora a reestruturação produtiva do capital tenha se iniciado a partir dos anos de 1970, foi principalmente nas décadas de 1980 e 1990, que ficou clara a situação deprimente pela qual passava o mundo do trabalho decorrente desse processo. De acordo com Alves

(2008), os impactos históricos da mundialização do capital e da acumulação flexível sobre a classe trabalhadora e o mercado de trabalho foram, de fato, impressionantes, pois na medida em que houve o estabelecimento de um novo patamar de desemprego estrutural, ocorreu também uma intensa propagação do trabalho precário, instaurando entre os trabalhadores a situação “de estar à mercê do acaso”, submetido ao “poder das coisas” MARX, 1996 , de estar inseguro tanto no mercado de trabalho, quanto no emprego, na renda, na contratação e na representação (MATTOSO, 1995; POCHMANN, 2001; VASAPOLLO, 2005; ANTUNES, 2006; *apud* ALVES, 2008).

Para Antunes (2000; 2006), os impactos da reestruturação produtiva do capital sobre o mundo do trabalho são extremamente danosos, pois há uma maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Em outras palavras, a precarização e a desproletarização das formas de trabalho provenientes desse processo, enfraqueceram a unidade de classe e, conseqüentemente, a sua organização, retirando os direitos historicamente conquistados por ela e diminuindo o campo de ação do movimento sindical, que passou a ser controlado pelo “sindicato da empresa” *idem*, 2 .

Desse modo, com o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva do capital (ALVES, 2008), iniciou-se um processo de substituição do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado por formas mais desregulamentadas de trabalho, que reduziram, em grandes proporções, o conjunto de trabalhadores estáveis que vendiam a sua força de trabalho em postos de trabalho formais. Esse decréscimo, herdeiro do padrão taylorista/fordista, é resultante da nova fase de acumulação capitalista sobre a gestão de produção toyotista, que desenvolveu mecanismos específicos para a formação da nova composição do mundo do trabalho do final do século XX e início do século XXI:

lean production e as formas de horizontalização do capital produtivo, bem como as modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, a introdução da máquina informatizada, como a “telemática” que permite relações diretas entre empresas muito distantes) (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 337).

Contudo, nesse “momento predominante” de reestruturação produtiva, devem-se levar em consideração as contradições intrínsecas ao sistema do capital, que se ampliam de maneira significativa nessa fase de acumulação flexível. Desse modo, na medida em que a estabilidade das relações de trabalho é solapada pelo capital para atender as suas necessidades de

acumulação, há, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma forte tendência, em escala mundial, de se aumentar o proletariado fabril e de serviços. Esse aumento, todavia, se dá por meio da ascensão de diversas modalidades de trabalho precário, que se materializam nas formas de trabalho subcontratados, *part-time*, terceirizados e tantas outras formas semelhantes.

Corroborando com isso, Ricardo Antunes (2006, p. 101), em seu livro *Adeus ao trabalho?*, afirma que a junção da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível com as políticas neoliberais são dotadas de forte caráter destrutivo e

[...] têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Nesse sentido, Alves (2008) salienta que a reestruturação produtiva nada mais é do que um complexo de reestruturação da produção destrutiva do capital, porque em meio à ânsia da “captura” da subjetividade pelo toyotismo, tende a subordinar as inovações tecnológico-organizacionais e sócio-metabólicas à lógica da obtenção do lucro. Para tanto, se utiliza do padrão da *lean production* produção em uta , dei ando e plícito o seu “selvagem mecanismo de expulsão em quantidades massivas de trabalho vivo do processo de produção” de mercadorias (MÉSZÁROS, 2002, p. 156).

István Mészáros (2002; 2003) aponta que essa onda de desemprego instaurada a partir da reestruturação produtiva se difere da que aconteceu durante a fase de ascensão do sistema do capital, pois, ao invés de se ater a um contingente específico do exército de reserva que espera ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital, apresentou-se em sua forma mais crítica: estrutural.

Fato é que, nas últimas décadas, a produtividade do trabalho obteve ganhos expressivos que se justificam pela inserção das tecnologias de ponta na produção pelo capital. Essa introdução, no entanto, não significou uma liberação favorável a todos os segmentos da classe trabalhadora. Ao contrário disso, contribuiu para o arrefecimento relativo do trabalho vivo (força de trabalho humana) na produção social e para a precarização dos estatutos salariais.

Contudo, é preciso salientar que,

apesar da escassez do emprego, o trabalho estranhado continua necessário de maneira muito ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas, precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar e para os quais o trabalho seria a única salvação. (FORRESTER, 1996 *apud* ALVES, 2008, p. 17).

Assim, o processo de reestruturação produtiva, em seu movimento de acumulação, significa o aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital, uma vez que fragiliza e penetra intensamente na subjetividade da classe trabalhadora, que se encontra, cada vez mais, submersa às condições de estranhamento social. Ao mesmo tempo em que o ideário da produção flexível exige a composição de um proletariado qualificado, polivalente, polioperador, multifuncional, “capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc.” ALVES, 2008, p. 47, requer também que os contratos de trabalho sejam flexíveis. Isto é, que se perpetue socialmente uma lógica de contratação e assalariamento capaz de reproduzir, nada mais, nada menos, do que postos de trabalho instáveis e precários, que permitam a contratação de trabalho parcial ou trabalho temporário de maneira ampliada.

O toyotismo aparece, portanto, como um mecanismo que cinde a classe trabalhadora, provocando, sobretudo, a deterioração de sua consciência enquanto classe social. Nesse complexo de relações, a composição do mundo do trabalho precarizado enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores e se caracteriza como a condição objetiva “da “captura” da subjetividade do trabalho vivo pelo capital” *ibidem*, p. 48.

Diante do exposto, faz-se mister a compreensão de que, nas últimas décadas de capitalismo global, a mundialização do capital, a acumulação flexível e as políticas neoliberais atreladas à gestão de produção toyotista, constituíram as bases fundamentais para o desenvolvimento de um novo e precário mundo do trabalho extremamente complexo, heterogêneo e fragmentado que submete, cada vez mais, um incomensurável contingente de trabalhadores ao emprego degradante e ao desemprego crônico sem precedentes nesse início de século.

Sobre esses fenômenos provenientes da força imperativa do capital em suas formas de manutenção de acumulação, analisaremos, no terceiro capítulo desse texto, o trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista, de modo a apontar e a compreender as minúcias da reestruturação produtiva a partir da aproximação das histórias de vida dos sujeitos que vivem na pele esse processo: precarização das condições de trabalho e de vida, o desemprego e a dificuldade de (re)inserção no mercado de trabalho.

3.2 Reestruturação produtiva do capital no Brasil

O momento atual de desenvolvimento do capitalismo traz em seu bojo profundas transformações nas formas de utilização das forças produtivas em escala planetária. Isso quer dizer que os padrões de gestão e controle da produção que se baseiam no toyotismo, ao serem internalizados pelos países centrais como uma possível saída da crise, passaram a ser incorporados pelas demais economias do cenário capitalista mundial.

Com as inovações técnicas, organizacionais e sócio metabólicas intrínsecas à era da acumulação flexível, as primeiras mudanças que se explicitam nas instâncias sociais e, sobretudo, econômicas dos países de economia avançada, resultaram da combinação do uso da microeletrônica e da robótica, da ampliação da exploração da força de trabalho e da nova gestão de distribuição e consumo de mercadorias. Esses elementos, quando reunidos, tornaram ainda mais crítica a relação de conflito existente entre capital e trabalho, acentuado a partir da diversificação da divisão social do trabalho tanto em âmbito local, quanto mundial.

Todavia, há de se considerar que a disseminação das características desse momento do capital entre os países periféricos foi marcada por uma forte relação desigual e combinada, determinada pela nova dinâmica do mercado mundial de trocas de tecnologia, que, de acordo com Menezes (2007, p. 48), “apresenta-se de forma bem intensa quanto a sua perversidade e seu potencial destrutivo”.

Ou seja, tanto as inovações tecnológicas quanto as novas formas de gestão e controle do processo produtivo e da força de trabalho não se difundiram de maneira igualitária entre os países e regiões, pois o capital “visa otimizar a combinação entre as novas regras e condições impostas **pela acumulação flexível** de participação no mercado mundial [...] com a especificidade da estrutura social, econômica e territorial de cada país” GONÇALVES, 2011, p. 2, grifo nosso).

O que ocorre é que, em meio às relações de desigualdade desenvolvidas pelo modo de produção capitalista, ampliadas no momento de acumulação flexível,

a geografia promovida pelo capital, dentro da sua cadeia hierárquica de espaços que vincula em suas relações desiguais de “países de industrialização periférica” e “países centrais”, tem agravado a condição social dos primeiros. A inserção destes países na “economia mundo”, na condição de subalterno e altamente dependente dos países do segundo grupo, se dá necessariamente pela sua incapacidade de manter-se na concorrência devido ao baixo padrão tecnológico da produção (MENEZES, 2007, p. 48).

Entretanto, embora haja essa diferenciação, é sabido que tanto nos países de “economia periférica” como nos de “economia avançada”, os efeitos destrutivos das respostas do capital à sua crise se materializam de forma inexorável, sobretudo no que concerne à precarização da força de trabalho e à degradação da natureza¹⁶.

O modelo de produção flexível do toyotismo, aliado às políticas neoliberais do Estado mínimo, criaram as condições ideais para uma melhor e maior exploração do potencial produtivo da classe trabalhadora. Elas se manifestam de maneira distinta no espaço de acordo com as especificidades locais e visam o aperfeiçoamento da competição empresarial na economia global. É por isso que as transformações provenientes desse “momento predominante” do ciclo de reestruturação produtiva ALVES, 2008 não acontecem da mesma forma em todos os países e regiões, podendo ser de maior ou menor intensidade, a depender de sua posição econômica no mundo, se periférica ou central.

Quando se analisa a composição da classe trabalhadora dentro do processo de reestruturação produtiva é possível verificar que ela não se dá de maneira homogênea. Pelo contrário, o que se tem, cada vez mais, é a sua heterogeneização, complexificação e fragmentação a partir de condições de trabalho já existentes. Ou seja, em meio a essas relações abstrusas que envolvem o contingente de força de trabalho disponível para a exploração, há, de um lado, a necessidade pelo capital de trabalhadores qualificados e capacitados, e de outro, a ampliação do desemprego e de atividades que requerem uma mão de obra precária, informal, terceirizada, etc.

Esse cenário de fragmentação da classe trabalhadora passou a ser observado com grande relevância nos países de economia avançada, a partir das inovações tecnológicas e organizacionais que sucederam a lógica produtiva do fordismo, onde os trabalhadores passaram a ser divididos entre sujeitos aptos para o mercado, principalmente nos setores altamente tecnológicos, e sujeitos desempregados, que buscam garantir a sua sobrevivência inserindo-se em subempregos, no trabalho precário, autônomo e na informalidade. “As economias avançadas viram renascer os “bicos” e o subemprego no setor informal, que at

¹⁶ Quanto à agressão do capital à natureza, Vasapollo (2003, p. 7) considera que: “Há o problema da contaminação ambiental, sendo importante lembrar que 4/5 do dióxido de carbono liberado na atmosfera provém das regiões industrializadas, causando devastação de florestas, perda de solo fértil, crescimento dos processos de erosão, contaminação e esgotamento dos recursos naturais, perda da biodiversidade, destruição da camada de ozônio, criação de resíduos tóxicos incontroláveis e perigosos. Tudo isso para criar crescimento quantitativo e novos processos de acumulação do capital, com a única finalidade de aumentar a produção e a produtividade para o lucro, atuando contra um desenvolvimento de qualidade que defenda a vida em todas as suas formas”.

recentemente, era considerado um apanágio das situações de subdesenvolvimento” (CATTANI, 1996, p. 48).

Conforme Antunes (1999, p. 209):

O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado.(...)Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado a economia informal, ao setor de serviços etc.

Gonçalves (2001, p. 3) afirma que, se para os países centrais a reestruturação produtiva do capital trouxe sérios danos para a classe trabalhadora, fazendo surgir novas formas de exploração da força de trabalho que “fogem do padrão técnico moderno”, foi nos países de industrialização periférica que ela se mostrou muito mais perversa. Segundo esse autor,

a nova ordem econômica mundial regida pelo capital remodela por inteiro a economia destes países que historicamente sempre foram economicamente subjugados, intensificando as desigualdades sociais já existentes e perpetuando uma estrutura social marcada por uma grande concentração de renda, por uma grande diferença econômica entre os ricos e os pobres, que revela também uma grande diferença de acesso à educação, saúde e ao trabalho assalariado.

A América Latina, por exemplo, no início do século XXI, vivenciou forte ampliação das mazelas sociais devido ao espraiamento da reestruturação produtiva entre seus países. Esse continente, ao se submeter aos projetos de elites e de governo e aos subsídios de órgãos econômicos internacionais como o FMI e o BIRD, passou a se inserir na economia mundial através dos princípios de liberação de mercado e competitividade, das importações de novas tecnologias, da reorganização da produção e do desmonte do Estado, inerentes à lógica flexível do capital. Ao mesmo tempo, no entanto, esse processo provocou ainda mais a precarização dos postos de trabalho e o descarte e exclusão de um contingente incomensurável de trabalhadores dos processos produtivos.

Diante disso, parte significativa da classe trabalhadora dos países latinos encontra-se relegada a relações de trabalho cada vez mais precárias, pois quando desempregados se

submetem a toda e qualquer forma de trabalho degradante simplesmente para salvaguardar a própria existência. Essa sujeição do trabalho ao capital enquanto produto da divisão social do trabalho e territorialização da reestruturação produtiva do capital em sua forma ampliada, isto é, mundial, acaba por compor a massa de trabalhadores disponível para a exploração nas ditas atividades informais, terceirizadas, nos subempregos, etc.

Conforme Salama (1999, p. 11):

Nos últimos anos, o Brasil, a Argentina e o México estiveram comprometidos com um modelo similar: uma expansão do PIB cada vez mais dependente das entradas de capitais; um crescimento das desigualdades entre as rendas do trabalho e as do capital, [...] entre as dos trabalhadores qualificados e as dos não qualificados; um índice de desemprego crescente e uma expansão significativa dos empregos precários em relação aos existentes nos anos de 1980; e grandes flutuações do nível de atividade econômica, das quais os pobres são as principais vítimas.

Portanto, esse modelo de produção dotado de elementos modernizantes e incrementos tecnológicos nada mais é do que a própria materialização do poder de organização econômica e territorial da mundialização do capital que se verifica nas grandes empresas através da gritante exploração da classe trabalhadora e da intensificação do trabalho precário, informal, terceirizado, *part time*, etc., principalmente nos países periféricos, que assumem posição de coadjuvantes no mercado mundial.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva do capital teve início na década de 1970, a partir da decadência da política de substituição das importações e a instauração dos novos padrões de competitividade e abertura de mercado pela conjuntura neoliberal que se pôs em voga. Esse período da economia brasileira foi marcado por forte recessão, com altos índices de desemprego e uma crise generalizada no setor industrial “desenvolvimentista”, que obrigou as empresas a buscar novos padrões de qualidade, inovações tecnológicas e nova gestão de mão de obra para viabilizar o aumento de superávit da balança comercial e pagamento da dívida externa.

Nesse sentido, a economia do país passou a exigir

[...] novos requerimentos de qualificação para os trabalhadores e novas técnicas organizacionais associados a uma estratégia de maior integração entre concepção e execução da produção e estimulada por estratégias que permitissem maior envolvimento dos trabalhadores e compromisso com os interesses específicos dos clientes e, portanto, da empresa (CARLEIAL; VALLE, 1997, p. 297).

Leite (1994), ao discutir sobre a reestruturação produtiva no Brasil, aponta que a absorção dos avanços tecnológicos advindos desse processo pelo país apresentaram três momentos específicos. O primeiro, datado no final da década de 1970 e início de 1980, seria o da adoção dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) sem alterar de maneira significativa, todavia, o modo de organização do trabalho e sem fazer grandes investimentos em equipamentos microeletrônicos. Os CCQs foram as primeiras práticas do padrão de produção toyotista implantadas no Brasil (GOMES, 2011) e, segundo Hirata (1983), ganhou maior dimensão a partir dos anos de 1980, quando as empresas brasileiras, principalmente as indústrias automobilísticas, passaram a introduzir a robótica nos processos produtivos.

O segundo momento tem a sua origem entre os anos de 1984 e 1985, quando o crescimento econômico do país começa a ser retomado e difundem-se outras maquinarias e práticas japonesas na produção das mercadorias. Como exemplo disso tem-se o *just in time*, que se caracteriza pelo princípio do estoque mínimo e pelo atendimento rápido da demanda (LEITE, 1994), e o Programa de Qualidade Total e de Controle Estatístico de Processo (CEP), “que visa a integração do controle de qualidade à produção através de conceitos básicos de estatísticas de inspeção das peças que passa a serem feitas pelos próprios operadores de máquinas” GOMES, 2011, p. 59¹⁷.

Já a partir da década de 1990, tem-se início no país o terceiro momento de assimilação das inovações tecnológicas promovidas pela reestruturação produtiva. Nesse período, as empresas brasileiras passaram a aderir de maneira muito mais expressiva às novas formas organizacionais que acompanham o movimento de acumulação flexível, ampliando tanto a eficiência da produção como a flexibilização da força de trabalho e sua capacidade produtiva. Isto é,

as empresas **passaram a** implementar, além das inovações tecnológicas, [...] as normas ISO (*Internacional Standard Organization*), a redução do tamanho da planta, a subcontratação (terceirização e parcerias com fornecedores) e novas formas de organização do trabalho (redução dos

¹⁷ Além disso, Gomes (2011, p. 59) assevera que a automação industrial de base microeletrônica também “passa a ser utilizada, sobretudo, no complexo automotivo, nas montadoras, nas autopeças, nos ramos petroquímicos e siderúrgicos nas indústrias de bens de capital, principalmente, aquelas empresas exportadoras e subsidiárias de multinacionais”. Nesse sentido, Leite 1994, p. 565 afirma que no final dos anos 1980, juntaram-se aos CCQs “os novos equipamentos de base microeletrônica, como os Controle Lógico Programáveis - CLPs, robôs, Máquina-ferramenta Controle Numérico - MFCN, os quais foram sendo acompanhados por inovações de produto e de processo pela utilização do sistema CAD/CAM/CAE, *just in time*, *kanban*, celularização da produção, tecnologia de grupo, Sistema de Qualidade Total - TQC (*total quality control*) e utilização do Controle Estatístico de Processo CEP”

cargos de níveis hierárquicos (*downsizing*), trabalho em “ilhas” no chão da fábrica, trabalhador mais polivalente, qualificado, participativo e criativo, maior treinamento dos empregados e CCQ (Círculo de Qualidade Total), alteração na jornada de trabalho, trabalho terceirizado, subcontratados, temporário, [...] novas formas de gestão do trabalho racionalizadoras e poupadoras de mão-de-obra, a fim de atender às novas exigências de competitividade, buscando com premência estratégias industriais que permitissem o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de seus produtos para, assim, competir com os produtos importados e para garantir sua presença na nova configuração do mundo globalizado (GOMES, 2011, p. 60, grifo nosso).

Segundo Alves (2000), foi nos anos de 1990 que a reestruturação produtiva do capital se tornou mais emblemática para a classe trabalhadora no Brasil. Isso porque, com a incorporação mais efetiva das inovações tecnológicas e organizacionais nessa época, o mundo do trabalho ficou completamente vulnerável a esse processo, sendo atingindo tanto em sua dimensão objetiva como subjetiva.

Ao provocar alterações na objetividade e subjetividade da classe trabalhadora, o capital criou no país, no final do século XX, pela eliminação de muitos postos de trabalho, um contingente inmensurável de trabalhadores desempregados, informais e precarizados. Para Antunes (2006, p. 53), esse momento foi de

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho [...], aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”.

A intensificação da reestruturação produtiva nesse período tem as suas causas intrínsecas à crise econômica do mercado interno e à política de abertura outorgada pelo governo Collor, que levaram as empresas a buscarem inovações mais eficazes e táticas de produtividade e qualidade para competirem internacionalmente (GOMES, 2011). Para tanto, muitas empresas se submeteram ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Governo Federal, que visava inserir o país no mercado global por meio da modernização das indústrias (RUAS, 1994).

No que se refere às implicações espaciais da reestruturação produtiva, verificou-se, também, a partir da década de 1970, forte desconcentração industrial com a incorporação de novas regiões no circuito de acumulação do capital. Como observa Harvey (1999), com a

internacionalização da economia, o capital tende a intensificar a sua dispersão geográfica para lugares de trabalho mais fácil, com as grandes indústrias se instalando em regiões que disponibilizam, além de uma mão de obra barata, incentivos fiscais, matérias primas e mercados consumidores mais expressivos.

Assim, a reestruturação da produção

[...] envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 2002, p.140)

No Brasil, Sandra Lencioni (1998, p. 31) afirma que a descentralização das indústrias veio acompanhada de uma

divisão territorial entre produção industrial e gestão empresarial, fazendo com que o interior tendesse a concentrar os estabelecimentos produtivos e a capital, os escritórios de gestão empresarial. Como decorrência dessa expansão, se intensificaram as redes sociais e espaciais com o sentido de integrar o capital e o espaço.

Nesse processo, muitas indústrias foram realocizadas,

muitas empresas dos ramos de calçados e têxteis deslocaram-se de São Paulo para os estados do Ceará e Bahia e do setor metal-mecânico migraram para o interior do estado e para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Bahia. No setor automobilístico ocorreu um movimento de reespecialização geográfica da produção, com a Volkswagen, em Resende (Rio de Janeiro), Peugeot/Citroën, em Porto Real (Rio de Janeiro), Honda, em Sumaré (São Paulo), Toyota, em Indaiatuba (São Paulo), Iveco-Fiat, em Sete Lagoas (Minas Gerais), Mercedes-Benz, em Juiz de Fora (Minas Gerais), General Motors, em Gravataí (Rio Grande do Sul), Renault, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná), Nissan, em Curitiba (Paraná), Ford, em Camaçari (Bahia), Hyundai, em Aratu (Bahia), Mitsubishi, em Catalão (Goiás), entre outras (GOMES, 2011, p. 62).

No ramo da agroindústria, a introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista é um exemplo dessa incorporação de novas regiões pelo capital, pois ao ser inserido à essa lógica de espraiamento territorial, desenvolveu-se, desde então, apoiando-se nos padrões assumidos

pelo capitalismo em seu processo de acumulação. Discutiremos mais sobre esse tema no terceiro capítulo desse texto.

A partir da instauração da reestruturação produtiva no país, houve ainda uma série de cortes nos gastos públicos nas áreas da educação, saúde, habitação e reforma agrária, além do arrocho salarial e das privatizações, que ajudaram a intensificar as péssimas condições de vida e de trabalho pela qual já passava grande parte da população brasileira. É nesse sentido que Mota e Amaral (1998, p. 13) observam as mudanças nas relações entre Estado, sociedade e mercado nesse período, materializadas através de um

conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são: os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho.

Sobre essa ampliação do número de desempregados no Brasil no “momento predominante” da acumulação flexível (ALVES, 2008), Singer (1998, p. 105) explica:

A exclusão do emprego formal é particularmente importante no Brasil, primeiro, pela grande parcela da população que é atingida e, segundo, por provavelmente estar crescendo. [...] A exclusão do emprego formal, contudo, provavelmente é em função de uma grande mudança estrutural em escala mundial derivada da Terceira Revolução Industrial. Na medida em que o Brasil vem abrindo sua economia ao comércio e investimento exteriores, tais tendências possivelmente estão se reforçando.

O quadro gerado pela reestruturação produtiva do capital no país é o da super oferta da mercadoria força de trabalho, pois, com a grande onda de exclusão de trabalhadores do processo produtivo, há a dificuldade premente dessa massa de se (re)inserir no mercado de trabalho, compondo e dando forma a um descomunal exército de reserva. Corroborando com isso, Mota e Amaral (1998, p. 11) ressaltam:

[...] a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalento, etc.

Por conseguinte, os trabalhadores, quando não utilizados ou subutilizados pelo capital, começam a buscar formas alternativas de sobrevivência que, muitas vezes, se distanciam do universo da produção de mercadorias. Como afirma Silva (2010), ou esses sujeitos passam a reproduzir as suas vidas por meio de atividades econômicas e de trabalho, que fogem do padrão organizacional e técnico do atual momento de desenvolvimento do capital, ou acabam por se submeter às fissuras abertas por essa exclusão, por esse descarte. Essas fissuras, segundo a autora, são, geralmente, os atos de violência ligados ao tráfico de drogas, a prostituição, a participação em movimentos sociais e políticos organizados, o trabalho análogo à escravidão, a migração, etc.

É importante salientar ainda, que os reflexos da reestruturação produtiva não atingem somente as cidades. Esse é um processo, que embora difunda elementos heterogêneos, principalmente sobre a classe trabalhadora, territorializa-se de forma homogênea sobre os diferentes espaços de determinado país ou região. No Brasil, tanto a produção em âmbito urbano quanto rural foi reestruturada, sendo que a mecanização do campo vem provocando, ao longo de seu desenvolvimento, o crescimento do desemprego e a brusca saída de pessoas em direção às cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. É sabido, entretanto, que grande parte desses sujeitos apenas agrega-se ao amplo exército de reserva já formado nos centros urbanos, acabando, na maioria das vezes, na informalidade, no subemprego, no trabalho precarizado, etc., que são acrescidos a partir da superoferta da mercadoria força de trabalho e que reduzem “a capacidade de barganha política dos trabalhadores por maiores salários e por melhores condições de trabalho e de vida nas cidades” CAMPOS FILHO, 1999, p. 39 .

Assim, a reestruturação produtiva não apenas redimensiona a divisão social do trabalho, como dota ainda de plasticidade toda a classe trabalhadora, pois, ao mesmo tempo em que os trabalhadores vendem a sua força de trabalho no campo, vendem também nas cidades, são trabalhadores marcados pela mobilidade, pela submissão a todo e qualquer tipo de trabalho precário, informal, degradante, etc., que conceda, pelo menos, um mínimo de condição de sobrevivência.

Para Thomaz Jr. (2012, p. 9):

O movimento territorial de classe da classe trabalhadora é, pois, a expressão geográfica da plasticidade do trabalho, conceito, aliás, que tem permitido entender as (re)existências e (des)realizações das diferentes formas e manifestações dos homens e mulheres que trabalham.

Conforme esse autor, ainda, é a partir da plasticidade do trabalho que se pode

apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc (idem, 2002, não paginado).

Diante do exposto, discutiremos, nos próximos tópicos desse texto, as recentes transformações do agronegócio cafeeiro em suas diferentes escalas. Para tanto, atemo-nos às análises de dados referentes à produção do café no início desse século, por compreendermos que elas revelam muito sobre as mudanças que vêm ocorrendo em seu processo produtivo na região do Planalto da Conquista e, principalmente, no município de Vitória da Conquista. Em meio às nossas constatações no decorrer dessa pesquisa, centramos os nossos esforços para o entendimento de como a reestruturação produtiva do capital, mais expressiva na região a partir dos anos 2000, sobretudo de 2013 em diante, vem liberando, descartando e excluindo centenas de trabalhadores da labuta nos cafezais, homens e mulheres que, em sua maioria, têm as suas vidas e a venda da sua força de trabalho historicamente vinculadas à cafeicultura conquistense.

Acreditamos, pois, que através do exame da atual conjuntura da produção de café, podemos evidenciar a sua importância para economia do país e a busca do setor agropecuário brasileiro em alcançar níveis de produção e produtividade cada vez maiores nos últimos anos. Isso implica, todavia, em uma reestruturação da produção que se apoia no uso intensivo de novas tecnologias e de técnicas agrícolas avançadas, que, ao mesmo tempo em que promove a ampliação dos índices produtivos, elimina, em grandes proporções, os postos de trabalho no campo.

3.3 O agronegócio cafeeiro e as recentes transformações na cafeicultura

Atrás somente do petróleo, o café é o segundo produto primário mais negociado do mundo. Com uma produção média anual de 7,7 milhões de toneladas, o grão é cultivado em 72 países, numa faixa que se estende por 10,5 milhões de hectares. Desse total, 85% concentra-se na América do Sul e Central, 10% na Ásia e 5% na África, sendo o Brasil, Vietnã, Colômbia, Indonésia, Etiópia, Índia, Honduras, Uganda, México e Guatemala os principais países produtores (tabela 2) (OIC; CONAB 2015).

Tabela 2: Principais países produtores de café em 2015 – em milhões de sacas

Produtor	Produção	%	Export.	%	Consumo	%
Brasil	43,2	30,2	37,1	33,5	21,0	48,6
Vietnã	27,5	19,2	20,2	18,2	2,3	8,4
Colômbia	13,5	9,4	12,3	11,1	1,6	11,9
Indonésia	11,0	7,7	6,6	6,0	4,2	37,9
Etiópia	6,4	4,5	2,9	2,6	3,7	57,8
Índia	5,8	4,0	5,1	4,6	2,3	38,8
Honduras	5,8	4,0	5,0	4,5	0,3	4,3
Uganda	4,8	3,3	3,5	3,1	0,3	7,2
México	3,9	2,7	2,5	2,2	2,4	60,4
Guatemala	3,4	2,4	2,9	2,7	0,3	10,0
Peru	3,2	2,2	2,4	2,2	0,3	9,4
C. Marfim	1,8	1,3	1,4	1,3	0,3	16,7
Costa Rica	1,5	1,0	1,1	1,0	0,2	13,4
Quênia	0,8	0,6	0,7	0,6	0,1	6,0
Equador	0,7	0,5	1,1	1,0	0,2	22,1
Outros países	10,0	7,0	5,8	5,3	8,7	87,1
TOTAL	143,4	100,0	110,8	100,0	48,0	33,5

Fonte: OIC e Conab (2015).

O Brasil há mais de 100 anos é líder no mercado internacional de café, tanto em termos de produção como exportação. Em 2015, foi responsável por cerca de 30% da produção e 33% das exportações globais, respondendo por 1/3 do café produzido mundialmente. O país ocupa ainda o segundo lugar em consumo, com um equivalente de 81 litros/anos/pessoa¹⁸. Somente em 2015 foram consumidas internamente 21 milhões de sacas do produto (tabela 2).

¹⁸ De acordo com a Embrapa, o Brasil perde em consumo apenas para os Estados Unidos. Contudo, segundo pesquisas da Euromonitor Internacional, em 2015, o consumo brasileiro superou o dos Estados Unidos, que apresentou um recuo de volume, não visto desde 2009/2010.

No entanto, quando se trata de café industrializado, os números brasileiros estão longe de alcançar os índices de exportação italianos e, sobretudo, alemães. De acordo com o Sindicato da Indústria de Café do Estado de Minas Gerais – SindiCafé/MG (2004), a Alemanha é a maior compradora de café verde brasileiro, obtendo com as reexportações 74% a mais do que pagam pelas importações. Isso se deve, principalmente, à agregação de valor aos grãos por meio do processamento, torrefação, distribuição e marketing. O país gasta, em média, por ano, US\$2,5 bilhões com importações de café, tendo um faturamento na faixa dos US\$5,8 bilhões com reexportação. Segundo a Organização Internacional do Café (2013), o produto final alemão é comercializado para mais de 150 países (OIC, 2013).

Conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2015) há no Brasil 287 mil produtores de café, reunidos em associações e cooperativas de 15 estados. Com um parque cafeeiro de 2,256 milhões de hectares, a cafeicultura brasileira é predominantemente realizada nas médias e pequenas propriedades, distribuídas em mais de 1.900 municípios. A produção aglutina-se, majoritariamente, nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, Paraná e Goiás, de onde saem 98,65% do café nacional. Os outros 1,35% da safra são produzidos no Acre, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Pará, Mato Grosso e Rio de Janeiro (tabela 3). Minas Gerais é atualmente o maior estado produtor do país, produzindo cerca de 50% do café nacional (MARQUES, 2005).

Tabela 3: Produção de café por estados brasileiros – safra 2015

Estados	Produção Total (em mil sacas)
Minas Gerais	22.303
Espírito Santo	10.700
São Paulo	4.064
Rondônia	1.724
Paraná	1.290
Rio de Janeiro	310
Goiás	226
Pará	17
Outros	128

Brasil - Total

43.235

Fonte: Conab (2015)

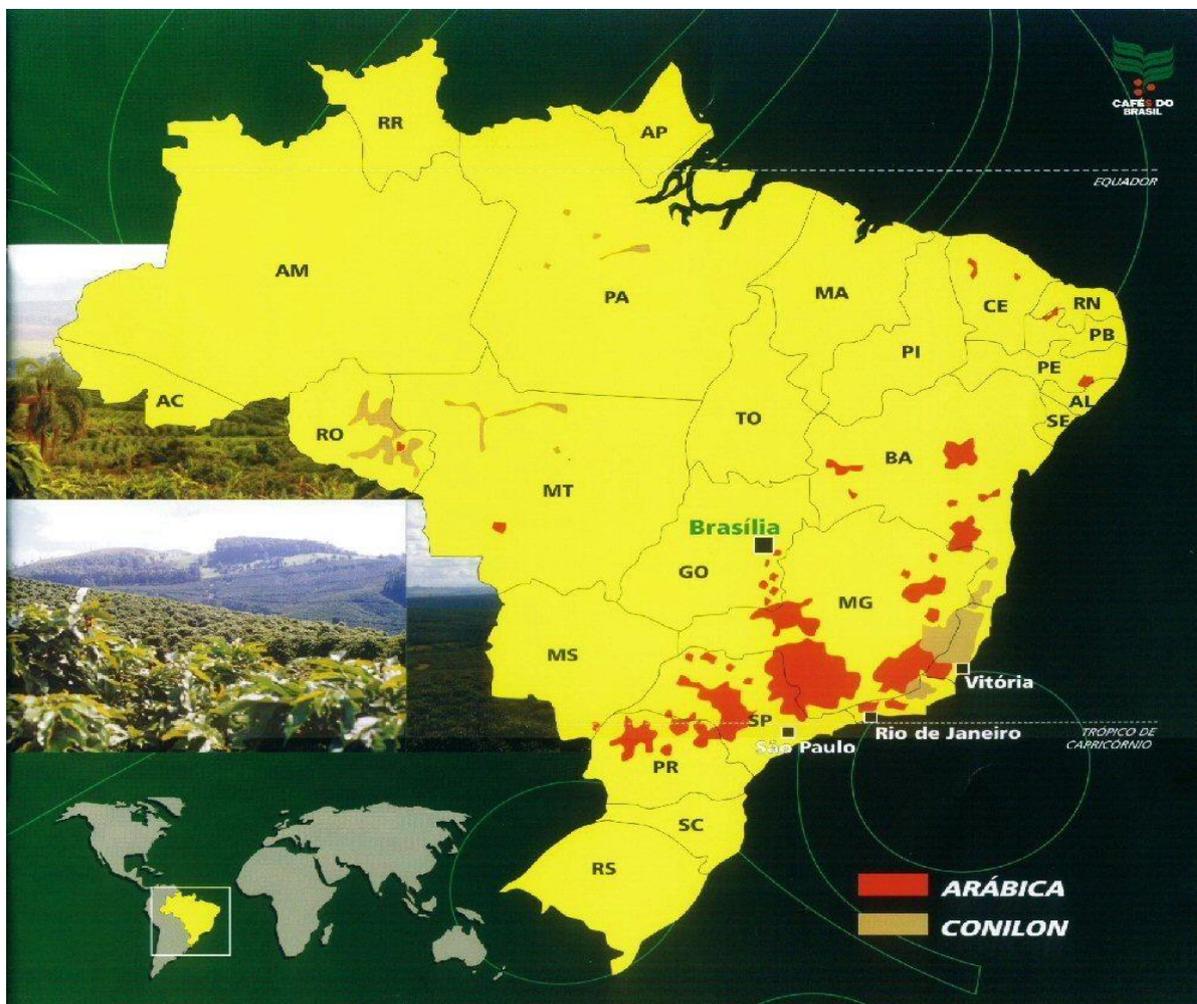


Figura 9: Espacialização da produção de café nas espécies Arábica e Conilon no Brasil.

Fonte: Café do Brasil (2015).

Antes de chegar ao supermercado, o café passa por um longo processo de produção e apresenta diferentes fases até o seu consumo. Em depoimento extraído durante trabalho de campo, Aritana Correia (2014), Engenheiro Agrônomo atuante na cafeicultura de Vitória da Conquista, explica que, na fase do plantio, o produtor prepara o solo utilizando a técnica de “calagem” do terreno. Essa técnica, que se resume no corte da terra, permite tanto a aplicação de calcário quanto a adubação orgânica e inorgânica do solo, dando à planta muitos dos nutrientes e micronutrientes que ela precisa, dentre os quais, fósforo, nitrogênio e potássio, e sulfato de zinco e ácido bórico.

Para o controle das pragas e doenças são aplicados periodicamente herbicidas e fungicidas nos cafeeiros. Alguns agrotóxicos são responsáveis pela capina das plantas, dispensando, cada vez mais, o emprego de força de trabalho nesse tipo de serviço. Dentre os produtos químicos mais utilizados, os maturados se destacam por acelerar a colheita provocando o amadurecimento uniforme e o desprendimento dos frutos dos galhos (ORTEGA; JESUS, 2010). Por ser uma planta perene e arbórea do tipo dicotiledônea, o cafeeiro permitirá, ao longo do seu ciclo de vida, mais de uma colheita (SILVA; CENTOFANTE, 2014).

A colheita é considerada a fase de maior custo da produção, representando, em média, de 25 a 40% do total gasto anualmente com a safra (BARROS; CARVALHO; MENDONÇA; ALMEIDA, 2005). Esse valor está intrinsecamente relacionado em como a colheita é realizada, se manual, se semi-mecanizada ou se mecanizada. Em outras palavras, depende do nível de tecnificação empregada pelas propriedades e/ou ao contingente de mão de obra utilizado pelas mesmas (tabela 4).

Tabela 4: Comparação entre os diferentes custos de produção para lavouras com colheita manual, semi-mecanizada e mecanizada, ano de 1999.

Sistema	Custo de produção	
	R\$/ha	R\$/saca 60 kg
Colheita manual	3.330,26	98,43
Colheita semi-mecanizada	3.221,68	80,54
Colheita mecanizada	2.714,66	75,00

Fonte: PÁDUA; SILVA; QUEIROZ, (2000).

A tabela 4, extraída do texto “*Análise comparativa de custos para colheita de café mecanizada, semi-mecanizada e manual*”, de Pádua, Silva e Queiroz (2000), mostra que em 1999 a colheita mecanizada apresentou, em média, custo equivalente a R\$2.714,66 por hectare, com uma redução de 18,5% em relação ao sistema de colheita manual. Nas lavouras em que houve a predominância do trabalho manual, o custo da produção alcançou os R\$3.330,26. Já nas propriedades em que o sistema foi semi-mecanizado, correspondeu a R\$3.221,68. O custo por saca das lavouras em que a colheita foi conduzida mecanicamente foi de R\$75,00, seguido do sistema semi-mecanizado, cujo custo por saca foi de R\$80,54. As

lavouras colhidas manualmente foram as que apresentaram maior custo por saca, R\$98,43.

Portanto:

A diferença de custo de produção entre o café colhido mecanicamente e o café colhido manualmente chegou a ser de mais de US\$10/saca, dependendo do tamanho da lavoura e da produtividade da lavoura. Dessa forma, pôde-se concluir que o sistema mecanizado foi o que apresentou menor custo de produção, representando uma redução de 23,8% em relação ao sistema manual e de 6,9% em relação ao sistema semi-mecanizado (p. 314).

No que se refere à colheita manual, ela pode ser seletiva ou concentrada, sendo que na primeira cata-se a mão somente os frutos maduros e na segunda derriçam-se todos os frutos de cada ramo no chão, em panos ou em peneiras (figura 10). Na colheita semi-mecanizada faz-se o uso de derriçadeiras portáteis ou tracionadas (figura 11), enquanto que na mecanizada as colhedadeiras automotrizes ou tracionadas por trator fazem todo o serviço (figura 12 e 13). Seja por máquinas ou pelas mãos de trabalhadores, no momento da colheita, os frutos devem estar em ponto ideal de maturação, ou seja, devem ter atingido o estágio denominando de “cereja”, que ocorre, geralmente, sete meses depois da floração (TEXEIRA, 2013). Segundo Silva e Centofante (2014), os cuidados na operação da colheita são muito importantes, pois além de implicar no custo da produção, influenciará na qualidade final do produto.



Figura 10: Colheita manual do café.

Fonte: Curso Colheita Mecanizada de Café (2013).



Figura 11: Derrçadeira portátil elétrica.
Fonte: Revista Cafeicultura (2008).



Figura 12: Colheitadeira de café em galpão de fazenda de Vitória da Conquista.
Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

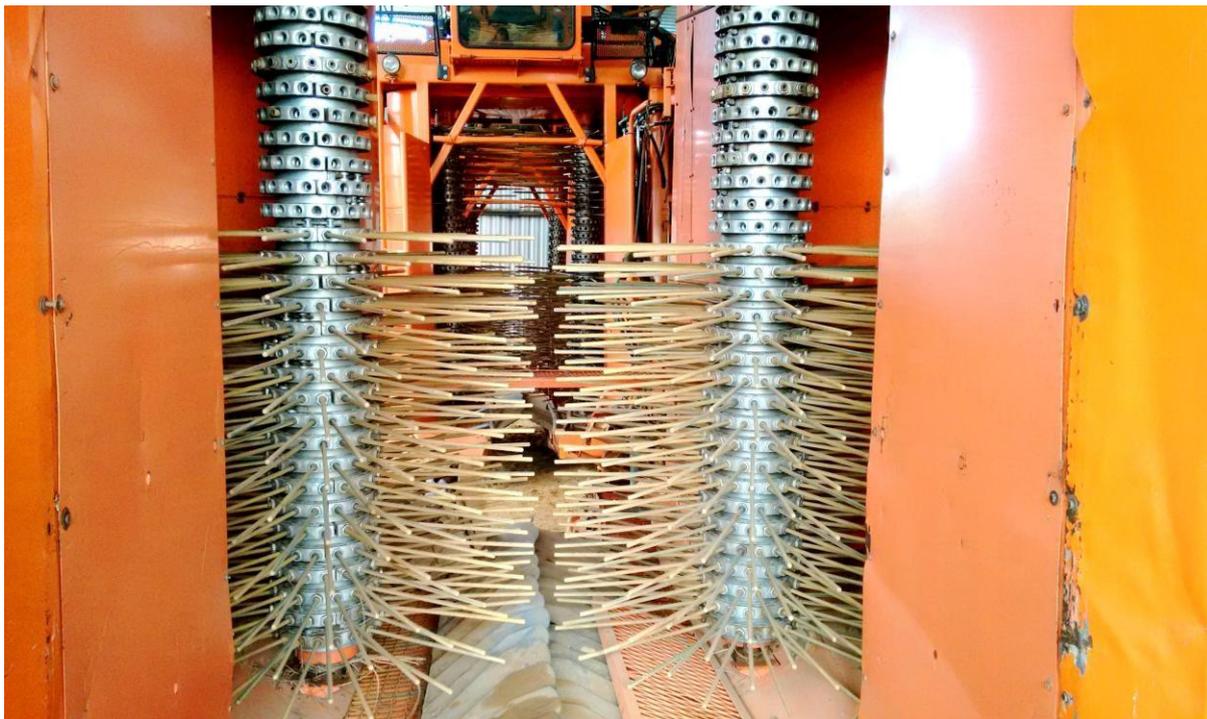


Figura 13: Parte interna da colheitadeira de café.
Fonte: Pesquisa de campo. Janeiro de 2016.

Após a colheita, os frutos são lavados, despulpados, secos, tratados e classificados de acordo com a sua qualidade. Para isso, são despejados em grandes esteiras contendo água corrente e separados conforme a sua posição na água. Se o fruto se mantiver na superfície, ou seja, boiar, significa que ele apresenta má formação (cafés chochos, mal granados) ou que pode ter sido atacado por pragas (brocados). Isso não quer dizer, entretanto, que não será comercializado. Quando o fruto afunda, é considerado de boa qualidade e pode ser processado de três maneiras distintas:

1º Processo “natural”: através de grandes peneiros os frutos maduros podem ser separados dos verdes, pois os verdes geralmente possuem tamanho bem menor que os maduros. Depois da peneira, os frutos maduros são levados para o terreiro e ou para secadores especializados. Polpa (casca vermelha e amarela) e grãos são secos juntos.

2º Processo “cereja descascada”: ao passarem pela corrente de água e afundarem, os frutos (cerejas) são despejados em grandes descascadores que retiram a polpa dos maduros, deixando apenas os grãos (sementes) passarem. Os frutos de café verde que estão misturados aos maduros não são descascados nesse processo, pois costumam ser menores e mais duros, sendo posteriormente separados por peneiração. Quando descascados, os grãos são levados para o terreiro.

3º Processo “despolpados”: depois que os frutos maduros são descascados e separados por peneiração, eles são colocados por aproximadamente 24 horas em grandes compartimentos na presença de microrganismos que eliminam a mucilagem dos grãos. A mucilagem são restos de materiais orgânicos (açúcares, carboidratos, proteínas) que ficam na superfície dos grãos após a passagem pelos descascadores. Depois de fermentados os grãos são lavados e levados para serem secados em terreiros ou secadores (RIBEIRO, 2010).

Subsequente à secagem dos grãos acontece o beneficiamento. Nessa fase da produção são descartadas as cascas e as impurezas que possam prejudicar na classificação do produto. Feito isso, os grãos são armazenados em sacos de 60 kg, em ambientes limpos, impermeáveis, de baixa umidade e com temperatura ideal de estocagem (TEIXEIRA, 2013).

Segundo a Danwatch (2016), a grande maioria das plantações brasileiras comercializa o café verde para intermediários e exportadores. Outras se organizam ainda em cooperativas que ficam encarregadas de gerenciar a distribuição do produto entre empresas exportadoras e torrefadoras que costumam agregar valor aos grãos por meio da torrefação e moagem do produto (figura 14). As cooperativas também tornam possível o financiamento dos estoques a juros agrícolas próximos dos 9% ao ano, quando não se tem interesse em vender o produto no pico da safra (SILVA; CENTOFANTE, 2014).

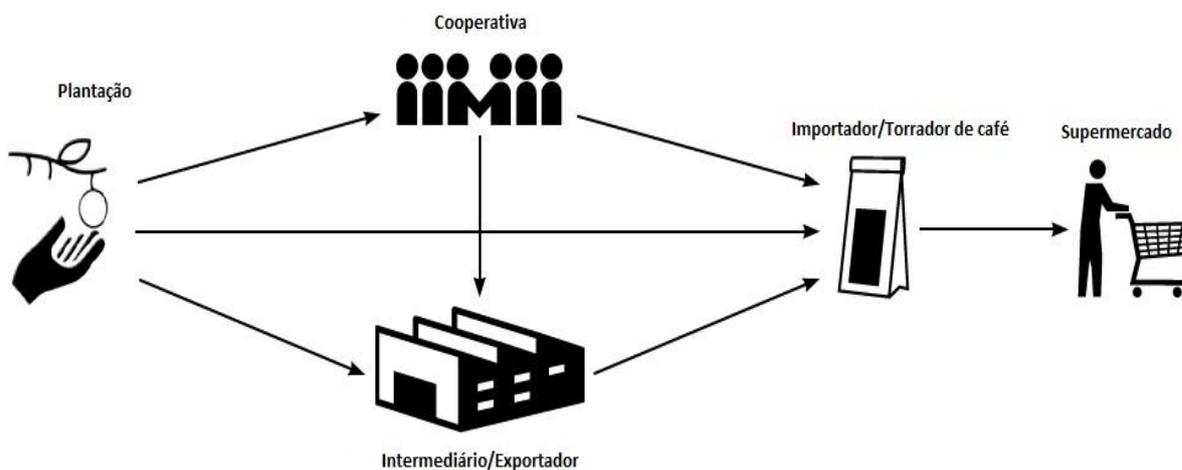


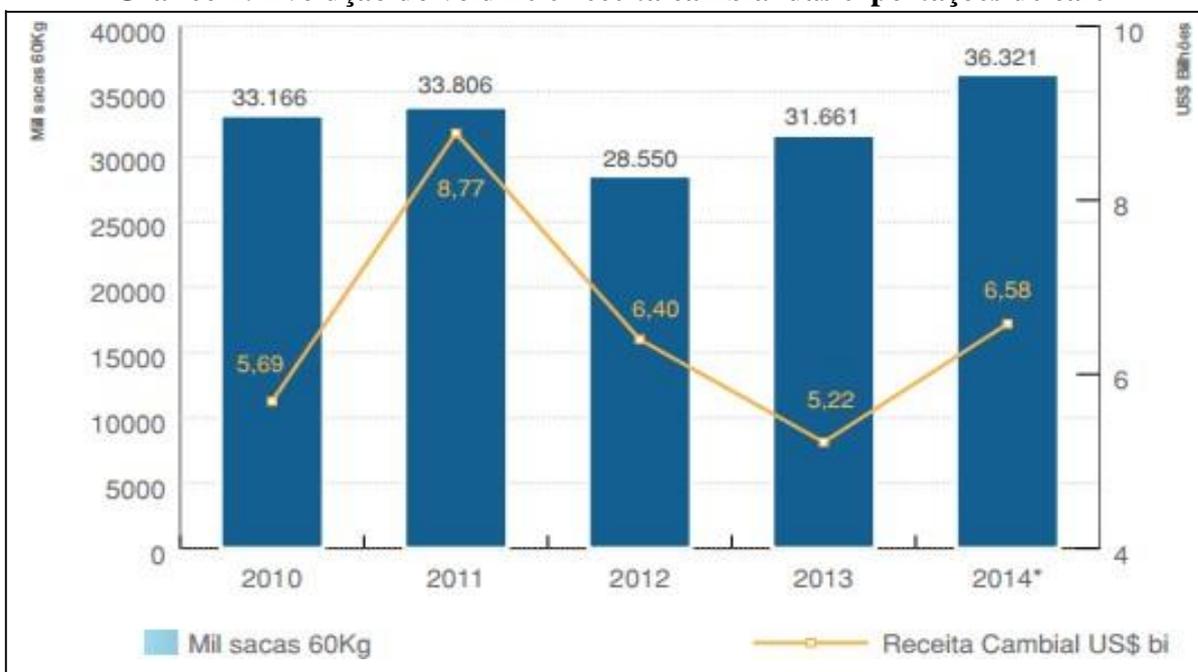
Figura 14: Processo de comercialização do café.
Fonte: Danwatch (2016).

A geração de divisas pelo café acompanha historicamente os seus altos índices de produção. Nos últimos anos, a participação do produto nas pautas de exportação se ampliou de maneira significativa, atingindo números que contribuem efetivamente no desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro. Conforme mostra o gráfico 1, a receita

cambial em 2010 foi de US\$5,6 bilhões. Em 2011, houve um aumento de mais de 35%, chegando à marca recorde dos US\$8,7 bilhões (EMBRAPA, 2011). Em 2012, entretanto, apresentou um decréscimo de 26% em relação ao ano anterior, com valor correspondente a US\$6,4 bilhões (CECAFÉ, 2012). No ano de 2013, apesar de considerada positiva, os embarques alcançaram uma receita de US\$5,2 bilhões, obtendo um resultado 19% inferior ao registrado em 2012 (CECAFÉ, 2014). Em 2014, ficou na ordem dos US\$ 6,58 bilhões, 20% maior que a safra precedente. Embora não expresso no gráfico 1, o valor da receita em 2015 foi de US\$6,15 bilhões, 5% menor em relação a 2014 (EMBRAPA, 2013; 2015; MAPA, 2014).

Outro ponto que podemos verificar no gráfico 1 refere-se aos valores das receitas, que nem sempre acompanham o ritmo dos índices dos volumes de produção. Segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa (2015), isso ocorre devido a um conjunto de fatores relacionados à oferta e demanda do produto no mercado. Uma estiagem prolongada, por exemplo, ao afetar o ciclo de produção, vai diminuir a safra e, conseqüentemente, incidir sobre o quadro de preço.

Gráfico 1: Evolução do volume e receita cambial das exportações de café



Fonte: Cecafé (2014).

*Estimativa, dezembro/2014.

Tabela 5: Exportações brasileiras de café – Safras 2007 a 2015

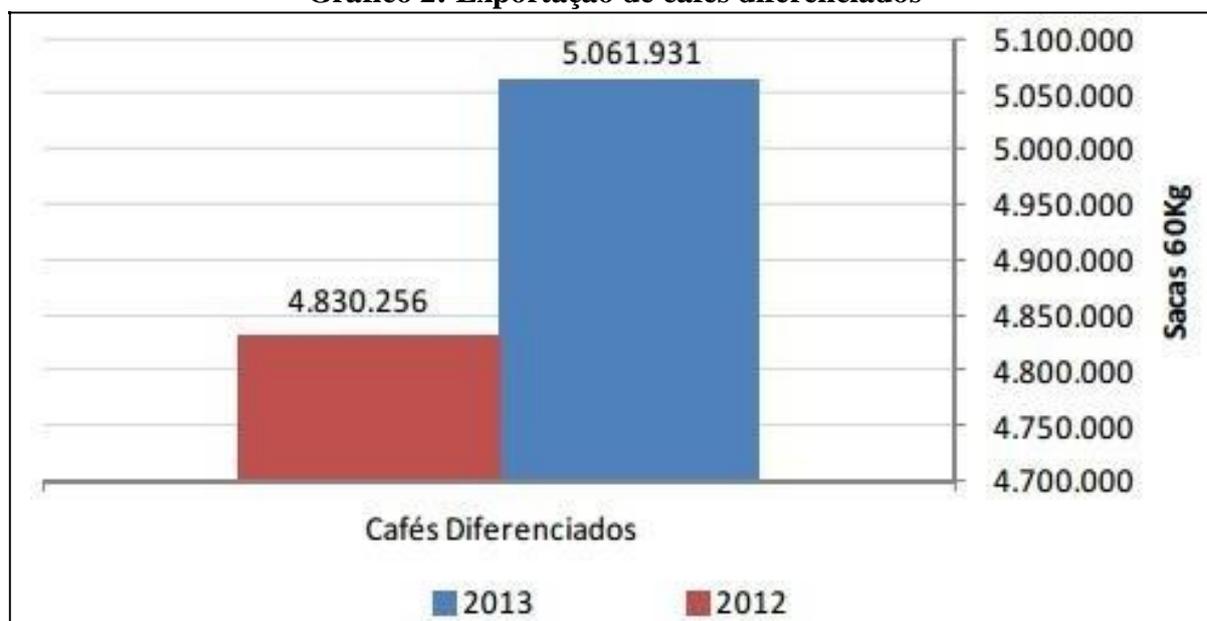
Ano	Exportações em milhões de sacas
2007	28,4
2008	29,7
2009	30,5
2010	33,1
2011	33,8
2012	28,7
2013	32,0
2014	36,7
2015	37,1

Fonte: Conab (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015);

Na tabela 5, pode-se verificar que de 2007 a 2015 as exportações brasileiras de café obtiveram um aumento de 23% no número de sacas comercializadas no mercado internacional. Em 2011, embora o volume das exportações tenha apresentado acréscimo de 1,3% em relação a 2010 (de 33,1 para 33,8 milhões de sacas), a receita cambial registrou recorde de US\$8,77 bilhões, 53,6% a mais que o ano anterior. Guilherme Braga (2012), diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé, justifica tal resultado à situação de oferta e demanda mundial que valorizou o produto e ao café de qualidade que vem sendo exportado pelo país.

De acordo ainda com a tabela 5, em 2012 houve um decréscimo de 5 milhões de sacas no volume das exportações, concentrado, principalmente, no café tipo Arábica. Segundo a Embrapa Café (2013), essa diminuição está atrelada ao atraso no fluxo da colheita provocado pelas fortes chuvas dos meses de junho e julho, e, apesar de significativa, não causou grandes variações nos preços internacionais. A iliquidez do mercado interno ocorrida nesse ano realimentou as pressões de baixa, assim como a forte tendência de substituição do café Arábica pelo Conilon conseguiu suprir as demandas do mercado.

Em 2013, o país exportou 32 milhões de sacas, o que corresponde a um aumento de 10% em relação a 2012 (28,7 milhões de sacas). Logo, a exportação brasileira do produto em 2013 se recuperou em termos de volume, se comparada ao ano anterior. Para o Cecafé (2014), esse resultado positivo re consolidou a participação do país no mercado internacional com níveis de exportação acima de 30 milhões de sacas por ano e é justificado pelo crescente volume de cafés diferenciados que estão sendo exportados em virtude do aumento na demanda global por cafés de qualidade. De 2012 para 2013, as exportações desse produto apresentaram um aumento de 4% (gráfico 2).

Gráfico 2: Exportação de cafés diferenciados

Fonte: Cecafé (2013)

No ano de 2014, os índices de exportação do café foi 11% superior em relação aos de 2013. Conforme a Cecafé (2015), esse aumento teve a ver com o bom desempenho da produção do café Arábica e ao comportamento das vendas do café Conilon, que apresentaram uma alta de 163%, se comparado ao do ano anterior. De acordo com o levantamento realizado pela Conab (2014), no referido ano, o café Arábica respondeu por 81% das vendas do país, enquanto o Conilon participou com 9,5%.

**Tabela 6: Exportação do agronegócio brasileiro
Ranking por valores de 2016 e 2015**

Principais produtos exportados	Jan a Abr de 2016		Jan a Abr de 2015		Var. % (a/b)
	US\$ MIL - (a)	Part. %	US\$ MIL - (b)	Part. %	
Complexo soja	9.174.292	32,6%	7.149.864	28,0%	28,3
Carnes	4.401.422	15,7%	4.411.371	17,3%	-0,2
Complexo sucroalcooleiro	2.705.020	9,6%	2.496.932	9,8%	8,3
Produtos florestais	3.385.425	12,0%	3.298.258	12,9%	2,6
Café	1.677.418	6,0%	2.229.591	8,7%	-24,8

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDI

Já em 2015 houve um crescimento de 2,7% nas exportações em comparação a 2014, que se justifica novamente, em grande parte, pelo rendimento das exportações do café Conilon que foram 21% maior que o montante da safra anterior. Nesse mesmo ano, o café ocupou a 5ª posição no *ranking* agroexportador do país e a Europa foi responsável pela aquisição de quase 50% do total do produto embarcado pelo Brasil (MAPA, 2015). Entre janeiro e abril de 2015, o café representou 8,7% das exportações do agronegócio nacional (US\$2.229.591), e em 2016, nesse mesmo período, os grãos exportados geraram em torno de US\$1.677.418, uma participação de 6% nas exportações. Entre os produtos agrícolas mais exportados do Brasil em 2015 e 2016 o complexo da soja ficou em 1º lugar, seguido da carne, do complexo sucroalcooleiro e dos produtos florestais (tabela 6).

Tabela 7: Principais países importadores de café do Brasil em 2015

Importador	Sacas mil	%	US\$ mil
Estados Unidos	7.898	21,3	1.272
Alemanha	6.551	17,6	1.075
Itália	3.071	8,3	565
Japão	2.527	6,8	491
Bélgica	2.292	6,2	406
Reino Unido	1.043	2,8	174
Turquia	816	2,2	117
Espanha	760	2,0	128
Canadá	754	2,0	156
México	750	2,0	92
França	732	2,0	118
Holanda	618	1,7	81
Suécia	608	1,6	99
Finlândia	540	1,5	100
Coréia	438	1,2	73
Outros	7.722	20,8	1.210
TOTAL	37.119	100,0	6.159

Fonte: Desex (2015)

Somente no primeiro trimestre de 2015, as vendas para o exterior corresponderam a US\$ 1,7 bilhão, com receita 38,18% maior do que o US\$1,25 bilhão totalizado no mesmo

período de 2014. Os principais importadores em 2015 (tabela 7) foram os Estados Unidos, com 7,8 milhões de sacas (21% de participação), Alemanha, com 6,5 milhões (17%), Itália, com 3 milhões (8%), Japão, com 2,5 milhões (6%) e Bélgica, com 2,2 milhões de sacas (6%). Juntos, esses países representaram 58% do volume total embarcado (MAPA, 2015).

Guilherme Braga (2013) afirma que, apesar de integrado, o setor exportador de café do Brasil é marcado por forte desconcentração e que por isso se difere das demais *commodities*. As exportações do produto atingem 132 países, evidenciando que, se por um lado é ampla a sua presença no exterior, por outro

o comércio exportador utiliza largamente dos instrumentos de mercado disponíveis, principalmente derivativos, que lhe permitem operar nos suprimentos de médio e longo prazo - condição que confere atuação comercial agressiva à exportação brasileira (não paginado).

Tabela 8: Área cultivada e produção brasileira
Safra 2015/16 e 2016/17

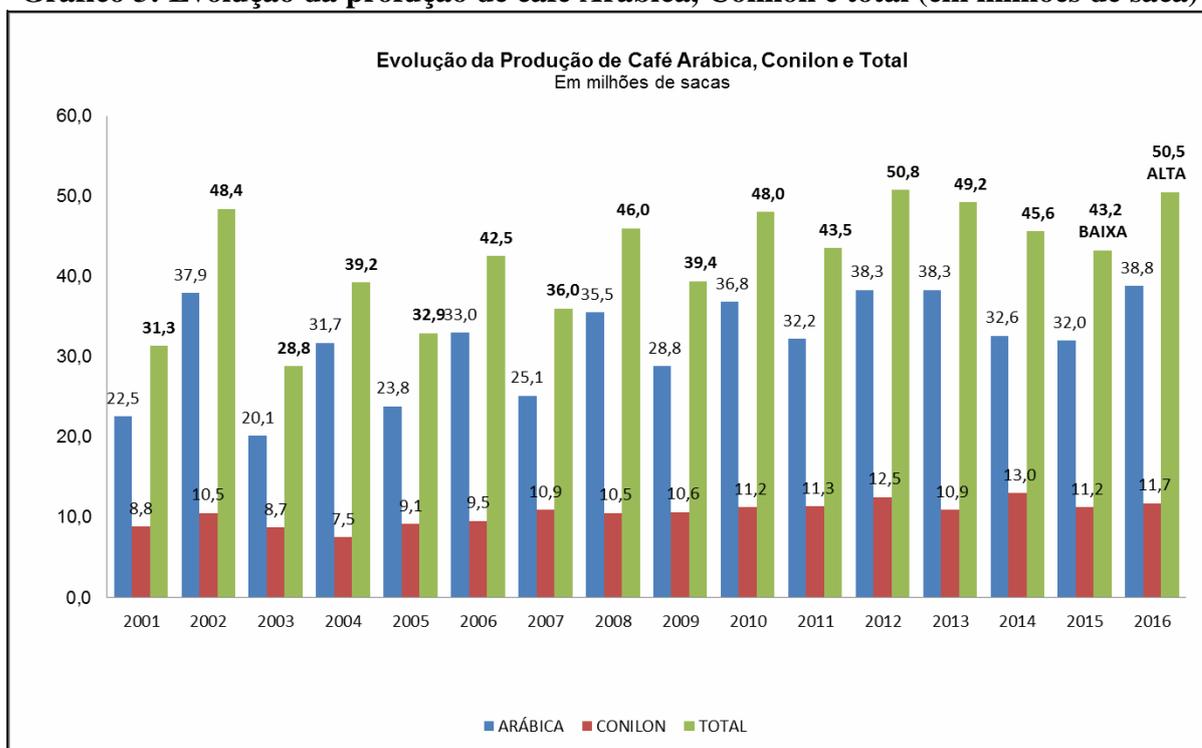
A & P	ÁREA (em hectares)			PRODUÇÃO (em mil sacas)			
	UF	2015	2016	%	2015	2016	%
RO		87.657	87.657	-	1.724	1.678	(2,7)
PA		1.243	1.243	-	17	17	-
BA		138.678	147.760	6,5	2.346	3.137	33,7
Cerrado		9.129	10.787	18,2	338	400	18,3
Planalto		94.321	91.081	(3,4)	824	902	9,5
Atlântico		35.228	45.892	30,3	1.184	1.836	55,1
MT		20.189	20.189	-	128	128	-
GO		6.175	5.782	(6,4)	226	227	0,4
MG		968.872	1.032.874	6,6	22.303	27.740	24,4
Sul		478.056	519.829	8,7	10.808	13.995	29,5
Triângulo		170.634	183.273	7,4	4.233	6.502	53,6
Mata		287.340	292.512	1,8	6.609	6.423	(2,8)
Norte		32.842	37.260	13,5	652	820	25,8
ES		433.242	410.057	(5,4)	10.700	11.163	4,3
RJ		12.538	12.538	-	310	310	(0,1)
SP		198.971	200.997	1,0	4.064	4.938	21,5
PR		44.500	46.500	4,5	1.290	1.050	(18,6)

Otr.	10.009	11.921	19,1	128	148	15,6
TOTAL	1.922.074	1.977.518	2,9	43.236	50.535	16,9

Fonte: Conab – Levantamentos de Dez/2015 e Jan/2016

O primeiro levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab¹⁹ (2016) (tabela 8) mostrou que, para 2016, a produção ficaria em torno de 49,13 a 50,53 milhões de sacas, ou seja, haveria um aumento de 16,9% em relação à safra do ano anterior, quando foram produzidas 43,23 milhões de sacas. Para o referido ano, a área cultivada estimada é de 1.977.518 hectares, enquanto que em 2015 correspondeu a 1.922.074 hectares, apresentando um acréscimo em torno de 2,9%.

Gráfico 3: Evolução da produção de café Arábica, Conilon e total (em milhões de saca)



Fonte: Conab – Incluindo divulgação de JAN/2016 (valor médio).

Já na segunda estimativa feita pela Conab (2016), realizada no mês de maio, os dados apontaram para uma produção de cerca de 49,67 milhões de sacas e produtividade perto de 25,58 sacas/ha, podendo ser a segunda maior safra da história, ficando atrás apenas da safra de 2012 que teve 50,8 milhões de sacas produzidas (gráfico 3). A Conab (2016) atribui esse

¹⁹ A Conab faz o levantamento da produção cafeeira quatro vezes ao ano. O próximo boletim da safra de 2016 será divulgado em setembro.

aumento à ampliação da área em produção, às condições climáticas favoráveis e ao ciclo bienal positivo²⁰ que estão proporcionando ganhos expressivos em produtividade. Outro fator preponderante apontado refere-se aos investimentos realizados em pesquisa, extensão rural e ensino em parceria com o setor privado, que, segundo a mesma, permite a manutenção do Brasil como protagonista no cenário da cafeicultura mundial.

Na gráfico 3 observa-se tanto a evolução da produção total de café no Brasil, quanto os índices de produção do café Arábica e Conilon, entre os anos de 2001 a 2016. Os números totais do café produzido variam de acordo com o ciclo bienal da produção, alternados entre safras altas e safras baixas. Segundo o Engenheiro Agrônomo do MAPA/Procafé José Braz Matiello (2006), os volumes diferenciados na produção podem ser atribuídos à fisiologia da planta, que cultivadas a pleno sol em determinado ano, produzem quantidades significativas do produto. Em contrapartida, a safra seguinte é deprimida, pois as suas reservas são carregadas para uma frutificação que ocasiona um crescimento menos ativo dos cafeeiros. Na descrição desse fenômeno, Matiello explica:

1º) ocorre na planta uma iniciação floral abundante (muitas gemas e flores); 2º) ocorre uma baixa taxa de abscisão de frutos (a planta de café não derruba tantos frutos como outras); 3º) se manifesta a força de drenagem das reservas de forma prioritária pelos frutos (endosperma das sementes é um dreno primário); 4º) se observa um desbalanço na razão folha/fruto e, em consequência, uma competição entre o crescimento reprodutivo e o vegetativo (este último prejudicado com carga alta); 5º) nessa condição, verifica-se o depauperamento, a seca de ramos e morte de raízes (não se observa seca de ramos em cafeeiros jovens ou com frutos raleados); 6º) a seca de ramos é mais expressiva nos anos de safra alta e é agravada por aspectos nutricionais e por ataque de pragas e doenças. A lavoura, assim, fica com suas plantas estressadas pela carga, cresce menos e produz menos no ano seguinte (não paginado).

A importância do ciclo bienal decorre do seu efeito sobre a oferta de café com altos e baixos. Isso exige, no entanto, a estocagem e o carregamento da safra de um ano para o outro, trazendo dificuldades para a política cafeeira do país e para o produtor, que em determinados anos tem pouca renda (COFFEEBREAK, 2011). O gráfico 3 aponta que entre os anos de 2001 a 2016 as safras baixas ficaram entre 31-43 milhões e as altas entre 48-50 milhões e que a produção total de café no país aumentou 38%, sendo que o Arábica teve um crescimento de 42% e o Conilon 24%.

²⁰De acordo com a Embrapa (2016), a planta obtém melhores rendimentos em anos alternados.

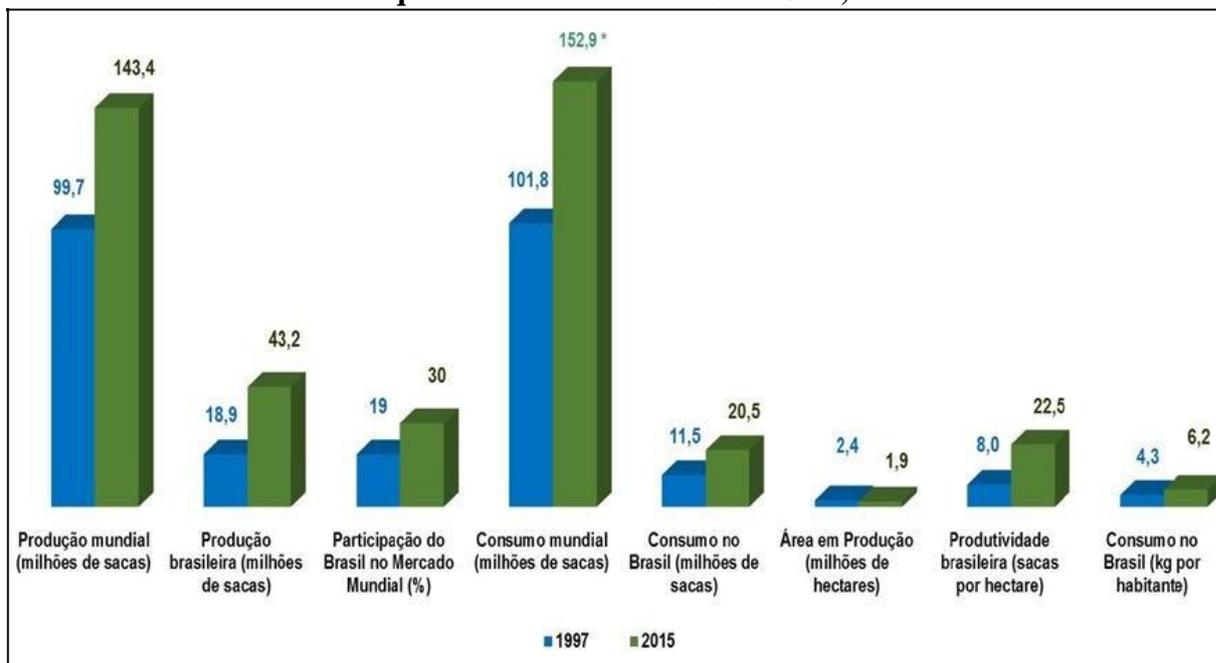
Para Breno Pereira de Mesquita (2015), presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o crescimento das exportações do produto é de extrema importância para a sua produção, indústria e consumo, pois além de proporcionar aumento na competitividade e melhorias na produção, promove articulações públicas e privadas de incentivo ao agronegócio.

Em boletim divulgado em 2013, a Embrapa justificou o crescente desempenho produtivo da atividade cafeeira às ações do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café) criado em 1997. Esse Consórcio, coordenado pela Embrapa Café e composto por instituições de pesquisa, ensino e extensão²¹ vem promovendo há quase 20 anos o aprimoramento tecnológico para todas as etapas da cadeia produtiva do café. Para a Embrapa, a importância do Consórcio se evidencia, sobretudo, na análise dos dados oficiais de 1997 a 2012 da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (2013), que mostram que enquanto a área cultivada manteve-se constante, a produção quase dobrou nesse período: em 1997, foram produzidas 27,5 milhões de sacas em 2,3 milhões de hectares e a produtividade atingiu 12 sacas/hectare; em 2012, com praticamente a mesma área, o país produziu 50,8 milhões de sacas, alcançando produtividade de 24 sacas/hectare.

Tendo como base o Informe Estatístico do Café elaborado pelo MAPA (2016), em uma área igual à de 2015, 1,9 milhões de hectares, a produção estimada para 2016 será 267% maior que em 1997. No gráfico 4 é possível verificar o panorama geral da evolução da cafeicultura brasileira entre os anos de 1997 a 2015, quando o país tinha uma participação no mercado mundial de 19% e, agora, contribui com cerca de 30%.

²¹ APTA- Pólo Nordeste Paulista; CATI/EDR Coordenadoria de Assistência Técnica Integral; CENARGEN – Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; CNPAB – Embrapa Agrobiologia; CNPMA – Embrapa Meio Ambiente; CNPTIA – Embrapa Informática Agropecuária; CPAC – Embrapa Cerrados; CPAF - AC – Embrapa Acre; CPAF – RO – Embrapa Rondônia; CPATSA – Embrapa Semi-Árido; EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário; EMATER – RO; Embrapa Café; SPM – Embrapa Produtos e Mercado; EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais; IAC – Instituto Agrônomo de Campinas; IAPAR – Instituto Agropecuário do Paraná; IB – Instituto Biológico; IEA – Instituto de Economia Agrícola; IFSM – Instituto Federal Sul de Minas – Machado; IFTM/Uberaba/MG – Instituto Federal do Triângulo Mineiro; INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural; ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos; PROCAFÉ; UEL – Universidade Estadual de Londrina; UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; UFC – Universidade Federal do Ceará; UFES - Universidade Federal do Espírito Santo; UFLA – Universidade Federal de Lavras; UFPR – Universidade Federal do Paraná; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFV – Universidade Federal de Viçosa; UnB – Universidade de Brasília; UNICAMP – Universidade de Campinas; UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia; UNIUBE – Universidade de Uberaba; USP – Universidade de São Paulo; USP/ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Gráfico 4: Evolução da cafeicultura brasileira a partir da criação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, de 1997 a 2015.



Fonte: Embrapa (2016)

*Segundo a OIC, de 2012 a 2014, a taxa média de crescimento anual do consumo foi de 2,4%. E o consumo mundial de 2015 foi estimado considerando essa mesma taxa.

Corroborando com isso, Guilherme Braga (2013) afirma que a agricultura cafeeira no Brasil passou por uma verdadeira revolução nos últimos 15 anos devido às ações promovidas pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, que, ao aprimorar as tecnologias da produção e a qualidade do produto, vêm tornando o produto mais competitivo e consolidado no mercado. Além disso, Braga ressalta que o avanço das pesquisas contribui efetivamente no atendimento das exigências de incremento da demanda, pois as melhorias nas áreas do preparo e do processamento na fase pós-colheita, por exemplo, são essenciais para a disponibilização de cafés de qualidade e agregação de valor.

Nathan Herszkowicz, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), ao analisar o quadro geral de desenvolvimento da agricultura cafeeira do país, afirmou que, mesmo com os avanços obtidos nas últimas décadas, é preciso estar atento para a criação e melhor detalhamento de políticas e projetos que visem a autorregulação do mercado, o aumento da produção, os programas de incentivo ao crédito e, sobretudo, a modernização e mecanização das lavouras.

Foi nesse sentido que em 2015 entrou em vigência o Projeto de Lei Nº 1.713/2015, elaborado pelo deputado Evair de Melo do Partido Verde do Espírito Santo, que propôs a criação de uma *Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade* com o

objetivo de elevar o padrão comercial do produto brasileiro e promover estímulos à produção, industrialização e comercialização de categorias superiores. Já aprovado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), o projeto constitui-se das seguintes diretrizes:

Sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção e dos produtores de café; desenvolvimento tecnológico da cafeicultura; o aproveitamento da diversidade cultural, ambiental, de solos e de climas do país para a produção de cafés especiais e de qualidade superior; a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; o estímulo às economias locais e a redução das desigualdades regionais; e a valorização dos cafés do Brasil e o acesso a mercados de cafés especiais e de qualidade (EMBRAPA, 2015).

De modo geral, a cafeicultura brasileira é dotada de forte dinamismo e capacidade de ajustamento às tendências e demandas de mercado. Ela é considerada no mercado internacional como uma agricultura moderna, produtiva e competitiva em termos de custos. Além disso, ganha destaque pelas variedades de grãos que possui, dos *blends*²² fabricados e dos cafés de qualidade excepcional.

Os cafés excepcionais são comumente denominados de superiores ou especiais²³ e têm preços de 2 a 4 vezes maiores que os *blends*. Em geral, representam de 8 a 12% das exportações brasileiras e concorrem em mercados diferenciados e exigentes. São grãos selecionados de acordo com a cor, tamanhos e sabor, e, muitas vezes, são consideradas, no momento da sua comercialização, as condições ambientais e sociais em que foram produzidos. Em 2012, as exportações desse tipo de café foram responsáveis por 24% das receitas, e em 2013 corresponderam a 20%, o equivalente a US\$1,3 bilhão. No grupo dos maiores importadores de cafés especiais estão a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão, que afetados pela crise econômica de 2008, passaram a apresentar um consumo estável, com um crescimento abaixo de 1% ao ano. Como resultado, o consumo de rua, mais caro que o domiciliar, começou a ser contraído, levando o volume global de cafés especiais à retração. A produção desse tipo de café concentra-se nas regiões do sul de Minas, Cerrado de Minas e Mogiana Paulista (MARQUES, 2005).

Embora seja crescente a preocupação com as questões ambientais e sociais na

²² Mistura de grãos do tipo *Arábica* e *Conilon*, que resulta em uma bebida de qualidade razoável e com baixo custo. Discutiremos mais detalhadamente sobre essas duas espécies no decorrer do texto.

²³ Cafés que não são misturados. Cafés 100% *Arábica*.

cafeicultura os problemas que rondam a sua produção não foram superados e muito menos extintos. A existência do trabalho infantil e degradante, por exemplo, foi foco de um relatório lançado em 2016 pela Danwatch²⁴, que além de alertar sobre os casos de trabalho análogo à escravidão, chamou a atenção para o uso indiscriminado de agrotóxicos, inclusive daqueles que são proibidos na Europa. Segundo o relatório, muito do café produzido sob tais condições precárias é cultivado em Minas Gerais e fornecido para empresas renomadas como a Nestlé, sediada na Suíça, e a multinacional Jacobs Douwe Egberts, na Holanda. Juntas, as duas controlam cerca de 40% das vendas mundiais do produto (SAKAMOTO, 2016).

As duas espécies de café de maior interesse econômico no mundo são o Arábica e o Conilon (Robusta) (figura 15). O tipo Arábica representa 70% de todo o café do mundo e destaca-se por ser mais fino, possuir 1,2% de cafeína, ter aroma agradável, variações de acidez e sabor adocicado. Já o Conilon, corresponde a 30% da produção mundial e é comumente utilizado em cafés solúveis e nas misturas com o café Arábica (*blends*). Além disso, essa espécie é menos apreciada no mercado por possuir 2,2% de cafeína e não apresentar variações de acidez, o que confere à bebida gosto amargo e marcante.

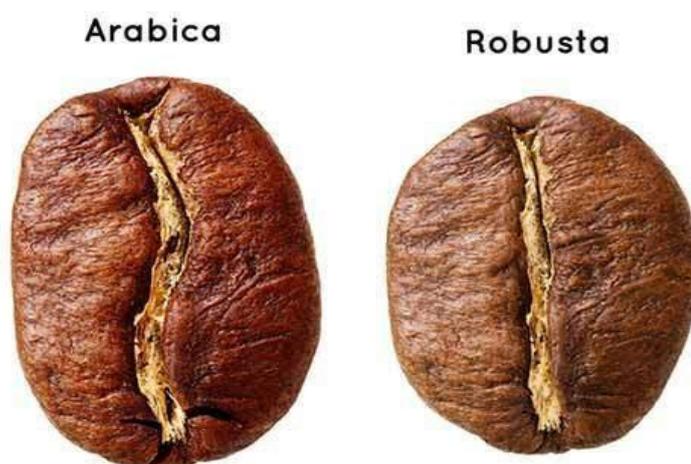


Figura 15: Diferença dos grãos de café Arábica e Conilon²⁵
Fonte: Kiss (2015). Disponível em: <https://www.graogourmet.com>

²⁴ Danwatch é uma mídia independente de jornalismo investigativo dinamarquesa, que aborda, numa perspectiva global, temas relacionados com os direitos humanos, meio ambiente e áreas de conflito.

²⁵ De acordo com Ferrão et al (2007, não paginado): “O Arábica e o Conilon são muito diferentes nos aspectos de sistemas de reprodução e propagação, número de cromossomos, base genética, origem, ciclo e porte da planta, tipo e tamanho das cerejas e dos grãos, exigência nutricional, tolerância à seca, pragas, doenças e nematóides, constituição bioquímica dos grãos, entre outro.”

No Brasil, se produz e exporta tanto o Arábica quanto o Conilon, sendo o primeiro produzido predominante nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná e o segundo em áreas do Espírito Santo, Rondônia e Bahia.

De acordo com a Conab (2015), em 2016 o café Arábica representará 76,8% da produção total de café do país. As estimativas são de que a colheita fique entre 37,74 e 39,87 milhões de sacas. Esses números significam um acréscimo entre 17,8% a 24,4% em relação à safra anterior e são atribuídos ao uso de tecnologias, bem como ao aumento de 67.636 hectares da área de produção e às condições climáticas favoráveis.

Quanto ao Conilon, os levantamentos da Conab (2015) indicam que a produção corresponderá a 23,2% do total de café produzido no país e que em média serão colhidas de 11,39 a 12,08 milhões de sacas. Em relação à safra anterior, a produção terá um crescimento de 1,8 a 8%, que pode ser justificado, sobretudo, pela recuperação da produtividade no Espírito Santo, Bahia e Rondônia, assim como pela utilização de mais tecnologias e investimentos em modernização das lavouras.

Em 2016, a área destinada ao cultivo do café Arábica e Conilon corresponderá à mesma de 2015, ou seja, 2.248.565,8 hectares. Desse total, 271.047,5 (12,1%) estão em formação e 1.977.518,3 (87,9%) em produção. Para o café Arábica, dos 1.780.344,7 hectares destinados ao cultivo, 79,2% deles estão em uso, contabilizando um crescimento de 0,8% (13.425 hectares) (EMBRAPA, 2016). A maior produção dessa espécie concentra-se no estado de Minas Gerais, numa área de 1.207.952 de hectares, a qual representa 67,8% da produção total brasileira (CONAB, 2016). Para o Conilon, há um indicativo de redução de 2,9% de sua área produtiva, totalizando uma área de 468.221,1 hectares, sendo que, 430.072 hectares estão em produção e 38.149,1 hectares em formação. No Espírito Santo está localizada a maior área destinada à produção dessa espécie, 286.371 hectares, seguido de Rondônia, com 94.561 hectares, e da Bahia, com 48.614,1 hectares (EMBRAPA, 2016).

Segundo Aritana Corrêa, Engenheiro Agrônomo na cafeicultura de Vitória da Conquista (2015), devido às facilidades e menores custos de produção, o café Conilon tem crescido consideravelmente nos últimos anos no Brasil. Para ele, o aumento da produção dessa espécie pode ser justificado pela crise que atingiu a Europa nesse início de século, que passou a aceitar e a comprar em grandes proporções os *blends* brasileiros de café Arábica e Conilon²⁶.

²⁶ Sobre a produção do café Conilon, o Engenheiro Agrônomo Aritana Corrêa, em entrevista concedida em janeiro de 2016, relatou: “No que se refere à produção, o Conilon muito evoluído. Entretanto, não se pode falar

Para Guilherme Braga (2013), a forte substituição do café Arábica pelo Conilon se deu, sobretudo, a partir de 2012, e foi motivada pelos diferenciais de preços entre as duas espécies. Ele acrescenta que, embora a produção brasileira destine-se, principalmente, ao suprimento da indústria de café solúvel e consumo interno, em pouco tempo, o Conilon representará de 45% a 50% do mercado mundial, exigindo, assim, uma maior representação do país na produção dessa espécie.

Na última década, visando maior produtividade e redução de custos na produção, os cafeicultores têm investido amplamente em tecnologias agrícolas de ponta. Do plantio à colheita, é cada vez maior a criação de máquinas capazes de aperfeiçoar a produção e, sobretudo, diminuir o tempo despendido no processo produtivo. É por isso que os cestos, escadas, peneiras, rastelos e a força de trabalho humana, outrora indispensáveis nos cafeeiros, estão tornando-se constantemente obsoletas.

Fernandes (2011) aponta que, diante da alta competitividade do produto, a cafeicultura brasileira segue a tendência de ampliar a sua participação no mercado investindo em eficiência produtiva. Para isso, projeta-se o aumento da produtividade sem, no entanto, aumentar a área de produção através do uso de novas tecnologias de produção e processamento. Segundo Pontes (2012), já no início da segunda década do século XXI, 18% da produção nacional de café (9,4 milhões de sacas), era proveniente de colheita mecanizada, sendo a maior parte dela realizada em terras planas, favoráveis ao uso de maquinário, com maior incidência sobre áreas do Cerrado mineiro e oeste baiano. Outro ponto levantado pela autora refere-se ao aumento das vendas de máquinas para a cafeicultura, que chega a 35% ao ano. Somente na 11ª Feira de Máquinas e Implementos Agrícolas (FEMAGRI), em Guaxupé, Minas Gerais, em 2012, as vendas de produtos, máquinas e veículos em exposição alcançaram a marca dos R\$70 milhões.

Vale salientar, todavia, que a utilização de tecnologias nas lavouras cafeeiras não se limita apenas à colheita, mas, sim, a todas as fases do processo produtivo. No plantio, por exemplo, Royo (2010) explica que a máquina é uma grande aliada para a realização do cultivo em série, na determinação do ritmo de trabalho e do intervalo entre as mudas, pertinentes aos plantios convencionais. Além disso, Soier (2010) afirma que o produtor, ao utilizar

o mesmo em termo de qualidade. [...] O café *Conilon* é de péssima qualidade, você não consegue nem cheirar... tem cheiro de lama. O Vietnã e o Brasil estão dominando a produção de *Conilon* no mundo..."

maquinário no plantio, alinha as suas lavouras de acordo com as necessidades das colheitadeiras de maneira satisfatória, ganhando, dessa forma, bastante em produtividade.

Diante dessa conjuntura de busca por maior produtividade, a indústria de equipamentos agrícolas tem investido no aprimoramento das máquinas e no desenvolvimento de novas tecnologias que vêm suprindo tais necessidades (PONTES, 2012). Em 2008, a John Deere, companhia estadunidense, apresentou ao mercado a tecnologia STS de colheita, que realiza as operações de trilha, separação e limpeza do café em um único rotor, permitindo que a colheita seja mais rápida, com baixo índice de perdas e de alta qualidade dos grãos (GUIMARÃES, 2008). Já a empresa brasileira Dragão Sol, que atua há mais de 40 anos na área de pesquisa de tecnologias, lançou em 2012 uma máquina que em uma única operação recolhe e abana o café, tritura os galhos e armazena o material em um depósito próprio (PONTES, 2012).

O mercado de ferramentas motorizadas portáteis também tem ganhado notoriedade no processo produtivo do café nos últimos anos, principalmente nas áreas de montanha, onde o acesso de máquinas colheitadeiras é dificultado, representando 15% da colheita de café do país (7,8 milhões de sacas). Em 2012, a empresa alemã Stihl fabricou o KA 85 R, equipamento portátil e multifuncional, que roça, esqueleta, decota, recepa e colhe o café ao mesmo tempo. Essa derriçadeira custa, em média, R\$1 mil e com ela um único trabalhador realiza o trabalho de três homens no campo.

De acordo com Nogueira (2013), embora não existam dados precisos sobre a mecanização da cafeicultura brasileira, estima-se que em áreas planas, como no Cerrado mineiro e em boa parte da Bahia (oeste e Planalto), mais de 50% da colheita seja realizada por máquinas.

Perante o panorama exposto, apresentaremos, a seguir, o agronegócio cafeeiro no estado da Bahia e na região do Planalto da Conquista, de modo a identificar a sua importância no contexto da produção nacional do café. Para tanto, nos atemos às características mais recentes desse setor, sobretudo a partir dos anos 2000, quando a estrutura produtiva e, principalmente, o emprego rural na região, começaram a ser atingidos de maneira incisiva pela reestruturação produtiva do capital no campo.

3.4 A cafeicultura baiana na atualidade: o café em Vitória da Conquista

A introdução da cafeicultura no território baiano corresponde ao momento dos incentivos à modernização da agricultura organizada pelo Governo Federal na década de 1970, como tratado no capítulo 1. Passados mais de 40 anos, a Bahia vem se mantendo como

4º maior produto de café do país, produzindo, em média, 2,5 milhões de sacas por ano (SEAGRI, 2011).

Inserida em um mercado altamente competitivo, a cadeia produtiva do café no estado abarca 167 municípios, os quais apenas 80 têm grande importância no conjunto da produção estadual (COSTA; FERREIRA; BESSA, 2014). Em 2015, A área semeada corresponde a 161.019 hectares, sendo que 147.760 hectares estão em produção e 13.259,1 em formação (CONAB, 2016). Na Chapada Diamantina, Planalto da Conquista e Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões concentra-se o cultivo da espécie Arábica, no oeste (Cerrado), os tipos naturais finos, e no Baixo Sul/Sul e Extremo Sul, o Conilon (figura 16) (SEAGRI, 2011). Na produção do Conilon, a Bahia é o terceiro maior produtor do país, ficando atrás apenas do Espírito Santo e Rondônia. A colheita tem início no mês de abril e é finalizada no mês de outubro, apresentando maior expressão nos meses de junho (25%), julho (30%) e agosto (20%) (CONAB, 2013).

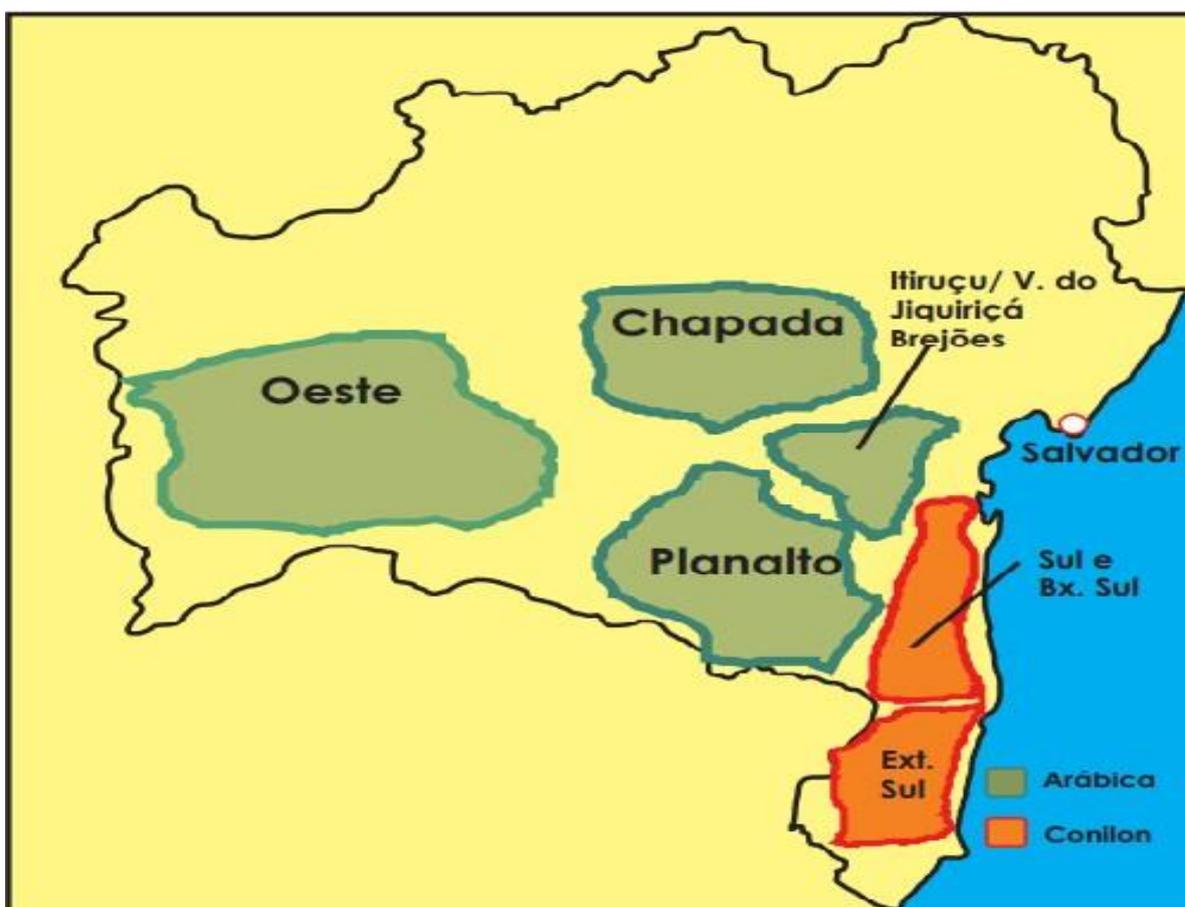


Figura 16: Regiões produtoras de café da Bahia.
Fonte: SEAGRI (2011).

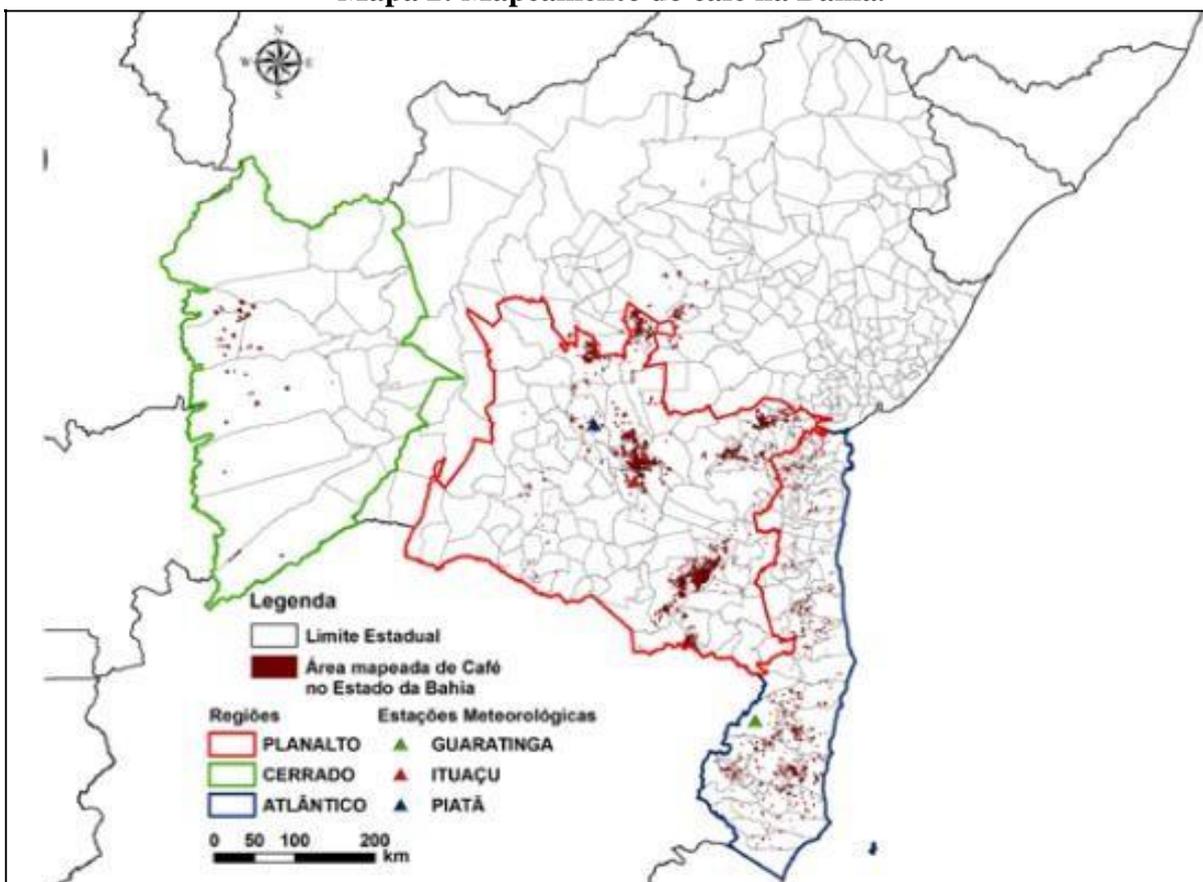
De acordo com a Embrapa (2014), o desenvolvimento significativo da cafeicultura na Bahia nas últimas décadas se deve, em grande parte, às ações da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) em parcerias com a Associação dos Produtores de Café da Bahia - Assocafé, Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense - Coopmac e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que, juntas, promovem o acesso dos cafeicultores às tecnologias e a concursos de classificação da qualidade do produto. Além dessas instituições, a Seagri implantou nos últimos anos nas áreas produtoras do café Arábica, mais de 30 projetos de pesquisa em fertilidade do solo, densidade de plantios, competição de variedade, fitossanidade de lavouras, e melhoria da qualidade por meio de técnicas de processamento.

No território baiano, 86% das propriedades cafeeiras estão vinculadas a pequenos produtores, enquanto 14% dividem-se entre médios e grandes proprietários. Desses 14%, apenas 5% possuem áreas superiores a 100 hectares, concentrando-se, em sua maioria, na região oeste, onde a atividade é empresarial (COSTA; FERREIRA; BESSA, 2014).

Segundo a Conab (2010) a cafeicultura baiana está distribuída em três grandes regiões: Cerrado, Planalto e Atlântico (CONAB, 2010; DUTRA NETO, 2009). Nessa classificação, o Cerrado corresponde à parte oeste do estado, o Planalto engloba as regiões do Planalto da Conquista, Chapada Diamantina e Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões, e o Atlântico, o Sul, Baixo Sul e Extremo Sul (figura 16) (SEAGRI, 2011).

Sandra Elizabeth, professora do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da UESB, explica que a produção de café no Planalto é predominantemente realizada em base familiar, em altitudes entre 600m a 1380m e com poucos recursos hídricos. No caso do Cerrado, embora mais recente, a cafeicultura mostra-se como uma atividade empresarial com alta tecnologia empregada, irrigada e mecanizada (MATSUMOTO; VIANA, 2004). Já no Atlântico (próximo ao mar), onde se cultiva o café da espécie Conilon, a produção assume a linha empresarial organizada, localizando-se em altitudes abaixo de 400m (COSTA; FERREIRA; BESSA, 2014; DUTRA NETO, 2009).

Mapa 2: Mapeamento do café na Bahia.



Fonte: Acompanhamento da safra brasileira, Conab (2016).

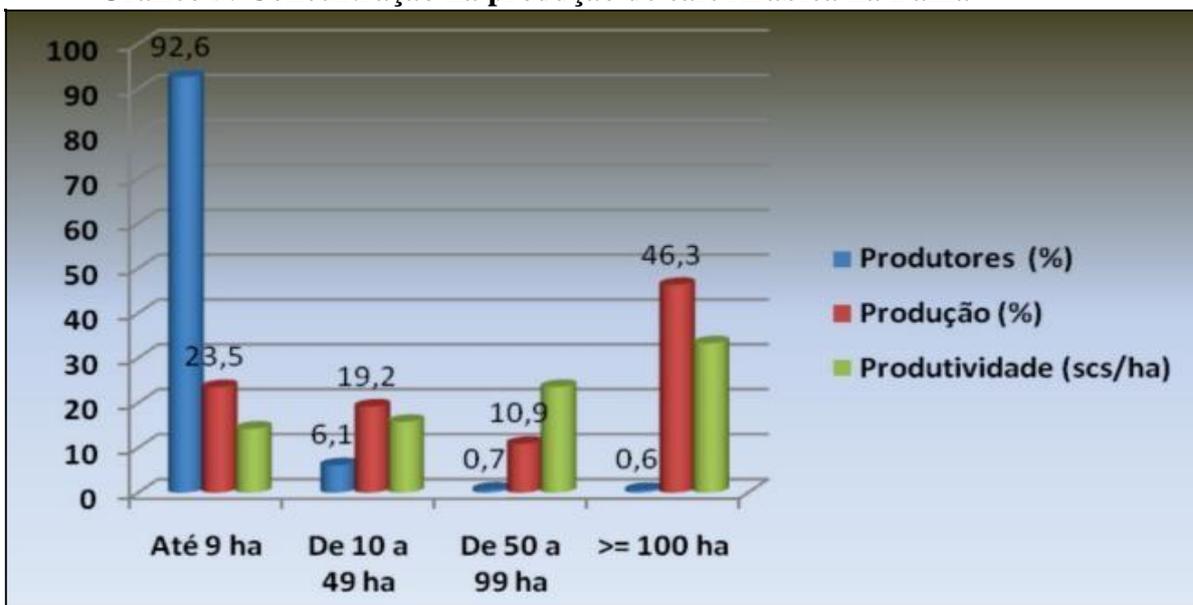
No Cerrado, a área total ocupada pela cafeicultura corresponde a 14.910 hectares, sendo que grande parte dela é irrigada pelo sistema de pivô central. Corroborando com Matsumoto e Viana (2004), a Conab (2014) afirma que cafeicultura dessa região se destaca sobre as demais pelos elevados níveis de tecnificação presentes em todas as fases do processo produtivo. O relevo plano e as condições climáticas favoráveis ao plantio, por exemplo, permitem que a colheita seja 100% mecanizada e que a produtividade seja alta.

O café Conilon do Atlântico tem como destino principal a fábrica da Nestlé. Já o café Arábica despulpado do Planalto e do Cerrado é exportado para os Estados Unidos, Japão e Ásia. Os cafés naturais, especiais ou de categorias superiores seguem para países do Leste Europeu e para indústrias de torrefação do Nordeste e demais regiões do país (ELIZABETH, 2013).

Conforme dados do Censo Agropecuário (2006), a produção de café na Bahia apresenta forte concentração. Dos mais de 18.500 produtores que cultivam o café Arábica, apenas 0,6 % têm propriedades maiores que 100 hectares. Os outros quase 93% dos produtores possuem lavouras menores que 10 hectares e respondem por 23% do total da

produção baiana. De acordo com a Seagri (2011), é importante ressaltar que a produtividade dos cafezais dos produtores de maior porte é, em média, 33,3 sacas/ha, número correspondente a mais que o dobro da obtida pelos pequenos (14,3 sacas/ha) (gráfico 5).

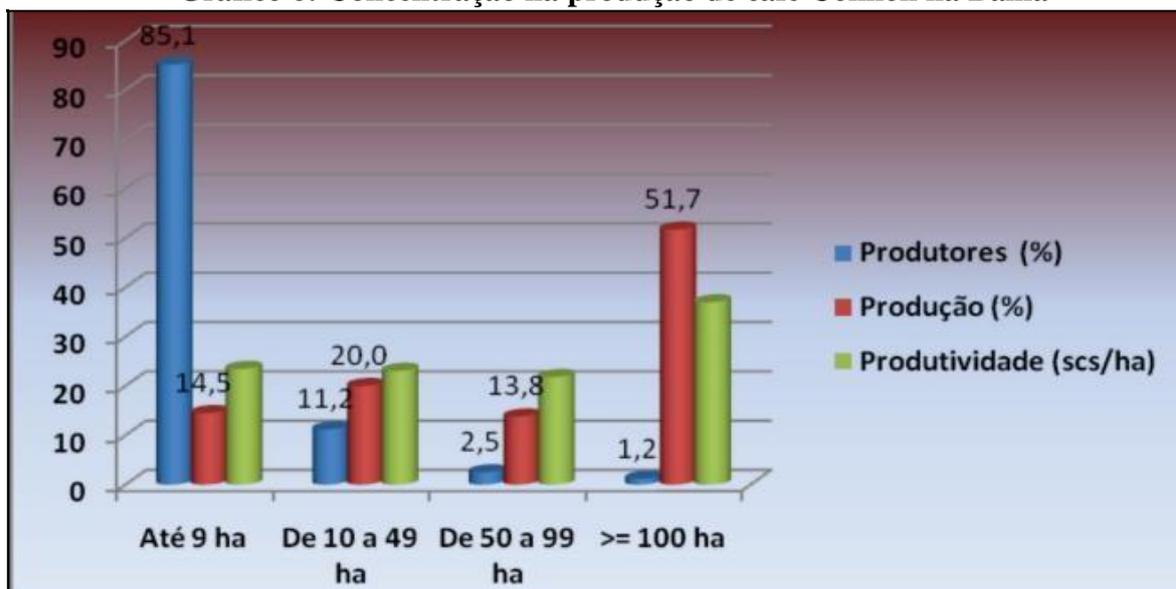
Gráfico 5: Concentração na produção de café Arábica na Bahia



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Seagri (2011).

Já o café Conilon, dos 2.400 produtores existentes na Bahia, 1,2% deles possuem áreas maiores que 100 hectares e são responsáveis pela produção de 51% do total da espécie cultivada no estado. Em média, a produtividade dos produtores de maior porte chega a 37 sacas/ha, enquanto que a dos pequenos atinge as 23,5 sacas/ha. Os pequenos produtores apresentam áreas menores que 10 hectares e correspondem a 85,1% do total de produtores baianos para essa espécie. Além disso, respondem por 14,5% da produção estadual (gráfico 6).

Gráfico 6: Concentração na produção de café Conilon na Bahia

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Seagri (2011).

Por apresentar topografia plana, parte significativa dos produtores das regiões do Extremo Sul, oeste baiano, Chapada Diamantina e Planalto da Conquista têm investido, cada vez mais, na mecanização das atividades realizadas nas lavouras. No oeste do estado, por exemplo, existem produtores que já não fazem mais repasse manual de colheita (SEAGRI, 2011). No Planalto, essa é uma tendência relativamente nova entre os grandes produtores, sobretudo a partir de 2013, quando a grande maioria começou a optar pela compra de maquinário ao invés do alugá-lo. Esse interesse em adquirir máquinas vem se justificando pelo nível de competitividade que podem atingir no mercado, isto é, quanto maior o grau de mecanização em suas propriedades, mais competitivo eles se tornarão. Quanto aos pequenos produtores, a Seagri (2011) afirma que continua sendo difícil o acesso desses sujeitos a uma assistência técnico-gerencial efetiva e que, por isso, a utilização de tecnologias ainda é muito incipiente, principalmente no que se refere ao processamento do café.

Nas constatações presentes no *Diagnóstico e Proposta para a Cadeia Produtiva do Café*, realizado pela Seagri em 2011, ficou evidenciado que nesse ano o potencial produtivo das lavouras cafeeiras baianas estava bastante comprometido devido à idade avançada dos cafeeiros. Além disso, o espaçamento muito largo e o *stand* desuniforme das lavouras careciam de reestruturação para o provimento de melhor e maior produtividade do conjunto da cafeicultura estadual. Outro ponto levantado fez menção ao uso restrito de colheitadeiras portáteis e automotrizes e ao manejo deficiente da irrigação, principalmente nas regiões da Chapada Diamantina, Planalto e região de Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões.

Segundo a Conab (2012), houve na Bahia um decréscimo de 30% na safra cafeeira de 2012 em relação ao ano de 2011. Essa diminuição foi decorrente das intempéries climáticas que assolaram o Planalto²⁷, prejudicando tanto a produtividade quanto a qualidade do café da região.

Já em 2013, o volume de café produzido foi de 1.803,0 mil sacas e apresentou uma redução de 16,1% se comparada à safra do ano anterior (2.149,6 mil sacas). Assim como em 2012, o arrefecimento da produção de café em 2013 também se justificou pelas condições climáticas adversas que atingiram as áreas produtoras. Naquele ano, a longa estiagem perdurou até o início da granação do cafeeiro e as altas temperaturas provocaram menores rendimentos aos grãos (CONAB, 2013).

Tabela 9: Produção de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016

PRODUÇÃO (em mil sacas)				
UF	2013	2014	2015	2016
BA	1.803	2.377	2.346	3.137
Cerrado	399	441	338	400
Planalto	681	896	824	902
Atlântico	723	1.040	1184	1836

Fonte: Conab (2013; 2014; 2015; 2016)
Organizado pelo autor.

Tabela 10: Área cultivada de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016

ÁREA (em hectares)				
UF	2013	2014	2015	2016
BA	134.511	143.180	138.678	147.760
Cerrado	11.859	11.214	9.129	10.787
Planalto	98.474	99.366	94.321	91.081
Atlântico	24.179	32.600	35.228	45.892

Fonte: Conab (2013; 2014; 2015; 2016)
Organizado pelo autor.

²⁷ Nos levantamentos realizados pela Conab a região do Planalto engloba as áreas da Chapada Diamantina, Planalto da Conquista e Itiruçu/Vale do Jiquiriçá/Brejões.

Tabela 11: Produtividade de café na Bahia e regiões produtoras – 2013 a 2016

PRODUTIVIDADE (sacas/ha)				
UF	2013	2014	2015	2016*
Cerrado	33	39,28	37	38,19
Planalto	6,92	9,02	9	10,20
Atlântico	29,92	31,90	34	41,20

Fonte: Conab (2013; 2014; 2015; 2016)

Organizado pelo autor.

*Estimativa produtividade superior, Jan/2016.

No ano seguinte, as chuvas irregulares colaboraram para que houvesse um aumento 26,27% no volume da produção, de 1.803,0 mil sacas em 2013 para 2.377,0 mil sacas em 2014 (tabela 9). A área cultivada totalizou o equivalente de 143.180 hectares, representando 6% a mais que a safra de 2013 (tabela 10). No levantamento realizado pela Conab (2014), foi verificado que nessa safra iniciou-se uma forte tendência de reestruturação da produção, que visava, sobretudo, a obtenção de maiores índices de produtividade nas lavouras. Muito dos velhos cafeeiros passaram a ser substituídos por novos e plantados de acordo com as necessidades operacionais de máquinas colheitadeiras (nas áreas planas), e um sistema de poda foi implantado em todo o território cafeeiro baiano.

Em 2015, a produção teve uma redução de 1% em relação a 2014, apresentando um volume de 2.346,0 mil sacas. Já a área cultivada foi reduzida em 3,6% (138.678 hectares). Segundo a Conab (2015), na região do Atlântico houve melhorias nos tratamentos culturais das lavouras, que impactaram positivamente na produtividade, no Cerrado, a área cultivada foi de 9.129 hectares, tendo uma redução de 22% em relação ao ano anterior, e no Planalto, a estiagem foi responsável pela má formação dos grãos, mantendo, assim, a produtividade praticamente invariável, se comparada a 2014 (tabelas 9, 10, 11).

Para o ano de 2016, as estimativas são de que a produção atinja 3.137,0 mil sacas de café e que a área cultivada corresponda a 147.760 hectares. Cogita-se que no Cerrado haja um aumento de 15% da área cultivada em relação a 2015 (10.787 hectares), apresentando poucas variações na produtividade. Já para o Planalto é esperado um aumento de 11% na produtividade. No Atlântico prevê-se forte incremento de área, produção e produtividade, podendo ser, respectivamente, 23%, 35% e 17% superior à safra anterior (tabelas 9, 10, 11)²⁸.

²⁸ Embora o Planalto apresente área maior que a região do Atlântico, a sua produção e produtividade é inferior a esta, porque na região Atlântico se produz o café Conilon, espécie que precisa de menos tratamentos culturais e que apresenta maior produtividade, típico desse tipo de espécie.

Na região do Planalto, mais precisamente na área do Planalto da Conquista²⁹, os municípios produtores de café são Caatiba, Iguai, Nova Canaã, Boa Nova, Ibicuí, Barra do Choça, Encruzilhada, Itambé, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (figura 17). Contudo, segundo Soares (2011), apenas seis deles mantêm produção capaz de determinar e influenciar a economia local de maneira expressiva. São eles: Barra do Choça, Vitória da Conquista, Planalto, Encruzilhada, Poções e Ribeirão do Largo (tabela 12).

Tabela 12: Produção anual de café - Municípios do Planalto de Conquista/BA (2014)

Municípios em estudo	Área total dos estabelecimentos agrícolas (ha)	Área destinada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
Barra do Choça	58 750	18 600	18 600	21 204
Vitória da Conquista	190 478	10 000	10 000	8 000
Planalto	53 639	3 950	3 150	3 780
Encruzilhada	58 108	5 000	5 000	3 500
Poções	59 703	1 500	1 500	1 800
Ribeirão do Largo	59 619	2 500	2 500	800
Total	480 297	41 550	40 750	39 084

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2014).

Organização: Humberto Júnior.

²⁹ Os municípios que compõem o Planalto da Conquista são: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Cravolândia, Encruzilhada, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaguaquara, Jequié, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do largo, Santa Inês, Tremedal e Vitória da Conquista (SOARES, 2011).

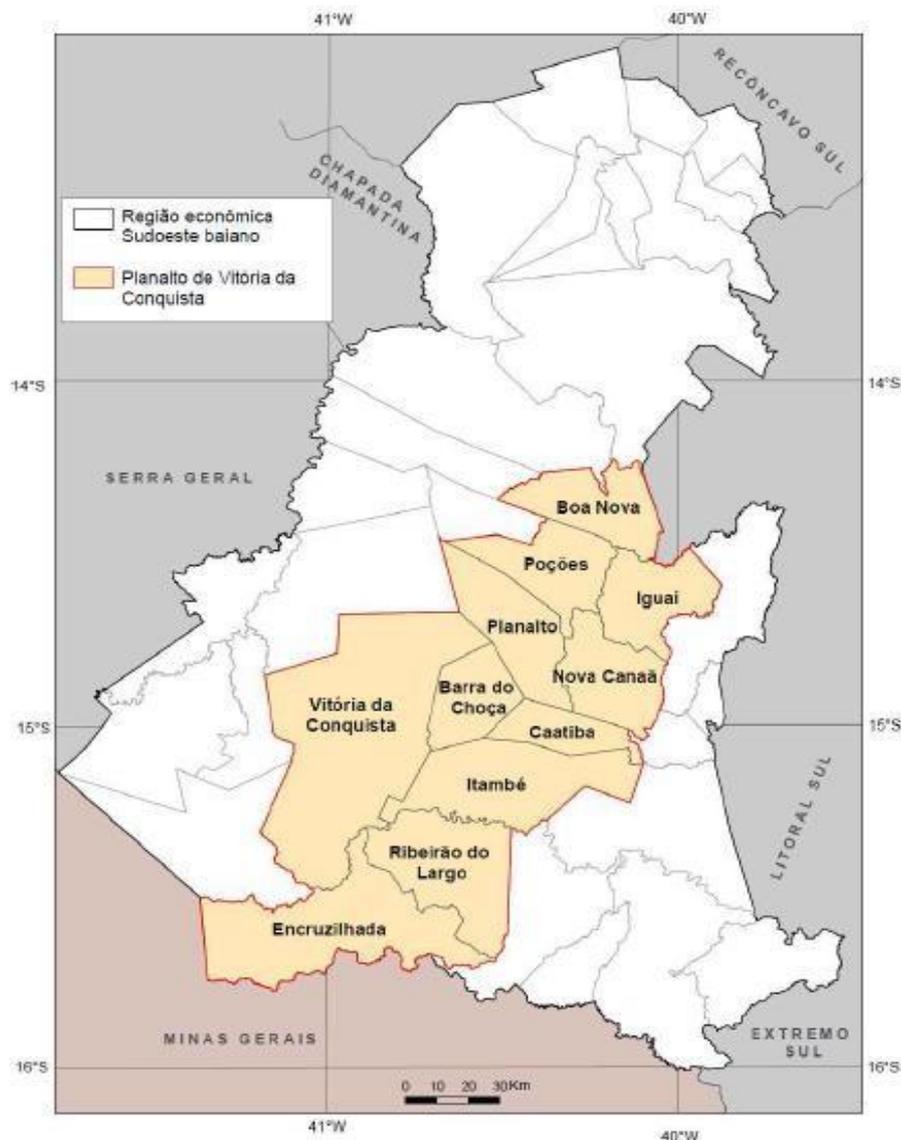


Figura 17: Municípios produtores de café na região do Planalto da Conquista
Fonte: SEAGRI (2011).

Conforme a tabela 12, Barra do Choça é o maior produtor de café da região do Planalto da Conquista, apresentando, em 2014, uma produção de 21.204 toneladas, número quase três vezes maior do que o que foi produzido em Vitória da Conquista nesse mesmo ano. Embora a área total de estabelecimentos agrícolas em Vitória da Conquista seja três vezes maior do que em Barra do Choça, a área destinada ao plantio do café nesse município é inferior ao de Barra do Choça, que possui 8.600 ha a mais que Vitória da Conquista.

Consta ainda na tabela 12, que Vitória da Conquista destaca-se por ser o segundo maior município produtor de café da região, com uma produção de 8.000 toneladas. Além disso, está localizada numa região que possui clima favorável ao desenvolvimento do cultivo, com temperaturas em torno de 15°C a 25°C, altitude entre 923 e 1.100 metros e índice pluviométrico médio anual de 717mm. Esses fatores endofoclimáticos positivos, segundo

Ortega e Jesus (2010), contribuem em muito para o desenvolvimento dos cafeeiros e para a garantia da qualidade do produto, devido à diminuta possibilidade de geadas.

O município conquistense concentra também, desde o início da década de 1970, toda a cadeia do agronegócio cafeeiro do Planalto, respondendo pela comercialização de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, beneficiamento, armazenagem, comercialização e exportação do produto de toda a região, contando com a presença de grandes empresas exportadoras de café³⁰ (SOARES, 2011).

Em Vitória da Conquista, a especialidade é o café da espécie Arábica. Diferentemente do Conilon, que pode ser produzido em nível do mar, o Arábica precisa de altitude. Além disso, tem maiores exigências de tratamentos culturais, com plantas menores e sensíveis e de baixa produtividade, sendo, portanto, mais caro de se produzir. O Conilon, por sua vez, é proveniente de plantas rústicas que produzem quase o dobro dos grãos do Arábica, sendo frequentemente mantidas sem qualquer trato agrícola.

Segundo Dutra Neto (2007), dentre os cultivos agrícolas realizados no município, a cafeicultura, entre os anos de 2000 e 2003, gerou uma receita de R\$11.632.500,00, sendo, ao longo dos anos, o principal produto exportado pelo município. Em 2010, o café beneficiado respondeu por 94,42% da pauta de exportações conquistenses, e em 2011, a 95,25%.

É importante ressaltar que a expressividade do café no setor exportador de Vitória da Conquista é decorrente da posição de centro de comercialização que assume em relação aos outros municípios do Planalto e, até mesmo, de outras regiões produtoras. Por isso, esse município configura-se como um polo receptor que aglutina, comercializa e exporta o seu próprio café, o de outros municípios, bem como o de outras regiões produtoras. Os principais países importadores são a Alemanha e os Estados Unidos (SANTANA JUNIOR, 2011), e o principal Bloco Econômico consumidor é a União Europeia (OIC, 2010).

Tabela 13: Evolução da produção do café em Vitória da Conquista (2006-2014)

Ano	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor da produção ¹
2006	10 000	8 000	7 200	25 920
2007	10 000	8 000	7 200	26 640
2008	10 600	8 000	7 200	26 856

³⁰ Brandão Filho S/A Com. Ind. E Lavouras, EISA – Empresa Interagrícola S/A, Green Flowers Coffee SRL Comércio, Importação e Exportação de Café Ltda., Indústrias Alimentícias Maratá Ltda. Stockler Coml. e Exportadora Ltda., Tristão Companhia de Comércio Exterior, Unicafé Cia. De Comércio Exterior Ltda., Volcafé Ltda. Marcellino Martins & E. Johnston Exportadores Ltda., Outspan Brasil Imp. E Exp. Ltda., Sara Lee Café Brasil, Três Corações e JR Comércio e Exportação de Café Ltda. (SANTANA JR., 2011).

2009	10 000	10 000	9 000	32 400
2010	10 000	10 000	6 600	23 760
2011	10 000	10 000	6 600	38 280
2012	10 000	10 000	5 600	30 800
2013	10 000	10 000	5 600	22 680
2014	10 000	10 000	8 000	28 800

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014).

Organização: Humberto Júnior.

*O modelo de coleta utilizado pela PAM implica na apresentação final de dados uniformes e com poucas variações.

Ao analisarmos a tabela 13 sobre a evolução da produção do café em Vitória da Conquista entre os anos de 2006 a 2014, verificamos que a área destinada à colheita manteve-se constante, com uma alteração no ano de 2008, quando teve um aumento de 600 hectares em relação aos anos anteriores. No que se refere à área colhida pode-se observar que a mesma dos anos de 2006 a 2008 correspondeu a 8.000 hectares, apresentando um aumento de 20% em 2009 e mantendo-se invariável nos anos subsequentes. Já a quantidade de café produzida no município, entre os anos de 2006 e 2008 não sofreu alteração, correspondendo a 7.200 toneladas do produto. Em 2009, o volume da produção obteve um acréscimo de 20%, se comparado ao ano anterior, tendo uma redução no ano seguinte de 36% e mantendo-se estável até 2011, quando decaiu novamente em 2012 para as 5600 toneladas produzidas. Sem ocorrer variação de volume até 2013, em 2014 a produção passa a corresponder ao equivalente de 8000 toneladas, ou seja, 30% a mais que a safra de 2013.

A manutenção de tais índices de produção tem se dado por meio do incremento tecnológico da produção, que, nos últimos anos, tem se mostrado muito mais intenso e eficiente. A intenção do agronegócio cafeeiro conquistense é ingressar na busca pela produtividade incorporada pelo capital no final do século XXI e, para tanto, começou a investir, a partir do ano de 2013, em máquinas colheitadeiras que diminuem os custos de produção com mão de obra e, conseqüentemente, a participação dos trabalhadores do processo produtivo. Nos capítulos que se seguem, veremos mais sobre as causas e conseqüências desse processo.

3.5 O trabalho na cafeicultura a partir do processo de reestruturação produtiva

Embora a cafeicultura em Vitória da Conquista tenha surgido calcada nos parâmetros da modernização da agricultura da década de 1970, o trabalho de homens, mulheres e crianças era basilar na manutenção e funcionamento de todo o seu processo produtivo. Isso quer dizer,

que mesmo servindo-se de insumos agrícolas modernos, a maioria das atividades da cafeicultura (capinas, adubação, controle de pragas e enfermidades, conservação do solo, trabalho no viveiro) era realizada primordialmente pela força de trabalho humana (CEPLAB, 1979).

Essa realidade começou a mudar, entretanto, a partir da década de 1990, quando o capital, não mais restrito ao mundo fabril, iniciou um processo bem maior de expropriação, dominação e apropriação do trabalho com serias consequências para a reprodução da classe trabalhadora rural. Segundo Thomaz Jnior, essa “nova” sociabilidade imposta aos trabalhadores mostra-se muito mais fetichizada do que em períodos anteriores e reafirma a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias na vigência do trabalho estranhado e precário e do desemprego.

Na cafeicultura conquistense, esse processo tomou maiores proporções neste início de século, quando o capital ampliou os níveis de tecnificação na produção de tal modo que transformou as relações de trabalho no campo e aumentou significativamente os índices de desemprego nessa região.

De maneira mais específica, os reflexos da reestruturação produtiva em Vitória da Conquista tornou-se mais expressiva em 2013, quando os grandes produtores de café passaram a investir na aquisição de tecnologias de ponta para o aprimoramento da produção e reconfiguração de parte da estrutura física dos cafezais para a melhor operacionalização das novas máquinas e equipamentos que vêm sendo adquiridos. Conforme a tabela 13, já é possível perceber um aumento de 30% no café produzido nesse município e parte desse acréscimo pode ser justificado a esse incremento tecnológico em seu processo produtivo.

No caso do café, os avanços tecnológicos ainda estão longe de alcançar o aparato tecnológico criado para os cultivos da soja e do milho, por exemplo. Todavia, é cada vez mais comum o desenvolvimento de plantas mais resistentes às pragas e doenças, que apresentem maturação mais uniforme e que possam ser mais bem exploradas pelas máquinas, se desprendendo mais facilmente dos ramos. Além disso, investe-se no desenvolvimento de variedades de cafeeiros de baixo porte e com galhos melhores distribuídos ao longo do tronco, facilitando desde o deslocamento das máquinas nas lavouras e preservação do equipamento, quanto à qualidade do produto (ORTEGA; JESUS, 2010).

A partir de 2014, as lavouras começaram a ser organizadas através de semiadensamento. Essa técnica, que consiste em ampliar o número de cafeeiros e, conseqüentemente, aumentar a produtividade por hectare, promove o estreitamento das ruas das lavouras em 3,0 a 4,0 metros e o espaçamento entre plantas em 0,5 a 1,0 metros. Em uma

das fazendas estudadas, até o ano de 2014, a quantidade total de covas plantadas era de 50.000. Em 2015, nessa mesma área, o número de covas subiu para 194.000 covas. Sobre as vantagens do semiadensamento, um dos maiores produtores da região explica:

Antes a gente não conseguia passar das 2.000 covas por hectare. Agora, com a ajuda dos agrônomos e dos estudos que vêm sendo realizado para o café, é possível abrir 4.000, 4.500 covas/ ha. O que é muito bom, porque a gente consegue produzir muito mais sem precisar comprar mais terra (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Segundo Ortega e Jesus (2010), existem propriedades, como na região do Cerrado de Minas Gerais, por exemplo, que, ao invés do semi-adensamento, pode-se encontrar o “super-adensamento”. No “super-adensamento”, as plantas estão a ,5 metros umas das outras e a 1.8 metros entre ruas, o que permite uma produtividade ainda maior do que a provocada pelo semi adensamento verificado nas grandes fazendas de Vitória da Conquista. A aplicação de tais técnicas visa, sobretudo, planejar o plantio de tal modo que a locomoção das máquinas colheitadeiras e de outros equipamentos seja facilitada, pois as mesmas, para uma boa operacionalização, precisam desde uma topografia adequada (plana) a uma lavoura devidamente alinhada e espaçada, sem a presença de árvores em seu interior.

A capina manual, que era realizada três vezes ao ano no cultivo tradicional, vem sendo substituída pelas roçadeiras que controlam o tamanho da vegetação. Apesar disso, quando chega o período da colheita, são aplicados herbicidas que fazem a capina química, dispensando, assim, grande parte da força de trabalho que seria empregada nesse tipo de serviço.

Outro ponto importante que faz parte do processo das inovações pela qual passa a cafeicultura conquistense refere-se à irrigação, que realizada no momento da florada, ajuda no amadurecimento uniforme dos frutos e, conseqüentemente, no melhor uso das máquinas colheitadeiras, que não recolherão frutos verdes.

A topografia plana da região permite o investimento nos mais variados instrumentos de trabalho que se deslocam sobre o terreno. Esses equipamentos, em geral, preparam o solo, plantam, aplicam agrotóxicos e colhem, aumentando a velocidade das atividades executadas e reduzindo os custos com mão de obra.

Em Vitória da Conquista, nos anos 2000, sobretudo a partir de 2013 em diante, a utilização de máquinas colheitadeiras trouxe sérios danos ao contingente de força de trabalho que se empregava entre os meses de abril e setembro na colheita do café do município. Agora,

ao invés do trabalho braçal, bastante requerido entre as décadas 1970 a 1990, as máquinas estão cada vez mais presentes e em movimento nos cafezais. Para Silva e Pádua (2000), a mecanização das operações de colheita trata-se de um processo fundamental e irreversível na cafeicultura porque corresponde, em média, a 30% do custo da produção e a 40% da mão de obra empregada durante o ciclo produtivo.

Conforme Aritana Corrêa, Engenheiro Agrônomo na cafeicultura de Vitória da Conquista, dentro do sistema produtivo do café conquistense, a colheita apresenta o custo mais elevado, em torno de 40% a 60%. Diante desse quadro, acrescenta que a tecnificação procurou atingir principalmente essa fase da produção, visando diminuir os custos e, conseqüentemente, ampliar os lucros.

Então, esse foi o primeiro passo do produtor, que pensa: “eu vou para a colheita mecanizada, vou perder um pouco de qualidade do meu café, vai cair um pouco no chão... mas eu colho com a máquina do chão... mas eu vou ter rentabilidade”.

De acordo com Lima (2011), em comparação à colheita manual, a colheita mecanizada reduz em até 70% os custos da produção. Isso acontece porque, na derriça manual, grande parte dos gastos estão associados aos encargos sociais que são proporcionais ao tempo de colheita. Ou seja:

O custo da colheita mecanizada varia conforme a carga pendente da lavoura. Quanto maior a carga pendente, menor o custo de colheita. Na colheita manual [...] quanto maior a carga pendente, maior o período de colheita manual e maiores os gastos com os encargos sociais (p. 5).

Assim, a máquina que substitui, aproximadamente, 200 homens, retira o maior número possível de frutos dos cafeeiros transferindo-os diretamente para uma caçamba que a acompanha ou em grandes sacos do tipo “*big bag*” que, posteriormente, são recolhidos por tratores. Em média, as colheitadeiras colhem 80 vezes mais (40 mil litros) que os homens que, em um dia inteiro de trabalho, podem colher até 500 litros de café (figura 18 e 19).



Figura 18: Máquina colheitadeira sendo operada por trabalhadores em fazenda de Vitória da Conquista, em junho de 2015.

Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.



Figura 19: Trator recolhendo o café colhido pela máquina colheitadeira em fazenda de Vitória da Conquista, em junho de 2015.

Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.

Todavia, as máquinas ainda não conseguiram atingir seu grau total de eficiência, pois, na medida em que colhem, deixam alguns frutos dos cafeeiros para trás ou no chão. Esse quadro apresenta relativa diminuição quando os produtores reorganizam as lavouras, adequando-as às necessidades do maquinário:

O café que sobra é aquele café que não maturou direito, sabe? Ou pode ser daqueles pés antigos que a gente não mudou ainda. Aí a máquina não consegue arrancar tudo. Mas é pouco o que fica. Não é muito, não. Aí a gente contrata umas dez mulheres daqui mesmo [Inhobim] (figura 20 e 21) só para catar esse restinho que fica. Com as novas roças, eu acredito que a gente não vai precisar mais de ninguém para catar (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Para o recolhimento dos frutos que caem no chão, existem ainda máquinas específicas que arrastam o café de debaixo das plantas e que fazem o seu levantamento, separando-o das impurezas. Antes desse implemento agrícola ser utilizado na agricultura cafeeira conquistense, a força de trabalho também era utilizada nesse tipo de serviço.



Figura 20: Trabalhadora catando o café das plantas onde as máquinas ainda não conseguem ser operacionalizadas devido ao estreitamento das ruas/linhas da lavoura.

Fonte: Pesquisa de campo. Julho de 2015.



Figura 21: Mulher separando as folhas dos frutos do café em parte da lavoura onde máquinas ainda não conseguem ser operacionalizadas devido ao estreitamento das ruas/linhas dos cafezais.

Fonte: Pesquisa de campo. Julho de 2015.

Diante de tal cenário de inovações técnicas, verifica-se um conjunto de transformações na estrutura produtiva agrícola da região, na qual a dispensa do proletariado rural, isto é, da força de trabalho historicamente temporária e desqualificada que era absorvida, está sendo sobreposta pela ampliação da contratação de trabalhadores especializados (mecânicos, motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, irrigação, beneficiamento, etc.) e até mesmo dissipada pelas máquinas. Portanto, de uma atividade que absorvia grande contingente de força de trabalho em todo o seu processo produtivo, principalmente na fase da colheita, a agricultura cafeeira do século XXI, dotada de tecnologia, vem sendo responsável pelo aumento sem precedentes do desemprego no campo na região estudada.

O Engenheiro Agrônomo Aritana Corrêa afirma que a recente e intensa mecanização das lavouras cafeeiras de Vitória da Conquista se justifica, sobretudo, aos altos custos da produção resultantes da contratação de mão de obra. Além disso, considera as exigências do Ministério do Trabalho impraticáveis e bastante onerosas em uma agricultura de “país de terceiro mundo” como a do Brasil:

A gente vem percebendo uma diminuição muito grande da mão de obra no campo, principalmente na atividade cafeeira. [...] Isso acontece porque as exigências do Ministério do Trabalho são incabíveis. [...] Eles querem que a

organização do trabalho de primeiro mundo se adapte na organização de trabalho de um país de terceiro mundo como o nosso a um passo só e isso não tem como ser feito. As multas foram ficando altas, a mão de obra foi ficando cara e as fazendas aos poucos começaram a ter que usar tecnologia.

Segundo Lima (2011), a Lei nº 5.889/73, regulamentada pelo Decreto nº 73.626/74 do artigo 7º da Constituição Federal/88, que assegura os direitos dos trabalhadores rurais, traz algumas exigências que tornam a colheita a fase com maior custo dentro do processo produtivo do café, principalmente aquelas atinentes à estrutura física dos alojamentos e refeitórios nas propriedades.

De acordo com o “*Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia*”, financiado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (SEAGRI), o processo produtivo do café entre as regiões produtoras baianas tinha, em 2011, características específicas e problemas distintos, que necessitavam de tratamentos diferenciados:

No Oeste, a cafeicultura é moderna, com irrigação, tecnologia de ponta, alta produtividade, porém com custos mais elevados que em outras regiões³¹. **O café produzido na Chapada e no Planalto, é de qualidade excepcional, mas a cafeicultura dessas regiões é tradicional, com pouca mecanização e utilização intensiva de mão de obra.** A cafeicultura do Baixo Sul, Sul e Extremo Sul apresenta características de modernidade, e tem avançado muito, mas também possui suas dificuldades (SEAGRI, 2011, p. 7).

Esse estudo mostrou que a cafeicultura do Planalto da Conquista, microrregião na qual Vitória da Conquista está inserida, carecia de avanços quanto à tecnologia aplicada na produção cafeeira e que a mão de obra utilizada na produção era o maior fator de custo para a cafeicultura, sendo responsável por até 48% de seu custo total. Desse modo, aumentar o grau de mecanização das lavouras dessa região seria torna-se cada vez mais competitivo no mercado.

Nos anos anteriores a esse diagnóstico, as máquinas colheitadeiras já eram utilizadas nas fazendas. Porém, a aquisição desse maquinário e uso das mesmas nas lavouras se dava por meio do aluguel com empresas especializadas de Minas Gerais. A necessidade de inserir a produção cafeeira de Vitória da Conquista no circuito da competitividade fez com que as grandes fazendas do município deixassem de alugar o maquinário e passassem a comprar os

³¹Essa região produz o café Arábica, apresentando elevados custos produtivos se comparada com a produção da espécie Conilon.

seus próprios equipamentos. Nesse sentido, muitos investimentos têm sido realizados recentemente para dinamizar a produção a partir das inovações tecnológicas que estão surgindo.

Geralmente, essas tecnologias são expostas em feiras e encontros nacionais de produtores do café. Vitória da Conquista, por concentrar toda a cadeia do agronegócio cafeeiro do Planalto, recebe, periodicamente, essas feiras e exposições nas quais são discutidos o aprimoramento da produção e da produtividade na região e a apresentação de máquinas modernas que estão sendo utilizadas em todo o Brasil na cafeicultura. Os proprietários das fazendas estudadas têm frequentemente participado desses eventos.

Somente em uma dessas fazendas houve a recente aquisição de seis máquinas colheitadeiras. Segundo o proprietário dessa fazenda, a colheita encontra-se 100% mecanizada, pois a propriedade possui maquinário que recolhe até o café do chão. Ele completa:

Um catador experiente conseguia colher em um dia inteiro de trabalho até 500 litros de café. Já a colheitadeira colhe uns 40 mil litros. Isso significa que a máquina colhe 80 vezes mais nesse mesmo período de tempo (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

A aquisição dessas máquinas pelos grandes cafeicultores conquistenses ficou mais facilitada com o subsídio do Programa de Sustentação de Investimentos do Governo Federal (PSI), criado em 2009, com recursos do BNDES. Com o objetivo de estimular a produção, a aquisição, a exportação de bens de capital e a inovação, esse programa possibilitou a compra de máquinas agrícolas novas pelos cafeicultores com taxa de juros correspondente a 3% ao ano.

Diante do exposto, no próximo capítulo desse texto, apresentaremos os rebatimentos dessas novas tecnologias e implementos agrícolas na vida dos trabalhadores, baseando as nossas discussões na leitura dos fenômenos sociais que acompanham esse processo e que dificultam a reprodução social digna desses sujeitos.

4. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CAFEICULTURA CONQUISTENSE

4.1 O fenômeno social do desemprego

O desemprego é a dimensão mais perversa do mundo do trabalho. Dela, fazem parte não apenas os trabalhadores que estão temporariamente sem emprego, mas toda a massa expropriada dos meios de produção, que em condição de completa miséria, submetem a sua força de trabalho às mais diversas formas precarizadas de exploração do trabalho. Trata-se de um contingente crescente de “trabalhadores sem salários, e -operários, sem terra, sube plorados, semiescravos”, que suprimidos de condições objetivas de reprodução da vida, “veem a história caminhando para o assombroso destino da barbárie” (MENEZES, 2007, p. 164).

De maneira difusa e heterogênea, o desemprego aparece socialmente como elemento fundamental para a manutenção da acumulação capitalista, pois assume as proporcionalidades impostas pelo processo de reprodução ampliada do capital. Com o advento do padrão de produção toyotista no final do século XX, a busca incessante pelo aumento da produtividade e do lucro redefiniu os “parâmetros produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, de globalização e instabilidade financeira das empresas” (MATTOSO, 1995, p. 142) urbanas e rurais trazendo sérios danos para a classe trabalhadora.

No Brasil, os efeitos perversos do toyotismo foram mais acentuados a partir da década de 1990, quando ocorreram intensas mutações na economia, que fizeram dela uma instância aberta e competitiva inserida num processo de globalização que provocou alterações nos fluxos comerciais e de capital nas bases tecnológica, gerencial e organizacional da produção e, conseqüentemente, sobre o trabalho. Conforme Antunes (1997), como resultado, o que se teve foi uma diminuição dos ciclos de produção, uma nova divisão do trabalho dentro das empresas, a consolidação das tecnologias da computação e da informática nos processos produtivos, a polivalência e o treinamento dos trabalhadores que resultaram em perdas irreparáveis para a classe-que-vive-do-trabalho.

O impacto negativo sobre o mundo do trabalho que aparece como uma tendência do capital em obter o maior aproveitamento possível do tempo de produção é condizente com

o aumento de produtividade tão desejado pelas empresas aliado à diminuição do tempo de trabalho por unidade produzida, que trouxe como consequência a diminuição e **extinção** de muitos postos de trabalho e, muitos trabalhadores, alijados do mercado de trabalho formal, são levados a aceitar

empregos de baixa qualidade, ou a buscar sua subsistência como autônomos ou assalariados sem carteira (BARBARA, 1999, p. 3, grifo nosso).

O cenário no qual se esboça o mundo do trabalho, hoje, com o aumento exponencial do número de desempregados, condiz exatamente com as acepções feitas por Marx (1983, p. 201), em *O Capital*, quando afirmou que “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semiempregados”. Em era de acumulação fleável, mais do que a reprodução de uma massa de desempregados, há uma constante produção de trabalhadores supérfluos inseridos num mundo do trabalho extremamente precário, marcado pelo não emprego e pela submissão a trabalhos degradantes simplesmente para subsistir. Tal condição só amplia as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão, elementos necessários à acumulação capitalista traduzidos na concepção de que a “acumulação de riqueza num polo , portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria” idem, 1984a, p. 21 .

Considera-se, pois, que a produção da massa desempregada pelo capital é ininterrupta, visto que é resultado de seu processo acumulativo, que também se torna incessante. Para além dos limites naturais de crescimento da população trabalhadora, população essa que inclui, sobretudo, os desempregados, o capital cria uma gama de mecanismos para a sua constante ampliação (MENEZES, 2007).

É importante salientar, todavia, que, embora seja crescente o número de trabalhadores desempregados, contingente imprescindível para a acumulação do capital, isso não quer dizer que o trabalho vivo esteja chegando ao fim. Não se pode justificar o aumento da massa de trabalhadores supérfluos por esse viés, uma vez que ela é, na verdade, elemento fundamental para a manutenção da reprodução capitalista tal qual é o trabalho ao permitir a extração da mais-valia.

Portanto, a produtividade que passou a ser requerida pelo capital no final século XX, embebecida de avanços tecnológicos e representada pela reestruturação produtiva do capital, não eliminou e não elimina completamente o trabalho vivo do processo produtivo. O que acontece, de fato, uma abolição do trabalho vivo “meramente virtual, ou seja, uma abolição que se projeta como mera possibilidade abstrata a partir do desenvolvimento da nova base técnica do capital” ALVES, 2007, p. 47.

Com o implemento dessa nova base técnica, em sua forma tecnológica mais avançada, há apenas a eliminação do trabalho vivo dos processos produtivos de maneira tendencial, ou seja, substituindo em grandes proporções o trabalho vivo pelo trabalho morto. Essa tendência

mostra-se como um importante componente para o crescimento do desemprego estrutural. Isso acontece, porque o aumento da produtividade por meio do incremento de tecnologias, das máquinas, corresponde à mesma dinâmica da acumulação capitalista que é a de se apropriar do tempo do trabalho não pago, da mais-valia.

Por isso, o desemprego aparece como um fenômeno social que não extingue a condição da venda universal da força de trabalho de homens e mulheres instaurado pelo capital em seu processo histórico de reprodução. Assim, não pode ser considerado como uma expressão da perda da centralidade do trabalho na vida social, mas, sim,

a explicitação negativa plena da condição irremediável do regime do salariado. O desemprego problematiza no plano da demanda, a condição de vendabilidade da força de trabalho como mercadoria. O desemprego do trabalho vivo só é problema porque o regime do salariado é seu pressuposto. Só existe (ou deveria existir) demanda por força de trabalho porque existe (e é necessário que ocorra) oferta de força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho (ALVES, 2007, p. 87).

Como a extração da mais-valia se dá somente por meio da exploração do trabalho vivo, o capital, ao fazer uso do trabalho morto, eleva os mecanismos de extração da mais-valia por um mesmo ou menor valor de capital variável (força de trabalho). Ou seja, na medida em que se aumenta a apropriação da mais-valia, diminui-se relativamente o capital variável, o que significa que um *quantum* crescente de trabalho passa a ser fornecida com menos trabalhadores e, assim sendo, mais trabalhadores se tornam supérfluos.

Essa é a condição para o aumento da exploração e subsumção do trabalho. Uma relação objetiva se estabelece na forma em que, quanto maior a acumulação, maior o poder do capital perante os meios de produção, maior a exploração do trabalho, maior a geração de desemprego e maior o domínio do capital sobre a totalidade social do trabalho. Movimento este, por sinal, muito condizente à realidade da crise atual e ao desemprego estrutural (MENEZES, 2007, p. 180-181).

Esse fato torna-se, ainda, mais perverso, porque o aumento do número de desempregados acaba por obrigar, involuntariamente, os trabalhadores que estão empregados a aumentarem a sua capacidade produtiva, sob o risco de perderem os seus postos de trabalho devido à expansiva massa de força de trabalho disponível para exploração, sendo extremamente vantajoso para o capital que amplia as margens de extração da mais-valia, além das possibilidades de geração de lucros.

Na condição de despossuídos do mundo social do capital, o proletariado encontra-se completamente alienado da produção da riqueza social. Isto é, alienado frente ao produto do seu trabalho e, conseqüentemente, frente ao próprio ato de produção da vida material (ANTUNES, 2004). A força de trabalho, quando transformada em mercadoria, encontra-se subsumida à lei do valor. Como toda mercadoria, ela segue os ritmos de mercado ora se valorizando, ora se desvalorizando. A sua desvalorização pelo capital implica na maior acumulação de mais-valia, fato que explica o aumento exorbitante e incessante da massa de desempregados no mundo. Desvalorizar a força de trabalho para o capital é produzi-la em excesso, isto é, produzi-la como mercadoria disponível para exploração. Essa produção da força de trabalho sobrando às necessidades do capital assume as formas da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e possui, segundo Alves (2007), a funcionalidade sistêmica de contribuir para a (re)produção da acumulação de valor, adquirindo novas determinações sócio históricas, a partir das transformações do capitalismo global e seu sócio-metabolismo da barbárie.

Nesse sentido, o fenômeno social do desemprego acompanha o ritmo do tempo da produção de valor da sociedade capitalista. Na medida em que se altera a composição orgânica do capital pelo incremento da produtividade do trabalho, a incorporação relativa dos desempregados ao mercado de trabalho tende a diminuir em períodos de crescimento da economia capitalista. Para uma parcela crescente de desempregados, a espera pelo emprego significa uma espera com prazo indeterminado para acabar, pois em era de crise estrutural e de acumulação flexível, não há mais possibilidades de absorção pelo mercado da totalidade dessa incomensurável massa de desocupados que se forma todos os dias em todo o mundo.

De fato, o sistema produtor de mercadorias tornou-se incapaz de absorvê-los como produtores de valor. Para eles, o tempo parou. Eles pertencem a um limbo do não-trabalho da sociedade do trabalho. A parcela *estagnada* da superpopulação relativa cresceu e assumiu nova morfologia social. É nela que se inscreve o contingente da força de trabalho proletária atingida pela precarização do trabalho (ALVES, 2007, p. 102).

Desse modo, o que é imposto aos trabalhadores é um círculo vicioso entre desemprego e precarização, que engloba as mais variadas formas de submissão da força de trabalho ao capital. Diante do desemprego, o que se exprime é o acuamento do trabalhador por todos os lados. Empregados ou não, têm as suas vidas marcadas por ritmos cada vez maiores de exploração, em que uma gama de fatores criado pelo capital tende a deprimir os níveis de vida

e, sobretudo, aumentar a capacidade de extração do trabalho não pago, o que leva a ritmos intensos de depreciação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999).

A partir de tais considerações teóricas acerca do desemprego, buscaremos, agora, compreender esse fenômeno social direcionando as nossas análises para a realidade que desponta na cafeicultura de Vitória da Conquista e região desde a década de 1990, maiormente verificado nos anos 2000, sobretudo de 2013 em diante, quando é instaurado um verdadeiro cenário de crise do trabalho diante da intensificação do uso máquinas agrícolas no processo produtivo do café.

4.2 Entre a mecanização e o desemprego

Não é de hoje que a mecanização do campo vem modificando as relações de trabalho no meio rural. Desde as políticas de modernização da agricultura implementadas pelo Estado na década de 1950, o que se observa é um movimento contínuo de substituição da força de trabalho humana por máquinas, isto é, da sobreposição do trabalho vivo pelo trabalho morto, que se torna muito mais complexa na atualidade em decorrência do “momento predominante” de reestruturação produtiva e acumulação flexível do capital.

Diante da incessante busca por maiores índices produtivos incorporados pelos diferentes setores da economia, o agronegócio brasileiro não poderia manter-se atrás, muito menos aquém de tais transformações. Isso porque, tradicionalmente, assume papel importante na produção de *commodities* para o mercado internacional, sendo obrigado a acompanhar toda a reorganização do padrão produtivo imposto pelo capital em resposta à sua crise. Como resultado, passou a agregar de maneira expansiva tecnologias na produção, atingindo, sobremaneira, o universo laborativo rural com a elevação do desemprego e enorme precarização do trabalhador.

Grande parte da força de trabalho que antes era absorvida no campo passou a compor o incomensurável contingente de miseráveis sem emprego que, na condição de extrema pobreza, veem-se obrigados a se submeterem às mais diversas formas de trabalho precário, subempregos, trabalho escravo, mendicância, marginalidade, ou, até mesmo, ingressando nos movimentos sociais como uma possibilidade de se reproduzirem socialmente. O cenário que se esboça para as relações de trabalho no campo, hoje, é de relativo esvaziamento, uma vez que o contingente de trabalhadores outrora necessário para o plantio e colheita, passa, em quantidade muito reduzida, a controlar máquinas.

Segundo Guimarães (2002), nos períodos de crise do capital, as primeiras medidas das empresas incluem a redução dos custos com a mão de obra. No caso da agricultura, como

explicar o fato de que a imobilização de capital em máquinas tenha se tornado mais vantajosa do que a manutenção de relações de trabalho tradicionalmente precárias de baixo custo, com salários reduzidos e maioria de empregos intermitentes?

De acordo com Monteclaro (2004, p. 2), para além da automação da indústria, em que os preços desses equipamentos sofreram relativas baixas no mercado, a intensificação das tecnologias no campo vem se justificando pela necessidade dos empresários agrícolas de se eximirem dos custos referentes à contratação de força de trabalho, tanto em termos de obrigações previdenciárias como por despesas indiretas. Para essa acepção, o autor se baseou na declaração feita pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, que disse: *“nas fronteiras agrícolas, para fugir das acusações de trabalho escravo, os produtores estão partindo para a mecanização. É muito caro manter toda uma estrutura como a cobrada pelo Ministério do Trabalho³²”*.

Depoimentos como esse, do presidente da UDR, também foram recorrentes em nossas pesquisas de campo. Alguns cafeicultores de Vitória da Conquista quando questionados sobre os motivos que os levaram a mecanizar as lavouras, responderam:

O Ministério tava pedindo coisa demais. É chuveiro quente, é banheiro químico, é tanta coisa. É muito gasto. Aí a gente não cumpre algumas coisas, eles vêm aqui e mete a multa. Prefiro não arriscar mais. Comprei duas máquinas. Agora, eu uso as máquinas tanto aqui quanto lá na Barra. Bem melhor, não fico esquentando a cabeça. [...] Não tivemos opção, o jeito foi mecanizar. Eles [MTE] vinham aqui com uma lista de todo tamanho e a gente tinha que cumprir. Segundo eles tem que dar conforto pro pessoal [os trabalhadores]. Se facilitar, esse povo aqui que trabalha nessas roças tão tendo mais conforto que eu na minha casa [risos].
(Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Muito embora esse discurso seja presente, defendido e disseminado pelos empresários agrícola, é preciso ter cuidado em como absorvê-lo, pois ele não é em si a principal causa da intensa onda de mecanização que vem atingindo a agricultura brasileira nos últimos anos. Na verdade, essa aguda modernização resulta das estratégias do capital de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a sua acumulação. Resulta da necessidade das empresas se tornarem competitivas uma vez que os investimentos em máquinas não seriam feitos se o

³² Lei 05889, de 1973 – Trabalho Rural; NR31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura; CLT – Decreto – Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943.

custo das mesmas tornasse o negócio inviável, ainda mais se tratando de competição internacional. Nesse sentido, os cafeicultores, ao mecanizarem as suas lavouras, estão empenhados apenas em competir e, em decorrência disso, aumentar as margens para a geração de lucros.

Como apontado por Lima (2011), o custo de produção com a colheita mecanizada do café pode ser reduzido em até 70%, em comparação com a colheita manual, podendo variar de acordo com a carga pendente, pois quanto maior a carga pendente, menor será o custo da colheita. Na colheita manual, grande parte do custo se associa aos encargos sociais que são proporcionais ao tempo de colheita. Quanto maior a carga pendente, maior o período da colheita e maiores serão os gastos relativos à contratação de pessoal.

Mesmo com a cultura dos salários baixos e da predominância do trabalho temporário na agricultura, que por si só já limita muito dos direitos dos trabalhadores, quando comparada às máquinas, a força de trabalho humana no campo tem de ser “competitiva” do ponto de vista capitalista. Isso acontece, segundo Monteclaro (2004, p. 3), pelo fato de a tecnologia ser cumulativa em toda a cadeia produtiva mundial, porque, além de passar a produzir mais com um mesmo ou menor tempo de trabalho, o “computador e robô que tiram o emprego do metalúrgico, fabricam o trator e a colheitadeira mais baratos, que tiram o emprego do boia-fria”. Assim, tudo gira em torno da diminuição dos custos e da ampliação das formas de acumulação.

4.3 Reestruturação produtiva e desemprego na cafeicultura: analisando os dados

Segundo Silva (2010), os trabalhadores rurais são, historicamente, uma força de trabalho desqualificada e de direitos trabalhistas inconsistentes, que têm no trabalho no campo a sua principal fonte de sobrevivência. Trata-se, ainda, de sujeitos que correspondem à massa dos excluídos da cidadania mesmo quando estão empregados, pois trazem nas suas histórias de vidas as marcas da precariedade das relações do trabalho informal, instável, precário, contingente, eventual, intermitente, dentre outras características.

Tabela 14: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias - Microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Homens	Mulheres	Total
1970	14 147	50 302	34 203	84 505
1975	14 825	55 432	45 242	100 674
1980	17 934	60 750	42 543	103 293
1985	23 172	77 252	48 596	125 846

1995-96	24 811	64 271	41 219	105 490
2006	27 911	47 514	26 306	73 820

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

Tabela 15: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias - Vitória da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Homens	Mulheres	Total
1970	2 706	8 995	4 574	13 569
1975	3 381	12 692	9 930	22 622
1980	3 353	12 006	8 980	20 986
1985	5 045	15 355	9 498	24 853
1995-96	2 606	8 314	4 015	12 329
2006	3 940	7 455	4 811	12 266

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

A cafeicultura conquistense, mesmo surgindo calcada nos preceitos da modernização da agricultura e estabelecendo relações precárias de trabalho ao longo de seu desenvolvimento, absorveu no decorrer das décadas de 1970 e 1980 um contingente significativo de trabalhadores em todas as fases de seu ciclo produtivo, principalmente em tempos de colheita. Tal crescimento pode ser verificado na análise dos dados do Censo Agropecuário (2006), nos quais, o número total do pessoal ocupado no campo da microrregião de Vitória da Conquista (tabela 14), em 1970, correspondeu a 34.203, e em 1985, a 125.846 trabalhadores, um aumento equivalente a 33% de empregados em atividades rurícolas entre esses anos. Já para o município de Vitória da Conquista (tabela 15), o aumento do número de pessoal ocupado foi um pouco maior, alcançando uma taxa de crescimento equivalente a 45%, sendo que, em 1970, a quantidade total de trabalhadores ocupados foi de 13.569, e em 1985, 24.853.

A grandiosidade da absorção de força de trabalho pela cafeicultura nesse período se expressa, ainda, nas falas de alguns ex-trabalhadores do café, residentes do povoado de Abelhas, na área cafeeira de Vitória da Conquista, que deixam explícito como era intenso o fluxo de pessoas nos povoados e vilas, sobretudo em época de colheita:

Vinha muita gente de fora colher café pra trabalhar nessa região. O pessoal da região de Bate Pé³³, que nessa época de colheita não tinha muito trabalho

³³ Distrito de Bate Pé, zona rural de Vitória da Conquista.

por lá, vinha pra cá e ficava alojado nas fazendas. Então, tem muita fazenda aqui por perto que tem alojamento que é maior que esse povoado. (Ex-trabalhador 2 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em Junho de 2015).

Eu mexi com comércio há muito anos. Eu lembro o que era o comércio aqui há vinte anos. Para você ver o paradeiro que está aqui hoje. A moeda aqui circulava, porque vinha muita gente de fora colher café, para trabalhar nessa região. Essa época era pra tá cheio de gente aqui trabalhando e consumindo. (Ex-trabalhador 3 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em Junho de 2015).

No campo de Vitória da Conquista, a situação de vida dos trabalhadores começou a se agravar drasticamente em meados da década de 1990, quando o capital ampliou as suas formas de acumulação, reestruturando os padrões de produção e organizando um novo modelo produtivo para o campo. Nesse momento, as antigas estruturas produtivas agrícolas passaram a dar lugar a uma agricultura científica de referência planetária, com reflexos destrutivos para a classe-que-vive-do-trabalho.

Isso, porque “o trabalho de pesquisa técnico-científica se dá dentro dos moldes e prioridades de produção/reprodução do capital, onde a descoberta (máquinas, etc.) é a síntese da própria acumulação deste” (THOMAZ JR., 2009, p. 24). Em outras palavras, o capital, em todo o seu processo de acumulação, procura agredir da maneira mais perversa aquela que é a sua fonte primeira de valor: o trabalho. Para tanto, faz uso de todo e qualquer elemento que contribua para a ampliação da extração da mais-valia.

Segundo Thomaz Jr. (2009, p. 24), é o progresso das tecnologias que dá forma a esses elementos de dominação do capital sobre o trabalho, pois

a incorporação do progresso técnico-científico nada mais é do que a adoção do progresso das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital, como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas. Representa, então, um progresso do processo de valorização do capital, a partir do momento que permite incrementar a extração de mais-valia.

Assim como na cidade, o avanço do progresso técnico-científico no campo tem provocado profundas transformações nas relações de produção. Como resultado, há um intenso processo de desrealização do trabalho que se materializa em sua forma mais perversa:

o desemprego. Esse fenômeno social, difuso e heterogêneo, tem afetado em grandes proporções a reprodução da vida de centenas de homens e mulheres no campo de Vitória da Conquista e região. O seu alastramento tem se dado, sobretudo, pela busca da produtividade cafeeira por meio da injeção de tecnologias no processo produtivo, principalmente pelo emprego de máquinas colheitadeiras, que substituem até 200 trabalhadores.

Tabela 16: Número de tratores e colheitadeiras agrícolas segundo os estabelecimentos agropecuários - Microrregião de Vitória da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Tratores	Estabelecimentos	Colheitadeiras
1975	242	272	9	14
1980	734	969	5	6
1985	705	952	15	16
1995-96	937	1 243	42	48
2006	957	1 271	86	253

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

Tabela 17: Número de tratores e colheitadeiras agrícolas segundo os estabelecimentos agropecuários - Vitória da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Tratores	Estabelecimentos	Colheitadeiras
1975	128	145	1	1
1980	241	321	1	1
1985	245	319	3	3
1995-96	286	383	12	14
2006	310	431	8	9

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

Como pode ser observada na tabela 16, entre os anos de 1975 e 2006, a aquisição de tratores e máquinas colheitadeiras na microrregião de Vitória da Conquista, teve um aumento muito superior a 100%, assim como cresceu também o número de estabelecimentos que adquiriu tais aparatos. Somente em 2006, 957 estabelecimentos apresentaram um total de 1.271 tratores, e 86 estabelecimentos, 253 colheitadeiras. Já para o município de Vitória da Conquista (tabela 17), nesse mesmo período, houve um aumento no número de tratores e uma diminuição no número de colheitadeiras. Em 2006, 310 estabelecimentos contabilizaram 431 tratores, e 8 estabelecimentos, 9 colheitadeiras. Acredita-se que muitas das máquinas utilizadas em Vitória da Conquista a partir dos anos 2000 eram, em sua maioria, alugadas de outros estados, como Minas Gerais por exemplo. Em 2013, no entanto, verificou-se no município um intenso movimento de aquisição de máquinas por parte dos cafeicultores,

principalmente de colheitadeiras, o que possibilitou a dispensa permanente de muita força de trabalho do ciclo produtivo do café.

Tal cenário esboça uma agricultura que vem se caracterizando pelos altos níveis de competitividade e tecnologia. A incessante busca pelo aumento exponencial da produtividade provoca uma nova divisão territorial e social do trabalho rural, que potencializou a exclusão social e acentuou as históricas desigualdades sociais. É dizer que, no capitalismo, competitividade e produtividade se transformam em um processo destrutivo, em que o desemprego torna-se crônico e gera uma incomensurável sociedade de excluídos e precarizados (ANTUNES, 1995).

Como pode ser observado na tabela 16 e 17, tanto a microrregião como o município de Vitória da Conquista a partir dos anos de 1995-1996, houve um decréscimo significativo do número total de pessoal ocupado no campo em comparação a 1985, uma dispensa de 20.356 e 12.524 trabalhadores, respectivamente. Para a microrregião essa diminuição correspondeu a 16% e para o município de Vitória da Conquista a redução foi mais drástica, com cerca de 50% de postos de trabalhos eliminados. Essa diminuição do número de pessoal ocupado continuou em 2006, com a eliminação de 31.670 postos de trabalho na microrregião e 63 no município de Vitória da Conquista. Nesse período, a redução do número de trabalhadores empregados para a microrregião foi bem superior que a do município, este apresentando 0,5% de decréscimo e aquele com um arrefecimento de cerca de 30% em relação a 1995-96.

Pode-se dizer, portanto, que o agronegócio não faz referência somente à produção agropecuária, ele ultrapassa o conceito do crescimento agrícola e do aumento da produtividade, sendo constituído por uma rede de elementos que ampliam a sua produção em detrimento da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009). Além disso, traz em seu bojo o aprofundamento da “concentração fundi ria, da oligopolização do setor agropecuário, das transformações das relações sociais de produção, da fragmentação do espaço agrícola e do incremento na urbanização” ELIAS, 2006, p. 3 .

Na cafeicultura conquistense, as inovações técnicas provenientes da fase mundial do capital estão provocando uma crise sem precedentes do trabalho no campo que está relegando uma gama de trabalhadores ao desemprego e às mais variadas formas de trabalhos precários e degradantes.

4.4 O desemprego na cafeicultura e as suas consequências

Como dito anteriormente, a cafeicultura em Vitória da Conquista despontou, no início da década de 1970, como uma atividade inserida nos preceitos da modernização da agricultura difundidos pelo Estado. Com tratos diferenciados e com a utilização de tratores, grades, roçadeiras, etc., em seu ciclo produtivo, a lavoura cafeeira demandava um grande contingente de força de trabalho em todas as suas fases de produção, principalmente na colheita.

Hoje, a modernização que se sustenta no complexo da reestruturação produtiva vem ganhando dimensões diferenciadas, alterando substancialmente as relações de produção e de trabalho no campo desse município. Com a incorporação de técnicas avançadas de produção nas lavouras, a cafeicultura conquistense vem dispensando, em grandes proporções, a força de trabalho antes imprescindível em seu processo produtivo, relegando grande contingente de trabalhadores ao desemprego e às mais variadas formas de precarização da força de trabalho.

Antes da mecanização da colheita do café, essa fase do processo produtivo correspondia de 40% a 70% do custo total da produção. A esse número, considerado alto pelos grandes produtores do município, somavam-se os encargos sociais advindos das contratações de colhedores e o capital despendido para o cumprimento das exigências de trabalho imposta pela Lei nº 5.889/73, regulamentada pelo Decreto nº 73.626/74 do artigo 7º da Constituição Federal/88. Em entrevista, os fazendeiros justificaram a adoção de máquinas em suas plantações pela oneração que o custo da colheita vinha apresentando nos últimos anos. Além disso, acrescentaram que a fiscalização do MTE consistia em outro fator determinante para a adoção de máquinas, pois, caso não cumprissem qualquer uma das condições de trabalho exigidas por lei, estariam sujeitos às autuações e multas concedidas por esse órgão.

Kashima (1990) aponta que, na cafeicultura, a colheita mecanizada corresponde a um custo operacional menor se comparada à colheita manual e que a utilização de máquinas vem se tornando uma prática comum entre os cafeicultores em decorrência dos benefícios diretos gerados quanto à redução dos custos. Segundo esse autor, as máquinas colheitadeiras de café podem substituir até 200 trabalhadores e colhem 80 vezes mais que um trabalhador em um dia de trabalho. Alguns desses maquinários já realizam a poda, o decote e a colheita em um único processo³⁴.

O atual estágio definido pelo uso de intensa tecnologia na produção representa um momento que se caracteriza pela ação de várias forças antagônicas (SILVA, 2010). A

³⁴ Esse tipo de máquina foi lançada pela TDI Máquinas Agrícolas na 22ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação – Agrishow, de 27 de abril a 01 de maio de 2015 em Ribeirão Preto, São Paulo.

superexploração, o controle da força de trabalho e a exclusão de significativa parcela de trabalhadores dos processos produtivos pelos avanços na base técnica capitalista compõem esse momento de esfacelamento social vivenciado pela classe trabalhadora.

É importante ressaltar que o incremento tecnológico na cafeicultura não se restringe apenas à colheita. Ele atinge, também, outras fases do ciclo produtivo, como o plantio, a irrigação e o transporte, por exemplo. Até para o café que cai no chão no momento da derrida, já existem máquinas especializadas que fazem o serviço. Desse modo, fica evidente como é crescente o desenvolvimento e a utilização de tecnologias que estão diminuindo consideravelmente o número de pessoal ocupado no campo da região.

Muitos dos excluídos desse processo encontram na mobilidade espacial uma forma de continuarem a venderem a sua força de trabalho, seja na cidade, no campo ou, até mesmo, em outras regiões do país. Segundo Silva (2010), pode-se afirmar que há uma ligação estreita entre o processo de modernização e a mobilidade de milhares de pessoas que procuram nos deslocamentos espaciais uma alternativa de sobrevivência por meio do trabalho; de pessoas que veem na mobilidade do trabalho uma forma de garantir o sustento de sua família, vendendo a sua força de trabalho ainda que de maneira provisória e precária (SOUZA; SANTOS, 2010).

Diante da situação de desemprego, foi constatado na pesquisa de campo, que no ano de 2014, vários ônibus com trabalhadores rurais saíram do povoado de Abelhas e do distrito de Inhobim, em Vitória da Conquista, em direção ao Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde a mecanização das lavouras ainda é restrita³⁵. Nesse mesmo ano, muitos casos de trabalho análogo ao escravo foram relatados na cafeicultura do Espírito Santo pelo Ministério do Trabalho (Figura 22).

³⁵ Isso se deve às especificidades do relevo. Nessas áreas, os relevos são, geralmente, acidentados, o que dificulta o processo de mecanização das lavouras.

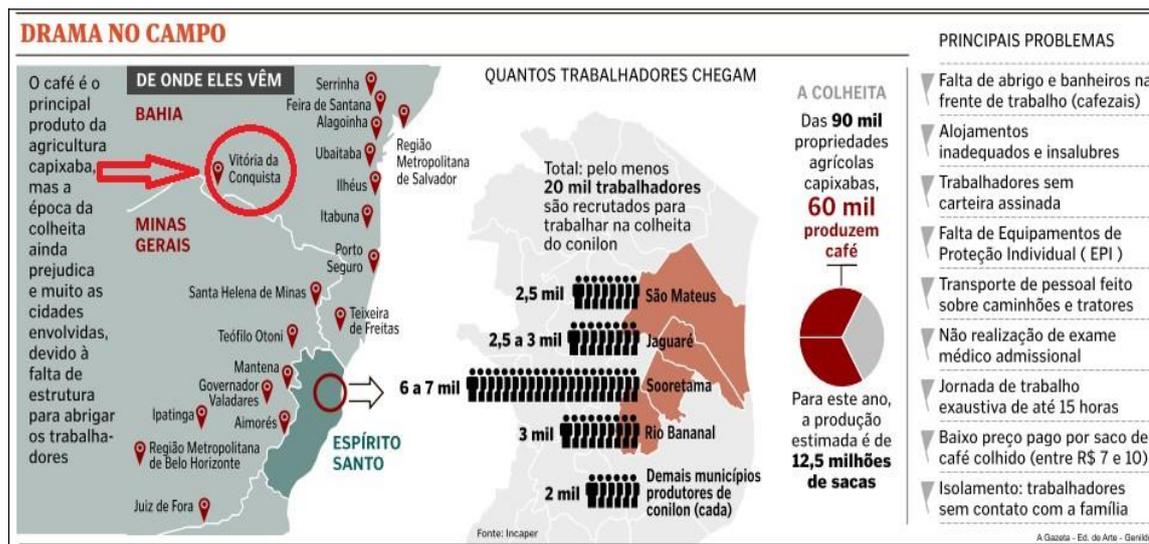


Figura 22: Trabalho degradante na cafeicultura do Espírito Santo em 2014.
Fonte: A Gazeta Domingo.

Em uma fazenda do município de Sooretama - ES, um cafeicultor foi acusado de submeter 86 pessoas, a maioria de baianos, a péssimas condições de trabalho. Os trabalhadores foram levados para essa propriedade em dois ônibus clandestinos e uma van contratados por um dos capatazes do fazendeiro. De acordo com os fiscais do MTE, os alojamentos dessa propriedade possuíam quartos sem ventilação e esgoto aberto dentro do local. Além disso, os sanitários não eram ligados à rede de esgoto e os dejetos eram despejados a céu aberto nos arredores. O espaço em que os trabalhadores dormiam era o mesmo local em que faziam as refeições e o fazendeiro cobrava a quantia de R\$ 40,00 para que trabalhadores pudessem utilizar a botija de gás (Figura 23). Esses trabalhadores já chegavam à fazenda devendo ao proprietário, porque, na descida do ônibus, o capataz informava que iria descontar R\$ 100,00 do que seria pago a cada um na colheita para cobrir os gastos com o transporte. Outro agravante era que o fazendeiro não assinava a carteira de trabalho³⁶.

³⁶ Informações extraídas do <http://g1.globo.com>. Acesso em junho de 2015.



Figura 23: Condições dos alojamentos dos trabalhadores do café no Espírito Santo, em 2014.
Fonte: <http://gazetaonline.globo.com>

Uma das trabalhadoras de café por nós entrevistadas relatou que seu filho e a sua nora, desempregados e com dificuldade de se empregarem nas fazendas de Vitória da Conquista e região, migraram para o Espírito Santo em busca do trabalho nos cafezais de lá. Sobre isso, ela revela:

Meu filho e a minha nora tão desempregado. Eles sempre ficam com medo de ir. Mas vai fazer o que? Eles tem medo do pessoal lá prender eles, não deixar eles sair. Mas o café lá é bom. Dá pra colher legal. Eu mesmo não vou porque eu ainda consigo uma coisinha aqui na fazenda aqui do lado, que pega nós, umas dez muié pra entrar nos canto que as máquinas num passa. (Trabalhadora do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

De acordo com o MTE, somente nas colheitas de 2014, foram encontradas irregularidades em 90% das propriedades cafeicultoras fiscalizadas no Espírito Santo, ficando em segundo lugar na lista dos estados que mais apresentaram casos de trabalho análogo à escravidão, atrás, apenas, do Rio de Janeiro.

O Auditor Fiscal do Trabalho Alcimar Candeias afirmou que, em alguns casos, o não cumprimento da NR-31 nas fazendas são tão graves e extremas, que nem sequer garantem a dignidade dos trabalhadores. Numa reportagem em *A Gazeta*³⁷, uma mulher trabalhadora relatou a situação crítica na qual estava sendo submetida no trabalho na cafeicultura capixaba:

³⁷ Notícia do site <http://gazetaonline.globo.com>, de 31/05/2014. Por: Patrik Camporez.

Fui enganada. Deixei as minhas filhas em casa, viajei por dois dias, e agora trabalho 15 horas por dia só para conseguir voltar para a minha cidade. Estou incomunicável, me sinto no inferno, como se não fosse humana.

Para o Auditor Fiscal do Trabalho Candeias, as irregularidades no trabalho no campo são históricas e precisam ser efetivamente transformadas, para que possam garantir o direito dos trabalhadores. Sobre isso, ele discorre:

Assistimos há mais de um século o modelo de escravidão dar lugar a um modelo remunerado. Só que vivemos de forma estagnada por um período em que a preocupação só se concentrava na remuneração, ou seja, o compromisso era simplificado pela diária ou produção. Vivemos um momento em que os valores sociais de trabalho têm que ser conferidos ao trabalhador. Ele tem que trabalhar de forma decente, segura, saudável. O processo de trabalho está mudando, mas ainda vemos em uma fazenda ou outra esse tipo de coisa.

O deslocamento de homens e mulheres em busca de trabalho é resultado da concorrência de capitais de composição orgânicas diferentes e não deve ser entendido como uma simples transferência de força de trabalho de um local para o outro, pois ela, na verdade, refere-se à intensificação das formas de exploração do trabalho e do aumento da captação geral do sobretrabalho pelo capital (SILVA, 2010). Com poucas alternativas, a mobilidade dos trabalhadores do café para outras áreas cafeeicultoras tem sido uma forma encontrada por esses sujeitos para continuarem vendendo a sua força de trabalho e garantindo, ainda que de maneira precária, a sua reprodução.

Maria Aparecida Moraes Silva (2010, p. 32) acredita que diferentemente de muitos países ricos, onde os direitos e a cidadania ainda preservam o *status* dos desempregados, a situação do Brasil, principalmente dos trabalhadores rurais, é marcada pela despossessão e desenraizamento constantes:

São vidas definidas por um vaivém perene, por uma eterna migração forçada que lhes impinge a marca de um destino social. Na luta pelo direito à sobrevivência, resistem à condição de párias, de mendigos. Os trajetos de suas andanças refletem a busca de um ponto fixo na escala social. Resistem ao processo descendente imposto pela estrutura social e independente de suas vontades. As pessoas não migram porque querem.

Gaudemar (1977) aponta que a mobilidade do trabalho está sempre condicionada às exigências da reprodução e da acumulação capitalista, que necessita de todas as esferas de valorização do capital e de todos os modos de intensificação e produtivização da mão de obra. Para esse autor, essas deslocamentos espaciais aparecem como uma característica do trabalhador que é submetido ao capital e representam o momento de submissão da mobilidade do trabalho às determinações do sistema. A mobilidade se coloca, assim, como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento.

Gaudemar (1977, p. 17), ainda, em consonância com o defendido por Silva (2010) sobre o caráter involuntário da mobilidade do trabalho, afirma:

Com a mobilidade do trabalho, manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade *forçada*.

Silva (2010) em seu texto “*Se eu pudesse, eu quebrava todas as máquinas*”, ancorada na noção de “desafiliação” proposta por Castel (1995)³⁸, denomina de “exclusão-inclusão precária” o processo pelo qual estão passando os trabalhadores substituídos pelas máquinas. Segundo essa autora, ao mesmo tempo em que essa massa de trabalhadores está sendo liberada dos processos produtivos pelo capital, ela cria alternativas de sobrevivência em meio às fissuras abertas por essa exclusão. Assim, torna-se comum a inserção desses trabalhadores excluídos nos atos de violência ligados ao tráfico de drogas, em trabalhos mais precarizados, na migração, etc. Sobre as alternativas de sobrevivência, os ex-trabalhadores do café, relatam:

Eu vou pra cidade e tento vender uma coisinha. Vendo CD e DVD. Mas quando tá no período de colheita eu ainda saio por aí procurando uma rocinha. (Ex-trabalhador do café 3. Entrevista concedida em junho de 2015).

Eu não tenho muito o que fazer não. As vezes eu invento de fazer uma unha das meninas ou então tento arrumar um serviço de doméstica lá em Conquista. (Ex-trabalhadora do café 4. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

³⁸ “Falar de desafiliação (...) não é pressupor uma ruptura, mas recompor um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico da dissociação, da desqualificação ou da invalidação social. Desafiliado, dissociado, invalidado, desqualificado, em relação a quem?” CASTEL, 1995, p. 15 .

Inté semana passada eu tava em São Paulo mais meus meninos. Eles tão todos lá. Aqui num tem trabalho, né. Aqui tá parado. O café que dava um movimento antes, mas nem isso mais. Eles tão bem lá, uma é cabelereira e o outro trabalha na loja da Marisa. Quando eu vou pra lá eu arrumo serviço de diarista. (Ex-trabalhador do café 1. Entrevista concedida em junho de 2015)

A secretária administrativa de uma das fazendas de café de Vitória da Conquista diz que, com a forte onda de desemprego devido à mecanização das lavouras, muitas mulheres do povoado de Abelhas começaram a se prostituir. Segundo ela, é grande o número de mulheres na região que encontraram na prostituição uma forma de garantirem a sua sobrevivência.

Ainda sobre essas fissuras, muitos dos sujeitos desempregados estão engrossando o contingente de trabalhadores pobres da periferia da cidade, sobrevivendo nas condições de subempregados, subcontratados, precarizados, informais, flexibilizados, etc., quando não na marginalidade. Entre os entrevistados, alguns relataram que, diante de tal situação, vez ou outra se tornam flanelinhas, catadores de papel, ambulantes, guardadores de carro ou vendedores de balas em Vitória da Conquista.

Vai fazer o que? Morrer de fome? Eu mesmo vou pra cidade e vejo o que tem pra fazer por lá. Geralmente não tem nada. Mas a gente sempre dá um jeitinho de não voltar pra casa sem um real. Eu cato um papelão, umas latinhas e vendo tudo depois. Vez ou outra ajudo a cuidar dos carros lá no centro. Não rende muito, não, mas é o que tem, né? (Ex-trabalhador do café 2. Entrevista concedida em junho de 2015).

Thomaz Júnior (2002) aponta que com a reestruturação produtiva no campo, o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho intensificaram a precarização do trabalho tanto no campo quanto na cidade, promovendo uma significativa mobilidade espacial de trabalhadores em direção às cidades para se inserirem no trabalho informal.

Os rebatimentos do complexo de reestruturação produtiva para os trabalhadores rurais podem ser percebidos através das mediações que permitem a monopolização e a territorialização do capital no campo. A mecanização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital e a falta de políticas públicas garantem a reprodução capitalista na sua forma mais avançada, tendo no agronegócio a representação mais expressiva de riqueza apropriada pelas classes hegemônicas, da concentração fundiária, da extração da renda da terra, da mecanização dos cultivos e da precarização dos trabalhadores que vivem da terra (THOMAZ JR., 2004).

Diante do desemprego estrutural, os trabalhadores acabam por se submeter às mais severas formas de exploração imposta pelo capital simplesmente para salvaguardarem a própria existência (MARX *apud* MÉSZÁROS 2002, p. 58). Antunes (2005) considera que, embora o trabalho abstrato tenha por finalidade a criação de mercadorias para a valorização do capital, ele acaba se tornando, dentro da lógica do modo de produção e de sociabilidade capitalista, imprescindível para a reprodução da vida dos trabalhadores.

Diante disso, os trabalhadores excluídos da cafeicultura pelas máquinas juntam-se à massa daqueles que estão vivenciando um crescimento sem precedentes dos empregos instáveis, das atividades informais, da negação de seus direitos, da ampliação da exploração na divisão sexual do trabalho, da exclusão de jovens e idosos no mercado de trabalho, etc.

4.5 O desemprego na cafeicultura e as suas contradições

A cafeicultura de Vitória da Conquista, que antes absorvia grande contingente de trabalhadores nas suas diferentes fases produtiva, está relegando, hoje, centenas de homens e mulheres à situação de miséria imposta pelo padrão de acumulação flexível incorporado pelo capital.

Com a intensificação do uso de maquinário de ponta no processo produtivo do café, houve, nesse município, uma recente e abrupta submissão de homens e mulheres, que antes vendiam a sua força de trabalho na cafeicultura, ao desemprego. O que tem se visto nas grandes fazendas conquistenses é uma imódica integração técnico-científica, na qual a utilização de máquinas e de técnicas agrônômicas avançadas estão promovendo o aumento da produção e dispensando de maneira ampliada os trabalhadores desse processo.

O desemprego em massa no campo conquistense trata-se de um processo recente, que vem trazendo sérias consequências para a reprodução da vida dos trabalhadores. Esses sujeitos, que tinham na cafeicultura uma forma de garantirem a sua reprodução, estão sendo submetidos aos mais severos ataques advindos da reestruturação produtiva do capital.

A partir do ano de 2013 os grandes fazendeiros passaram a adquirir máquinas colheitadeiras e a liberar grande parte da força de trabalho que antes era necessária no processo produtivo do café. Conforme a administração das fazendas estudadas, na época da colheita, período em que mais se empregava trabalhadores, o número de contratações obteve uma redução de 90% em 2015.

De acordo com um ex-trabalhador do café, se empregar nas fazendas de café está ficando praticamente impossível. Para ele, essa realidade destoa completamente da vivida há 10 ou 15 anos atrás, quando muitas pessoas saíam do povoado de Bate Pé, para colher café no distrito de Inhobim. Sobre isso, descreve:

A gente vinha para cá em época de colheita quando ainda tinha trabalho, né? Há 10, 15 anos atrás aqui era totalmente diferente. Gerava um movimento muito grande ali no Povoado de Abelhas. Empregava muita gente mesmo. Hoje, você não vê ninguém ali que veio para “panhar” café. Só lá de Bate Pé vinha 1000, 1500 pessoas. Hoje, não vem ninguém. Aqui mudou muito, não é mais o que era antes. O que aqui era em 10, 15 anos atrás acabou, não existe mais o que era antes (Ex-trabalhador do café 3. Entrevista concedida em junho de 2015).

Segundo outro ex-trabalhador do café residente do povoado de Abelhas, a falta do emprego nas fazendas tem sido ocasionada pelas máquinas colheitadeiras, que fazem todo o serviço que os trabalhadores faziam:

Depois que as máquinas chegaram ninguém mais aqui se emprega, não. Eu mesmo não consegui mais serviço. Há dois anos que só faço bicos. Às vezes eu vou pra cidade e consigo um serviço de pedreiro, mas pagam muito pouco pra o tanto de serviço que faço por lá. (Ex-trabalhador do café 5. Entrevista concedida em junho de 2015).

Um dos fazendeiros entrevistados nos relatou que nas primeiras décadas em que começou a produzir o café era comum a contratação de até 1.000 trabalhadores no período da colheita. Hoje, nessa mesma propriedade, além de não se contratar mais trabalhadores nessa fase do processo produtivo, o número de trabalhadores fixos também foi reduzido. O número do pessoal empregado nessa fazenda é de apenas 15 trabalhadores, distribuídos nas funções de mecânicos, tratoristas, operadores de máquinas e de irrigação.

Outra problema que se evidenciou com a pesquisa de campo foi a questão da fiscalização do Ministério do Trabalho. Muitos dos trabalhadores do distrito de Inhobim e do povoado de Abelhas que já não conseguem mais vender a sua força de trabalho na cafeicultura, relatam que não apenas a mecanização da lavoura cafeeira tem causado o desemprego no campo, mas também as altas multas aplicadas pelos fiscais do MTE têm sido um impedimento para a geração de empregos no campo do município. Tal fato evidencia a reprodução do discurso dos patrões pelos trabalhadores e ex-trabalhadores do café, de que a

principal causa do desemprego decorre das exigências “*incabíveis*” do MTE. Sobre a reprodução desse discurso pelos empresários agrícolas e trabalhadores, o Auditor Fiscal do Trabalho Giuliano Souza Cruz, explica:

É normal os trabalhadores agirem assim. Eles são o elo mais fraco dessa relação trabalhador x empregador. Então, às vezes eles são até coagidos a isso. Às vezes eles não tiveram até uma experiência dessa questão até do nível educacional mesmo para poder fazer esse tipo de análise. Eles estão ali para subsistência e aí chega o empregador dele e fala esse discurso para ele, ele repassa, porque o irmão dele foi demitido ou ele foi demitido, e o empregador fala: “eu estou te demitindo, porque o Ministério do Trabalho veio aqui e aplicou um bocado de multas”. (Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Algumas das médias propriedades cafeeiras e as pequenas em geral, que não tem capital para os altos custos da mecanização da produção, ainda necessitam do trabalho braçal no trato de suas lavouras. Porém, assim como as grandes propriedades, as médias e as pequenas podem ser autuadas pelo MTE, caso não mantenham ou não ofereçam condições dignas de trabalho para os trabalhadores executarem as suas tarefas. Seja na pequena ou na grande propriedade, desde que haja relação de trabalho assalariado, não há diferença quanto a aplicação de multas pelo órgão.

Diante disso, muitos desses produtores, principalmente os pequenos, asseveram que essa fiscalização os impossibilitam de empregar trabalhadores em suas roças:

Hoje, você vê que aquela pessoa tá precisando e você não pode dar um emprego temporalmente, que a gente dá de 2 ou 3 meses para aquela pessoa, porque tá correndo o risco de levar multa. Aí a gente mesmo que tem que fazer o serviço todo (Pequeno produtor e trabalhador do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Não tendo a condição de cumprir com as exigências do Ministério do Trabalho, os pequenos produtores ficam vulneráveis às severas multas, que afirmam não poderem pagar:

Eles [o MTE] estão exigindo aqueles banheiros públicos [químicos] aqui no meio dos cafezais. Então, são coisas difíceis, sabe? Você sabe quanto custa um banheiro daquele? O aluguel de um banheiro daquele é quase 200 reais. É caro. Não tem condição, não. E tem que ter outras coisas também. Aí vem a higiene, os produtos que tem que usar nesse banheiro, a alimentação de acordo com o que eles querem... Aí quando você vai ver o custo disso aí, o café não cobre as despesas. E de primeiro, a gente não tinha isso aqui, não...

trabalhava todo mundo. [...] Eu tenho dois mil pés de café, como eu vou registrar 3, 4 pessoas para trabalhar comigo? Eu ainda teria que comprar luva, banheiro, todos esses acessórios que eles exigem, bota uniforme. A minha colheita de café não dá pra pagar os trabalhadores que eu vou colocar na roça. (Pequeno produtor e trabalhador do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Muitos desses pequenos produtores convivem com o constante medo causado pela fiscalização, porque acabam tendo que contratar trabalhadores em suas roças. Inclusive, alguns desses produtores hesitaram em nos conceder entrevistas temendo que fôssemos fiscais do MTE.

Os que correm o risco de empregar trabalhadores, contam o seguinte:

Eu tô com esse pessoal aqui, quatro pessoas, mas eu tô correndo risco, porque se a fiscalização chegar, a gente vai ter que arrumar uma desculpa, que é da família ou qualquer outra coisa que é para não pagar multa, porque as multas que eles aplicam (os fiscais do Ministério do Trabalho) é alta demais, a colheita não dá nem para pagar, para você ter uma ideia.

Os trabalhadores de Abelhas e Inhobim afirmam, ainda, que esse fato, assim como a mecanização, está causando a saída de pessoas do campo, tanto dos trabalhadores que já não conseguem mais vender a sua força de trabalho nas propriedades cafeeiras, quanto daqueles produtores cuja produção em suas propriedades se dá por meio do trabalho vivo.

Segundo Ruy Medeiros, esse processo na produção cafeeira de Vitória da Conquista tem provocado o esvaziamento da zona rural e o “envelhecimento” do campo:

Hoje você chega na zona rural e encontra velhos e crianças. A faixa intermediária não está mais no campo. Muitos estão em outras regiões. Muitos estão aprendendo na escola do crime em São Paulo, no Rio de Janeiro, etc. É triste, mas é a realidade (Entrevista concedida em março de 2015).

Essas questões demonstram ainda a contradição que compõe as relações de trabalho nesse município. Se levarmos em conta que a greve de 1980 exigiu melhores condições de trabalho no campo, hoje, parte desses trabalhadores as consideram como um impedimento para a reprodução de suas vidas por meio do trabalho. Esses sujeitos, que vivenciam o desemprego estrutural, acabam por se submeter as mais severas formas de precarização do

trabalho sem se importar ou até mesmo resistir à exploração do capital, como pode ser observado na fala a seguir:

Eu não achava as condições ruins não. Porque eu penso assim, conforto você tem em casa. Pra quem precisa de trabalho, quem quer trabalhar, não tem isso, não (Ex-trabalhador do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Quanto aos trabalhadores que ainda conseguem vender a sua força de trabalho nas fazendas cafeeiras conquistense, o que se evidencia na fala desses trabalhadores é a crescente preocupação em como serão as suas vidas quando não conseguirem mais se empregar no trabalho na cafeicultura.

Em meio às entrevistas, muitos deixaram claro a vocação na labuta na terra, sendo o trabalho em qualquer outra atividade penosa e de difícil acesso. Outros se justificaram dizendo que não têm escolaridade suficiente para encontrar um trabalho digno na cidade, preferindo, assim, permanecer no trabalho no campo. Alguns, ainda, relataram que já exercem outras atividades para completar renda, geralmente na construção civil ou no trabalho informal, e que, agora, diante dessa realidade, terão que se inserirem em outras atividades para que a sua reprodução social não seja comprometida.

Ante essa conjuntura que se apresenta, o intenso movimento de inquietação entre os trabalhadores do café perante a incerteza do emprego faz com que os mesmos já comecem a pensar em alternativas de empregos e subempregos na cidade. Muitos não sabem ainda o que farão. Entretanto, têm a completa consciência de que, em um futuro próximo, já não terão o trabalho nas lavouras cafeeiras como uma possibilidade de reprodução de suas vidas.

4.6 A precarização das relações de trabalho: exploração e miséria nas fazendas cafeeiras do Planalto da Conquista

O Planalto da Conquista, ao integrar-se à zona cafeeira brasileira, passou por profundas transformações que rebateram, sobremodo, na organização da produção rural e nas relações de trabalho e de vida daqueles que se reproduziam no campo. Segundo Santos (1987), essas mudanças podem ser verificadas através de um movimento contraditório que se instaurou na região, que pôs de um lado cafeicultores enriquecidos e, de outro, uma gama de trabalhadores assalariados pobres. Esse cenário de contradições, todavia, não se dissipou ao longo dos anos. Pelo contrário, mostra-se cada vez mais vivo e presente, assumindo formas

contemporâneas de desregulamentação e flexibilização impostas pela acumulação do capital do final do século XX.

A partir dos anos de 1990, verificou-se no campo da região um intenso processo de precarização da força de trabalho e redução significativa do número de pessoal ocupado. Nesse período, as alterações pelas quais passaram as relações de trabalho na cafeicultura corresponderam exatamente com a efetivação do desemprego estrutural e de formas avançadas de exploração do trabalho incorporadas pelo sistema capitalista em sua fase de mundialização. Esse momento marcou, portanto, a instauração de uma nova face do trabalho degradante na cafeicultura, o que deprimiu ainda mais os níveis de reprodução da vida dos trabalhadores.

Em um contexto de acumulação flexível, o capital amplia a passos largos as possibilidades de exploração e precarização da força de trabalho. Essa exploração dar-se, principalmente, por meio da redução de salários, intensificação da jornada de trabalho, efetivação de empregos terceirizados e temporários, desregulamentação das relações de trabalho e dilapidação dos direitos trabalhistas. Com isso, o que se tem nesse início de século a própria materialização do “emprego moribundo”, em que o mundo do trabalho encontra-se extremamente precário, complexo e heterogeneizado (THOMAZ JR, 2005).

Presencia-se um crescimento incessante de relações de trabalho degradantes, que podem ser percebidas nos contratos de trabalho por tempo determinado, no trabalho autônomo, na insegurança quanto à proteção social, no trabalho sem carteira assinada, sem aparatos de proteção individual durante a jornada laboral, sem remuneração por insalubridade, na superexploração, no trabalho análogo ao escravo, etc. Vive-se:

[...] a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho, ou ainda sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, o que Beynon (1998) denomina de operários hifenizados, que são aqueles que se enquadram em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo, trabalho-por-hora. Importa afirmar que por conta disso há um aumento da classe-que-vive-do-trabalho em bases intensamente precarizadas (THOMAZ JR, 2005, p. 47).

Desse modo, tem-se que os avanços tecnológicos, organizacionais e sócio metabólicos impostos pelo capital em seu momento de crise, provocaram alterações no interior da classe trabalhadora que implicaram em um violento processo contínuo de precarização das relações

de trabalho e desemprego. Assim, o ataque do capital sobre os trabalhadores rurais na região estudada tornou-se ainda mais cruel a partir dos anos 2000, sobretudo de 2013 em diante, quando foi intensificado, em todas as fases do processo produtivo do café, o uso de máquinas agrícolas especializadas, resultando em uma expressiva ampliação do exército de reserva, que deu a condição fundamental para a manutenção da acumulação capitalista por meio da cafeicultura.

Como afirma Menezes (2007, p. 183), o movimento rumo a “fletibilização” e “desregulamentação” promovido pelo capital não poderia encontrar uma base melhor para sua realização senão por essa base miserável de submissão da classe trabalhadora à depreciação da força de trabalho e ao desemprego estrutural. Para esse autor, a expansão do exército de reserva, além de provocar o achatamento dos salários e criar as condições ideais para a concretização do uso de trabalho desqualificado e precarizado, tem a sua dimensão mais destrutiva quando transfigurado nos milhares de trabalhadores que são, cotidianamente, empurrados para o trabalho análogo à escravidão.

Tal cenário de degradação da classe trabalhadora relaciona-se diretamente com as formas assumidas pelo capital de aumentar a produtividade do trabalho. Nesse sentido, as máquinas aparecem como sendo o principal instrumento utilizado pelo capital para elevar os índices produtivos. Esse aumento de produtividade atrela-se ao descarte pelo capital de grande quantidade de força de trabalho dos processos de produção de mercadorias. Em outras palavras, “o aumento do número de desempregados gerado pelo aumento da produtividade, força uma elevação ainda maior da intensidade e produtividade do trabalho dos empregados” (MENEZES, 2007, p. 181). Ou seja, o aumento da produtividade do trabalho ligado à incorporação de máquinas nos processos produtivos corresponde à própria dinâmica de acumulação do capital. Por isso, quando se eleva a produtividade, ocorre, ao mesmo tempo, a ampliação da capacidade de apropriação da mais-valia pelo capital, o que quer dizer que mais trabalho está sendo despendido por um mesmo ou menor valor de capital variável (força de trabalho). “Aumenta-se a mais-valia e diminui relativamente o capital variável. Uma quantidade crescente de trabalho é fornecida com menos trabalhadores e, assim sendo, mais trabalhadores se tornarão supérfluos” (ibidem, 180).

Perante a grande massa de força de trabalho supérflua que se forma todos os dias, os trabalhadores que conseguem se empregar são submetidos a níveis intensos de exploração de sua força de trabalho, sendo pressionados a produzirem mais e em ritmo cada vez maior. Diante disso, Marx (1984, p. 203) observa: “O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que

a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e a subsunção aos ditames do capital”.

Além do desemprego, o que se verifica com isso é a incessante submissão da classe trabalhadora a trabalhos extremamente precários, muitos dos quais aparecem sob a forma de trabalho escravo contemporâneo. Em momento de crise estrutural do capital, pode-se até mesmo dizer que precarização e desemprego “se relacionam tão incondicionalmente que um passa a ser a condição do outro” MENEZES, 2007, p. 183 .

Assim, a subsunção real do trabalho se estabelece por meio desse complexo de relações articuladas pelo capital em seu processo acumulativo, incidindo de maneira ainda mais perversa em sua relação conflituosa com o trabalho. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se elevam os índices de desemprego, o capital reafirma constantemente o seu poder sobre os meios de produção, incorporando mais tecnologia nos processos produtivos e intensificando de várias formas a exploração da força de trabalho.

Diante disso, o trabalho escravo contemporâneo, denominado também de trabalho forçado por dívida, obrigatório ou peonagem (OIT, 1930), aparece embrenhado na estrutura social criada pela crise atual do capitalismo, mostrando-se, pois, como a relação de trabalho mais deprimente do século XXI, e representando, ainda, o lado mais perverso e obscuro da subsunção do trabalho ao capital.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) (2010), a escravidão contemporânea não se caracteriza apenas quando há o trabalho forçado e obrigatório, mas também quando não são garantidas condições mínimas de dignidade a um ou mais trabalhadores e a sujeição dos mesmos a trabalhos degradantes, exaustivos, a ambientes de trabalho inadequados à boa qualidade de vida, à servidão por dívida, dentre outras situações abusivas.

Para Menezes (2007, p. 186-187), a existência do trabalho análogo ao escravo em pleno século XXI se justifica pelo

movimento contraditório **capitalista** que recria antigas formas da relação capital x trabalho totalmente integrado às formas contemporâneas de acumulação, resgatando, assim, a própria essência do capital. O trabalho escravo, inserido na nova dinâmica acumulativa, representa o próprio desenvolvimento máximo da composição orgânica do capital: diminuir o componente variável em relação ao constante (idem, p. 186-187, grifo nosso).

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT (2006) tem sido recorrente no país casos de trabalhadores rurais submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão e vítimas de situações de superexploração. Essa tendência, segundo Menezes (2007), representa nada mais do que a forma atual de relacionar a necessidade de acumulação do capital com o excedente do mercado de trabalho. Nas atividades econômicas voltadas para a exportação de produtos agropecuários, essas relações de trabalho degradantes são ainda mais expressivas (MIRAGLIA, 2015).

Para a CPT, o panorama de precariedade que se instaura no campo brasileiro mostra-se muito mais agudo a partir dos anos 2000, e mais especificamente de 2002 em diante quando o número de casos de escravidão contemporânea corresponde a mais que o dobro da quantidade do ano anterior. Nesse período, verifica-se uma leve baixa no número de superexploração do trabalho, que não se justifica e muito menos significa uma diminuição das agressões do capital sobre a classe trabalhadora, mas, sim, a sua evolução para a condição de trabalho análogo à escravidão; um processo de intensificação das condições degradantes de trabalho. Nos anos subsequentes a 2002, observa-se um crescimento significativo dos dois tipos de ocorrências no campo, tendo, principalmente o trabalho análogo ao escravo, um alargamento expressivo no ano de 2005. As ocorrências de 2006 embora apareçam ainda bastante elevadas, quando comparadas com as do ano anterior, apresentam relativa redução nas duas variáveis de análise.

Dados mais recentes da CPT (2016) revelam que houve uma queda no número de estabelecimentos inspecionados pelo MTE no campo e na cidade, passando de 288, em 2014, para 267, em 2015³⁹. Nesse período houve também decréscimo considerável no número de trabalhadores libertados, de 1.644 para 876. Segundo Melo e Silva (2015), embora à primeira vista esses dados pareçam positivos, podendo ser interpretados como uma diminuição do número absoluto de trabalhadores em situação de trabalho análogo ao escravo nas mais variadas ocupações, é preciso considerar as dificuldades enfrentadas na identificação desse tipo de crime⁴⁰, muitas vezes invisível na sociedade. Além disso, faz-se necessário atentar para as renovadas estratégias de camuflagem dessas relações incorporadas pelos infratores. Essa autora salienta que, atualmente, a fiscalização das denúncias de escravidão contemporânea no país é feita com equipes minguadas. A região Amazônica, por exemplo,

³⁹ Valores totais referentes às inspeções pelo MTE. Somatória das inspeções do campo e da cidade.

⁴⁰ O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 149, considera crime “Reduzir alguém à condição análoga à de escravo: Pena – reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos” MIRAGLIA, 2 15 .

que historicamente apresenta os maiores índices de trabalhadores libertos, principalmente em atividades ligadas ao campo, tem recebido cada vez menos inspeções.

Conforme informações da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, caiu de 10 para 4 o número de equipes que integram o Grupo Móvel de Fiscalização, o que deixa 60% das fiscalizações a cargo das superintendências regionais (idem, p. 122).

Tabela 18: Ocorrências de trabalho análogo ao escravo na Bahia (2010-2015)

Bahia	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Nº de ocorrências	4	10	6	5	1	2	28
Nº de trabalhadores nas denúncias	117	162	132	131	32	360	934
Libertos	101	110	52	89	32	-*	384
Menores	4	1					5
Violência contra a pessoa	Contaminação por agrotóxico	Intimidação	-	-	-	-	-

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2010 – 2015)

Organizado pela autora.

*A CPT não justifica a ausência de dado para o número de trabalhadores libertos no ano de 2015.

Na Bahia, o quadro de precariedade do trabalho no campo também se constitui de relações de trabalho degradantes, materializadas nas formas de trabalho análogo ao escravo e da superexploração da força de trabalho. De acordo com a CPT (2016) (tabela18), entre os anos de 2010 e 2015, o número de ocorrências de trabalho escravo contemporâneo nesse estado tem apresentado certa diminuição. Esse decréscimo, no entanto, não exprime um arrefecimento no número de trabalhadores envolvidos nas denúncias, que apresentou de 2010 para 2015 quantidades três vezes maiores. Quando comparamos o ano de 2014 com 2015, a diferença é ainda mais gritante, com 32 trabalhadores envolvidos no primeiro ano e 360 no segundo. Em 2014 foram registradas apenas uma ocorrência, enquanto que em 2015 houve duas.

Um fato curioso que se observa a partir da análise dos dados da CPT sobre o trabalho análogo à escravidão no campo baiano refere-se à quantidade de trabalhadores libertos nas operações do MTE. Para todos os anos da tabela 18, o número de libertos foi inferior ao número de trabalhadores presentes nas denúncias, exceto em 2014 quando a quantidade de trabalhadores resgatados foi a mesma de trabalhadores citados nas denúncias. Embora a CPT

não apresente explicações sobre essa diferença, podemos inferir que ela decorre de um conjunto fatores que dificultam o processo de libertação dos trabalhadores em sua totalidade. Destacamos como principais as seguintes proposições:

- 1) Às vezes, as denúncias podem não corresponder ao número exato de trabalhadores nas propriedades. Elas podem fazer menção apenas a números aproximados, isto é, a quantidades estimadas.
- 2) Devido às questões burocráticas, nem sempre a ação do MTE é imediata às denúncias realizadas. Como o trabalho no campo é predominantemente intermitente, isto é, aquele que se faz, desfaz e refaz em espaços curtos e irregulares de tempo (SINGER, 1977), pode acontecer de nesse intervalo entre a denúncia e a fiscalização/inspeção do MTE, as atividades nas propriedades cessem e que os trabalhadores migrem (em casos extremos, fujam) para outras áreas, cultivos, atividades, propriedades rurais, etc.
- 3) Outra hipótese é que, a qualquer sinal do MTE nas propriedades, os trabalhadores são coagidos pelos gerentes, capangas ou pelos próprios donos das fazendas a fugir, para evitar o flagrante.
- 4) Por último, acrescentamos que, embora os trabalhadores reconheçam a situação de miséria na qual estão submetidos (fato constatado em pesquisa de campo), muitos acabam optando por continuar inseridos nesse perverso processo de exploração e precarização de sua força de trabalho. Por tratar-se, em sua grande maioria, de sujeitos desqualificados para o mercado, não veem alternativa senão a sujeição de suas vidas e trabalho a atividades extremamente degradantes. Se libertos pelo MTE, ficam “marcados” para os fazendeiros e redondezas, e, caso haja o retorno da produção naquela propriedade ou a possibilidade de emprego em fazendas vizinhas, não conseguem ser “admitidos”. Diante disso, torna-se comum a resistência dos trabalhadores para com as investigações do MTE e a fuga de muitos desses sujeitos no momento da inspeção. É preciso deixar claro, no entanto, que para tal alegação baseamo-nos nos depoimentos que obtivemos em nossa pesquisa de campo, nos quais, o Gerente do MTE de Vitória da Conquista, Fabiano Ferreira dos Anjos, relatou:

Existem aqueles trabalhadores que correm da gente para a gente não fazer a entrevista e não coletar os nomes. Eles têm medo. Eles têm medo, provavelmente, de ficarem sem o emprego. Mas que tipo de emprego é esse, né? A gente pode considerar esse tipo de trabalho degradante como um emprego que garante a sobrevivência digna desses trabalhadores? Eu acho que não. (Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Diante do exposto, consideramos esta última hipótese como a mais dramática para o trabalhador, porque ela condiz e atamente com as formas de “captura” da subjetividade do trabalho incorporadas pelo capital em sua atual fase de acumulação flexível. Sobre isso, Alves e Antunes (2004) no texto “*As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*”, afirmam:

Nessas condições, a subjetividade da classe é transformada em um objeto, em um “sujeito-objeto”, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. O indivíduo chega a auto alienar suas possibilidades mais próprias, vendendo, por exemplo, sua força de trabalho sob condições que lhe são impostas.

Dentre essas condições impostas ao trabalhador estão incluídas também aquelas que correspondem às situações de trabalho degradante, como no caso dos trabalhadores da cafeicultura do Planalto da Conquista, que, mesmo conscientes do alto grau de exploração que sofrem, acabam se submetendo ao trabalho miserável nos cafezais não mais apenas para garantir a sua sobrevivência, mas sim e principalmente, para salvaguardarem a própria e istência, uma vez que tais relações de trabalho “não constituem uma base adequada para a reprodução „normal“ da força de trabalho” SINGER, 1977, p. 2 .

No geral, trata-se de trabalhadores que convivem entre o sofrimento e a necessidade, pois “não têm diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e, na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” GAUDEMAR, 1977, p. 19 .

Para a situação de superexploração⁴¹ do trabalho na Bahia, os dados da CPT (2016) apontaram que em 2005 foram encontrados 250 trabalhadores do campo submetidos a esse tipo de relação. Já no ano de 2007, esse número foi reduzido para 185 trabalhadores. Em 2011, 2012 e 2013, o total de trabalhadores superexplorados correspondeu, respectivamente, a 17, 5 e 24⁴².

⁴¹ Segundo Miraglia (2015), a superexploração do trabalho já reconhecida pelas leis e pela sociedade brasileira como trabalho análogo ao escravo.

⁴² Apenas nos anos citados aparecem casos de superexploração da força de trabalho na Bahia.

Tabela 19: Ocorrências de trabalho análogo ao escravo no Planalto da Conquista

Mês/Ano	Município	Propriedade	Nº de trabalhadores nas denúncias	Libertos	Menores
Julho/2010	Barra do Choça	Fazenda Estância Cafezal	21	17	4
Junho/2013	Vitória da Conquista	Fazenda Sandalus	24	24	-
Julho/2013	Vitória da Conquista	Fazenda Sítio Novo	26	26	-
Julho/2014	Encruzilhada	Fazenda Serra Verde	32	32	-
Julho/2015	Encruzilhada	Fazenda Tereza	30	-*	-
Total			133	99	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2010 – 2015)

Organização: SANTANA, Aurelane Alves. Jun/2016

*A CPT não justifica a ausência de dado para o número de trabalhadores libertos na Fazenda Tereza, em Encruzilhada.

No Planalto da Conquista, apenas três municípios apresentaram casos de trabalho análogo à escravidão, relacionados com a atividade cafeeira. Segundo o banco de dados da CPT (2016) (tabela 19), desde o início dos anos 2000, foram constatadas em fazendas de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Encruzilhadas um total de 5 ocorrências, com 133 trabalhadores envolvidos nas denúncias, 99 trabalhadores libertos e 4 menores em trabalho proibido.

Segundo dados da CPT (2016), a primeira ocorrência de trabalho escravo contemporâneo na região do Planalto da Conquista se deu em 2010, na Fazenda Estância Cafezal, de Paulo Roberto Bastos Viana, nos Morrinhos, zona rural do município de Barra do Choça. Conforme Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho (MPT), Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região e Procuradoria do Trabalho no Município de Vitória da Conquista, a fiscalização realizada pelo MTE, entre os dias 21 de julho a 02 de agosto de 2010, encontrou 29 trabalhadores na propriedade, sendo que 21 deles estavam sendo submetidos ao trabalho extremamente degradante e reduzidos à condição análoga a de escravos. Entre esses trabalhadores, havia ainda 4 menores entre 14 e 16 anos de idade.

Para o caso da Fazenda Estância Cafezal, ao compararmos os dados da CPT (tabela 19) com os apresentados na Ação Civil Pública, podemos constatar certa discordância no que se refere ao número de trabalhadores envolvidos nas denúncias e de trabalhadores

encontrados pelo MTE no momento da fiscalização. Isso pode acontecer devido ao número de trabalhadores nas denúncias serem, na maioria das vezes, estimativas.

Segundo a Ação Civil Pública, o MTE avaliou as condições de alojamentos, instalações sanitárias e das frentes de serviço, consideradas desumanas pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Os alojamentos não dispunham de qualquer móvel ou utensílio necessário para a acomodação dos trabalhadores, que acabavam dormindo no chão, em papelões, colchonetes ou esteiras. Sobre essa situação, a trabalhadora aponta:

Não tinha beliche. Nós forrava o colchão num piso véi de cimento. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Seus alimentos e objetos pessoais ficavam expostos sujeitos a insetos e ratos, sem qualquer higiene. No ato de inspeção, foi encontrado nos alojamentos carne em estado de putrefação, pois não havia local apropriado para a conservação do alimento. A carne estragada era consumida pelos trabalhadores diariamente. Uma jovem que trabalhou nessa fazenda relata em seu depoimento as condições da cozinha dos alojamentos:

A cozinha era um trem vei tudo preto, tudo fumaçado. Ninguém cozinhava lá dentro não, cozinhava era na porta, fazia o fogãozinho e cozinhava as comidas. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Na fazenda também não era fornecida água potável aos trabalhadores. Os homens e mulheres que ali vendiam a sua força de trabalho eram obrigados a consumirem água de péssima qualidade, de cor amarelada, retirada de cisterna ou açude. A estocagem da água nos alojamentos era feita em vasilhames que antes continham produtos químicos altamente tóxicos, como combustíveis, fertilizantes, óleo e graxa, agredindo a saúde do trabalhador. A água para beber, preparar os alimentos e para o banho era a mesma. De acordo com trabalhadora resgatada:

Tinha água de cisterna e era uma água ruim. Quando puxava vinha só aquela lama. Pra cozinhar e beber tinha que deixar assentar no fundo do balde pra tirar só aquela água de cima, pra não beber lama. E quando acabava também nós ficava no sofrimento. Pra tomar banho tinha que buscar em outra fazenda do lado de lá, na cabeça ainda. (Trabalhadora 1 resgatada de

situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

O banheiro dos trabalhadores era improvisado com lona plástica, sem cobertura e sem porta. Muitos trabalhadores faziam as suas necessidades fisiológicas no mato, o que deixava um cheiro ruim nos arredores dos alojamentos. Esse cenário de insalubridade foi para nós relatado, através de depoimentos de algumas trabalhadoras resgatadas nessa ação do MTE:

Era horrível. Nem banheiro tinha para a gente tomar banho, era um quarto, nem porta tinha. A gente escorava uma taboa para tomar banho, era uma porqueira. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Banheiro, nem pra ver. O povo chegava tudo atolado, tudo melado... E esse tanto de mulher pra tomar banho... E criança... E homem. (Trabalhadora 2 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Tinha necessidade por todo o lado naquela fazenda. Não tinha banheiro, né? O banheiro era o mato (risos). Então o povo cagava tudo embrenhado nos matos, que ficava assim perto. Um cheiro ruim demais, e a gente comia sentindo aquele cheiro ruim sabe? Eu não, quando eu queira fazer as minhas necessidades eu ia mais longe. Mas lá tinha um povo muito sem noção. (Trabalhador 1 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Nenhum trabalhador foi submetido a exame médico admissional e, em caso de acidente de trabalho, não havia sequer disponível materiais de primeiros socorros. Além disso, segundo a Ação Civil Pública, a fazenda não dispunha de técnico de segurança do trabalho, não constituiu o Serviço Especializado de Segurança e Saúde no Trabalho (SESTR) e muito menos implantou o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

É importante salientar que o cafeicultor não assinou a carteira de trabalho de nenhum de seus empregados, fato que acentua ainda mais o grau de informalidade e precariedade das relações de trabalho nessa propriedade e que demonstra por vias empíricas a força do caráter sistêmico da reestruturação produtiva do capital sobre o trabalho, com o duro ataque à legislação trabalhista e aos direitos adquiridos

que cimentam a pétreia estrutura social que impede a efetivação do ser social em sua amplitude/plenitude ontológica (o estranhamento), e que também influenciam, por outro lado, na ampliação da franja dos excluídos que engordam as fileiras dos ocupantes de terra, dos desempregados estruturais e da horda de trabalhadores e famílias inteiras que perambulam de lugar a lugar em busca de emprego, colocação, os *errantes do fim do século* da sociedade flexível e desregulamentada (THOMAZ JR., 2005, p. 43-44).

O recrutamento desse pessoal foi feito através dos “gatos” Z Rango cabo de turma, Aluísio da Mata e Valdomiro Silva (fiscais de turma) na periferia de Vitória da Conquista, que, sem acerto prévio das tarefas, do valor a ser pago e das condições de trabalho ludibriaram homens e mulheres para o trabalho na colheita. Para o MTE, esse tipo de trâmite em que não há a negociação das condições de trabalho trata-se de uma tentativa premeditada e ardilosa dos fazendeiros de “escaparem” da responsabilidade trabalhista.

De acordo com depoimentos dos trabalhadores da Fazenda Estância Cafezal, o trajeto de Vitória da Conquista para Barra do Choça era feito sem qualquer segurança, em cima de carrocerias de caminhões sem cobertura e assentos. Esse tipo de transporte é considerado ilegal pelo MTE, pois não corresponde às exigências presentes na Norma Reguladora 31 (NR31), que observa como seguro o transporte nos seguintes requisitos:

- a) possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente;
 - b) transportar todos os passageiros sentados;
 - c) ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado;
 - d) possuir compartimento resistente fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros.
- (Norma Regulamentadora 31 – NR31. Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura).

Conforme ainda a NR31, o transporte de trabalhadores em carrocerias de caminhões só pode ser realizado em situações excepcionais e mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito, devendo o veículo apresentar condições mínimas de segurança para o trabalhador, tais como:

- a) escada para acesso, com corrimão, posicionada em local de fácil visualização pelo motorista;
- b) carroceria com cobertura, barras de apoio para as mãos, proteção lateral rígida, com dois metros e dez centímetros de altura livre, de material de boa qualidade e resistência estrutural que evite o esmagamento e a projeção de pessoas em caso de acidente com o veículo;

- c) cabina e carroceria com sistemas de ventilação, garantida a comunicação entre o motorista e os passageiros;
- d) assentos revestidos de espuma, com encosto e cinto de segurança;
- e) compartimento para materiais e ferramentas, mantido fechado e separado dos passageiros.

A modalidade de trabalho empregada na fazenda era o trabalho por produção (empreitada), o que, segundo Singer (1977, p. 3), “*permite ao capital deprimir o nível de remuneração e, ao mesmo tempo, aumentar a intensidade do trabalho*”. Ou seja, uma modalidade de trabalho que se refere ao salário determinado pela capacidade de rendimento do trabalhador (BASTOS; GONZALES, 1977). O acerto do salário com os trabalhadores só aconteceu quando os mesmos chegaram à fazenda, ficando estabelecido o pagamento de R\$2,50 por lata de café colhido. Com o trabalho por produção, o cafeicultor obtém maior lucratividade à custa da pauperização e esgotamento dos trabalhadores, que passam a trabalhar mais intensivamente para aumentarem os seus salários.

No momento de aferição das latas colhidas era comum os fiscais de turma alegarem, levemente, a presença de frutos verdes para descontar o pagamento dos trabalhadores e aumentar a exploração da mais valia. Desse modo, objetivando maiores lucros, além de o cafeicultor exigir do trabalhador que seu trabalho alcance, pelo menos, um grau médio de intensidade nas condições sociais, “*procura aumentar o mais que possa a parte excedente do trabalho socialmente necessário para a produção do salário, visto que esse excedente é, precisamente, o que proporciona mais valor*” (BASTOS; GONZALES, 1977, p. 37).

Esse fato pode ser verificado na Ação Civil Pública (2010), que descreve:

[...] Durante a aferição da produção, se o fiscal considerasse que havia café verde em grande quantidade colhida, eram descontadas de 2 a 3 latas na produção diária. Desta forma, recebiam de R\$15,00 a R\$20,00 por dia de trabalho, o que sempre resulta num salário inferior ao mínimo vigente. Os trabalhadores recebiam ao final de cada dia uma ficha com a anotação da sua produção. (Trabalhadora 1 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Além disso, mediam o café utilizando recipientes maiores do que aqueles usados pelos trabalhadores no momento da colheita, o que provocava ainda mais a exploração do trabalho e uma maior extração do mais valor, como conta uma trabalhadora:

Se colocasse café verde, eles descontava nas latas de todo mundo. Se catasse só os maduro ele media normal, mas, mesmo assim, tem que calcular, porque lá era uns baldão grande, cumprido assim que ele enchia mesmo. Os balde dava uma lata e meia cada um. O balde deles era maior que o nosso. A medida certa é 20 litros, lá eles metia o baldão que eu acho que dava uma lata e meia. A gente reclamava, mas fazer o que né? (Trabalhador 2 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Diante disso, o que se tem é uma efetiva exploração da mais-valia absoluta, que não se realiza, apenas, através da ampliação da jornada de trabalho, mas, também, pelas mais variadas formas de extração e usurpação do trabalho não pago, que obriga o trabalhador a produzir mais⁴³.

O pagamento era realizado toda sexta-feira pelo patrão, que, segundo os trabalhadores, utilizava de armas de fogo e da presença de policiais para intimidá-los:

Ele era bruto que nem uma cancela, tanto ele, como o gerente. [...] Ele fazia o pagamento com uma arma do lado, levava a polícia. Tô falando aqui diante de Deus! Toda sexta feira o carro da polícia tinha que tá lá parado com esses “oitão” na mão e o filho dele lá sentado no fundo dentro do escritório assim, com outra arma, e ele fazendo o pagamento com outro “oitão” do lado. [...] As polícia não falava nada, mexia com ninguém, só ficava lá por mandado do dono mesmo, né? Lá, olhando.

O povo ficava tudo danado com ele, falando se tinha trabalhador lá ou era ladrão. Era pra intimidar, mas o povo, ninguém tinha medo. Sei que tinha um cara, um compridão, o Malagueta, um negão, bem magrão, ele era das Pedrinhas (bairro periférico de Vitória da Conquista), o bicho era muito doido. O bicho ficava lá escrachando, falando: “Quem tem medo de poliça aqui? Paulão, esse barriga de bosta tá pensando que tem ladrão aqui? Aqui tem é trabalhador”. E falava: “Deixa as poliça ir embora que segunda feira ele me paga no terreirão”. O bicho era muito queixudo e ousado. [risos]. (Trabalhadora 2 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Não eram pagos aos trabalhadores horas extras, DSR, Férias, 13ºsalário e FGTS. O MTE, em relatório, considerou essa situação uma afronta à dignidade da pessoa humana que trabalha. A jornada de trabalho diária desses sujeitos girava em torno de 9 a 10 horas de trabalho. As tarefas tinham início às 6 da manhã e terminavam às 17 horas, com um intervalo médio de 1 hora para almoço. Segundo Menezes (2007, p. 74), essa elevação das horas de

⁴³ Como assevera Marx (1996, p. 108): “A intensidade crescente do trabalho pressupõe aumento do dispêndio de trabalho no mesmo lapso de tempo. O dia de trabalho mais intensivo corporiza-se, por isso, em mais produtos do que o dia de trabalho menos intensivo com o mesmo número de horas”.

trabalho correspondem às medidas de superação da crise impostas pelo capital, diante da crescente massa de força de trabalho que se torna “suprflua”.

Os trabalhadores eram obrigados a colher o café sem os equipamentos de proteção individual EPI's , tais como botas, capas e chap us. Não era disponibilizada tamb m gua para o consumo e nem banheiros para os trabalhadores nas roças, obrigando-os, mais uma vez, a fazerem as suas necessidades a céu aberto.

Na ação de fiscalização do MTE verificou-se, ainda, que grande parte desses sujeitos encontrava-se descalços nas frentes de serviços, ficando expostos e susceptíveis a ferimentos e picadas de insetos e animais peçonhentos. Além disso, como a colheita é realizada predominantemente no inverno, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar sem cessar sob as baixas temperaturas, chuva e garoa (no período de fiscalização, foram registradas temperaturas entre 10°C e 15°C). Para os Auditores Fiscais do Trabalho, essas intempéries aliadas à falta de acesso aos EPI's e gua pot vel apontam para a caracterização de jornadas de trabalho exaustivas.

Sobre essas condições de exaustão verificadas em nossa pesquisa de campo, uma das trabalhadoras resgatadas nessa fazenda depôs o seguinte:

Eu peguei pneumonia colhendo café debaixo de chuva. Foi uma pneumonia braba. Até hoje eu tô ruim. Eu mesmo só vou colher café esse ano se eu ficar boa, desse jeito ruim que eu tô, eu não vou não. Lembro como hoje disso aqui tudo doendo ó [nesse momento, a trabalhadora passa a mão pelo peito]. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Na Fazenda Estância Cafezal verificou-se também a prática de servidão por dívida, explícita na fala de uma trabalhadora, que conta:

As coisas de comida tinha que levar daqui, porque lá não tinha nada, eles não dava nada. Nós levava compra de 15 dias. Nós levava arroz, feijão, café, farinha, milharina, levava farinha de trigo, bolacha, manteiga. Levava porque se fosse comprar lá, o dinheirinho que ganhava ficava todo lá, porque vendia mais caro, mas tinha gente que comprava [...]. Lá, se você tivesse devendo, tinha que ficar lá até acabar de pagar, porque eles não deixava sair devendo. (Trabalhadora 2 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Sobre o trabalho forçado por dívida nessa propriedade, consta no relatório de fiscalização do MTE a seguinte descrição:

Os trabalhadores comprovam feijão, óleo e carne, macarrão, dentre outros produtos, num armazém que funcionava dentro do estabelecimento. Os trabalhadores utilizavam como moeda de compra as fichas de produção. Afirmaram ainda que os produtos eram vendidos por preços bem acima do mercado, e que havia muitos trabalhadores endividados. De acordo com os depoimentos, após o desconto dos alimentos, muitos trabalhadores terminavam contraindo débitos, e outros recebiam, em média, um troco de R\$ 10,00 a R\$20,00 por semana trabalhada (Ação Civil Pública, p. 4, 2010).

Diante da grave situação verificada na Fazenda Estância Cafezal, o MTE emitiu carteiras de trabalho para os trabalhadores que não as possuía, confeccionou termos de rescisão de contratos e guias de seguro-desemprego e determinou o regresso dos trabalhadores à suas casas. Ao proprietário da lavoura cafeeira foi solicitado o pagamento de verbas rescisórias no valor de R\$1.228,67 para cada trabalhador. Este, entretanto, como relatado na Ação Civil Pública, recusou tal pedido, demonstrando, novamente, completo descaso em relação aos trabalhadores, percebido na fala de uma das trabalhadoras que diz:

Eu sei que eles enrolou nós direitinho. É tanto que no dia de tirar as carteiras, o filho dele, Paulinho, é que foi resolver, porque o dono saiu fora, né, se escondeu. Ele falou assim pra nós: “Quando vocês acabarem aí, eu espero vocês ali no jardinzinho. Vocês vai l pra gente ajeitar direitinho”. Quando nós acabou, que foi lá ajeitar com Paulinho, Paulinho já tinha ó... Se escondido. E nem botou o nome deles em nada, irresponsável, chegou a correr de nós. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Em nossa pesquisa de campo com os resgatados pelo MTE, nos deparamos com famílias inteiras em situação de miserabilidade e extrema pobreza. Todos os entrevistados estavam desempregados, vivendo de bicos, doações ou mendicância e residiam em bairros periféricos de Vitória da Conquista, como mostra o depoimento de uma jovem trabalhadora do café:

Às vezes, quando não tem nenhum trabalho, pra ajudar nossos maridos, nós vai pedir. Eu, eu não posso mentir, é melhor pedir do que roubar, né? A gente vai nessas casas na Morada dos Pássaros, ali perto do Cristo, Morada Real, Bateias (bairros de Vitória da Conquista). Nós pede comida e eles dá um bocado de alimento pra nós. Açúcar, farinha, bolacha. (Trabalhadora 2

resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Não bastasse isso, afirmaram que desde a operação de fiscalização, não receberam o valor total correspondente à rescisão que lhes era de direito determinada pelo MTE, relatando, ainda, que esse valor foi dividido em 12 prestações de R\$102,98, tendo acesso apenas a três ou quatro parcelas. Sobre essa situação, uma das trabalhadoras envolvida no caso revela:

Eles [Justiça do Trabalho] pararam de pagar a gente. É uma espera e espera. Ele (funcionário da Justiça do Trabalho) deu pra nós o telefone e a gente ligava pra Antônio e nada. Quando foi um dia a gente chegou lá e eles disseram: “Ah, vocês esperam que a gente tá resolvendo, nem que seja com vinte anos, mas vai sair”. Só que eu falei assim: “Mas Antônio, que negócio é esse? Você disse que ia ajudar a gente e vocês t desse jeito”. Mas aí ele disse “Não, assim mesmo”. E aí nós deixou e viemo embora. Passou uns tempo e nós tornou a ir lá e nada. Já tem tanto tempo que a gente foi lá, tem uns dois anos e pouco que a gente foi lá. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Quando questionados sobre como o pagamento da indenização era realizado e a quantia que tinham recebido, um trabalhador respondeu:

A gente recebia o dinheiro lá (na Justiça do Trabalho). Lá já tem um caixazinho que faz o pagamento, aí a gente recebia lá. Cada parcelinha que nós recebia... Da primeira vez caiu... Da primeira vez foi R\$102,00 e uns quebrado, e depois a gente ficou pegando a mesma coisa todo mês, todo mundo a mesma coisa. (Trabalhador 2 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Após a fala desse trabalhador, uma das mulheres observou a necessidade que eles têm de receber o restante das parcelas da indenização, opinando também sobre o porquê de o pagamento ter sido suspenso:

Tem um bocado de gente, o povo das Pedrinhas (bairro periférico de Vitória da Conquista) e esse povo todo aqui, nem vai lá mais, porque eles enrolam a gente com conversa. Eu tô achando é difícil eles (a Justiça do Trabalho) resolverem a nossa situação... Se eles (da Justiça do Trabalho) já não tiverem sido comprados por ele (dono da fazenda), né? Porque o que eu tô achando é isso. Tem bastante pessoas precisando desse dinheirinho pra comprar as coisas, comida, né? (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Uma das trabalhadoras, de 56 anos, solteira, residente no bairro Kadija, periferia de Vitória da Conquista, contou que vive com R\$70,00 de Bolsa Família, e que, assim como ela, todos os seus três filhos, duas mulheres e um homem, estão desempregados. Em sua pequena casa de três cômodos, além de seus filhos, residem a sua nora e seus três netos. Todos os três filhos colhiam café com ela na zona rural de Barra do Choça e Vitória da Conquista.

Sobre a sua condição de desempregada e das perspectivas de trabalho na cafeicultura, essa trabalhadora conta:

Quem não tem tu, é tu mesmo. Eu não tenho nada, só tenho Deus e meu esforço. Pra aquela fazenda (Fazenda Estância Café) eu não vou mais, mas se tiver outra roça, eu vou. Ainda tem colheita na Barra (Barra do Choça). E tem roça lá que a metade é fichado. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

E a sua filha complementou:

O negócio é porque nós precisa, porque tá sem trabalho. Todo mundo parado. Só meu esposo tá trabalhando, mas o trabalho acaba essa semana já... De ajudante de pedreiro, mas acabou, já era. Não é fichado. (Trabalhadora 2 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Mesmo depois de ser resgatada de situação análoga à escravidão em 2010, pelo MTE, a trabalhadora e seus filhos continuam vendendo a sua força de trabalho para as fazendas cafeiras do Planalto da Conquista. Em entrevista, ela relatou que, em época de colheita, costuma ir para as regiões de Inhobim e Limeira, em Vitória da Conquista, ou para outras roças de Barra do Choça, para aquelas que possuem mais cafés nos pés para serem colhidos. No trecho a seguir, a trabalhadora descreve o trabalho na colheita do ano anterior:

A roça que eu fui ano passado era média, não era grande não. Lá, se tiver muita gente, dá uns três meses a quatro a colheita. É pouco, mas é porque vai muita gente querendo, sabe? E vai aquelas catinguerada. Aquele povo lá das caatinga que mete a peneira e pega muito café. (Trabalhadora 2 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Sobre o salário que recebeu nessa propriedade, acrescenta que o pagamento era feito do mesmo jeito da Fazenda Estância Cafezal, isto é, por produção, por uma quantia irrisória, como é descrito no seguinte trecho:

Da última vez que eu fui, o café não tava muito bom não, se tiver bom, até que dá pra tirar um dinheirinho, mas quando tá ruim, não dá nada não. [...] Da última vez eu tirei 13 latas, 14 latas, a R\$2,50. Eles paga assim, e, mesmo assim, chorando. Ah! Povo seguro! Eles queria pagar de R\$2,00, nós que não quis. [...] Eles fala que o dinheiro do café vai ser todo pra pagar nós, mas é mentira minha filha, se fosse assim, ninguém plantava café. Eles ganha um dinheirão danado! É treta deles pra enrolar a gente. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Quando perguntamos como era o processo de empregabilidade nas fazendas atualmente, a trabalhadora relatou:

A gente vai lá primeiro, olha o café, fala com o gerente, e se tiver o transporte eles vem buscar a gente, se não tiver, eles dá o dinheiro do ônibus. Mas quando vai de primeira pra olhar o café é com o dinheiro da gente. Aí eles falam: “Transporte não tem, a gente pode arrumar o dinheiro do ônibus”. Aí nós vem aqui, pega as coisas e vai [...]. Eu vou mais os meninos andando até a rodoviária e lá de frente nós pega o ônibus pra Inhobim. (Trabalhadora 1 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Sobre o papel dos “gatos” no momento das contratações, a mesma nos disse que os eles estão sumidos e que isso se devia à diminuição do emprego no café nos últimos anos pela intensificação da utilização de máquinas colheitadeiras:

Tá cheio de máquina, né? Um bichona grande assim. Eles já não precisam de tanta gente como antes. As máquinas tão tudo aí tirando o nosso trabalho [risos]. (Trabalhador 2 resgatado de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Dois de seus filhos fizeram parte da turma que estava na Fazenda Estância Cafezal em 2010 quando houve o resgate dos trabalhadores pelo MTE. Entre os quatro menores resgatados nessa ação, um deles era a sua filha de 16 anos, hoje com 21. Nas entrevistas, foi-nos dito que, para sobreviverem, além do trabalho nos cafezais, fazem bicos de diarista e manicure, e que o rapaz costuma trabalhar de ajudante de pedreiro em construções da

redondeza. Uma das filhas da trabalhadora encontra-se, hoje, presa por envolvimento com o tráfico de drogas. Ao deporem as suas histórias de vida, dei aram claro que “empregar-se” em bicos tão difícil quanto nos “empregos bons”, nos empregos est veis com carteira assinada. É importante ressaltar, que todos possuem ensino fundamental completo e estão no grupo dos analfabetos funcionais. Esses sujeitos, portanto, acabam por engrossar as fileiras de desempregados em constante ascendência em todo o mundo neste início de século, sendo o exemplo concreto da *“precarização, dilapidação e da (des)efetivação extremadas e sem paralelos da força humana que vive-do-trabalho”* (THOMAZ JR. 2005).

Quando fomos à Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista para sabermos acerca da suspensão do pagamento das prestações das rescisões, nos foi informado que o cafeicultor simplesmente deixou de fazer os depósitos. Esse fato pode ser verificado através do depoimento de um dos funcionários responsável pelo setor de pagamento de indenizações, que diz:

Foi feito um acordo com o autor (proprietário da fazenda) para depositar um determinado valor todo mês. O resultado foi que o cidadão deixou de pagar, deixou de depositar, aí nós deixamos de pagar, não é? E estamos atrás do dinheiro para fazer os pagamentos dos trabalhadores. [...] Ele deixou de pagar e por isso deixamos de repassar, mas o processo não está parado. Falta o valor referente a quatro parcelas. (Funcionário da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

A Justiça do Trabalho relatou também que já foi disponibilizado o pagamento de oito das doze parcelas referentes à indenização e não apenas três ou quatro como apontaram alguns dos trabalhadores nos depoimentos. Um dos funcionários responsável pelo setor afirma:

Eles receberam oito parcelas. É porque tem gente que não vem aqui buscar. Mas oito parcelas já foram pagas. Todos os recibos estão aqui devidamente assinados por eles. Os que não receberam, é porque não vieram receber. (Funcionário da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Ao questionarmos sobre as ações da Justiça do Trabalho para sanar o problema do não pagamento das parcelas pelo proprietário da fazenda, obtivemos a seguinte resposta:

O pessoal fica achando que a gente abandonou esse caso e que não estamos fazendo nada, mas, na verdade, a gente está tentando resolver. Aqui,

inclusive, a gente tem que pedir informação sobre o andamento da causa precatória que foi expedida para Itapetinga, precisa ficar cobrando. O proprietário da fazenda está sendo solicitado para pagar. [...] Ele está devendo as quatro parcelas. Essas parcelas estão sendo executadas. Mas não tem previsão. Se ele não pagar e se nós não conseguirmos penhorar alguns de seus bens, infelizmente os trabalhadores ficarão no prejuízo. Ao proprietário não acontece nada, pois não cabe prisão⁴⁴. Quando recebermos o dinheiro, vamos notificar aos trabalhadores para a realização do pagamento das parcelas que faltam. A gente vai atrás de todos notificando. Infelizmente esse é um pessoal de pobreza extrema. (Funcionário da Justiça do Trabalho de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Embora a fala do funcionário revele empenho em sanar os problemas que envolvem essa ação, torna-se cada vez mais evidente o descaso do poder judiciário na criação de medidas mais efetivas e punições mais severas para esses tipos de ilegalidades e irregularidades que atingem as condições de trabalho no Brasil, tanto no campo quanto nas cidades. Portanto, faz-se necessário uma maior e melhor aplicabilidade das penalidades que são atribuídas aos réus, que, na maioria das vezes, ficam condicionados apenas ao pagamento de multas e, ainda assim, não realizam ou tardam em realizar os pagamentos. De acordo com o Auditor Fiscal do Trabalho Giuliano Souza Cruz, o atraso na quitação das multas por parte dos infratores deve-se à falta de servidores na seção de multas e recursos do MTE:

Às vezes pode até demorar o prazo para os fazendeiros praticarem o pagamento do auto de infração, mas isso não se deve a nenhuma manobra que venha do fazendeiro, não. É porque, às vezes, até na nossa própria seção de multas e recursos, a gente acaba tendo uma dificuldade de servidores para fazer um julgamento rápido de todos esses autos de infração. A seção de multas e recursos julga autos de infração de toda a Bahia e esse número de autos só tem aumentado e o número de servidores, não. Então, acaba que gera essa demora no julgamento dos processos. Então, não é porque o empregador conseguiu com o advogado fazer uma defesa, mas, sim, pela dificuldade da falta de servidores e do andar do processo aqui no Ministério do Trabalho. (Entrevista concedida em janeiro de 2016)

Enquanto isso, esses trabalhadores sobrevivem em meio ao desemprego e a precariedade das formas de trabalho e de vida, encabeçando uma luta diária e incessante

⁴⁴ Curioso o funcionário afirmar que não cabe prisão, uma vez que, de acordo com Art. 149 do Código Penal, reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringido, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, pode levar à reclusão de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

contra a fome, mantendo, ainda, a esperança de que um dia receberão o restante do dinheiro que lhes cabe por direito, como mostra o depoimento de uma trabalhadora:

Tomara que esse dinheiro saia. Tem que sair. A gente já passa por tanta dificuldade, sabe. Esse dinheiro não é muito, mas dá pra comprar uma farinha, um arroz e segurar por uns dias, né? Tem que consertar também o teto da minha casinha que a chuva coisou, tá entrando água. Ia ser uma beleza esse dinheirinho. (Trabalhadora 3 resgatada de situação análoga à escravidão em julho de 2010. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Diante disso, o que parece pouco para muitos, torna-se imprescindível para a garantia da manutenção da vida de um numeroso contingente de pessoas em condição de extrema pobreza e miséria. As parcelas que não foram pagas pela Fazenda Estância Cafezal, embora correspondam a valores irrisórios para a garantia da reprodução da vida humana, significa para esses homens e mulheres uma possibilidade de continuidade de sua existência, isto é, de manterem-se vivos.

Outra Ação Civil Pública resultante de fiscalização pelo MTE de Vitória da Conquista, em face de Carlos Brandão da Silva, refere-se à inspeção realizada entre os dias 21 de julho e 22 de julho de 2013 na Fazenda Serra Verde, situada na região de Mucumba, zona rural do município de Encruzilhada. Lá foram encontrados 39 trabalhadores na colheita de café juntamente com 3 menores em péssimas condições laborativas, de habitação e higiene. Nessa propriedade, foram lavrados pelo MTE, 31 Autos de Infração à legislação trabalhista e às normas de segurança e saúde no trabalho. Vejamos a seguir, de maneira mais sucinta, algumas das constatações feitas nas fazendas durante o processo de fiscalização, muitas das quais se assemelham às condições verificadas na Fazenda Estância Café, em Barra do Choça:

- 1) Dos 42 trabalhadores presentes na fazenda, 41 deles eram informais, pois não apresentavam registro de vínculo empregatício na carteira de trabalho, sendo remunerados por produção com base na quantidade de latas de café colhidas por dia. Para cada lata de café eram pagos aos trabalhadores o valor de R\$3,50, o que fazia com que esses sujeitos recebessem salários inferiores ao mínimo legal, uma vez que colhiam, segundo os Auditores Fiscais do Trabalho, em média, seis latas de café por dia, tendo um ganho diário de R\$21,00 e mensal de R\$630,00 se trabalhassem inclusive nos finais de semana.

- 2) Desses 41 trabalhadores sem registro, foi detectado que 32 estavam sendo submetidos a condições extremamente degradantes de trabalho e de vida, pois, além de receberem remunerações inferiores ao salário mínimo, não passaram por exames admissionais, não tiveram acesso aos EPI"s e permaneciam durante a colheita em instalações completamente precárias, com vasos sanitários quebrados, sem chuveiro, água encanada, papel higiênico, portas e até sem parte do telhado. Além disso, os alojamentos não tinham móveis eletrodomésticos adequados para guardarem seus pertences e alimentos, que ficavam expostos sujeito a insetos e roedores. Nessa propriedade, as carnes que eram consumidas no almoço, também ficavam penduradas em varais no interior dos alojamentos, por inexistir local apropriado para o armazenamento das mesmas. Não havia também refeitório, forçando os trabalhadores a realizarem as suas refeições em pé, no alojamento ou nas roças, nas frentes de trabalho, sob os cafeeiros, árvores ou a céu aberto. As camas eram cimentadas ou em tábuas, não havendo colchões disponíveis para os trabalhadores, que dormiam sobre edredons ou cobertores próprios. Os banheiros não eram equipados com chuveiros, o que os obrigavam a utilizarem balde para tomar banho, em reservados cobertos de lodo.
- 3) A água para consumo em Serra Verde era proveniente de cisternas, suja, enlodada, com girinos e insetos, não sendo submetida a qualquer tipo de tratamento.
- 4) No local, não havia recipientes para a coleta de lixo, o que intensificava a proliferação de insetos e mosquitos.
- 5) Foi encontrado em um dos alojamentos vasilhames com agrotóxicos, colocando em risco a saúde do trabalhador devido à possibilidade de contaminação.
- 6) Nas frentes de serviço, não eram disponibilizados banheiros químicos. Desse modo, o trabalhador fazia as suas necessidades no mato, desprovidos de segurança, privacidade, conforto e higiene.
- 7) Qüites de primeiros socorros também não foram encontrados nas propriedades. O MTE julga imprescindível a presença desse material na propriedade para pronto atendimento em caso de acidente de trabalho, pois postos de saúde e hospitais são, geralmente, distantes da zona rural.
- 8) Além da presença de vasilhames com agrotóxicos nos alojamentos, havia o estoque desse produto em um depósito próximo da área de secagem do café e da moradia do gerente e sua família, representando risco de contaminação.

- 9) Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, foi relatado que o gerente José Nilton (Gordo) vendia produtos na fazenda, como carne, feijão, arroz, café, óleo, açúcar, pasta de dente, sabão, dentre outros, a preços elevados. Como a propriedade ficava a 7 km do povoado mais próximo (Vila do Café), os trabalhadores que não levavam seus próprios mantimentos eram obrigados a comprar esses produtos.

Diferentemente da Fazenda Estância Cafezal, houve na Serra Verde a interdição de máquinas que apresentavam irregularidades em seu funcionamento, dentre as quais três eram máquinas secadoras, uma era máquina de beneficiamento, e a outra, uma máquina de despolar café. Segundo relatório do MTE, todos esses equipamentos possuíam transmissão de força exposta, ou seja, não apresentavam proteções fixas ou móveis com dispositivo de intertravamento. A ausência de proteção das transmissões de força de máquinas e equipamentos acarreta graves e iminentes riscos à segurança dos trabalhadores, podendo ocasionar acidentes com cortes, esmagamentos, prensagens, amputações de membros e/ou morte.

Diante dessas condições de trabalho extremamente precárias e degradantes constatadas pelo MTE na propriedade, o MPT determinou ao cafeicultor o pagamento de indenização de danos morais individuais homogêneos no valor de R\$5.000,00 a cada trabalhador lesado, totalizando a quantia de R\$160.000,00, correspondente aos 32 trabalhadores resgatados na ação de fiscalização⁴⁵.

Embora não conste nos dados da CPT (tabela 19), a fazenda Água Fria, de propriedade de Rejane Rocha Xavier, em Barra do Choça, também esteve envolvida com a prática de relações de trabalho análogo à escravidão na região. Essa situação começou a ser verificada pelos Auditores Fiscais do Trabalho de Vitória da Conquista desde o ano de 2008 e se estendeu até 2011.

Segundo relatório do MTE, a fazenda nos anos de 2008, 2009 e 2010 cometeu várias infrações legais na empresa, o que provocou a lavratura de 23 autos de infração, sendo que em 2008 foram quatro, em 2009, seis, e em 2010, treze, além de notificação à proprietária dos cafezais. A maioria das irregularidades constatadas em Água Fria refere-se à saúde do trabalhador, às condições do ambiente de trabalho e o descumprimento de itens da NR-31 do

⁴⁵ Não tivemos acessos a dados e a informações sobre o andamento do processo.

MTE, similares, em sua maioria, aos casos verificados nas fazendas Estância Cafezal e Serra Verde.

Seguem, para conhecimento, os autos de infração presentes na Ação Civil Pública em face de Rejane Rocha Xavier, lavrados em sua propriedade entre os anos de 2008 a 2010:

Quadro 1: Autos de Infração Lavrados em 2008

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
10170370 2-6	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “a”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
20170370 3-4	131355-0	Manter instalações sanitárias sem chuveiro ou com chuveiros em proporção inferior a uma unidade para cada grupo de 10 trabalhadores ou fração.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.1, alínea “d”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
30170370 4-2	131377-0	Deixar de disponibilizar alojamentos separados por sexo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “e”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
40170370 1-8	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

Fonte: Ação Civil Pública (MPT, 2012).

Quadro 2: Autos de Infração Lavrados em 2009

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
10195268 8-1	131058-5	Deixar de contratar um técnico de segurança do trabalho ou Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural Externo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.6.6.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

20195268 9-0	131173-5	Permitir a reutilização de embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes ou produtos afins ou deixar de dar a destinação final prevista na legislação vigente às embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.8.15 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
30195269 0-3	131375-4	Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “c”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
40195269 1-1	131342-8	Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea “b”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
50195269 2-0	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
60195269 3-8	131057-7	Deixar de manter Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural, durante o período de vigência da contratação de trabalhadores por prazo determinado quando atinja o número mínimo previsto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.6.5.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

Fonte: Ação Civil Pública (MPT, 2012).

Quadro 3: Autos de Infração lavrados em 2010

Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
10195637 3-6	131375-4	Disponibilizar alojamento que não tenha portas e janelas capazes de oferecer boas	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “c”, da NR-31, com redação da Portaria

		condições de vedação e segurança.	nº 86/2005.
20195638 0-9	131342-8	Deixar de disponibilizar locais para refeição aos trabalhadores.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea “b”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
30195637 4-4	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
40195638 1-7	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31 (figura 24).	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “a”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
50195637 5-2	131355-0	Manter instalações sanitárias sem chuveiro ou com chuveiros em proporção inferior a uma unidade para cada grupo de 10 trabalhadores ou fração.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.1, alínea “d”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
60195637 6-1	131377-0	Deixar de disponibilizar alojamentos separados por sexo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “e”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
70195638 2-5	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
80195637 7-9	131374-6	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.1, alínea “b”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
90195638 4-1	131475-0	Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.9 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

10019563 78-7	131352-5	Manter instalações sanitárias sem lavatório ou com lavatórios em proporção inferior a uma unidade para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.1, alínea “a”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
11019563 83-3	131372-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
12019563 79-5	131363-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios, em proporção inferior a um conjunto para cada grupo de 40 trabalhadores ou fração ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
13019563 85-0	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Fonte: Ação Civil Pública (MPT, 2012).

O MPT observa que o MTE concedeu à fazenda prazos para a regularização dos problemas lá encontrados, porém devido à reincidência e a resistência por parte do estabelecimento em adotar as normas de proteção ao trabalhador no campo, os Autos de Infração foram sendo gradativamente aplicados. Portanto:

Afirma-se que o empregador, na condição de administrador, reiteradamente fiscalizado, tinha conhecimento das condições degradantes de trabalho a que submetia seus trabalhadores, mantendo-os em condições de trabalho análogas às de escravo, "consciente e livremente", atuando pessoalmente ou através de seus prepostos (Ação Civil Pública, 2010).

Em 2011, juntaram-se aos recorrentes descumprimentos da legislação trabalhista e às normas de segurança e saúde no trabalho, cometidos pela fazenda, fraudes e falsificações de documentos que davam vantagens à proprietária. Nesse mesmo ano, foi lavrado um total de 22 autos de infração, que seguem especificados no quadro 4:

Quadro 4: Autos de Infração lavrados em 2010

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	02096921-0	000978-4	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.	art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
2	02096922-8	001416-8	Deixar de depositar na conta vinculada do trabalhador, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, os depósitos do mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, e a indenização compensatória do FGTS incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados.	art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990.
3	02096923-6	001191-6	Apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contendo omissão, declaração falsa ou informações inexatas.	art. 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º, do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975.
4	02096924-4	001191-6	Apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contendo omissão, declaração falsa ou informações inexatas.	art. 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º, do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975.

5	02096925-2	001510-5	Manter empregado demitido sem justa causa trabalhando, sem o respectivo registro, recebendo indevidamente o benefício do seguro desemprego.	Artigos 3º e 4º c/c artigo 24 da Lei nº 7.998 de 11/01/1990.
6	02096937-6	000010-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
7	02096938-4	131023-2	Deixar de submeter trabalhador a exame médico admissional, antes que assuma suas atividades.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.1, alínea "a", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
8	02096939-2	131464-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
9	02096940-6	131372-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
10	02096941-4	131363-0	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios, em proporção inferior a um conjunto para cada grupo de 40 trabalhadores ou fração ou disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

11	02096942-2	131475-0	Deixar de disponibilizar, nos locais de trabalho, água potável e fresca em quantidade suficiente.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.9 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
12	02096943-0	131037-2	Deixar de equipar o estabelecimento rural com material necessário à prestação de primeiros socorros.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.5.1.3.6 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
13	02096944-9	131378-9	Permitir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.5.2 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
14	02096945-7	131374-6	Deixar de dotar o alojamento de armários individuais para guarda de objetos pessoais.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c c item 31.23.5.1, alínea “b”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
15	02096946-5	131373-8	Deixar de disponibilizar camas no alojamento ou disponibilizar camas em desacordo com o disposto na NR-31.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c c item 31.23.5.1, alínea “a”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
16	02096947-3	131352-5	Manter instalações sanitárias sem lavatório ou com lavatórios em proporção inferior a uma unidade para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c c item 31.23.3.1, alínea “a”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
17	02096948-1	131355-0	Manter instalações sanitárias sem chuveiro ou com chuveiros em proporção inferior a uma unidade para cada grupo de 10 trabalhadores ou fração.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c c item 31.23.3.1, alínea “d”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
18	02096949-0	131361-4	Deixar de dotar as instalações sanitárias de recipiente para coleta de lixo.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c c item 31.23.3.2, alínea “f”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

19	02096950-3	131359-2	Manter instalação sanitária que não possua água limpa e papel higiênico.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.2, alínea “d”, da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
20	02096951-1	131214-6	Utilizar máquina, equipamento ou implemento que ofereça risco de ruptura de suas partes e/ou de projeção de peças e/ou de material em processamento, sem a proteção efetiva.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.12.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
21	02096952-0	131333-9	Manter instalações elétricas com risco de choque elétrico ou outros tipos de acidentes.	art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.22.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
22	02096953-8	001191-6	Apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contendo omissão, declaração falsa ou informações inexatas.	art. 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º, do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975.

Fonte: Ação Civil Pública (MPT, 2012).

A partir da análise dos quadros dos Autos de Infração, observa-se que a fazenda admitia e matinha todos os empregados com registro em livro somente nos anos de 2008 e 2009. Em 2010 e 2011, essa prática não englobou a totalidade dos trabalhadores, o que resultou numa ampliação da precarização e informalidade do trabalho na cafeicultura. Entretanto, em 2011, se evidencia na propriedade, um forte esquema de fraude ao seguro desemprego e ao FGTS, bem como a falsificação de atestados médicos ocupacionais, o não pagamento de verbas rescisórias e outras violações aos direitos laborais.

Segundo o relatório do MTE, como os trabalhadores eram submetidos a condições degradantes de trabalho, sem escolha ou qualquer poder de negociação, ficaram completamente reféns de um esquema dirigido pela empresa, que além de reduzir drasticamente os salários, transformaram as rescisões de contratos em valores irrisórios e fraudaram os depósitos do FGTS, como mostra o trecho a seguir:

Constatou-se que no período de 2007 a 2011 vários empregados trabalharam seguindo a mesma sistemática: 06 meses de trabalho recebendo remuneração inferior ao salário mínimo legal; recolhimento do FGTS por 06 meses incidindo sobre uma média de 03 dias de trabalho por mês; demissão sem justa causa; rescisões dos contratos de trabalho com valores irrisórios e irrisórios decorrentes dos descontos abusivos a título de “vales”; e por fim habilitação ao benefício do Seguro Desemprego.

Após o recebimento do seguro desemprego, o trabalhador era novamente readmitido, reiniciando o mesmo ciclo de fraude ao sistema. Poucos meses após a percepção do seguro desemprego, o empregado é então formalmente readmitido, reiniciando o mesmo ciclo que resulta sempre na habilitação ao seguro desemprego, constituindo fraude ao sistema.

Fica comprovado que a empresa efetuou pagamento de salário dos seus empregados safristas sempre com valores inferiores ao salário mínimo, o que também implicou perdas às contas vinculadas do FGTS. Em contrapartida, os trabalhadores recebem da empresa a habilitação ao benefício do seguro desemprego. Em outras palavras, a empresa utilizou os recursos do seguro desemprego para complementar os salários devidos aos seus empregados (Ação Civil Pública, 2010, p. 1; Trecho do relatório de fiscalização do MTE).

Pelo trecho acima, descrito pelo MTE, além das fraudes e falsificações organizadas pela proprietária e administração da fazenda, o que se evidencia é a intensa fragilidade e, sobretudo, vulnerabilidade dos trabalhadores, que passam a ser facilmente enganados pelo patrão, sendo submetidos não apenas à exploração da mais valia, mas também a toda e qualquer tipo de situação que se mostre vantajosa para o patronato. Como apontamos nesse texto anteriormente, isso ocorre devido à completa sujeição do trabalho ao capital em todo o seu processo de reprodução e acumulação ampliada, restando aos trabalhadores, como única alternativa de garantia de sua sobrevivência, a venda de sua força de trabalho ao capital sob quaisquer condições, imperando, nesse momento, a necessidade do trabalhador de manter-se vivo.

Na operação realizada pelo MTE, em 2011, foram encontrados na fazenda Água Fria 51 trabalhadores empregados na colheita do café, explorados em condição de trabalho extremamente degradante e reduzidos à condição análoga à escravidão, ficando assim instituída pelo MPT a penalidade à proprietária Rejane Rocha Xavier do pagamento de indenização por danos morais individuais homogêneos no valor de R\$10.000,00 para cada trabalhador, totalizando uma quantia de R\$510.000,00⁴⁶.

⁴⁶ Assim como no caso da fazenda Serra Verde, também não obtivemos informações acerca dos encaminhamentos do processo, principalmente se tal valor de indenização estipulado foi pago aos trabalhadores.



Figura 24: Camas feitas de tábuas apoiadas com tijolos e fina espuma nos alojamentos onde dormiam os trabalhadores da Fazenda Água Fria.

Fonte: Ministério Público do Trabalho (2010).



Figura 25: Armazenamento impróprio de água e utensílios guardados sobre tábuas nos alojamentos.

Fonte: Ministério Público do Trabalho (2010).

A partir dos casos de trabalho análogo à escravidão verificados no Planalto da Conquista, nota-se que existem muitas similaridades nas formas de relações de trabalho estabelecidas pelos cafeicultores na região. Segundo as Ações Cíveis Públicas a que tivemos

acesso, a definição de escravidão moderna não depende apenas da existência de coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção dos trabalhadores, mas, também, que haja submissão desses sujeitos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições laborativas degradantes.

Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação (Ação Civil Pública, 2014, p. 22).

Pode-se afirmar, então, que a escravidão contemporânea acontece quando não são garantidas ao trabalhador condições mínimas para a realização de um trabalho digno, sendo os mesmos submetidos a atividades exaustivas, degradantes, à servidão por dívida e as várias outras situações como as que foram citadas do decorrer desse texto, encontradas nas fazendas de café do Planalto da Conquista.

Uma questão que nos põe atentos, diz respeito às recentes tentativas da Bancada Ruralista e das Empreiteiras em alterar o conceito de trabalho escravo vigente no Código Penal desde 2003. Essas propostas elaboradas pelo Senado não visam outra coisa senão a negação da existência dessa prática no Brasil e o retardamento das ações e campanhas que visam a sua erradicação. Segundo Melo e Silva (2015), no final de 2015 e início 2016, tentaram aprovar, por duas vezes, o Projeto de Lei do Senado (PLS 432/2013) de autoria de Romero Jucá, cujo propósito refere-se à regulamentação da emenda constitucional 81/2013 já aprovada, que confiscaria propriedades flagradas com mão de obra em situação de escravidão contemporânea.

Contudo, Mitidiero Jr. (2015) considera que, embora esse seja um PLS importante, trata-se de uma tramitação perigosa para os direitos dos homens e mulheres do campo, uma vez que apresenta muitas emendas que visam subjetivar a definição e interpretação do que é “trabalho escravo” no país. Para esse autor, essas emendas, além de revelar estratégias dos ruralistas em bloquear e/ou alterar a essência da proposta, condizem exatamente com o momento atual de “intensificação de ações de deputados e senadores contra direitos conquistados e estabelecidos em favor dos povos do campo, constituindo um ataque à reprodução social desses sujeitos” p. 166 .

É importante ressaltar, ainda, que em dezembro de 2014, o presidente do Supremo Tribunal do Brasil, o ministro Ricardo Lewandowski, deferiu liminar determinando a suspensão da publicação do cadastro de empregados flagrados em situação análoga à escravidão, conhecida como “lista suja” do trabalho escravo. De acordo com Mrcia Silva, do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, essa interrupção serviu para dar espaço para que os fazendeiros e empresários driblassem as sanções do mercado e saíssem do radar da sociedade civil. Porém, depois de três meses suspensa, uma ação do MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) conseguiu atualizar as regras para a publicação de uma lista, que tornou ineficaz aquela afetada pela liminar do STF. Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), de 2011, a nova lista voltou a ser publicada revelando cerca de 400 nomes de empregadores que foram flagrados usufruindo de trabalho análogo ao escravo e que tiveram suas infrações confirmadas pelo MTE desde dezembro de 2012.

Diante desse cenário de conspiração contra o trabalho e aqueles que dele vivem, Thomaz Jr. (2005) considera como sendo duro o golpe que o Estado, o Congresso Nacional e os setoriais sociais alinhados com o metabolismo do capital planejam desferir contra a classe-que-vive-do-trabalho. Tanto as reformas em curso da legislação trabalhista, quanto as emendas de PLS, relacionam-se com as mudanças provindas do processo de trabalho e são extremamente destrutivas para os trabalhadores e para o movimento sindical. Uma intersecção importante é deixar claro ao leitor que redigimos essa dissertação em meio a um processo de impeachment da atual Presidente da República Dilma Rousseff, processo esse desvelado como um golpe político a fim de assegurar a impunidade contra a corrupção pública e pela aprovação de medidas e leis conservadoras a favor do capital nacional e internacional, sendo a legislação trabalhista e as leis que regem a terra e o homem do campo um dos focos principais de ataque/deturpação. Em outras palavras, esse quadro precário das condições laborais pode tornar-se muito mais dramático nos próximos anos.

Portanto, há de se considerar um conjunto de elementos incorporados pelo capital que submete o trabalhador a níveis cada vez mais elevados de precarização de sua força de trabalho e de vida. Conforme Antunes (2004, p. 15), no Brasil, esses elementos despendidos pelo padrão de acumulação capitalista estruturou-se “através de um processo de superexploração do trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e de fortíssima intensidade em seus ritmos”. Todos eles, intensificados a partir da instauração da crise estrutural do capital, são verificados no trabalho na cafeicultura do Planalto da Conquista, revelando um mundo do trabalho permeado de miséria e gerido por

contradições em que a maior delas se traduz no fato de que é o trabalho que produz a riqueza. Desse modo, cabe enfatizar que “só o trabalho produz valor, produz riqueza, e o trabalho pertence originalmente ao trabalhador; no entanto, a riqueza, o capital, aparece não como produto do trabalho, mas como produto do próprio capital” MARTINS, 1986, p. 156).

Para Mészáros (2007), devido à crise e à possibilidade de redução produtiva do sistema, o bolo econômico da nação é reordenado a favor do capital através do arrocho do trabalho. Isso não força outra coisa senão a renúncia e a falta de participação dos trabalhadores desse processo com uma passividade sem igual.

O que se percebe, hoje, é que os trabalhadores do café vivenciam um momento de extrema complexidade no que se refere às formas de venda de sua força de trabalho para os empresários agrícolas. Esses sujeitos encontram-se inteiramente dominados por relações laborativas de extrema degradação, que se estende às relações de reprodução de suas vidas, ficando condicionados ao que o salário miserável é capaz de proporcionar dentro da sociedade capitalista.

Como resultado, tem-se uma forte desarticulação desses trabalhadores e a inexistência de processos concretos de luta para a transformação dessa realidade perversa na qual estão inseridos. Assim, o que se torna aparente é que essa massa restante de trabalhadores do café, significativamente menor do que o contingente absorvido pelas fazendas nas duas primeiras décadas que se seguiram à sua implantação, tenha perdido a consciência política trazida à tona em 1980, quando o movimento grevista reuniu milhares de trabalhadores em prol de melhores condições de trabalho no campo.

Muito dessa inércia política tem se justificado pelos altos índices de desemprego e descarte de mão de obra que vem acontecendo na região devido ao incremento de máquinas e equipamentos tecnológicos no processo produtivo nos últimos anos, sobretudo de 2013 em diante. O medo constante do desemprego e da impossibilidade da reprodução da vida faz com que esses trabalhadores se submetam a quaisquer condições de trabalho para simplesmente salvaguardarem a própria existência. Isso implica, até mesmo, em abrir mãos de suas conquistas e, ainda, da luta pelo trabalho digno, do cumprimento das leis vigentes no sentido de equidade e justiça social.

5. Considerações Finais

Diante dos levantamentos empíricos e das discussões apontadas nesse texto, ficou premente constatado que desde o início da cafeicultura no Planalto da Conquista, na década de 1970, o trabalho rural na região encontra-se envolto em relações e condições precárias de existência. Foi esse quadro de precariedade, acentuado pelo sistema do capital no decorrer da sua trajetória acumulativa, que nos fez querer avançar e, principalmente, ansiar pela compreensão das minúcias que o perfazem. Para tanto, procuramos analisar a conjuntura do desenvolvimento das forças produtivas no campo, partindo das contradições que abarcaram a formação e a reprodução do proletariado do café ao longo dos anos, dando ênfase tanto à sua composição atual, quanto à maneira como essa massa de trabalhadores se apresenta na contemporaneidade.

Nesse sentido, faz necessário a noção de que a agricultura cafeeira mesmo tendo sido desenvolvida pautada nos preceitos estatais de modernização do campo, fazendo uso de maquinário e equipamentos poupadores de mão de obra, absorveu, entre as décadas de 1970 e 1980, contingentes expressivos de trabalhadores em todas as fases de seu ciclo produtivo. Nos anos de 1990, no entanto, no que tange às contratações de força de trabalho, o que ocorreu foi um movimento contrário, isto é, a cafeicultura, atividade que deu origem à massa de trabalhadores assalariados rurais da região, passou a descartar maciçamente os trabalhadores, eliminando muitos postos de trabalho e substituindo, em grandes proporções, o trabalho vivo pelo trabalho morto. Deixamos claro, ainda, que essa conjuntura de maiores e cruéis ataques do capital aos trabalhadores do campo, embora iniciado nos anos de 1990, tornou-se muito mais emblemático a partir da segunda década dos anos 2000, quando os cafezais foram reestruturados visando aumentar a produtividade e a competitividade do produto no mercado.

Esses dois períodos distintos, marcados por processos inversos de absorção e descarte de trabalhadores do processo produtivo, evidenciou momentos diferenciados de precarização do trabalho verificados nas lavouras cafeeiras ao longo de sua história de desenvolvimento e expansão no Planalto da Conquista. O primeiro momento, correspondente às duas primeiras décadas que seguiram a introdução da cafeicultura na região, referiu-se ao avanço do capitalismo no campo e impôs aos trabalhadores situações laborais precárias que deram vazão às articulações políticas do proletariado e à eclosão do movimento grevista de 1980. Já o segundo, faz alusão ao resultado da consolidação da força imperante da acumulação capitalista no “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva iniciado entre o final do século XX e início do século XXI, que intensificou a precarização do trabalho

e elevou os níveis de vida dos trabalhadores a condições desumanas, expressas, sobremaneira, nas formas do trabalho degradante e na escravidão contemporânea, como apontado no terceiro capítulo desse texto.

Posto isso, o que de fato nos interessou na construção dessa pesquisa foi o debate sobre a precarização do trabalho na cafeicultura tendo como parâmetro de análise a lógica imposta pelo “momento predominante” da reestruturação produtiva do capital, pois ele nos salta aos olhos através da constituição do complexo de inovações técnicas, organizacionais e sócio metabólicas implementadas pelo capital em resposta à sua crise.

O que se observa é que a reorganização da gestão da produção sob o manto da reestruturação produtiva incide de maneira muito mais danosa sobre a classe trabalhadora fragmentando-a, diversificando-a e heterogeneizando-a (ALVES, 2002; ANTUNES; ALVES, 2004). Vale salientar que essa fragmentação, diversificação e heterogeneização não se referem apenas ao aumento da precarização do trabalho em sua condição objetiva, isto é, não promovem somente a “captura” da objetividade da classe-que-vive-do-trabalho. Elas atingem também toda a subjetividade do ser que trabalha, acabando por contribuir na efetiva instauração de um novo estranhamento social e para a desestruturação da resistência dos trabalhadores.

É exatamente isso que acontece no universo laborativo do café no Planalto da Conquista, pois um aspecto importante da “captura” da subjetividade inerente ao “momento predominante” do capital o de promover o “esquecimento de e experiências passadas”, apagando a memória das lutas da classe trabalhadora (ALVES, 2007, p. 199). Além da superexploração a que os trabalhadores do café estão submetidos, há uma tendência desenfreada do capital em suprimir as lutas e a consciência política desses trabalhadores.

O demasiado enfraquecimento e cooptação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista (STTR) é um exemplo nítido disso. Essa organização não aparece mais como mediadora das lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho e não possui mecanismos de lutas efetivas que impeçam a plena exploração dos trabalhadores pelo capital.

Em nossa pesquisa de campo, o STTR foi pouco mencionado pelos trabalhadores, que o procura, na maioria das vezes, para tratar apenas de questões referentes à aposentadoria. Já o atual presidente do STTR, nos relatou, em entrevista, que, embora o Sindicato venha assumindo um caráter assistencialista, tem procurado reivindicar por medidas e ações que julgam serem importantes para o trabalho e para a reprodução da vida dos trabalhadores no campo:

Eu não vou te dizer que a gente ainda não detém essa prestação de serviço, que nós não temos um caráter assistencialista. Nós temos médico e esse não é papel do Sindicato. Mas, se retirarmos isso, o povo não vai se adaptar. A gente vê o sofrimento do pessoal da Zona Rural, um pessoal muito carente. A gente tem aqui uns dois profissionais que atendem que facilitam um pouquinho a vida deles. Mas a nossa luta mesmo aqui é por crédito, é por direitos iguais, é por direito à educação. Inclusive, nós temos uma solicitação para ver se eles mudam essa questão do ensino da Zona Rural, para uma educação voltada mais para a realidade do campo. Hoje, o jovem está no campo, mas quando ele passa dos 14 anos, a roça para eles passa a ser um lixo, não presta mais e aí pensa de vim para a cidade. Mas será que a cidade é a alternativa verdadeira para eles? Muitos desses que vem para a cidade não estão preparados para o mercado de trabalho e aí vem o desemprego e às vezes piora a situação (Presidente do STTR. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Segundo o presidente do STR, era comum, entre os anos de 1980 e 1990, principalmente em época de colheita, o Sindicato se reunir com os trabalhadores nas fazendas, povoados e distritos para elaborar e definir acordos coletivos com os patrões, que garantissem pelo menos a mínima dignidade das relações e condições de trabalho aos trabalhadores (figura 26 e 27). Hoje, porém, afirma que essas reuniões tornaram-se impraticáveis uma vez que há um contingente muito reduzido de trabalhadores nas fazendas cafeeiras devido à intensa mecanização das lavouras, maiormente efetivada da região nos anos 2000:

Nós não temos condição de dar sequência no acordo coletivo porque não tem mais o trabalhador ali colhendo o café. Como é que a gente ia realizar esse acordo coletivo sem a presença dos trabalhadores? A gente já chegou a fazer assembleia aqui com mais de 300 trabalhadores. Nas bases fazíamos reuniões, nas localidades de Limeira, Inhobim e Veredinha, em todas essas comunidades. Então, a gente sempre fazia essas reuniões, mas foi desmotivado, porque hoje você chegar aqui na época da colheita e dificilmente se encontra pessoas trabalhando, colhendo o café. Até lá em Inhobim que era um lugar central, acabou. A feira de Inhobim nessa época, no domingo, era uma feira que dava prazer você chegar e olhar pra feira e agora na colheita do café você chega lá e não tem ninguém. (Presidente do STTR. Entrevista concedida em janeiro de 2016).



Figura 26: Reunião sindical com trabalhadores rurais no povoado de Bate Pé em Vitória da Conquista, na década de 1970.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista.



Figura 27: Reunião sindical com os trabalhadores rurais no povoado de Bate Pé em Vitória da Conquista, na década de 1970.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista.

O entrevistado acrescenta, ainda, que, devido ao fechamento dos postos de trabalho na cafeicultura pelas máquinas, há um movimento desenfreado de saída de famílias do campo em direção às cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Diante disso, alega que o Sindicato age também como um incentivador para a permanência dos trabalhadores na zona rural, embora muitas dificuldades sejam encontradas uma vez devido à falta de políticas públicas direcionadas para tal questão:

Nós atuamos no sentido para a permanência dessas famílias no campo, mas faltam políticas públicas para que elas permaneçam lá. A gente tem realizado atos públicos para ter uma preocupação com a permanência das pessoas lá no campo e uma educação voltada mais para a realidade do campo. Nós temos discutido com o poder público isso. Agora, infelizmente, essas políticas não vêm à tona, pois eles não estão preocupados ainda com a questão da permanência. Tem um grupo de vereadores que faz parte da Comissão da Agricultura Familiar. (Presidente do STTR. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Além do enfraquecimento e da dificuldade do STTR em organizar processos de lutas por melhores condições de trabalho no campo do Planalto da Conquista, ficou sobremodo evidenciado em nossas pesquisas que os poucos trabalhadores que ainda conseguem se empregar nas lavouras cafeeiras também carecem de consciência política quanto à exploração que sofrem pelo capital. Isso acontece em decorrência do alastramento do desemprego estrutural que acompanhou o complexo de reestruturação produtiva e a consequente pobreza eminente em que os trabalhadores se encontram, sendo obrigados a se submeterem a qualquer tipo de trabalho degradante e, até mesmo, formas análogas à escravidão.

Sobre a condição de vida dos desempregados, Marx (1983) assevera que cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora e é exatamente isso que faz dela uma base ampla para certos ramos da exploração do capital em proporções crescentes. Segundo esse autor, isso se justifica pelo fato de que “tem de ser assim em um modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (idem, 1979, p. 722). Em outras palavras, é dizer que a crescente massa de força de trabalho que se torna desempregada fica submersa em miséria e sujeita às mais diversas formas de precarização e exploração do trabalho, dando a sustentação necessária para o capital acumular riquezas e, conseqüentemente, se reproduzir, ainda que, contraditoriamente, essa acumulação se baseie na elevação dos níveis de produtividade do trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que o desemprego é a própria condição da acumulação capitalista, isto é, imprescindível para a

consolidação do modo de produção capitalista enquanto sistema hegemônico. Nas acepções de Mar 1984a, p. 2 : “uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação. [...] Essa superpopulação torna-se a alavanca da acumulação capitalista e até uma condição de existência do modo de produção capitalista”.

A falta de consciência política por parte dos trabalhadores do café implica, ainda, na abdicação e, até mesmo, na negação de seus direitos historicamente conquistados. Foi bastante comum em nossas pesquisas de campo e entrevistas, a reprodução do discurso dos fazendeiros pelos trabalhadores de que a aquisição de máquinas acontecia devido à exagerada fiscalização do trabalho nas propriedades pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo recorrente nas falas dos trabalhadores a insatisfação sobre as leis que regulamentam o trabalho e a sua aplicação pelo órgão responsável:

Eu não sei para que tem essas leis. Eles [MTE] exigem coisas demais. A gente só quer trabalhá e agora não pode mais. (Ex-trabalhador 5 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Eles tão certo em exigir condição boa pra nós, né? Mais aí a gente fica sem o emprego. As máquinas tão tudo aí ocupando o nosso lugar. (Ex-trabalhador 6 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015)

Eu só quero trabalhar e ganhar o meu dinheirinho. Conforto eu tenho é na minha casa. Na roça, não. Lá o trabalho tem que ser pesado mesmo. (Trabalhador 4 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015)

O Ministério do Trabalho chega aqui e proíbe tudo. Se você sair aqui na rua, você vai ver uns menino novo que não pode trabalhar, não quer estudar e aí fica de cara pra cima e não aprende nada, aprende só o que não presta. (Trabalhadora 4 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Eu aprendi a ganhar meu dinheiro desde cedo, desde menina. Minha filha tá com 18 anos e nunca pisou o pé na roça, me pergunte o que ela sabe fazer, que eu vou te dizer que ela não sabe nada. Nunca vi isso de não poder criar meus fíis como eu fui criada. (Trabalhadora 6 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Eu tenho muito cuidado quando eu tô na roça. Eu não gosto de usar bota e luva, não. Mas tem que usar, né? Porque se o Ministério do Trabalho chega lá e me pega sem... coitado do meu patrão... Ele ganha multa. Coitado! Ele trabalha tanto e eu vou prejudicar ele assim? Eu não! (Trabalhadora 7 do café de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em julho de 2015).

Cegos pela necessidade do trabalho e completamente alienados pelo capital, os trabalhadores não tem a consciência de que a aquisição de máquinas pelos fazendeiros não foram feitas somente devido às exigências do MTE e que correspondem de fato ao aumento da produtividade incorporada pelo capital em resposta a sua crise no final do século XX. A injeção de tecnologias nos processos produtivos ocasiona uma relativa diminuição de força de trabalho necessária na produção, uma vez que o crescimento dos postos de trabalho é sempre menor que a capacidade produtiva do capital. Dessa forma, se torna inerente ao capital, no decorrer de seu desenvolvimento, a capacidade de desrealizar o trabalho.

Assim sendo, pode-se considerar que o “momento predominante” da acumulação capitalista e do complexo da reestruturação produtiva vem impondo à classe trabalhadora formas cada vez mais precárias de relações de trabalho circunscritas numa sociabilidade permeada de contradições que não existem por si só, mas sim, como o resultado da exploração cada vez maior do trabalho humano pelo capital.

Assiste-se, todos os dias, ao aumento copioso da produção de mercadorias, dos lucros das grandes empresas, da ampliação dos latifúndios, do financiamento do Estado de um modelo de “desenvolvimento” que se e pande à custa da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999). Não bastasse isso, amplia-se na mesma proporção o fenômeno social do desemprego e os níveis de precarização do trabalho para deprimir os níveis de vida do trabalhador, elevando a submissão, a alienação, o estranhamento e a mutilação dos mesmos. Além disso, impõe-se ao ser que trabalha o medo do desemprego perpétuo que consente maiores níveis de exploração e maiores possibilidades de extração da mais valia. O medo que não atinge apenas aqueles que estão desempregados, mas, também, a massa de trabalhadores que se encontra ocupada, pois através dele “que o capital busca constituir novos e espíritos consentimentos à nova barbárie social” ALVES, 2007, p. 198 .

Em tempos de acumulação flexível e da busca incessante pela produtividade, mesmo que em número reduzido, e mascarado pelos elevados índices de desemprego, é o trabalho que está por trás do capital, do lucro e do mercado, e é sobre o trabalho barato e miserável que o capital se realiza. Diante do quadro de crise que se instaura, que atinge em cheio o interior da classe trabalhadora, o mundo do trabalho do século XXI apresenta-se muito mais complexo, fragmentado e heterogêneo, dando espaço a um emaranhado de relações estranhadas que resultam em formas ainda mais perversas de submissão do trabalho ao capital.

Na cafeicultura do Planalto da Conquista, o que se observa nos últimos anos é um cenário crescente de desemprego embrenhado com a eminente reprodução do trabalho precário, degradante e análogo ao trabalho escravo. Veem-se cada vez mais homens e mulheres que vivem o medo do desemprego em sua forma material, concreta, e que sentem na pele a miséria e a fome. Para não morrerem, sujeitam-se a qualquer condição de trabalho. No geral, são trabalhadores que abrem mão dos seus direitos e da consciência política, pois a única consciência que os mantém de pé gira em torno da necessidade de estar empregado ou subempregado.

Esse fato pode ser verificado no caso de alguns dos trabalhadores resgatados das condições de trabalho análoga à escravidão nas fazendas cafeeiras, que mesmo submersos ao mundo do trabalho degradante e da superexploração da sua força de trabalho, preferem estar inseridos nesse tipo de atividade do que sem trabalho. A necessidade fala ainda mais alto quando existe a percepção do quão difícil será para eles empregarem-se em outra atividade que não seja aquela em que estão: “É melhor esse trabalho do que nenhum. E eu vou morrer de fome?⁴⁷”.

Enquanto esse cenário caótico se instaura para os trabalhadores, as máquinas vão tomando o espaço da produção no campo, trazendo danos à qualidade do café e a natureza. Segundo o Engenheiro Agrônomo Aritana Corrêa, como as máquinas colheitadeiras são compostas de varetas vibratórias, os tecidos das plantas são lesionados, sendo necessárias mudanças nos tratamentos culturais dos cafeeiros, dentre eles, o melhor manejo pós-colheita e a aplicação de cobre. Além disso, o Agrônomo afirma que com a utilização de máquinas, os cafezais passaram a requerer uma utilização muito maior de produtos químicos, sendo feita três pulverizações de agrotóxicos e uma aplicação de solo média/ano.

Há também uma forte tendência do mercado de máquinas em aprimorar essas tecnologias na tentativa de tornar a produção mais eficiente e diminuir ainda mais os custos da produção. As máquinas colheitadeiras presentes nas fazendas de Vitória da Conquista possuem apenas a função de colher e, geralmente, ficam guardadas em barracões de seis a nove meses. Em 2015, foi lançada pela *Jacto* a nova colheitadeira multifuncional K3500, considerada como a “Segunda Revolução em Mecanização do Caf”. Além de colher, essa máquina realiza as funções de poda e pulverização dos cafeeiros, o que permite que o

⁴⁷ Trabalhadora resgatada de situação análoga à escravidão em fazenda de café. Entrevista concedida em janeiro de 2016.

equipamento seja usado praticamente todo o ano e que mais trabalhadores sejam dispensados do processo produtivo do café.

Diante disso, o que se observa é que a diminuição dos postos de trabalho na cafeicultura tende a se intensificar na medida em que novas tecnologias forem sendo implementadas e exigidas pela acumulação do capital. Existem fazendas em Vitória da Conquista que, no período da colheita, já não utilizam mais a derriça manual, podendo-se dizer, até mesmo, que essa categoria de trabalho será nos próximos anos extinta nas grandes fazendas da região.

Salientamos, todavia, que essa extinção refere-se apenas ao fim de uma categoria específica de trabalho, ou seja, ao fim do catador de café. Portanto, não nos referimos, não alegamos e muito menos compactuamos com as teorias que evocam o fim do trabalho, pois entendemos que o trabalho é a fonte de valor da sociedade capitalista e que enquanto o sistema do capital perdurar e os elementos constitutivos da estrutura societária do capital estiverem vigorando, é praticamente impossível imaginar o fim da classe trabalhadora.

Concluimos o texto dessa dissertação em meio a um golpe político que feriu a democracia brasileira. Vale destacar, que um dos objetivos dos golpistas que tentam tomar o poder, é minimizar, relativizar e até extinguir direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desse país. Assistimos a um verdadeiro ataque às leis trabalhistas na atual conjuntura. Tal paisagem, se efetivada, ampliará a precarização desses trabalhadores já precarizados os quais tratamos nesse texto, tornando difícil prever o futuro desses sujeitos no que diz respeito aos níveis de exploração do trabalho e até mesmo diante a impossibilidade de acesso ao trabalho, o que nos leva a conjecturar que não haverá saída a determinados grupos de trabalhadores ou a sociedade como um todo, que não o horizonte de lutas sociais emancipatórias.

Referências:

- ALVES, Eliseu. **A Agricultura e a Urbe**. In: Seminário Internacional de Política Agrícola. (Org.) TEIXEIRA, Erly C. Viçosa, UFV, 1992;
- ALVES, Elizabeth Santos Alves; ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **A centralidade do trabalho na determinação da mobilidade Territorial dos trabalhadores rurais**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 55, p. 250-266, mar 2014 – ISSN: 1676-2584;
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999;
- _____. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, Editora Boitempo, 2000;
- _____. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Práxis. 2007. Bauru: Canal 6;
- _____. **Dimensões da Globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2007;
- _____. **Trabalho e mundialização do capital**. A nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª Ed. Londrina: Práxis. 2008. 200p.;
- _____. ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ANDRADE, Rogerio Geraldo Ribeiro de. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberação do mercado**. Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1994;
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo. Cortez, 1995;
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho/ Ricardo Antunes**. 1º. Ed. São Paulo: Boitempo, 1999;
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3ª ed. São Paulo. Ed. Boitempo, 2000;
- _____. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004;
- _____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005;
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006;
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009;

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. **O crédito rural e sua distribuição no Brasil.** Revista de estudos econômicos. São Paulo. V. 2, n. 13, p. 232-348, 1983;

BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução recente da cafeicultura mineira:** determinantes e impactos. Tese Doutorado em Economia . Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988. 44 f.;

_____. **Economia e política agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004;

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia.** 40 p il. 1. Agricultura – Planejamento, 2011;

BARBARA. Maristela Miranda. **Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego:** percepção e sofrimento do trabalhador. Psicologia: Ciência e Profissão. Vol.19, Nº.1, Brasília, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931999000100004>. Acesso maio de 2015;

BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. **O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia:** relatório de pesquisa. Salvador: SUDENE; SUTRAB, 1981;

BARROS, Ubiratan; CARVALHO, Carlos Henrique; MENDONÇA, José Marcos; ALMEIDA, Gustavo; SILVEIRA, José Sebastião. **Análise dos custos de colheita do café no sistema safra zero em comparação ao sistema tradicional de derriça no pano.** Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. Repositório: BDPA. Ano de publicação: 2005;

BASTOS, Maria Inês; GONZALES, Elbio. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);

BBC, Brasil. **Suspensão da publicação da Lista suja do trabalho escravo.** 2015. Disponível em www.business-humanrights.org/pt/brasil. Acesso em julho de 2016;

BBC, Brasil. **Lista Suja volta a ser publicada depois de nova portaria do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** 2015. Disponível em www.business-humanrights.org/pt/brasil. Acesso em julho de 2016;

BINI, Danton Leonel de Camargo; Silva, Silmara Bernadino da. **Mudanças estruturais na agropecuária do Brasil:** o exemplo da atividade canavieira. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012;

BRAGA, Guilherme. **Um terço do café consumido no mundo é produzido no Brasil.** 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1472642/um-terco-do-cafe-consumido-no-mundo-e-produzido-no-brasil>. Acesso em maio de 2016;

BRASIL. **Decreto** n. 79, de 26 de outubro de 1961. Cria o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Senado Federal. Secretaria de informação Legislativa, 1961;

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. O processo de urbanização visto no interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. In: **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel, 1999;

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Orgs). **Reestruturação Produtiva e o Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997;

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A reestruturação produtiva do capital e o mundo do trabalho: os trabalhadores da Italc Alimentos em Corumbá**. In: VIII Seminário de Saúde do Trabalhador e VI Seminário O trabalho em Debate. UNESP, 2012;

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. 1989. São Paulo, Companhia das Letras;

CARVALHO, José Juliano. **Política cafeeira do Brasil, seus instrumentos, 1961 – 1971**. São Paulo. USP/IPE 1971;

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996;

CECAFÉ. **Exportações brasileiras de café**. 2014. Conselho dos exportadores de café do Brasil;

_____. **Conselho dos exportadores de café do Brasil**. 2015;

CEPLAB. **Penetração do Café na Bahia**. Salvador, Bahia. 1979, p. 19;

_____. **Centro de Planejamento da Bahia**, Salvador, Bahia. 1979;

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996;

COFFEEBREAK. **Como se define o ciclo bienal de produção do cafeeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.coffeebreak.com.br/noticia/48420/Como-se-define-o-ciclo-bienal-de-producao-do-cafeeiro.html>. Acesso em maio de 2016;

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. Café Safra 2012. Quarta estimativa, dezembro/2012;

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. SAFRA 2013. Quarto Levantamento Dezembro/2013. Conab;

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. SAFRA 2013. Quarto Levantamento Dezembro/2014. Conab;

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. SAFRA 2013. Quarto Levantamento Dezembro/2015. Conab;

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira**. SAFRA 2013. Quarto Levantamento Dezembro/2016. Conab;

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens Andarilhos no curto circuito do capital**. Revista Okara: Geografia em debate, v. 1, nº 1, p. 77-100. 2007;

COOPMAC. **Novas fronteiras para a cafeicultura nacional**. Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Limitada. Ano: 1981. Vitória da Conquista;

COSTA, Carolina; FERREIRA, Lucas Tadeu; BESSA, Flávia. **Bahia na vanguarda da produção de cafés especiais no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/553-bahia-na-vanguarda-da-producao-de-cafes-especiais-no-brasil>. Acesso em maio de 2016;

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. 2016;

CRISTO, Keley Kristiane Vago. **ra alho escravo rural conte por neo** supere ploração e tremada, latifúndio e Estado. Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Outubro de 2008;

CUT. **III Congresso da Central Única dos Trabalhadores de 1988**;

DANWATCH. **Bitter Coffee**, 2016. Disponível em: <https://www.danwatch.dk/en/undersogelse/bitter-coffee-2/?chapter=2>. Acesso em: maio de 2016;

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985;

D'INCAO, Maria Conceição. **A questão do café-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984;

DUTRA NETO, Claudionor. **Café e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: UESB, 2004;

_____. **Desenvolvimento regional e agronegócio**. Vitória da Conquista, Bahia: UESB, 2007. 188p.;

ELIAS, Denise. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH. USP. São Paulo, 1996;

ELIZABETH, Sandra. **Cafeicultura da Bahia em pauta**. 2013. Disponível em: <http://www.consorcioquesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/368-cafeicultura-da-bahia-em-pauta>. Acesso em junho de 2016;

EMBRAPA. **Inovação é a marca da cafeicultura no estado da Bahia**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1889762/inovacao-e-marca-da-cafeicultura-no-estado-da-bahia>. Acesso em maio de 2016;

FERNANDES, Luis. **80 anos da primeira agência bancária em Vitória da Conquista: (1930 – 2010)**. Blog do Paulo Nunes, 2010a. In: www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/07/28. Acesso em 17/06/2011;

FERRÃO, Romário Gava et al. **Café conilon**. Ed. VII. Vitória: Incaper, 2007;

FERRAZ, Ana Emília Quadros. **O urbano em construção Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001;

FISCHER, André Luiz. **Impactos Sociais do Proálcool: Um Estudo Sobre as Relações, o Processo e as Condições de Trabalho na Agroindústria Canavieira Paulista**. Dissertação de Mestrado. PUC. São Paulo, 1992;

FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. **Os Homens Pobres Livres na Ordem Escravocrata**. 1974. São Paulo. Ática;

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977;

GOLDIN, Ian; REZENDE, Gervásio C. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993;

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil**. 2011. Ra'ega – O espaço geográfico em análise. Vol. 21, 2011;

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho**. Revista Pegada, Vol. 2, Nº, 2001;

GUIMAR ES, Alberto Passos. **A crise agr aria** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. **Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras**. Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (62). 1 de agosto de 2002;

GUIMARÃES, Odilon. **Expoiner - John Deere lança trator compacto e colheitadeira**. 2008. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=17302>. Acesso em junho de 2016;

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**, Edições Loyola: São Paulo, 1992;

_____. **Condição Pós-Moderna**. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999;

_____. **Condição Pós-Moderna**. 11 ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2002;

_____. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003;

HIRATA, Helena. **Receitas japonesas, realidades brasileiras**. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, v.2,n.2,p.52-60,1983;

IANNI, Oct vio. **rigens agr rias do estado rasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2 4;
INFORME ESTATÍSTICO DO CAFÉ. Abril de 2016. Disponível em <http://www.consorciopequisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/420-aprespdfviiiispcb>. Acesso em maio de 2016;

IBC – INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, 1973;

JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ. **Geada traz catástrofe para economia nacional**. 20 de julho de 1975;

KAGEYAMA, Ângela. **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. In: Delgado, G. C. Agricultura e Políticas Públicas. p. 113-223. IPEA. Brasília, 1990;

KASHIMA, Toyoshiko. A colheita mecanizada do café: produtos, desempenho e custos. In: **Ciclos de estudos sobre mecanização agrícola**, 4., 1990, Campinas, SP. Anais. Campinas: Fundação CARGILL, 1990. p. 234-246;

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980;

KISS, Janice. **Qual a diferença entre o café Arábica e o Conilon?** 2015. Disponível em: <https://www.graogourmet.com/blog/qual-a-diferenca-entre-o-caffe-arabica-e-o-conilon/>. Acesso em: junho de 2016;

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Antropos, 1971;

LEITE, Marcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: **O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século**. Campinas: Scritta, 1994, p.563-587;

LENCIONI, Sandra. **Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais**. Revista do Departamento de Geografia, n.12, p.27-42, p. 1998a;

LIMA, Matheus Vicente. **Colheita mecanizada do café em propriedade da região do Planalto da Conquista: aspectos estruturais e econômicos**. Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão da Cadeia Produtiva de Café com ênfase em Sustentabilidade, UESB, 2011;

MAPA. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2014;

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. 2015;

MARQUES, Beatriz. **Regiões produtoras de café no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=3348>. Acesso em junho de 2016;

MARTINE, George. **Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil**. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Coord.). Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987;

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979;

_____. **s ca poneses e a pol tica no rasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981;

_____. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária.** Ed. Vozes, 1981. In: Os camponeses e a política no Brasil. 3ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1986.

_____. **A Sociedade vista do Abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª Ed. São Paulo: Vozes, 2002;

_____. **O cativo da terra.** 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2 4;

MARX, Karl. **Da diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro.** São Paulo: Editora Global, 1979;

_____. **O capital.** Vol. I. Toma 1. São Paulo. Abril Cultural, 1983;

_____. **O capital:** crítica da economia política; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo: Abril Cultural, 1984;

_____. **O capital.** Vol. I. Toma 2. São Paulo. Abril Cultural, 1984a;

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política, Livro 1, Rio de Janeiro, Editora Nova Cultural, 1996;

MATIELLO, José Braz. **Tributo à tecnologia.** Clube de tecnologia cafeeira. Folha 136. 1991. Fundação Procafé. Procafé *online*;

_____. Processamento, classificação, industrialização e consumo de café. In: MATIELLO, José Braz. **O café: do cultivo ao consumo.** São Paulo: Globo, 1991. p.237-317;

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo. Scrita, 1995;

MATSUMOTO, Sylvana Naomi; VIANA, Anselmo Eloy Silveira. Arborização de cafezais na Região Nordeste. In: MATSUMOTO, Sylvana Naomi. (Org.). **Arborização de cafezais no Brasil.** Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2004. cap. 5, p.167-195;

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café.** 2002. Disponível em: <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/>. Acesso em: Abril de 2015;

MELO E SILVA, Cristiane Passos. **Seria o Estado a besta fera da vez?** In: Conflitos no Campo Brasil, 2015. Comissão Pastoral da Terra – CPT;

MENEZES, Socrátes Oliveira. **De “supérfluos” à sujeitos hist ricos na contra o do capital:** a Geografia do (des)trabalho. São Cristóvão, SE, 2007. Núcleo de pós-graduação em geografia – NPGeo;

MENEZES, José Hilário. A produção do espaço e a relação rural urbano: o movimento dos trabalhadores desempregados (MTD), em Vitória da Conquista-BA. São Cristóvão, SE, 2011, Núcleo de pós-graduação em geografia – NPGeo;

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas/São Paulo. 2002. Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial;

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo. Boitempo, 2003;

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007;

_____. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2011;

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **Trabalho escravo contemporâneo: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.** 2^a. Ed. 200 p.;

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **Ataque aos direitos dos povos do campo.** In: Conflitos no Campo Brasil, 2015. Comissão Pastoral da Terra – CPT;

MONTECLARO, Lauro. **Tecnologia provoca segunda onda de desemprego no campo.** 2004. Disponível em: www.midiaindependente.org. Acesso em maio de 2016;

MOSCONI, Luis. **Edvanda.** Uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola, 2003;

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social.** 1998. Disponível em: <http://ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-040.pdf> . Acesso em junho de 2016;

NOGUEIRA, Roberto. **Cresce a mecanização na colheita de café.** 2013. Disponível em: <http://www.jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=3493>. Acesso em junho de 2016;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês. (Orgs). **O campo no século o território de vida, de luta e de construção de justiça social.** São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 29-70;

OIT. **Organização Internacional do Trabalho.** 1930;

ORTEGA, Antonio César; JESUS, Clesio Marcelino de. **A modernização da atividade cafeeira e seus impactos na estrutura produtiva e sobre o pessoal ocupado no território café do cerrado.** 48º Congresso Sober. Sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. 25 a 28 de julho de 2010;

PÁDUA, Tassiana de Souza; SILVA, Fábio Moreira da; QUEIROZ, Daniel Pimenta. **Análise comparativa de custos para colheita de café mecanizada, semi-mecanizada e manual.** Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. Ano 2000;

PANAGIDES, Stahis. **Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira.** Revista Brasileira de Economia, vol. 23, n. 1, jan-março 1969;

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. **tra alhador rural nas fontes da ustia do ra alho it ria da Conquista-Ba, 1963-1982).** História Social, n. 21, Segundo semestre de 2011;

PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem.** Editora Scritta, Campinas, 1995;

PINHEIRO, F. A. **A Renda e o Preço da Terra: Uma Contribuição à Análise da Questão Agrária Brasileira.** Tese de Livre-Docência. ESALQ-USP. Piracicaba, 1980;

PONTES, Alécia. **A revolução silenciosa**: da produção à colheita, a mecanização dos cafezais tem provocado uma transformação na produtividade, atraindo investimentos dos grandes fabricantes. 2012. Disponível em <http://dinheirorural.com.br/secao/agronegocios/a-revolucao-silenciosa>. Acesso em junho de 2016;

PROCAFÉ. **Fundação Procafé**. 2016;

PRODUTOR. Canal do. **Com US\$ 6 bi em exportações, café tem participação crescente na balança comercial brasileira**. Disponível em: <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/com-us-6-bi-em-exportacoes-cafe-tem-participacao-crescente-na-balanca-comercial>. Acesso em maio de 2016;

Revista Cafeicultura. **Especial - 35 anos da geada de 1975**: Entenda o que foi a Geada Negra que dizimou todas as plantações de café do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34022>. Acesso em maio de 2016;

RIBEIRO, Juliano. **Processamento dos grãos**: Um fator primordial na busca pela qualidade da bebida do café é o seu processamento, sendo assim, entenda os três tipos. In: Revista Adega Uol, 2010;

ROYO, Juliana. **Café**: precisão no plantio mecanizado do café eleva produtividade. 2010. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=22039&secao=Pacotes%20Tecnol%F3gicos>. Acesso em: Junho de 2015;

RUAS, Roberto. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. In: GITAHY, Leda (org.). **Reestructuracion productiva, trabajo y educación en America Latina**. Campinas: Unicamp; Buenos Aires: RED IID-CENEP, 1994, p. 95-107;

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1º Edição. Editora: Annablume, 1997;

SAKAMOTO, Leonardo. **Café Amargo: Relatório liga trabalho escravo no Brasil a multinacionais**. 2016. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/10/cafe-amargo-relatorio-liga-trabalho-escravo-no-brasil-a-multinacionais/>. Acesso em maio de 2016;

SALAMA, Pierre. **Riqueza y pobreza en America Latina, la fragilidad de las nuevas políticas económicas**. 1999. Ed. Fondo de Cultura economico. Mexico;

SANTANA JUNIOR, Isaias Matos de. **A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, 2012;

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1987;

SANTOS, Ronan Soares dos. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Tese de Doutorado. Universitat de Barcelona, 2013;

SANTOS, Alexandre de Jesus Santos. **Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**. Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade. UESB, 2014;

SEAGRI. **Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária**. 2000;

_____. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia**. 40 p il. Bahia, 2011;

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia 1996-2003, 6 v.;

_____. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Salvador, 2015.

SCHWARTZ, Widson. **anos da eada de que varreu o café do Paran e determinou a nova agricultura**. 2 11. Folha de Londrina. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=34021>. Acesso em maio de 2016;

SILVA, Camila Cristina; CENTOFANTE, André Luís. **Vantagens práticas e desvantagens com a implantação do processo de mecanização das lavouras cafeeiras na região da Alta Mogiana**. Fórum de administração, UNIFACEF Centro Universitário de França. Portal de periódicos eletrônicos. V. 6, n. 1, 2014;

SINDICAFÉ-MG. **Café no Mundo**. 2004. Disponível em: <http://sindicafe-mg.com.br/plus/modulos/conteudo/?tac=cafe-no-mundo>. Acesso em maio de 2016;

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981. 210 p. (Coleção Economia e Planejamento. Séries Teses e Pesquisas);

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996;

SILVA, Fábio Moreira da; SALVADOR, Nilson.; PÁDUA, Tassiana de Souza. **Café: mecanização da colheita**. In: **SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL**, 1., 2000, Poços de Caldas. p. 281-329;

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, Prismas;

_____. **Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas**. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-77;

SINGER, Paul. **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1998;

SOARES, Venozina de Oliveira. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: transformações e contradições no espaço agrário.** Dissertação em Geografia. São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008;

SOIER, José Eustáquio. **Máquinas possibilitam preparo da lavoura e poda do café de maneira exata com mais velocidade e aumento de produtividade de até 50%.** 2010.

Disponível em:

<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=22039&secao=Pacotes%20Tecnol%F3gicos>. Acesso em: Junho de 2015;

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Antonio Fernando de. **Estratégias utilizadas para o controle químico da ferrugem do cafeeiro,** 2007. Disponível em: www.cafepoint.com.br. Acesso em: julho de 2016;

SOUZA, Marcos Antonio de. **undo do tra alho dos “ho ens de vida a arga e dura” nas “usinas escuras” do agroneg cio canavieiro no norte do paran** notas para um debate. Revista Pegada, vol. 14, n.2 dezembro/2013 p. 118-143;

SOUZA, Suzane Tosta. **Da nega o ao discurso “hege ônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008;

_____.; SANTOS, Jânio Roberto Diniz. **Considerações sobre a mobilidade do trabalho na relação campo-cidade em Vitória da Conquista.** Vitória da Conquista: Anais do VIII Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB, 2011. ISSN 2179-4774. Disponível em: www.uesb.br/eventos/ebg/anais/8g.pdf . Acesso junho de 2015;

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais.** In: Revista Eletrônica da AGB. Três Lagoas/MS, vol. 2, n. 2, ano 2, p. 21-42, setembro de 2005;

TEIXEIRA, Silvana. **Aprenda a produzir um café de qualidade.** 2013. Disponível em www.cpt.com.br . Acesso em junho de 2015;

THOMAZ JR., Antônio. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. In: THOMAZ JR., Antônio. **Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002;

_____. **Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho.** Pegada. Vol. 5. Nº 1 e 2. Novembro, 2004;

_____. **Por uma geografia do trabalho!** Pegada, v.3, número especial, agosto de 2005, Presidente Prudente;

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI:** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)/ Antônio Thomaz Júnior. São Paulo, 2009.

_____. **Degradação e centralidade do trabalho.** As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe. Revista Pegada – vol. 13 n.2, dezembro/2012;

_____. **Por uma geografia do trabalho.** Barcelona, 2005. Disponível em:
<<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoy.htm>>. Acesso em julho de 2015;

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. In. **Revista Brasileira de Economia.** Vol. 62, nº 2, Rio de Janeiro Apr./June 2008;

VASAPOLLO, Luciano. **O conflito capital trabalho na competição global.** Lutas Sociais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais – PUC/SP, n. 9/10, 2003;

ANEXOS

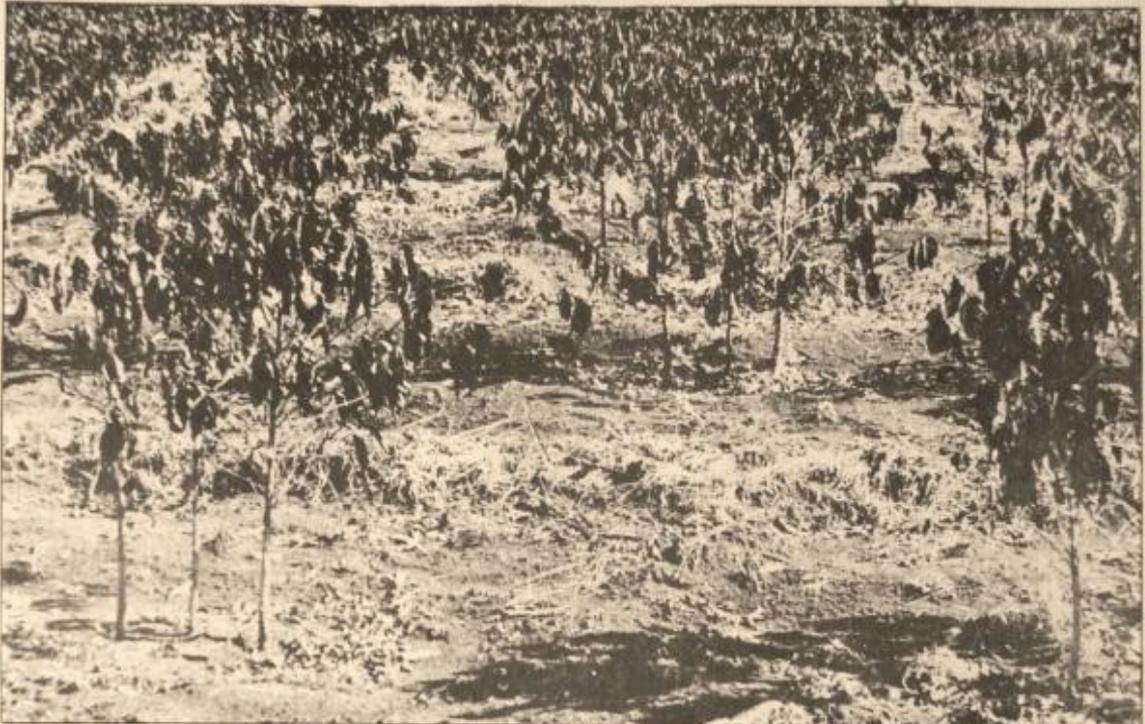
ANEXO A

VENDA PROIBIDA

Diario do Paraná

FUNDADOR DOS DIARIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

20 Páginas Curitiba, domingo, 20 de julho de 1975 Nº 6023



Depois da tempestade, a crise: todos os cafezais do Paraná foram atingidos pela geada, numa devastação completa e sem paralelo nos últimos 50 anos.

GEADA TRAZ CATÁSTROFE PARA ECONOMIA NACIONAL

As intensas geadas que se abateram sobre o interior do Estado dizimaram, segundo os primeiros cálculos, entre 90 e 95 por cento do parque cafeeiro paranaense, comprometendo irremediavelmente a colheita de 1976 e, por consequência, levaram o desespero a centenas de produtores, numa devastação completa e sem precedentes que deverá produzir, a curto prazo, reflexos "catastróficos" na economia do país e nos seus negócios com o mercado exterior. Ontem, em Londrina, reunidos durante várias horas com agricultores, o governador Jayme Canet, o ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, o presidente do IBC, Camilo Calazans, o secretário interino da Agricultura, Joaquim Severino, e o prefeito José Richa, além de autoridades e técnicos do setor, reconheceram que a geada "apanha o Brasil no exato momento em que nossa produção é deficitária e justamente quando o mercado externo dispõe de uma oferta maior do que a procura, o que beneficia de forma generosa os países concorrentes e, por certo, acentua a crise paralela do consumo interno". Ontem mesmo, em medida de urgência, que visou, claramente, tranquilizar os produtores do Estado, a Secretaria da Agricultura divulgou nota anunciando as primeiras providências oficiais para minimizar os prejuízos da catástrofe: "Agilizar ao máximo o processo de atendimento dos agricultores pelo PROAGRO; enviar técnicos e pesquisadores do IAPAR ao Oeste para salvar a cultura de trigo atingida pelas geadas; conjugar esforços com o IBC para atender às reivindicações da cafeicultura; e, finalmente, tomar medidas para garantir o suprimento de sementes de trigo e soja das próximas safras". Por outro lado, o governo federal também está atento e, segundo o ministro Severo Gomes, "acompanha a crise com especial atenção, mostrando-se interessado em resolver o problema dos produtores junto aos bancos e carteiras de financiamentos". Ele informou que dentro de 30 dias ficará pronto um completo levantamento técnico que apontará os desdobramentos da crise e vai indicar as primeiras providências. (8/1v).

DEBONISMO COMEÇA

